



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Florianópolis/SC, 2017.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n. 63/2010, da DN TCU n. 154/2016, da Portaria TCU n. 59/2017 e das orientações contidas na Portaria P n. 42/2017.

Florianópolis/SC, 2017.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

§ e §§ – parágrafo e parágrafos  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
abr – abril  
AE – peso atribuído ao indicador de apoio em ano eleitoral  
ANE – peso atribuído ao indicador de apoio em ano não eleitoral  
AEPE – Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições  
ago – agosto  
AICSC – Assessor de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial  
ANVS ou Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
ap. – Apartamento  
APEG - Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão  
Art. ou art. - artigo  
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social  
ASPRES – Assessoria Jurídica da Presidência  
BDGC - Banco de Dados do Gerenciamento da Configuração  
BPMN – *Business Process Model and Notation*  
CFC<sub>1</sub> – Conselho Federal de Contabilidade  
CFC<sub>2</sub> – Clorofluorcarboneto  
CGEI – Conselho de Gestão Estratégica e de Integração  
CI – Comunicação Interna  
CIS – Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços  
CJ – Cargo em Comissão  
cm – centímetro  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas  
Cobit – *Control Objectives for Information and related Technology*  
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CP – Coordenadoria de Pessoal  
CPCI – Comissão Permanente de Comunicação e Integração  
CPD – Centro de Processamento de Dados  
CPGO – Comissão Permanente de Gestão Operacional  
dB – Decibel  
dez – dezembro  
DG – Direção-Geral  
DN – Decisão Normativa  
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais  
EAD – Ensino a Distância  
ECM – *Enterprise Content Management*  
EJESC – Escola Judiciária Eleitoral Juiz Irineu João da Silva  
ELO – Eleitor *Online*



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ENTIC-JUD - Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário

fev – fevereiro

FC – Função Comissionada

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GERIM – Sistema de Gerenciamento de Imóveis

GESTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

GOVTIC – Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

g/m<sup>2</sup> – grama por metro quadrado

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IE – Índice Estratégico

IN – Instrução Normativa

Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

INTOSAI GOV – *International Organization of Supreme Audit Institutions for the Public Sector*

IOB – Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

IRC – Índice de Reprodução de Luz

ISO – *International Organization for Standardization*

ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*

jan – janeiro

jul – julho

jun – junho

K – Kelvin

Kg – Quilograma

Km – quilômetro

lm – Lúmen

m – metro

maio – maio

mar – março

mm – milímetro

MS – Ministério da Saúde

N. ou n. - número

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBR – Norma Brasileira

NM – não apurado ou não mensurável no período

nov – novembro

OCI – Órgão de Controle Interno

OE1 a OE9 – Objetivo Estratégico

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

out – outubro

p. – página

PAC<sub>1</sub> – Plano Anual de Capacitação

PAC<sub>2</sub> – Plano de Aceleração do Crescimento



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PACD – Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento  
PAE – Processo Administrativo Eletrônico  
P – Presidência  
PC – *Personal Computer*  
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público  
PCN – Plano de Continuidade de Negócio  
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação  
PEJE – Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral  
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação  
PJe – Processo Judicial Eletrônico  
PLS-PJ – Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina  
Portaria DG – Portaria da Direção-Geral  
Portaria P – Portaria da Presidência  
PostGre SQL - Sistema Gerenciador de Banco de Dados PostGre  
PPA – Plano Plurianual  
PRE – Procuradoria Regional Eleitoral  
PU – Poliuretano  
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada  
Res. – Resolução  
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial  
SAC Eleitoral – Ferramenta de suporte aos partidos políticos e cartórios eleitorais, utilizada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina na solução das dúvidas sobre registro de candidatura, propaganda eleitoral e prestação de contas  
SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos  
SAO – Secretaria de Administração e Orçamento ou Secretário de Administração e Orçamento  
SAU – Seção de Administração de Urnas  
SC – Santa Catarina  
SCIA – Secretaria de Controle Interno e Auditoria  
SCI/Presi/CNJ = Secretaria de Controle Interno da Presidência do Conselho Nacional de Justiça  
SCRE – Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral  
SES – Secretaria de Estado da Saúde  
set – setembro  
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas ou Secretário de Gestão de Pessoas  
SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIM – Sistema de Indicadores e Metas  
Sit. A – Situação Ativo  
Sit. E – Situação Encerrado  
Sit. P – Situação Prorrogado  
SJ - Secretaria Judiciária ou Secretário Judiciário  
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação ou Secretário de Tecnologia da Informação  
S.O. – Sistema Operacional  
SOF/TSE – Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Superior Eleitoral

SPIUnet – Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU/MP – Superintendência do Patrimônio da União do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

STI<sub>1</sub> – Secretaria de Tecnologia da Informação

STI<sub>2</sub> – Secretário de Tecnologia da Informação

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TRESC, TRE-SC ou TRE/SC – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UF – Unidade da Federação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas

URL – *Uniform Resource Locator*

VPN – *Virtual Private Network*

v.g. – *verbi gratia*

VoIP – *Voice over Internet Protocol*

W – Watt

ZE ou ZEs – Zona Eleitoral ou Zonas Eleitorais



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Número de eleitores por Zona Eleitoral .....	18
Tabela 2 – Organograma Funcional (até 1º de fevereiro de 2016).....	19
Tabela 3 – Organograma Funcional (a partir de 1º de fevereiro de 2016) .....	20
Quadro 4 – Macroprocessos finalísticos, produtos e serviços entregues, principais públicos e as subunidades responsáveis.....	21
Diagrama 5 – Mapa Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina .....	23
Tabela 6 – Objetivos Estratégicos x Iniciativas realizadas.....	26
Tabela 7 – Julgamento de Causa e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral .....	28
Tabela 8 – Pagamento de Pessoal Ativo da União .....	28
Tabela 9 – Contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais .....	29
Tabela 10 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões aos Servidores Civis .....	30
Tabela 11 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – no Estado de Santa Catarina .....	30
Tabela 12 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis.....	31
Tabela 13 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes – no Estado de Santa Catarina .....	32
Tabela 14 – Auxílio-Transporte aos Servidores – no Estado de Santa Catarina.....	32
Tabela 15 – Auxílio-Alimentação aos Servidores – no Estado de Santa Catarina.....	33
Tabela 16 – Comunicação e Divulgação Institucional – no Estado de Santa Catarina.....	34
Tabela 17 – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos .....	35
Tabela 18 – Pleitos Eleitorais .....	35
Tabela 19 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor .....	36
Tabela 20 – Construção de Cartório Eleitoral no Município de Araranguá/SC.....	37
Quadro 21 – Restos a pagar de exercícios anteriores .....	39
Tabela 22 – Despesas por modalidade de contratação .....	41
Tabela 23 – Despesas por grupo e elemento de despesa .....	43
Quadro 24 – Indicadores de desempenho relacionados à Gestão de Pessoas .....	45
Tabela 25 – Indicadores de desempenho relacionados à Tecnologia da Informação.....	46
Tabela 26 – Matriz de indicadores estratégicos e de apoio à estratégia .....	48
Tabela 27 – Indicadores Estratégicos (IE).....	50
Tabela 28 - Indicadores de Apoio à Estratégia (IA).....	51
Gráfico 29 - Índice de garantia dos direitos da cidadania .....	56
Gráfico 30 – Índice de excelência no atendimento ao cidadão .....	56
Gráfico 31 – Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo .....	56
Gráfico 32 – Índice de ações de promoção da cidadania .....	57
Gráfico 33 – Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRESA.....	57
Gráfico 34 – Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo .....	57
Gráfico 35 – Índice de desempenho do plano de logística sustentável .....	58
Gráfico 36 – Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRESA.....	58



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 37 – Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense .....	59
Gráfico 38 – Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa .....	59
Gráfico 39 – Índice de execução do plano anual de auditoria.....	59
Gráfico 40 – Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades (Lei da Ficha Limpa).....	60
Gráfico 41 – Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário .....	60
Gráfico 42 – Índice de julgamento de processos prioritários .....	61
Gráfico 43 – Índice de cumprimento das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno.....	61
Gráfico 44 – Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	61
Gráfico 45 – Índice de eleitores com cadastro biométrico .....	62
Gráfico 46 – Índice de reconhecimento biométrico do eleitor .....	62
Gráfico 47 – Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral .....	63
Gráfico 48 – Índice de mesários voluntários convocados .....	63
Gráfico 49 – Índice de convocação através do Portal do Eleitor.....	64
Gráfico 50 – Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional .....	64
Gráfico 51 – Índice de agilidade no julgamento de processos judiciais.....	65
Gráfico 52 – Índice de congestionamento líquido.....	65
Gráfico 53 – Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário .....	66
Gráfico 54 – Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação.....	66
Gráfico 55 – Índice de maturidade em gestão documental .....	66
Gráfico 56 – Índice de maturidade em segurança da informação .....	67
Gráfico 57 – índice de classificação documental .....	67
Gráfico 58 – Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense .....	67
Gráfico 59 – Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas.....	68
Gráfico 60 – Índice de maturidade em governança e gestão de pessoas .....	68
Gráfico 61 – Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento .....	68
Gráfico 62 – Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento .....	69
Gráfico 63 – Índice de promoção à saúde do servidor .....	69
Gráfico 64 – Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária.....	69
Gráfico 65 – Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário.....	70
Gráfico 66 – Índice de execução do orçamento estratégico .....	70
Gráfico 67 – Índice de fortalecimento da governança.....	70
Gráfico 68 – Índice de maturidade em governança pública .....	71
Gráfico 69 – Índice de iniciativas estratégicas implementadas .....	71
Gráfico 70 – Índice de gestão estratégica participativa.....	71
Gráfico 71 – Índice de adequação ao planejamento de contratações .....	72
Gráfico 72 – Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações	72
Gráfico 73 – Índice de agilidade nas modalidades de contratações .....	73
Gráfico 74 – Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação.....	73
Gráfico 75 – Índice de maturidade em governança e gestão de TIC.....	74
Gráfico 76 – Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC .....	74



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 77 – Primeiro indicador específico do desempenho da SGP.....	74
Tabela 78 – Segundo indicador específico do desempenho da SGP.....	75
Tabela 79 – Terceiro indicador específico do desempenho da SGP .....	77
Tabela 80 – Quarto indicador específico do desempenho da SGP.....	78
Tabela 81 – Indicadores específicos da Tecnologia da Informação.....	79
Tabela 82 – Estrutura de Governança do TRESA .....	80
Tabela 83 – Estrutura de apoio à Governança do TRESA .....	81
Quadro 84 – Composição do CGEI – Exercício 2016.....	85
Quadro 85 – Composição da CPGO – Exercício 2016 .....	85
Quadro 86 – Composição da CPCI – Exercício 2016 .....	86
Quadro 87 – Alterações na estrutura organizacional da unidade de auditoria do TRESA.....	93
Tabela 88 – Estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas .....	97
Tabela 89 – Força de trabalho na UJ .....	97
Tabela 90 – Egresso de servidores no exercício de 2016.....	98
Tabela 91 – Distribuição da lotação efetiva .....	99
Quadro 92 – Demonstrativo das despesas com pessoal .....	101
Tabela 93 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	102
Tabela 94 – Contratação de pessoal de apoio.....	103
Tabela 95 – Composição do quadro de estagiários .....	107
Tabela 96 – Composição do quadro de estagiários no exercício de 2013.....	108
Tabela 97 – Composição do quadro de estagiários no exercício de 2014.....	109
Tabela 98 – Composição do quadro de estagiários no exercício de 2015.....	109
Tabela 99 – Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	112
Tabela 100 – Estado de conservação.....	114
Tabela 101 – Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	117
Quadro 102 – Objetivos do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação .....	118
Quadro 103 – Ações planejadas para alcance dos objetivos estratégicos .....	120
Quadro 104 – Ações de treinamento do Plano de Capacitação do Pessoal de Tecnologia da Informação.....	122
Quadro 105 – Quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI .....	122
Quadro 106 – Projetos de Tecnologia da Informação realizados em 2016.....	123
Quadro 107 – Principais sistemas de informações .....	126
Tabela 108 – Relação de pregões .....	129
Tabela 109 – Relação de Tomadas de Preços .....	143
Tabela 110 – Diretórios de Partidos Políticos registrados no TRESA .....	144
Tabela 111 – Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais dos Partidos.....	146
Tabela 112 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência do relatório de gestão.....	147
Tabela 113 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2015 .....	148
Tabela 114 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos .....	149



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 115 – Determinação/Recomendação do TCU .....	161
Tabela 116 – Recomendação/determinação pendente de atendimento .....	162
Quadro 117 – Recomendação/determinação pendente de atendimento .....	162
Quadro 118 – Recomendação/determinação pendente de atendimento .....	163
Quadro 119 – Recomendação/determinação pendente de atendimento .....	164
Quadro 120 – Recomendação/determinação pendente de atendimento .....	165
Quadro 121 – Recomendação/determinação pendente de atendimento .....	165
Tabela 122 – Recomendação/determinação pendente de atendimento .....	166
Quadro 123 – Determinação/Recomendação do TCU .....	166
Quadro 124 – Recomendação do OCI à Direção-Geral-AEPE .....	167
Quadro 125 – Recomendação do OCI à Direção-Geral-AEPE .....	168
Quadro 126 – Recomendação do OCI à Direção-Geral-AEPE .....	169
Quadro 127 – Recomendação referente à segurança da informação .....	170
Quadro 128 – Apuração de danos ao erário .....	171



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993)	175
Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993)	187
Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (exceto art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993)	190
Procedimentos de inexigibilidade de licitação – 2016	194
Contratos de locação vigentes em 2016	205
Balanco Patrimonial	215
Balanco Orçamentário	218
Balanco Financeiro	222
Demonstrações das Variações Patrimoniais	224
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	228



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
VISÃO GERAL.....	16
Finalidade e competências .....	16
Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade .....	16
Ambiente de atuação.....	18
Organograma .....	19
Macroprocessos finalísticos .....	21
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS .....	23
Planejamento Organizacional .....	23
Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	24
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos..	26
Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	27
Desempenho orçamentário .....	27
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	27
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento .....	39
Restos a pagar de exercícios anteriores.....	39
Informações sobre a execução das despesas .....	41
Desempenho operacional .....	44
Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário .....	44
Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	45
Indicadores específicos do desempenho dos Tribunais .....	47
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	80
Descrição das estruturas de governança .....	80
Informações sobre os dirigentes e colegiados.....	83
Atuação da unidade de auditoria interna.....	86
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	94
Gestão de riscos e controles internos .....	95
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	97
Gestão de pessoas .....	97
Estrutura de pessoal da unidade .....	97
Demonstrativo das despesas com pessoal .....	100
Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	102
Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	103
Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	107
Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais .....	110
Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....	110



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gestão da frota de veículos .....	110
Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	111
Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	112
Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	117
Informações sobre os imóveis locados de terceiros .....	117
Gestão da tecnologia da informação .....	118
Principais sistemas de informações.....	126
Processo Judicial Eletrônico (PJe) .....	128
Gestão ambiental e sustentabilidade .....	128
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras .....	129
Gestão de fundos e de programas .....	143
Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	143
Informações sobre o Fundo Partidário .....	143
<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....</b>	<b>151</b>
Canais de acesso do cidadão .....	151
Carta de Serviços ao Cidadão .....	151
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	151
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	152
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações .....	152
<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>154</b>
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	154
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	156
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320/64 e notas explicativas.....	157
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>161</b>
Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	161
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	167
Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	170
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei n. 8.666/1993 .....	172
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	172
Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	173
<b>ANEXOS E APÊNDICES .....</b>	<b>175</b>
Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993 .....	175
Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993...)	187
Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (exceto art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993 .....	190



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Procedimentos de inexigibilidade de licitação – 2016.....	194
Contratos de locação vigentes em 2016.....	205
Balanço Patrimonial.....	215
Balanço Orçamentário .....	218
Balanço Financeiro .....	222
Demonstrações das Variações Patrimoniais .....	224
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	228



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### APRESENTAÇÃO

Elaborado em cumprimento à Instrução Normativa n. 63, de 1º de setembro de 2010, à Decisão Normativa n. 154, de 19 de outubro de 2016, e à Portaria n. 59, de 17 de janeiro de 2017, todas do Tribunal de Contas da União, e à Portaria P n. 42, de 6 de fevereiro de 2017, da Presidência deste Tribunal, o presente relatório está estruturado nos moldes determinados pela Portaria TCU n. 59/2017, em especial ao disposto no art. 4º dessa norma, em que o conjunto de itens e subitens deste Relatório de Gestão foi o atribuído seletivamente no Sistema e-Contas.

Destaco que foram atendidas as disposições contidas na legislação financeira e orçamentária vigente e, mais especificamente, os ditames fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Orçamentária Anual, além dos princípios que devem nortear a Administração Pública<sup>1</sup>.

As contratações de serviços e as aquisições de materiais realizadas por este Órgão obedeceram às regras das Leis n. 8.666/1993 e n. 10.520/2002, tendo sido realizadas licitações na modalidade Pregão, nas formas presencial e eletrônica.

De igual modo, as dispensas e inexigibilidades de licitação realizadas durante o exercício de 2016 foram processadas com observância às diretrizes legais e normativas.

No período, foram encerradas as revisões do eleitorado iniciadas no exercício de 2015 nos Municípios de Blumenau, Joinville, Florianópolis, São José e Palhoça, o que expandiu o projeto de cadastramento biométrico em 360.687 eleitores cadastrados, ou seja, para mais 7,24% do eleitorado do Estado de Santa Catarina.

Por fim, é possível asseverar que as metas fixadas pelo TRESC para o exercício de 2016, embora realizadas com dificuldade devido à carência de pessoal e o corte orçamentário de R\$ 8.888.000,00 do orçamento deste Tribunal — incluindo aquele destinado à realização das eleições —, foram executadas com sucesso.

Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha  
Presidente

---

<sup>1</sup> *Caput* do art. 37 da Constituição Federal; art. 3º da Lei n. 8.666, de 21.06.1993 (Lei das Licitações e Contratos Administrativos), e alterações posteriores; e art. 69 da Lei n. 9.784, de 29.01.1999 (norma que regulamenta o processo administrativo).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### VISÃO GERAL

#### **Finalidade e competências**

Do ponto de vista estratégico, a missão do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia. Essa finalidade se manifesta pelo cumprimento dos nove objetivos estratégicos estabelecidos para o período 2016 a 2020: garantia dos direitos da cidadania; combate à corrupção e à improbidade administrativa; fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; aperfeiçoamento da gestão da informação; aperfeiçoamento da gestão de pessoas; aperfeiçoamento da gestão orçamentária; fortalecimento da governança; e aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação. A evolução no cumprimento desses objetivos ao longo desse período do planejamento estratégico visa ao fortalecimento da credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Do ponto de vista normativo, cumpre ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos com domicílio eleitoral no Estado de Santa Catarina. As competências do TRESA estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e nos artigos 20 e 21 de seu Regimento Interno, Resolução TRESA n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011.

#### **Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade**

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (art. 92, inciso V; art. 118, inciso II, art. 120, *caput*);

Decreto-Lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945 (art. 6º, alínea b);

Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), recepcionada pela Carta Magna, enquanto não regulada a matéria por lei complementar, como previsto em seu art. 121;

Resolução TRESA n. 7.545, de 17 de setembro de 2007 (Regulamento Interno de sua Estrutura Orgânica.);

Resolução TRESA n. 7.776, de 26 de março de 2010 (Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Resolução TRESA n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011 (Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.);



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Resolução TRESA n. 7.857, de 11 de junho de 2012 (Regimento Interno da Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Resolução TRESA n. 7.876, de 6 de março de 2013 (Institui o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina);

Resolução TRESA n. 7.886, de 22 de julho de 2013 (Dispõe sobre a execução do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral definido na Resolução TSE n. 23.371/2011, bem como de suas metas e ações estratégicas);

Resolução TRESA n. 7.902, de 27 de janeiro de 2014 (Disciplina o Programa de Gestão Documental na Justiça Eleitoral de Santa Catarina);

Resolução TRESA n. 7.920, de 15 de dezembro de 2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de execução do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, definido na Resolução TSE n. 23.371, de 14.11.2011, bem como de suas metas e ações estratégicas);

Resolução TRESA n. 7.927, de 27 de maio de 2015 (Dispõe sobre a reestruturação da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Resolução TRESA n. 7.928, de 27 de maio de 2015 (Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral Juiz Irineu João da Silva - EJESC);

Resolução TRESA n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Resolução TRESA n. 7.935, de 16 de dezembro de 2015 (Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2016 a 2020);

Resolução TRESA n. 7.944, de 9 de maio de 2016 (Institui o Portal do Eleitor na internet);

Resolução TRESA n. 7.952, de 8 de agosto de 2016 (Autoriza o Presidente do Tribunal a aprovar a designação de Juiz Eleitoral substituto);

Resolução TRESA n. 7.954, de 15 de agosto de 2016 (Dispõe sobre o regime de sobreaviso dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Portaria da Presidência n. 35, de 26 de janeiro de 2016 (Aprova o Código de Ética Profissional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e institui a Comissão de Ética);

Portaria da Presidência n. 87, de 30 de março de 2016 (Institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Portaria da Presidência n. 88, de 30 de março de 2016 (Institui o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Portaria da Presidência n. 89, de 30 de março de 2016 (Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Portaria da Presidência n. 120, de 3 de maio de 2016 (Institui os objetivos organizacionais para a gestão das aquisições e contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2016 a 2020);

Portaria da Presidência n. 131, de 23 de maio de 2016 (Institui o processo de planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);

Portaria da Presidência n. 328, de 15 de dezembro de 2016 (Dispõe sobre a Produção de Documentos Oficiais pelas unidades administrativas da sede do Tribunal e pelos cartórios da Justiça Eleitoral de Santa Catarina).

### Ambiente de atuação

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é órgão da Justiça Eleitoral, nos termos dos artigos 118, II, 120 e 121 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e atua em todo o Estado de Santa Catarina atendendo a 4.979.821\* eleitores. A Justiça Eleitoral de Santa Catarina possui 105 zonas eleitorais. O quadro abaixo demonstra o número de eleitores abrangidos por cada zona eleitoral.

Quadro 1 – Número de eleitores por Zona Eleitoral

Zona Eleitoral	N.º Eleitores						
1ª	64.674	28ª	24.943	55ª	23.350	82ª	9.667
2ª	66.109	29ª	83.705	56ª	69.587	83ª	8.783
3ª	48.009	30ª	69.756	57ª	27.610	84ª	77.036
4ª	14.822	31ª	35.168	58ª	27.612	85ª	34.518
5ª	45.732	32ª	49.827	59ª	10.518	86ª	57.766
6ª	62.669	33ª	81.891	60ª	53.647	87ª	68.153
7ª	34.148	34ª	43.682	61ª	27.861	88ª	100.585
8ª	67.236	35ª	91.405	62ª	10.298	89ª	81.774
9ª	42.296	36ª	45.957	63ª	15.211	90ª	41.108
10ª	62.263	37ª	32.831	64ª	64.007	91ª	63.968
11ª	43.256	38ª	23.051	65ª	20.890	92ª	59.700
12ª	72.661	39ª	41.294	66ª	35.547	93ª	57.256
13ª	79.264	40ª	18.604	67ª	35.187	94ª	84.284
14ª	41.977	41ª	17.714	68ª	36.801	95ª	68.096
15ª	66.759	42ª	35.455	69ª	15.620	96ª	69.384
16ª	112.761	43ª	44.667	70ª	14.575	97ª	76.766
17ª	57.710	44ª	43.606	71ª	20.456	98ª	65.221



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

18 <sup>a</sup>	42.304	45 <sup>a</sup>	57.998	72 <sup>a</sup>	17.927	99 <sup>a</sup>	62.603
19 <sup>a</sup>	78.015	46 <sup>a</sup>	27.217	73 <sup>a</sup>	51.761	100 <sup>a</sup>	100.476
20 <sup>a</sup>	41.770	47 <sup>a</sup>	11.277	74 <sup>a</sup>	31.676	101 <sup>a</sup>	65.089
21 <sup>a</sup>	53.618	48 <sup>a</sup>	27.927	75 <sup>a</sup>	12.539	102 <sup>a</sup>	30.940
22 <sup>a</sup>	42.486	49 <sup>a</sup>	22.365	76 <sup>a</sup>	89.451	103 <sup>a</sup>	64.656
23 <sup>a</sup>	30.826	50 <sup>a</sup>	17.858	77 <sup>a</sup>	43.498	104 <sup>a</sup>	54.981
24 <sup>a</sup>	120.165	51 <sup>a</sup>	18.626	78 <sup>a</sup>	14.299	105 <sup>a</sup>	92.845
25 <sup>a</sup>	35.821	52 <sup>a</sup>	21.799	79 <sup>a</sup>	49.850		
26 <sup>a</sup>	48.203	53 <sup>a</sup>	33.637	80 <sup>a</sup>	24.892		
27 <sup>a</sup>	65.039	54 <sup>a</sup>	54.789	81 <sup>a</sup>	21.854		

\*Fonte TSE - Consulta realizada no sistema Estatísticas do Eleitorado com parâmetros de dezembro de 2016. Sistema: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-zona>

### Organograma

A tabela abaixo apresenta breve síntese do organograma funcional vigente até 1º de fevereiro de 2016 e considerou apenas os níveis estratégico e tático, os titulares das unidades e respectivos períodos de atuação.

Tabela 2 – Organograma Funcional (até 1º de fevereiro de 2016)

Unidade	Titular	Data designação	Data dispensa
1 – Presidência;			
1.1 - Assessorias Jurídicas; [13]	ANA ELOISE DE CARVALHO FLÓRES	16/abr/07	
	CLÁUDIA MENEZES MOURE	06/abr/10	
1.2 - Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial; [15]	ANA PATRÍCIA TANCREDO GONÇALVES PETRELLI	16/abr/07	01/fev/16
1.3 - Coordenadoria de Controle Interno; [17-A]	DENISE GOULART SCHLICKMANN	16/abr/07	01/fev/16
2 - Corregedoria Regional Eleitoral;			
2.1 - Gabinete da Corregedoria; [18]	SIMONE DOS SANTOS DI BERNARDI MARTINS	16/abr/07	01/fev/16
2.2 - Assessoria-Chefe; [20]	RENATA BEATRIZ DE FÁVERE	16/abr/07	01/fev/16
2.2.1 - Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais; [21]	EVELISE ALVES NIERO	16/abr/07	01/fev/16
2.2.2 - Coordenadoria de Supervisão e Orientação do Cadastro Eleitoral; [24]	GIOVANI MOISÉS PACHECO	14/fev/13	01/fev/16
3 - Gabinete dos Juízes;			
3.1 Assessorias dos Juízes; [27]	CLÁUDIA LARROID GHISI	16/abr/07	01/fev/16
	DINAURA DANELUZ LACERDA	16/abr/07	01/fev/16
	HUGO FREDERICO VIEIRA NEVES	10/fev/15	01/fev/16
	MARCUS CLÉO GARCIA	17/out/08	01/fev/16
	SHEILA BRITO DE LOS SANTOS	16/abr/07	01/fev/16
	VANESSA DE SOUZA MACHADO	16/abr/07	01/fev/16
4 – Secretaria; [29]			
4.1 - Direção-Geral; [30]	SÉRGIO MANOEL MARTINS	13/fev/13	
4.1.1 - Assessorias Jurídicas; [33, 34]	DILENE SOARES TAVARES DOS ANJOS	09/jun/10	01/fev/16
	KÁTIA CRISTINA KOLB SCHIEFLER SOMBRIO	16/abr/07	01/fev/16
4.1.2 - Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão; [36]	AUGUSTO CÉSAR CAMPOS	02/jul/07	01/fev/16
4.1.3 - Comissão Permanente de Licitação; [37]	HELOÍSA HELENA BASTOS SILVA LÜBKE	09/jun/10	01/fev/16
4.1.4 - Secretaria Judiciária; [43]	DANIEL SCHAEFFER SELL	03/ago/15	
4.1.4.1 - Coordenadoria de Registro e Informações Processuais; [45]	ROSANA SPILLER FERNANDES	01/jun/02	
4.1.4.2 - Coordenadoria de Sessões; [52]	MAXIMINIANO SIMÕES SOBRAL	03/ago/15	1º/fev/16



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.1.4.3 - Coordenadoria de Gestão da Informação; [56]	EDMAR SÁ	16/abr/13	01/fev/16
4.1.5 - Secretaria de Administração e Orçamento; [62]	EDUARDO CARDOSO	16/abr/07	
4.1.5.1 - Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade; [64]	SALÉSIO BAUER	15/out/12	
4.1.5.2 - Coordenadoria de Contratações e Materiais; [69]	RAFAEL ALEXANDRE MACHADO	15/out/12	
4.1.5.3 - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços; [76]	VALÉRIA LUZ LOSSO FISCHER	05/ago/13	
4.1.6 - Secretaria de Gestão de Pessoas; [87]	LUCIANE SOLDATELI HOFFMANN	13/fev/13	
4.1.6.1 - Coordenadoria de Pessoal; [89]	RODRIGO MENDES DOS SANTOS	20/mar/13	
4.1.6.2 - Coordenadoria de Pagamento; [97]	SUZETE MIRIA VIRGÍLIO ZIERT	16/abr/07	01/fev/16
4.1.6.3 - Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento; [101]	VERA LÚCIA DIAS LOPES	14/fev/13	01/fev/16
4.1.7 - Secretaria de Tecnologia da Informação; [105]	ÁLVARO SAMPAIO CORRÊA NETO	19/fev/15	
4.1.7.1 - Coordenadoria de Eleições; [107]	PATRÍCIA HAHNERT SARDÁ LISBÔA	23/fev/15	
4.1.7.2 - Coordenadoria de Soluções Corporativas; [114]	SAMUEL FERNANDES RIBEIRO	02/jun/10	
4.1.7.3 - Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica. [121]	ERON DOMINGUES	25/fev/09	

A tabela a seguir apresenta o organograma funcional considerando os níveis estratégico e tático, os titulares das unidades e respectivos períodos de atuação a partir de 1º de fevereiro de 2016, conforme nova estrutura orgânica aprovada pela Resolução TRES n. 7.930/2015.

Tabela 3 - Organograma Funcional (a partir de 1º de fevereiro de 2016)

Unidade	Titular	Data designação	Data dispensa
<b>I – Presidência;</b>			
1.1 - Assessorias Jurídicas; [13]	ANA ELOISE DE CARVALHO FLÔRES	16/abr/07	
	CLÁUDIA MENEZES MOURE	06/abr/10	
1.2 - Assessoria de Comunicação Social; [15]	ANA PATRÍCIA TANCREDO GONÇALVES PETRELLI	01/fev/16	
1.3 - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral [19]	AYRTON BELARMINO DE MENDONÇA MORAES TEIXEIRA	01/fev/16	12/set/16
	SYLVIA LEANDRO MARINHO DENISE GOULART SCHLICKMANN	12/set/16 01/fev/16	
1.4 – Secretaria de Controle Interno e Auditoria; [20]			
<b>II - Corregedoria Regional Eleitoral;</b>			
2.2 – Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral; [27]	RENATA BEATRIZ DE FÁVERE	01/fev/16	
2.2.1 – Assessoria Executiva; [28]	SIMONE DOS SANTOS DI BERNARDI MARTINS	01/fev/16	
2.2.2 – Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral; [29]	GIOVANI MOISÉS PACHECO	01/fev/16	
2.2.3 – Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais; [30]	EVELISE ALVES NIERO	01/fev/16	
<b>III - Secretaria</b>			
3.1 - Direção-Geral; [36]	SÉRGIO MANOEL MARTINS	13/fev/13	
3.1.1 - Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos; [38]	DILENE SOARES TAVARES DOS ANJOS	01/fev/16	
3.1.2 – Assessoria Jurídica de Recursos Humanos; [39]	KÁTIA CRISTINA KOLB SCHIEFLER SOMBRI	01/fev/16	
3.1.3 - Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições; [41]	AUGUSTO CÉSAR CAMPOS	01/fev/16	
3.1.4 – Coordenadoria de Julgamento de Licitações; [45]	HELOÍSA HELENA BASTOS SILVA LÜBKE	01/fev/16	
3.1.5 - Secretaria Judiciária; [48]	DANIEL SCHAEFFER SELL	03/ago/15	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.5.1 - Coordenadoria de Apoio ao Pleno; [50]	MAXIMINIANO SIMÕES SOBRAL	01/fev/16	
3.1.5.2 - Coordenadoria de Registro e Informações Processuais; [56]	ROSANA SPILLER FERNANDES	01/jun/02	
3.1.5.3 - Coordenadoria de Gestão da Informação; [62]	EDMAR SÁ	01/fev/16	
3.1.6 - Secretaria de Administração e Orçamento; [68]	EDUARDO CARDOSO	16/abr/07	
3.1.6.1 - Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade; [70]	SALÉSIO BAUER	15/out/12	
3.1.6.2 - Coordenadoria de Contratações e Materiais; [78]	RAFAEL ALEXANDRE MACHADO	15/out/12	
3.1.6.3 - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços; [87]	VALÉRIA LUZ LOSSO FISCHER	05/ago/13	
3.1.7 - Secretaria de Gestão de Pessoas; [99]	LUCIANE SOLDATELI HOFFMANN	13/fev/13	
3.1.7.1 - Coordenadoria de Pessoal; [101]	RODRIGO MENDES DOS SANTOS	20/mar/13	
3.1.7.2 - Coordenadoria de Pagamento e de Legislação; [109]	SUZETE MIRIA VIRGÍLIO ZIERT	01/fev/16	
3.1.7.3 - Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional; [115]	VERA LÚCIA DIAS LOPES	01/fev/16	
3.1.8 - Secretaria de Tecnologia da Informação; [119]	ÁLVARO SAMPAIO CORRÊA NETO	19/fev/15	
3.1.8.1 - Coordenadoria de Eleições; [121]	PATRÍCIA HAHNERT SARDÁ LISBÔA	23/fev/15	
3.1.8.2 - Coordenadoria de Soluções Corporativas; [127]	SAMUEL FERNANDES RIBEIRO	02/jun/10	
3.1.8.3 - Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica. [136]	ERON DOMINGUES	25/fev/09	

Quanto à descrição sucinta de competências e atribuições, trata-se de definição do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA (Resolução TRESA n. 7.545/2007, até 1º/fev/2016 e Resolução TRESA n. 7.930/2015 a partir de 1º/fev/2016), que lista as competências de cada unidade de forma extensiva e inadequada a resumos. Para maior clareza, entre colchetes está informado o número do artigo inicial referente às competências de cada unidade estratégica e tática nas duas tabelas acima.

A estrutura de funcionamento da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina está prevista na Resolução TRESA n. 7.928/2015.

### Macroprocessos finalísticos

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina executa quatro macroprocessos finalísticos mapeados em sua cadeia de valor: Prestação Jurisdicional; Organização de Eleições; Conscientização Política e Educação; e Cadastros e Gestão da Informação.

O quadro abaixo apresenta descrição sucinta dos macroprocessos finalísticos, produtos e serviços entregues, principais públicos e as subunidades responsáveis.

Quadro 4 - Macroprocessos finalísticos, produtos e serviços entregues, principais públicos e as subunidades responsáveis

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Prestação Jurisdicional	Garantia da legitimidade dos pleitos eleitorais mediante prestação jurisdicional em relação a ações eleitorais, prestação de contas de campanhas eleitorais, propaganda	Decisão judicial	Cidadão/Eleitor Ministério Público Eleitoral Advogados Partidos Políticos	Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria Judiciária



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	eleitoral (plano de mídia, poder de polícia); Funcionamento dos partidos políticos, Direitos políticos (alistamento eleitoral e registros de candidaturas).		Candidatos Imprensa	
Organização de Eleições	Atividades relacionadas à logística de votação e apuração: registro de candidaturas, convocação de auxiliares, preparação de locais críticos, preparação de urnas, acompanhamento da votação, totalização, divulgação de resultados, diplomação, procedimentos de auditoria e segurança do processo eleitoral.	Candidatos eleitos e diplomados Apuração e divulgação Logística de votação Registro de candidaturas		Todas
Conscientização Política e Educação	Contribuir para o aperfeiçoamento da democracia promovendo a conscientização política e educação através de atividades que incentivem a formação da cidadania, educação e capacitação, treinamento de convocados, orientação e instrução e realização de eleições na comunidade.	Educação e capacitação Orientação e instrução Eleições na comunidade Formação da Cidadania		Escola Judiciária Eleitoral
Cadastros e Gestão da Informação	Manutenção de cadastros relacionados a direitos políticos e funcionamento dos partidos	Cadastro de eleitores Filiação partidária Circunscrição eleitoral		Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Tecnologia da Informação

Considerando tratar-se de ano de realização de eleições municipais, destacam-se entre os principais fornecedores e insumos que concorreram para a execução dos macroprocessos as empresas vencedoras dos procedimentos licitatórios para os 2 maiores contratos previstos no planejamento específico: o de logística de urnas e o de serviços de manuseio dessas urnas no âmbito local das zonas eleitorais. Além disso, é necessário fazer constar do mesmo rol o Tribunal Superior Eleitoral, fornecedor de uma série de insumos essenciais, incluindo as próprias urnas eletrônicas, cadernos de votação e outros elementos necessários à realização da eleição.

Quanto aos principais parceiros externos que contribuíram para a consecução dos resultados e serviços decorrentes de cada macroprocesso e conseqüentemente para o alcance dos objetivos do TRESA, destaca-se novamente o Tribunal Superior Eleitoral, em especial quanto aos macroprocessos de Prestação Jurisdicional, Organização de Eleições, Cadastros e Gestão da Informação e Conscientização Política e Educação. Outros parceiros institucionais relevantes para o mesmo conjunto de macroprocessos incluem o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a Polícia Militar de Santa Catarina, o Ministério Público Federal, os Correios, e o variado rol de organizações públicas e privadas que empregam os cidadãos selecionados para atuar como mesários.

Um grupo de trabalho composto por servidores representando as unidades e áreas do TRESA conduziu o mapeamento de seus processos de trabalho em 2014, com apoio de consultoria especializada, produzindo a representação da cadeia de valor usada como base em procedimento de reestruturação administrativa aprovada ao final do mesmo ano. Essa cadeia de valor é adotada internamente para questões referentes a gestão por processos desde então.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

#### Planejamento Organizacional

O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em vigor para o período de 2016 a 2020, foi instituído pela Resolução TRESA n. 7.935, de 16 de dezembro de 2015, e tomou como base o planejamento nacional do TSE (Resolução TSE n. 23.439/2015).

A missão, que é a mesma do TSE e tem como elementos centrais a legitimidade do processo eleitoral, o livre exercício do direito de votar e ser votado e o fortalecimento da democracia, encontra-se no diagrama a seguir, que a desdobra até o nível dos objetivos estratégicos e a justapõe aos demais elementos da Base Estratégica Corporativa:

Diagrama 5 – Mapa Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



A competência de deliberar a respeito do Planejamento Estratégico do TRESA é do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI), conforme expresso na Resolução TRESA n. 7.876/2013. O mesmo Conselho tem, ainda, as competências de estabelecer diretrizes estratégicas e gerenciar, por meio das suas unidades orgânicas, ações e projetos institucionais submetidos à sua deliberação, acompanhar o desempenho da Administração e de suas unidades, bem assim o cumprimento das metas definidas pelo CNJ, TSE e TCU. O acompanhamento e análise dos indicadores de desempenho organizacional competem à Comissão Permanente de Gestão Operacional (CPGO), integrante da estrutura do mesmo Conselho.

Em 2016, o TRESA empenhou seus esforços para os desafios da realização



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de todas as atividades do processo eleitoral para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores dos 295 municípios catarinenses, de acordo com as alterações trazidas pela minirreforma eleitoral e os imprescindíveis ajustes decorrentes do corte orçamentário nacional.

### **Descrição sintética dos objetivos do exercício**

Os objetivos estratégicos do exercício 2016 estão divididos em três perspectivas: sociedade, processos internos e pessoas e recursos.

#### **1ª) Perspectiva Sociedade:**

##### **OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA**

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.

##### **OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

#### **2ª) Perspectiva Processos Internos:**

##### **OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL**

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

##### **OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

##### **OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

Refere-se ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação alinhada às normativas legais e adequada às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho. Objetiva implementar um sistema de arquivos e um repositório para documentos e informações corporativas (conteúdos textuais e multimídia) e desenvolver e implantar



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

processos de gestão do conhecimento (relacionados com a criação, captura, armazenamento e disseminação do conhecimento corporativo), além de prover padrões abertos para a publicação de documentos.

### **3ª) Perspectiva Pessoas e Recursos:**

#### **OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS**

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotadas na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRESA. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

#### **OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

#### **OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA**

Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRESA, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

#### **OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

No exercício de 2016, foi elaborada uma proposta revisional dos indicadores e metas com intuito de aperfeiçoar e facilitar o acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico do TRESA. A proposta, elaborada colaborativamente com as unidades, foi aprovada pela Comissão Permanente de Gestão Operacional e possibilita ao Tribunal conhecer sua evolução no cumprimento dos objetivos estratégicos delineados para o período 2016-2020. Os



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

indicadores e as metas estratégicas aprovadas, assim como os resultados alcançados neste exercício, estão informados no item “Indicadores específicos do desempenho dos Tribunais”.

### Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A missão institucional do TRESC é "garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia". As iniciativas que foram realizadas ao longo do ano de 2016 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina estão alinhadas aos objetivos estratégicos que servem como norteadores para o cumprimento da missão da Instituição.

A tabela abaixo vincula as iniciativas realizadas no exercício de 2016 aos objetivos estratégicos estabelecidos para o cumprimento da missão institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Tabela 6 – Objetivos Estratégicos x Iniciativas realizadas

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.	Objetivos Estratégicos	Iniciativas realizadas – Exercício 2016
	GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	Disponibilização do serviço de atendimento ao eleitor durante o período eleitoral; Realização de pesquisa de qualidade no atendimento ao cidadão; Ampliação do serviço de agendamento de atendimento ao eleitor; Lançamento do programa de qualificação para candidatos e eleitos; Aprimoramento da acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense; Promoção de campanhas de conscientização para os eleitores; Disponibilização do Guia do Eleitor; Aperfeiçoamento do Serviço de Informação ao Cidadão; Execução do Plano de Logística Sustentável;
	COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Julgamento prioritário de processos judiciais que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo; Publicação do plano anual de auditoria e do planejamento de auditoria de longo prazo; Realização das auditorias planejadas pelo Órgão de Controle Interno; Implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno; Conscientização do eleitorado, candidatos e partidos políticos sobre práticas ilícitas nas campanhas eleitorais;
	FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL	Aprimoramento do processo eleitoral; Ampliação do número de eleitores cadastrados biometricamente em Santa Catarina; Divulgação da realização de procedimentos de auditoria do sistema eleitoral e das urnas eletrônicas; Fomento da participação de mesários voluntários no processo eleitoral; Convocação de mesários através do Portal do Eleitor;
	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Agilização do julgamento de processos judiciais; Persequição do alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e as específicas da Justiça Eleitoral aprovadas no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário; Disponibilização do sistema Mural Eletrônico para intimações de atos judiciais e notificações de candidatos, partidos políticos e coligações durante o período estabelecido em calendário eleitoral;
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Execução do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral de Santa Catarina; Execução da Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Disponibilização do acesso à informação em conformidade com os princípios básicos da administração pública e legislação vigente; Implemento de boas práticas em segurança da informação;
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	Implemento de boas práticas em governança e gestão de pessoas; Incremento de ações para desenvolver o Programa de Qualidade de Vida; Aprimoramento do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento; Promoção da capacitação contínua de gestores e a formação de novos líderes;
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	Aprimoramento do planejamento orçamentário e da qualidade dos gastos; Disponibilização de recursos orçamentários para iniciativas estratégicas, priorizando a sua aplicação para o cumprimento do planejamento estratégico do TRESC; Implemento de boas práticas em governança pública;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA	Aperfeiçoamento da governança de aquisições e contratações; Instituição do Código de Ética Profissional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Implemento de boas práticas em governança e gestão de TIC; Monitoramento do desempenho do planejamento estratégico de TIC.

O estágio de maturidade alcançado não inclui ainda, no nível do planejamento estratégico, a associação direta aos objetivos do rol de riscos que sobre eles impactam; esse acompanhamento é realizado de duas formas principais: no desdobramento tático e operacional pelas unidades, ou como parte do desdobramento dos projetos das iniciativas de maior impacto como o Projeto Eleições, que conta com seu próprio plano de gerenciamento de riscos, gerenciado com apoio de representantes de todas as unidades envolvidas em sua execução. Em ambos os cenários, as questões com impacto ou interesse estratégico são trazidas à Comissão Permanente de Gestão Operacional (v. "Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos"), que as trata no âmbito correspondente.

### **Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos**

O Sistema de Indicadores e Metas (SIM), desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, possibilita a criação de grupos de indicadores e o cadastramento e gerenciamento de indicadores, metas, prazos e medições. O sistema permite, também, a emissão de relatórios gerenciais para monitoramento dos resultados.

O acompanhamento do desempenho da Administração e de suas unidades e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União é competência do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração - CGEI (art. 4º, inciso IV, Res. TRES n. 7.876/2013).

À Comissão Permanente de Gestão Operacional, vinculada ao CGEI, compete acompanhar e analisar os indicadores de desempenho institucional (art. 8º, inciso III, Res. TRES n. 7.876/2013). Os membros da CPGO compõem também o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica no âmbito do TRES, constituído por meio da Portaria da Presidência n. 51/2015 e com dever de apresentar, nas reuniões periódicas do CGEI ou mediante determinação da Presidência, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

### **Desempenho orçamentário**

#### **Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**

##### **1) Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 7 - Julgamento de Causa e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	20GP		Tipo: Atividade			
Título	Julgamento de Causa e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.260.308,00	23.318.604,00	23.316.250,00	23.102.523,00	22.549.059,00	553.464,00	213.727,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Constituição de um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, que compreendem os gastos com investimentos e demais custos de manutenção e funcionamento do órgão. Eleitor atendido		Unidade	4.855.803	4.985.048	4.985.048	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.556.756,00	2.912.069,00	614.387,00	Eleitor atendido	Unidade	4.985.048	

Tabela 8 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar do exercício		



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
89.568.316,00	97.716.302,00	97.716.302,00	97.712.959,00	97.712.959,00	0,00	3.343,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
375.661,00	109.285,00	266.376,00				

**Tabela 9 - Contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	09HB		Tipo: Atividade			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código: 0570		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.690.000,00	15.253.517,00	15.227.883,00	15.227.883,00	15.227.883,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 10 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	0181		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo		Código:			
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 1423					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
26.000.000,00	28.449.209,00	28.449.209,00	28.377.419,00	28.377.419,00	0,00	71.791,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou de seus pensionistas.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
50.000,00	619,00	49.381,00	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou de seus pensionistas.			

Tabela 11 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – no Estado de Santa Catarina

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial
Código	00M1 Tipo: Atividade
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – No Estado de Santa Catarina
*Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo Código:
Programa	Gestão do Processo Eleitoral Código: 0570 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
146.844,00	61.844,00	34.491,00	34.491,00	34.491,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pagamento de auxílio-funeral e natalidade.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Tabela 12 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	2004		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo		Código:			
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.462.360,00	3.547.715,00	3.547.217,00	3.547.217,00	3.547.217,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. Produto da Ação: Pessoa Beneficiada. Pessoa beneficiada			1.342	1.342	1.398	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
306.416,00	306.416,00	0,00			

Tabela 13 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes – no Estado de Santa Catarina

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes – No Estado de Santa Catarina					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
856.992,00	810.851,00	805.543,00	805.543,00	805.543,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.  Criança atendida	Unidade	113	117	117		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Tabela 14 - Auxílio-Transporte aos Servidores – no Estado de Santa Catarina

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial
Código	2011 Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores – No Estado de Santa Catarina



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

*Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo			Código:	
Programa		Gestão do Processo Eleitoral			Código: 0570 Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.000,00	1.000,00	0,00	0,00			
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.  Pessoa beneficiada		Unidade	1	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00		Unidade	-	

**Tabela 15 - Auxílio-Alimentação aos Servidores – no Estado de Santa Catarina**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		2012			Tipo: Atividade	
Título		Auxílio-Alimentação aos Servidores – No Estado de Santa Catarina				
*Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo			Código:	
Programa		Gestão do Processo Eleitoral			Código: 0570 Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.640.592,00	5.070.392,00	5.052.451,00	5.052.451,00	5.052.451,00	0,00	0,00



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. Pessoa Beneficiada			Unidade	484	494	494
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Tabela 16 - Comunicação e Divulgação Institucional – no Estado de Santa Catarina

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial					
Código	2549		Tipo: Atividade			
Título	Comunicação e Divulgação Institucional – No Estado de Santa Catarina					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
248.158,00	248.158,00	248.158,00	248.158,00	248.158,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão. Matéria veiculada			Unidade	2	-	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.965,00	3.965,00	0,00	Matéria veiculada	Unidade	1	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 17 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral ( X ) Parcial					
Código	216H		Tipo: Atividade			
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.600	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Agente Público Beneficiado		Unidade	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-				

Tabela 18 - Pleitos Eleitorais

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral ( X ) Parcial					
Código	4269		Tipo: Atividade			
Título	Pleitos Eleitorais					
*Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Tribunal Superior Eleitoral					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

0,00	0,00	16.734.085,00	16.608.128,00	15.575.435,00	1.032.693,00	125.957,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Realização das Eleições Municipais do ano de 2016. Eleitor Atendido			Unidade	4.855.803	4.985.048	4.985.048
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
171.013,94	68.566,48	102.447,46		Unidade	1	

**Tabela 19 - Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor**

<b>Identificação da Ação</b>						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( ) Integral ( X ) Parcial				
Código		7832 Tipo: Atividade				
Título		Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor				
*Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código:				
Programa		Gestão do Processo Eleitoral Código: 0570 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		Tribunal Superior Eleitoral				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Lei Orçamentária do exercício</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	2.047.175,00	2.047.175,00	2.047.175,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor. Eleitor Atendido			Unidade	4.855.803	4.985.048	4.985.048
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
19.079,00	14.730,00	2.749,00	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor. Eleitor Atendido	Unidade	4.985.048	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2) Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a pagar não processados – OFSS

Tabela 20 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Araranguá/SC

Identificação da Ação					
Código	14Z6		Tipo: Atividade		
Título	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Araranguá/SC				
*Iniciativa	Ação sem iniciativa				
Objetivo	Ação sem objetivo		Código:		
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 14123				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
326.539,00	326.539,00	-	Construção de imóvel para abrigar o Cartório Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral, no município de Araranguá/SC, com o objetivo de atender ao público alvo da Justiça. Cartório Construído	Percentual de execução física	100

### Ações – Orçamento de Investimento – OI

A LOA 2016 não contemplou ações relacionadas ao orçamento de investimento deste Tribunal.

### Análise crítica da realização da despesa

O orçamento do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina - TRESA, foi elaborado, em 2015, de forma a retratar com fidelidade as demandas do órgão para o exercício de 2016. Verifica-se, na execução dos recursos programados, que o TRESA atingiu os objetivos traçados, ou seja, a execução ocorreu de acordo com o planejado. Reforça esta afirmação o fato de que, no ano de 2016, apenas R\$ 414.817,54 (quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), 0,2146% dos recursos disponibilizados, incluindo os valores descentralizados pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE no montante de R\$ 193.258.852,00 (cento e noventa e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), foram inscritos em restos a pagar não processados e deverão ser liquidados em 2017.

Destaca-se que, na execução orçamentária do exercício de 2016, não houve a ocorrência de eventos que a prejudicassem. No entanto, houve aumento do valor executado dos créditos em movimentação, no valor de R\$ 17.831.712,00 (dezessete milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e doze reais), em razão de terem sido realizadas eleições municipais e a continuidade da atividade Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em complemento, segue-se à análise por meio de índices da execução orçamentária.

- **Índice de Utilização Orçamentária: 99,7853%**

O índice de utilização orçamentária busca conhecer se o orçamento da Unidade Gestora foi elaborado de forma adequada, sem superdimensionamento de gastos. Do resultado, pode-se constatar que 99,7853% do orçamento líquido foi efetivamente utilizado, contrapondo-se à Despesa Liquidada somada com as inscrições em Restos a Pagar Não Processados, que constituíram o montante de R\$ 192.763.945,00 (cento e noventa e dois milhões, setecentos e sessenta e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais), com a Despesa Autorizada, incluído as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, que foi de R\$ 193.258.852,00 (cento e noventa e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais). Tal percentual reflete uma previsão orçamentária coerente com a programação dos gastos realizada durante o exercício de 2016 e que as suplementações orçamentárias foram necessárias para o pagamento de despesas decorrentes do reajuste salarial dos servidores, recomposição orçamentária em virtude de cortes ocorridos no início do exercício e pagamento de benefícios assistências.

- **Índice de Despesas Diretas com Pessoal: 76,1633%**

O Índice de Despesas Diretas com Pessoal objetiva avaliar a participação das despesas realizadas com pessoal no total das despesas do exercício.

Durante o exercício, das despesas liquidadas e inscritas em Restos a pagar Não Processados classificadas com Despesas Correntes e Despesas de Capital, que constituíram o montante total de R\$ 192.763.945,00 (cento e noventa e dois milhões, setecentos e sessenta e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais), 76,1633% foram aplicações diretas realizadas com Pessoal e Encargos Sociais, que resultou em R\$ 146.815.314,00 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e quinze mil, trezentos e quatorze reais), incluído a provisão recebida do Tribunal Superior Eleitoral para a realização das Eleições Municipais de 2016.

Como podemos observar, a programação e a execução orçamentária deste Tribunal se concentram na despesa com pessoal e encargos sociais, enquanto os créditos orçamentários destinados a outros custeios e capital são utilizados na manutenção do órgão.

Quanto à execução física das ações, verifica-se, conforme demonstrado abaixo, que não ocorreram problemas na execução destas:

- **20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral**

Nesta ação, estão concentrados os recursos destinados à manutenção da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, ou seja, visa o pagamento de despesas contratuais que se repetem anualmente e a aquisição de bens (investimentos) necessários à continuidade dos trabalhos realizados.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- **2004 – Assistência Médica e Odontológica**

A meta física prevista para 2016, no total de 1.342 beneficiários, foi calculada com base no quantitativo de beneficiários no mês de março de 2015, sendo que neste mês haviam 8 (oito) cargos vagos. O aumento no número de beneficiários para 1.398, deve-se à inclusão de novos servidores e dependentes. Para atender às despesas decorrentes do aumento no número de beneficiários, o TRES recebeu crédito adicional de R\$ 85.355,00 (oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).

- **2010 – Auxílio Pré-Escolar**

Foi previsto o atendimento de 113 dependentes de servidores no ano de 2016, no entanto, no mês de dezembro de 2016, o total de benefícios pagos foi de 117. Justifica-se este aumento pela inclusão de novos dependentes pelos novos servidores e pelos já em exercício. Este aumento no número de beneficiários não comprometeu a execução orçamentária de 2016, tendo em vista que houve descentralização ao TSE de recursos referentes à sobra orçamentária.

- **2011 – Auxílio-Transporte**

A meta prevista constante na LOA para o exercício de 2016 foi de 1 beneficiário, no entanto, não houveram, em 2016, servidores habilitados a receber o benefício.

- **2012 – Auxílio-Alimentação**

A meta física constante na LOA para o exercício de 2016 foi de 484 beneficiários. Em função da posse de novos servidores no final do exercício de 2016, a meta física realizada foi de 494.

### **Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento**

Não houve ocorrência neste exercício.

### **Restos a pagar de exercícios anteriores**

Quadro 21 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 = (a-b-c)
2015	1.595.584,02	1.569.330,23	26.253,79	0,00
Restos a Pagar Não Processados				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 = (e-g-h)
2013	129.019,41	0,00	0,00	129.019,41	0,00
2014	1.028.666,12	883.323,87	883.323,87	145.342,25	0,00
2015	3.651.745,18	2.858.867,48	2.858.867,48	760.977,70	31.900,00

### **Análise dos restos a pagar processados e restos a pagar processados liquidados**

Os valores inscritos referem-se, em sua maioria, aos contratos contínuos que, pelo regime de competência, foram liquidados no mês de dezembro/2015, mas o pagamento foi realizado no ano de 2016, após a comprovação da realização do serviço pelos fiscais de contrato.

### **Análise dos Restos a Pagar Não Processados**

#### **Ano de 2013:**

Os valores foram cancelados em função da não realização das despesas previstas, sendo o valor de R\$ 127.129,41 (cento e vinte e sete mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e um centavos) referente ao contrato de telefonia de longa distância e R\$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais) referente a não entrega de equipamentos de áudio e vídeo.

#### **Ano de 2014:**

Dos valores reinscritos no ano de 2016, destacam-se os referentes a reformas dos Cartórios Eleitorais de Itajaí/SC, no valor de R\$ 334.486,11, do Cartório Eleitoral de Timbó/SC, no valor de R\$ 66.208,29, a construção do Cartório Eleitoral de Araranguá/SC, no valor de R\$ 326.539,26, a contratação de projeto arquitetônico para os Cartórios Eleitorais de Anchieta, Urubici e Santo Amaro da Imperatriz/SC e das despesas com telefonia para a realização das Eleições de 2014 e não apresentadas no ano de 2015, no valor de R\$ 150.471,55.

Verifica-se que 85,8708% das despesas inscritas em Restos a Pagar foram pagas no ano de 2016, sendo canceladas aquelas em que o serviço não foi prestado ou a fatura não foi apresentada, dentre estas destacam-se: a) R\$ 89.873,42 referente a serviços de telefonia para a realização das Eleições de 2014; e b) R\$ 45.801,99 referente a contratação de projeto arquitetônico para os Cartórios Eleitorais de Anchieta, Urubici e Santo Amaro da Imperatriz/SC.

#### **Ano de 2015**

Dos valores inscritos no ano de 2016, 78,2877% foram pagos; 20,8387% foram cancelados e 0,8735% foram reinscritos no ano de 2017.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Das despesas inscritas e canceladas, destacam-se a de prestação de serviços telefônicos no valor de R\$ 57.450,06, a de fornecimento de condicionadores de ar no valor de R\$ 61.818,00, a de aquisição de material de expediente no valor de R\$ 194.800,00, e despesas com Pessoal Ativo e Inativo no valor de R\$ 315.756,30, sendo que os condicionadores de ar e o material de expediente não foram entregues.

Restaram para pagamento em 2017 as despesas referentes à realização de concurso público em 2015, no valor de R\$ 30.300,00 e ao ressarcimento pelo consumo de energia elétrica em sala cedida para o cadastramento biométrico de eleitores, no valor de R\$ 1.600,00.

### Informações sobre a execução das despesas

#### 1) Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 22 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	23.141.317		14.714.037		21.661.264		13.600.554	
a) Convite	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
b) Tomada de Preços	159.779	0,69	0,00	-	159.779	0,74	0,00	-
c) Concorrência	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
d) Pregão	22.981.538	99,31	14.714.037	100	21.501.485	99,26	13.600.554	100
e) Concurso	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
f) Consulta	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
2. Contratações Diretas (h+i)	8.695.447		10.835.056		8.589.343		10.423.170	
h) Dispensa	6.240.156	71,76	8.773.088	80,97	6.139.603	71,48	8.372.326	80,32
i) Inexigibilidade	2.455.291	28,24	2.061.967	19,03	2.449.740	28,52	2.050.845	19,68
3. Regime de Execução Especial	134.811		164.072		134.811		164.072	
j) Suprimento de Fundos	134.811	100	164.827	100	134.811	100	164.827	100
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	148.279.617		130.676.927		148.279.617		130.676.927	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

k) Pagamento em Folha	146.815.314	99,01	129.085.397	98,78	146.815.314	99,01	129.085.397	98,78
l) Diárias	1.464.303	0,99	1.591.530	1,22	1.464.303	0,99	1.591.530	1,22
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	180.251.192		156.390.091		178.665.035		154.864.723	

6. Total das Despesas da UPC	192.763.946	100	165.126.670	100	191.177.789	100	163.601.302	100
------------------------------	-------------	-----	-------------	-----	-------------	-----	-------------	-----

### **Análise crítica da realização da despesa**

Analisando o quadro “Despesas por Modalidade de Contratação”, constata-se que, do valor total contratado pelo Órgão – R\$ 31.676.985,00 –, 72,5% foi resultado de certames licitatórios, o que evidencia que o TRESA prima por realizar as suas contratações por meio de licitação, contratando dispensa ou inexigibilidade de licitação apenas em situações onde a concorrência é inviável.

Ainda cabe ressaltar que, dos 27,45% contratados sem licitação, 42,56% (R\$ 3.700.957,63) correspondem a contratos de locação de imóveis selecionados por serem, nas respectivas localidades, aqueles que melhor atendem às finalidades precípua da Administração, conforme prevê o art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993, e 28,23% a contratações com inexigibilidade de licitação, por restar configurada a inviabilidade de competição. Conclui-se, portanto, que as demais contratações diretas realizadas por este Tribunal, nelas incluídos os casos de dispensa de licitação pelo valor (art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993), representam 8% do montante total contratado pelo Órgão.

Para maior esclarecimento, segue anexo a este Relatório a relação de todas as contratações realizadas por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação no exercício.

O acréscimo verificado na modalidade de licitação “Pregão”, entre os anos de 2015 e 2016, justifica-se pela aquisição de produtos e contratação de serviços para a realização das Eleições Municipais de 2016.

O incremento nas despesas com pessoal, no ano de 2016, decorreu do reajuste salarial concedido aos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Civis, da implantação da Função Comissionada FC-6 nos Cartórios Eleitorais, ao reajuste das Funções de Confiança, nível CJ e ao pagamento de serviço extraordinário e Gratificações aos Juizes do Pleno do TRESA e Juizes Auxiliares em função da realização das Eleições Municipais de 2016.

Com relação ao item diárias, o valor de 2016 justifica-se pela realização das Eleições Municipais de 2016, e de 2015 justifica-se pelas atividades relacionadas ao cadastramento biométrico dos eleitores nos Municípios de Biguaçu, Palhoça, São José, Joinville e Florianópolis/SC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2) Despesas por grupo e elemento de despesa

Tabela 23 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas	95.311.768	88.139.057	95.308.426	87.913.395	3.343	225.661	95.308.426	87.913.395
01 – Aposentadoria e Reformas	20.862.049	19.242.260	20.862.049	19.242.260	0,00	0,00	20.862.049	19.242.260
13 – Obrigações Patronais	15.221.485	14.330.656	15.221.485	14.330.656	0,00	0,00	18.221.485	14.330.656
Demais elementos do grupo	15.499.827	7.799.085	15.423.354	7.599.085	76.473	200.000	15.423.354	7.599.085
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	27.404.068	18.676.429	27.243.620	18.002.137	160.448	674.292	25.704.018	16.909.187
46 – Auxílio-Alimentação	5.052.451	4.530.883	5.052.451	4.530.883	0,00	0,00	5.052.451	4.530.883
93 – Indenizações e Restituições	4.558.343	3.460.470	4.537.113	3.144.841	21.230	315.629	4.537.113	3.146.941
Demais elementos do grupo	8.012.867	5.746.492	7.995.773	5.149.856	17.094	596.636	7.951.301	5.048.468
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
52 – Equipamentos e Material Permanente	1.232.390	2.148.963	1.096.160	509.436	136.230	1.639.527	1.095.160	508.696
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	23.515	616.051	23.515	616.051	0,00	0,00	22.431	616.051
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
6. Amortização da Dívida								



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Análise crítica da realização da despesa**

O incremento nas despesas com pessoal, no ano de 2016, decorreu do reajuste salarial concedido aos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Civis, da implantação da Função Comissionada FC-6 nos Cartórios Eleitorais e ao reajuste das Funções de Confiança, nível CJ.

Verifica-se que os valores inscritos em restos a pagar não processados referentes ao ano de 2016, no valor de R\$ 414.817,54 (quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), tiveram uma redução de 88,6406% em relação ao valor inscrito relativo ao ano de 2015, no valor de R\$ 3.651.745,18 (três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e dezoito centavos), refletindo o planejamento e a manutenção da política de contratações deste Tribunal.

O acréscimo verificado no Grupo de Despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e nos Demais Elementos do Grupo”, decorreu da aquisição de produtos, contratação de serviços, pagamento de diárias, despesas com locomoção e outras para a realização das Eleições Municipais de 2016.

Destaca-se que, para a realização das contratações no Grupo de Despesa “Outras Despesas Correntes”, esta unidade recebeu suplementação orçamentária no valor R\$ 2.058.296,00 (dois milhões, cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e seis reais) em função da redução orçamentária verificada no início do exercício financeiro de 2016.

### **Desempenho operacional**

#### **Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário**

As metas nacionais do Poder Judiciário são definidas em caráter anual, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, no ano de 2016, couberam à Justiça Eleitoral as metas 1 e 2, além de uma meta específica para este segmento especializado da Justiça.

Seguem abaixo os resultados alcançados frente às metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido em Brasília nos dias 24 e 25 de novembro de 2015:

#### **META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos:**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. A meta é considerada cumprida quando o valor for igual ou superior a 100%.

Em 2º grau, houve o cumprimento de 93% - índice alto ao considerar-se o ano eleitoral; em 1º grau, a meta teve 72% de cumprimento, em razão do grande número de ações decorrentes do pleito, especialmente as prestações de contas de não eleitos, que são julgadas somente no ano seguinte.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Essa meta deve ter sua aplicação à Justiça Eleitoral reavaliada, de modo que passe a considerar a disparidade do volume processual entre anos eleitorais e não eleitorais.

### **META 2 – Julgar processos mais antigos:**

Justiça Eleitoral: Identificar e julgar até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014;

Resultado alcançado: o grau de cumprimento da meta foi 105,27%. O resultado contemplou o total de processos julgados no 1º e 2º graus em matéria criminal e não criminal. O resultado obtido superou a meta estabelecida para o exercício de 2016.

### **META ESPECÍFICA PARA A JUSTIÇA ELEITORAL:**

Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo, medindo-se, com isso, a capacidade de racionalizar seus procedimentos para atender aos principais anseios da sociedade.

Resultado alcançado: o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina identificou, em 2016, as ações que poderiam importar a não diplomação ou perda do mandato eletivo; fez a previsão/inclusão em seu planejamento estratégico de indicador que assegure a priorização das ações de que trata a meta específica para a Justiça Eleitoral; desenvolveu iniciativas que asseguram a priorização das ações de que trata a meta específica para a Justiça Eleitoral e divulga na internet a Estatística Processual relativa às ações. O link para consulta é: <http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/metasprioritarias-2010/metascnj-2016/index.html>

Ao longo do exercício de 2016 foram identificados 85 processos na meta específica da Justiça Eleitoral, sendo que 56 foram julgados, restando 29 processos pendentes de julgamento.

O TRESA suplantou as expectativas ao atingir, no primeiro quadrimestre de 2016, tanto para o primeiro quanto para o segundo grau de jurisdição, 100% da meta específica.

### **Apresentação e análise de indicadores de desempenho**

Quadro 24 – Indicadores de desempenho relacionados à Gestão de Pessoas

Denominação do indicador	Índice de Referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula de cálculo	Análise
<b>Índice de Aderência ao PAC</b>	87% (jan 2015)	80%	84%	Anual	$\frac{(TTPR/TPT) \times 100}{\text{Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Promovidos pelo}}$	O índice alcançado superou o índice previsto como meta para 2016.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					Tribunal (TPT), multiplicado por cem.	
<b>Índice de execução do PAC</b>	40% (jan 2015)	50%	76%	Anual	$(\text{TTPR}/\text{TTPP}) \times 100$ Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Previstos no PAC (TTPP), multiplicado por cem.	O índice alcançado superou o índice previsto como meta para 2016.

Tabela 25 - Indicadores de desempenho relacionados à Tecnologia da Informação

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	90%	90%	98,6%	Semestral	Média da pesquisa de satisfação geral e da avaliação individual do atendimento dos incidentes e requisições.
<b>Análise Crítica:</b> A meta para 2016 foi alcançada demonstrando a satisfação dos usuários de TIC.					
Índice de desempenho do portfólio de soluções corporativas	Não medido	20%	16%	Semestral	Percentual entre as soluções entregues e as demandas do portfólio de soluções corporativas.
<b>Análise Crítica:</b> A medição aferida para este indicador apesar de ser abaixo do previsto era esperado pelo fato de ser um ano eleitoral em que há um acréscimo das demandas e a equipe de TI se mantém com o mesmo número há anos. Para minimizar este impacto diante da previsão de aumento de demanda foi solicitado orçamento para contratar serviço de desenvolvimento terceirizado, porém, diante do corte orçamentário não houve previsão de verba para este fim.					
Índice de acurácia no planejamento de capacitação em TIC	91,03%	70%	33,33%	Semestral	Número de ações de capacitação previstas no PDTI / Número de ações de capacitação planejadas e realizadas * 100
<b>Análise Crítica:</b> O resultado foi abaixo do esperado pelo impacto dos cortes orçamentários realizados pelo TSE nas ações de capacitação em 2016.					
Índice de acurácia no planejamento orçamentário de TIC	86,82%	80%	81,85%	Semestral	Média ponderada (diferença absoluta entre o total empenhado e o valor orçamento aprovado) para cada categoria do plano interno



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Análise Crítica:</b> A meta estabelecida foi atingida demonstrando a eficiência das melhorias realizadas para a gestão orçamentária de TIC e também decorrente da implantação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (GESTIC) em 2016.					
Índice de acurácia no planejamento das contratações de TIC	Não medido	80%	73,46%	Semestral	Média ponderada (diferença absoluta entre o valor contratado e o valor planejado da contratação) para cada contratação prevista no plano anual de contratações de TIC
<b>Análise Crítica:</b> O resultado foi abaixo do esperado em função dos cortes orçamentários realizados pelo TSE ao longo do ano de 2016. Mesmo assim, o valor do indicador está num bom patamar para a natureza da atividade.					

### Indicadores específicos do desempenho dos Tribunais

A tabela a seguir apresenta a matriz de indicadores estratégicos e de apoio à estratégia selecionados para acompanhar o desempenho da Instituição durante o período de vigência do Planejamento Estratégico (2016-2020). A escolha dos indicadores levou em consideração o conteúdo temático dos objetivos definidos para a estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, resultantes dos macrodesafios do Poder Judiciário estabelecidos por meio da Res. CNJ n. 198, de 1.º de janeiro de 2015.

Os indicadores trazem para o nível estratégico da Instituição uma série de elementos da governança pública (acessibilidade, transparência, sustentabilidade ambiental, governança de pessoas, gestão da informação, governança de aquisições, governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, etc.). O monitoramento desses índices permitirá à Instituição acompanhar a evolução no cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao longo do período.

O resultado dos indicadores estratégicos é um cálculo ponderado de dois ou mais indicadores de apoio, mensurados de forma diferenciada conforme as especificidades apresentadas em anos eleitorais e não eleitorais.

Em 8 de dezembro de 2016, a CPGO, após análise, aprovou o novo conjunto de indicadores estratégicos desenvolvido colaborativamente com todas as unidades que a compõe.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 26 - Matriz de indicadores estratégicos e de apoio à estratégia

Objetivos Estratégicos		Indicadores Estratégicos	Indicadores de Apoio	Unidade Gestora	Peso (%)	
					AE	AN E
<b>Sociedade</b>	<b>OE1 - Garantia dos direitos da cidadania</b>	<b>IE1- Índice de garantia dos direitos da cidadania</b>	IA1.1 - Índice de excelência no atendimento ao cidadão	SCRE	20	20
			IA1.2 - Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo	SCRE	15	15
			IA1.3 - Índice de ações de promoção da cidadania	EJESC	10	10
			IA1.4 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC	STI	10	10
			IA1.5 - Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo	SJ	15	15
			IA1.6 - Índice de desempenho do plano de logística sustentável	SAO	10	10
			IA1.7 - Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC	ASCOM	10	10
			IA1.8 - Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense	CPA	10	10
	<b>OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa</b>	<b>IE2 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa</b>	IA2.1 - Índice de execução do plano anual de auditoria	SCIA	15	15
			IA2.2 - Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades (Lei da Ficha Limpa)	SJ/SCRE	25	25
			IA2.3 - Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário	SGP	20	20
			IA2.4 - Índice de julgamento de processos prioritários	SJ/SCRE	25	25
			IA2.5 - Índice de cumprimento das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno	SCIA	15	15
<b>Processos</b>	<b>OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral</b>	<b>IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral</b>	IA3.1 - Índice de eleitores com cadastro biométrico	SCRE	35	70
			IA3.2 - Índice de reconhecimento biométrico do eleitor	STI	30	NM
			IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral	STI	15	NM
			IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados	STI	10	NM
			IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor	STI	10	NM
			IA3.6 - Quantitativo de correições e inspeções	SCRE	NM	30
				IA4.1 - Índice de agilidade no julgamento de outros processos judiciais	SJ/SCRE	30
			IA4.2 - Índice de congestionamento líquido	SJ/SCRE	30	30



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Pessoas e Recursos</b>	<b>OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</b>	<b>IE4 – Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</b>	IA4.3 - Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário	SJ/SCRE	40	40
	<b>OE5 - Aperfeiçoamento da gestão da informação</b>	<b>IE5- Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação</b>	IA5.1 - Índice de maturidade em gestão documental	SJ	25	25
			IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação	CSI	25	25
			IA5.3 - Índice de classificação documental	SJ	25	25
			IA5.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense	SJ	25	25
	<b>OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas</b>	<b>IE6 – Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas</b>	IA6.1 - Índice de maturidade em governança e gestão de pessoas	SGP	30	30
			IA6.2- Índice do clima organizacional	SGP	NM	10
			IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento	EJESC	20	20
			IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento	EJESC	25	20
			IA6.5 - Índice de promoção à saúde do servidor	SGP	25	20
	<b>OE7 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária</b>	<b>IE7- Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária</b>	IA7.1 - Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário	SAO	50	50
			IA7.2 - Índice de execução do orçamento estratégico	SAO	50	50
	<b>OE8 - Fortalecimento da governança</b>	<b>IE8- Índice de fortalecimento da governança</b>	IA8.1 - Índice de maturidade em governança pública	AEPE	25	25
			IA8.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas	AEPE	10	10
			IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa	AEPE	10	10
			IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações	SAO	15	15
			IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações	SAO	20	20
			IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações	SAO	20	20
	<b>OE9 - Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação</b>	<b>IE9- Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação</b>	IA9.1 - Índice de maturidade em governança e gestão de TIC	STI	50	50
IA9.2- Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC			STI	50	50	

As tabelas abaixo apresentam informações dos indicadores estratégicos (IE) e dos indicadores de apoio à estratégia (IA) estabelecidos para avaliar o desempenho da Instituição no cumprimento de seus objetivos estratégicos.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 27 - Indicadores Estratégicos (IE)

Título do Indicador Estratégico (IE)	Índice de Referência	Índice Previsto (Meta)	Índice Alcançado (Resultado)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
IE1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania	NM	79%	83%	Anual	$RIE1 = (IA1.1 \times P) + (IA1.2 \times P) + (IA1.3 \times P) + (IA1.4 \times P) + (IA1.5 \times P) + (IA1.6 \times P) + (IA1.7 \times P) + (IA1.8 \times P).$
IE2 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa	NM	80%	89%	Anual	$RIE2 = (IA2.1 \times P) + (IA2.2 \times P) + (IA2.3 \times P) + (IA2.4 \times P) + (IA2.5 \times P).$
IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	NM	55%	52%	Anual	$RIE3 = (IA3.1 \times P) + (IA3.2 \times P) + (IA3.3 \times P) + (IA3.4 \times P) + (IA3.5 \times P) + (IA3.6 \times P).$
IE4 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	NM	85%	83%	Anual	$RIE4 = (IA4.1 \times P) + (IA4.2 \times P) + (IA4.3 \times P).$
IE5 - Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação	NM	35%	53%	Anual	$RIE5 = (IA5.1 \times P) + (IA5.2 \times P) + (IA5.3 \times P) + (IA5.4 \times P).$
IE6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas	NM	55%	74%	Anual	$RIE6 = (IA6.1 \times P) + (IA6.2 \times P) + (IA6.3 \times P) + (IA6.4 \times P) + (IA6.5 \times P).$
IE7 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária	NM	64%	89%	Anual	$RIE7 = (IA7.1 \times P) + (IA7.2 \times P).$
IE8 - Índice de fortalecimento da governança	NM	60%	57%	Anual	$RIE8 = (IA8.1 \times P) + (IA8.2 \times P) + (IA8.3 \times P) + (IA8.4 \times P) + (IA8.5 \times P) + (IA8.6 \times P).$
IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação	NM	73%	76%	Anual	$RIE9 = (IA9.1 \times P) + (IA9.2 \times P).$



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 28 - Indicadores de Apoio à Estratégia (IA)

Título do Indicador de Apoio (IA)	Índice de Referência (2015)	Índice Previsto (Meta)	Índice Alcançado (Resultado)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
IA1.1 - Índice de excelência no atendimento ao cidadão	91%	90%	96%	Anual	RIA1.1= Total de respostas positivas à pesquisa de qualidade (bom ou excelente) dividido pelo total de respostas x 100%.
IA1.2 - Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo	98%	98%	98%	Anual	RIA1.2= Porcentagem de atendimentos realizados dentro dos prazos previstos
IA1.3 - Índice de ações de promoção da cidadania	NM	40%	100%	Anual	RIA1.3 = NACR/TACP x 100%. NACR: Número de ações de cidadania realizadas. TACP: Total de ações de cidadania previstas.
IA1.4 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC	64%	66%	68%	Anual	RIA1.4 = N. de páginas mais acessadas x 100%/10.
IA1.5 - Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo	98%	98%	99,68%	Anual	RIA1.5 = QSAP/ TS x 100%. Quantidade de solicitações embasadas na Lei de Acesso à Informação atendidas no prazo no período / Total de solicitações embasadas na Lei de Acesso à Informação no período.
IA1.6 - Índice de desempenho do plano de logística sustentável	NM	50%	NM	Anual	RIA1.6 = Número de indicadores que alcançaram as metas do PLS-PJ no período dividido pelo total de indicadores do PLS-PJ x 100%.
IA1.7 - Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC	NM	4500	9006	Anual	RIA1.7 = número de repercussões das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC na imprensa. O indicador de apoio contabilizará para o indicador estratégico o índice percentual obtido do número de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC em relação ao número informado como meta para o exercício, desprezando o que exceder a 100%.
IA1.8 - Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense	64%	64%	73%	Anual	RIA1.8 = NIAA / TIAP x 100% NIAA - Número de itens de acessibilidade atendidos pelo TRE-SC. TIAP - Total de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					itens de acessibilidade previstos no Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral.
IA2.1 - Índice de execução do plano anual de auditoria	NM	100%	50%	Anual	RIA2.1 = TAR/TAP x 100%. TAR = Total de Auditorias Realizadas. TAP = Total de Auditorias Programadas.
IA2.2 - Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades (Lei da Ficha Limpa)	NM	75%	89,37%	Anual	RIA2.2 = PFLJ / TPFLJ x 100%
IA2.3 - Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário	NM	100%	100%	Anual	RIA2.3 = DNRP/TFC x 100%. DNRP - Pessoas designadas ou nomeadas com requisitos preenchidos; TFC - Total de funções de confiança e cargos em comissão.
IA2.4 - Índice de julgamento de processos prioritários	NM	75%	96,2%	Anual	RIA2.4 = (PPI / PPJ) x 100. PPJ: Processos prioritários julgados em até 1 (um) ano; PPI: Processos prioritários julgados no período. Observação: somente entram os processos identificados como prioritários na atuação.
IA2.5 - Índice de cumprimento das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno	NM	50%	100%	Anual	RIA2.5 = TotRA/TotRE x 100%. TotRA - Total de recomendações atendidas; TotRE - Total de recomendações expedidas.
IA3.1 - Índice de eleitores com cadastro biométrico	20,32%	27,72%	27,8%	Anual	RIA3.1 = ECB/TE x 100%. ECB - Eleitorado com cadastro biométrico no Estado; TE - Total do eleitorado do Estado.
IA3.2 - Índice de reconhecimento biométrico do eleitor	NM	92,30%	92,77	Bianual	RIA3.2 = QEB/QEBA x 100%. QEB - Quantidade de eleitores reconhecidos biometricamente; QEBA - Quantidade de eleitores aptos a votar biometricamente e que compareceram ao pleito.
IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral	NM	215	130	Bianual	RIA3.3 = Informar o número total de entidades participantes nas audiências públicas de geração de mídias, preparação de urnas e votação paralela. O indicador de apoio contabilizará para o indicador estratégico o índice percentual obtido do número de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral em relação ao número informado como meta para o exercício, desprezando o que exceder a 100%.
IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados	NM	20%	37,85%	Bianual	RIA3.4 = NMVC/TMC x 100%.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					NMVC - Número de mesários voluntários convocados. TMC - Total de mesários convocados.
IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor	NM	8%	11,1%	Bianual	RIA3.5 = MCPE/TMC 100%. MCPE - Mesários convocados via Portal do Eleitor TMC - Total de mesários convocados.
IA3.6 - Quantitativo de correções e inspeções	NM	NM	NM	Bianual	RIA3.6= número de zonas eleitorais visitadas pela corregedoria em inspeção ou correição em anos não-eleitorais.
IA4.1 - Índice de agilidade no julgamento de processos judiciais	NM	75%	89,11%	Anual	RIA4.1 = $\frac{IAJ1^{\circ}G + IAJ2^{\circ}G}{2}$ $\frac{IAJ1^{\circ}G}{IAJ1^{\circ}G} = \frac{PJF1^{\circ}G}{PJ1^{\circ}G} \times 100$ (SCRE) $\frac{IAJ2^{\circ}G}{IAJ2^{\circ}G} = \frac{PJF2^{\circ}G}{PJ2^{\circ}G} \times 100$ (SJ)
IA4.2 - Índice de congestionamento líquido	NM	20%	20,47%	Anual	RIA4.2 = $ICL = \frac{(ICL1^{\circ}G + ICL2^{\circ}G)}{2}$ $ICL1^{\circ}G = \{1 - [\frac{TBaix1^{\circ}G}{(TotDist1^{\circ}G \text{ e } TotSusp1^{\circ}G)}]\} \times 100$ $ICL2^{\circ}G = \{1 - [\frac{TBaix2^{\circ}G}{(TotDist2^{\circ}G \text{ e } TotSusp2^{\circ}G)}]\} \times 100$
IA4.3 - Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário	NM	80%	66,66%	Anual	RIA4.3 = $IAMPJ = \frac{(IAM1^{\circ}G + IAM2^{\circ}G)}{2}$ $IAM1^{\circ}G = \frac{NMA}{TMP}$ $IAM2^{\circ}G = \frac{NMA}{TMP}$ $IAMPJ$ índice de alcance de metas nacionais do Poder Judiciário; $IAM1^{\circ}G$ : índice do alcance de metas no 1º grau; $IAM2^{\circ}G$ : índice do alcance de metas no 2º grau; NMA: número de metas atingidas; TMP: total de metas para o período.
IA5.1 - Índice de maturidade em gestão documental	NM	10%	47,27%	Anual	RIA5.1 = $\frac{IGdoc}{IGDocSEDE + IGDocZE} \times 2$
IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação	NM	60%	62%	Anual	RIA5.2 = $\frac{NICSI}{TICSI} \times 100\%$ . NICSI: número de itens de controle em segurança da informação atendidos pelo TRESA; TICSI: total de itens de controle em segurança da informação.
IA5.3 - Índice de classificação documental	NM	10%	13,26%	Anual	RIA5.3 = $\frac{NUCD}{TU} \times 100$ NUCD: número de unidades com classificação documental de acordo com o plano de classificação e a tabela de temporalidade de documentos. TU: total de unidades do TRESA.
IA5.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense	NM	60%	90,43%	Anual	RIA5.4 = $\frac{NIT}{TIT} \times 100\%$ . NIT: número de itens de transparência implementados pelo TRESA; TIT: total de itens de transparência avaliados.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

IA6.1 - Índice de maturidade em governança e gestão de pessoas	NM	57%	57%	Anual	RIA6.1 = Resultado do IMGGP x 100%.
IA6.2 - Índice do clima organizacional	NM	NM	NM	Bianual	RIA6.2 = Resultado do formulário eletrônico com amostra igual ou superior a 50% dos servidores.
IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento	NM	50%	84%	Anual	RIA6.3 = IAPACD = TCPR / TCR x 100%. IAPACD: índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento; TCPR: total de cursos do PACD realizados; TCR: total de cursos realizados.
IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento	NM	50%	76%	Anual	RIA6.4 = IEPACD = TCPR/TCPP x 100%. IEPACD: Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento; TCPR - total de cursos do PACD realizados; TCPP - total de cursos previstos no PACD.
IA6.5 - Índice de promoção à saúde do servidor	NM	60%	86%	Anual	RIA6.5 = IProm = NAPS / TAP x 100%. IProm: Índice de promoção à saúde do servidor; NAPS: número de ações de promoção à saúde no período; TAP: total de ações planejadas no PQV para o período.
IA7.1 - Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário	NM	68%	80%	Anual	RIA7.1 = Total Executado em Acordo com a Programação Orçamentária ÷ Recursos Orçamentários Alocados no SIGEPRO.
IA7.2 - Índice de execução do orçamento estratégico	NM	60%	98%	Anual	RIA7.2 = IEQE = VEIE/VDIE x 100%. IEQE: Índice de execução do orçamento estratégico; VEIE: Valor executado em iniciativas estratégicas; VDIE: Valor disponibilizado para iniciativas estratégicas.
IA8.1 - Índice de maturidade em governança pública	NM	48%	48%	Anual	RIA8.1 = Resultado do IMGP x 100%.
IA8.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas	NM	60%	61%	Anual	RIA8.2 = IEC/IEP x 100%. IER: Número de iniciativas estratégicas realizadas no período; IEP: número total de iniciativas estratégicas previstas.
IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa	NM	33%	0%	Anual	RIA8.3 = RAER/RPP x 100%. RAER: reuniões de análise da estratégia realizadas; RPP: reuniões previstas para o período.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

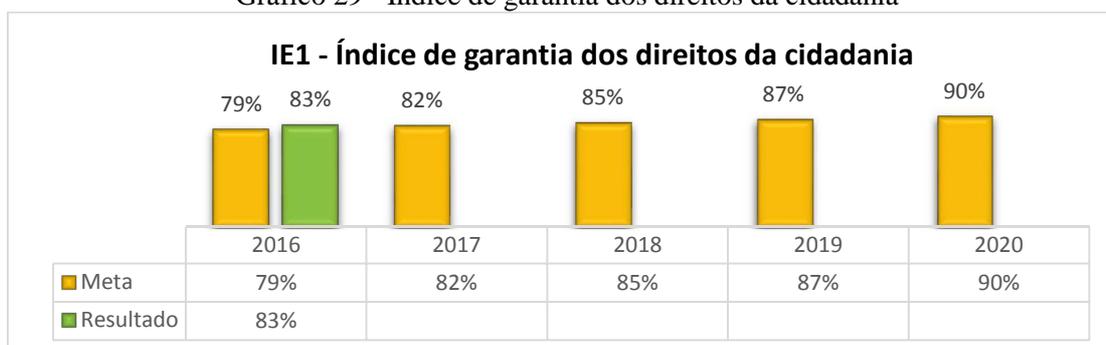
IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações	NM	80%	80,18%	Anual	RIA8.4 = Quantidade de licitações concluídas com êxito (pelo menos um item) que estão discriminadas no planejamento de contratações ÷ Quantidade total de licitações concluídas com êxito (pelo menos um item).
IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações	NM	70%	56,03%	Anual	RIA8.5 = Quantidade de solicitações válidas de licitação recebidas no prazo previsto em cada grupo do planejamento de contratações, cujos objetos estejam contemplados no respectivo grupo ÷ quantidade total de solicitações válidas de licitação recebidas no período avaliado.
IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações	71,77%	70%	75,99%	Anual	RIA8.6 = Total de processos de contratação finalizados com êxito no prazo padrão dividido pelo total de processos finalizados com êxito no ano base, multiplicados por cem.
IA9.1 - Índice de maturidade em governança e gestão de TIC	NM	60%	61%	Anual	RIA9.1 = Resultado do IMGovTIC x 100%.
IA9.2 - Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC	NM	85%	91,02%	Anual	RIA9.2 = Média (Valor do indicador/meta do indicador) x 100%.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Apresentação gráfica e análise dos indicadores de desempenho do planejamento estratégico

Gráfico 29 - Índice de garantia dos direitos da cidadania



O resultado do indicador estratégico IE1 – Índice de garantia dos direitos da cidadania superou a meta estratégica estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 30 – Índice de excelência no atendimento ao cidadão



O resultado do índice de excelência no atendimento ao cidadão superou a meta para o exercício de 2016.

Gráfico 31 – Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo

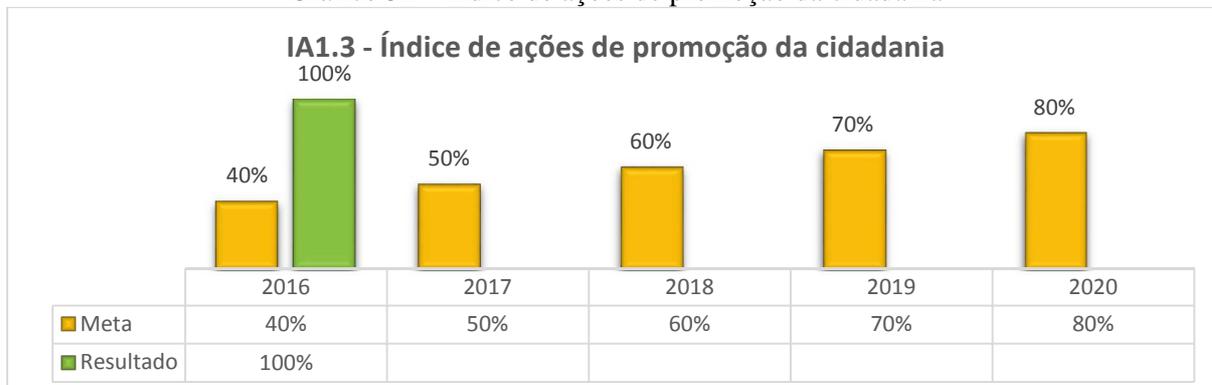


O resultado do índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo atingiu a meta definida para o exercício de 2016.



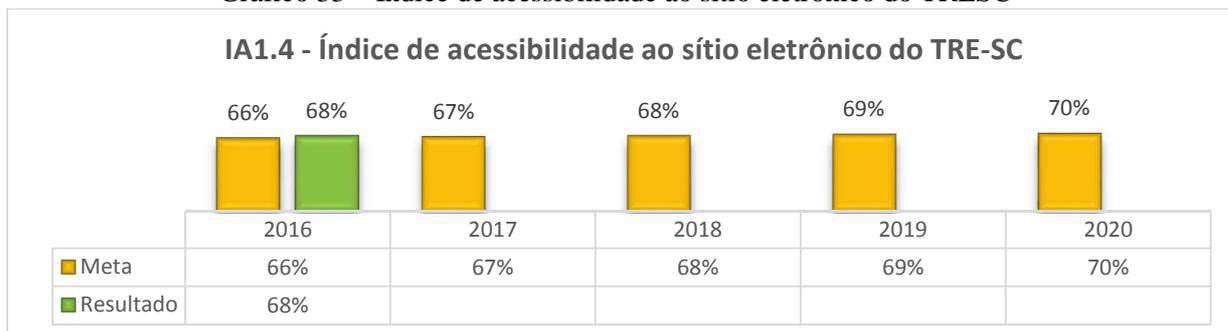
## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 32 – Índice de ações de promoção da cidadania



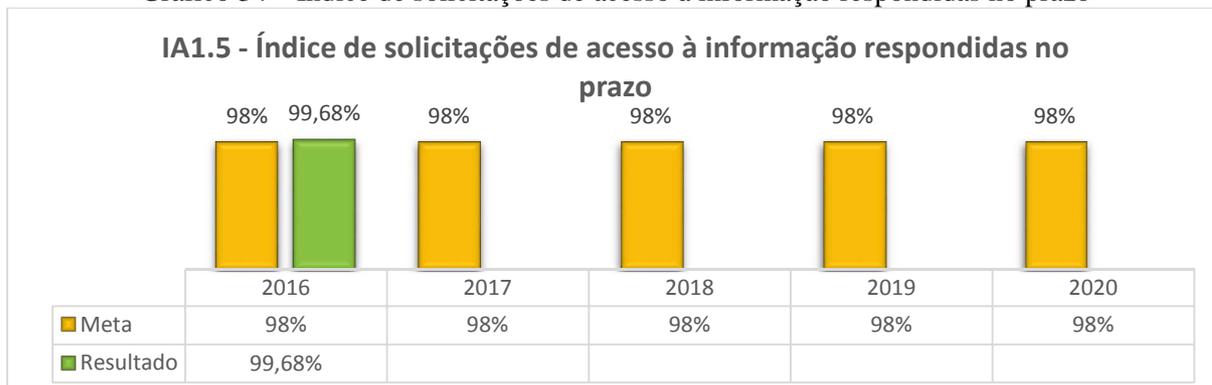
O resultado do índice de ações de promoção da cidadania superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 33 – Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRES-C



O resultado do índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRES-C superou a meta para o exercício de 2016. Pelo índice obtido pode-se perceber que as iniciativas tomadas no sentido de orientar continuamente os publicadores de conteúdo tem surtido um efeito aceitável, não obstante o fato da necessidade de aprimorar continuamente as técnicas que garantam a acessibilidade das informações publicadas na internet.

Gráfico 34 – Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo

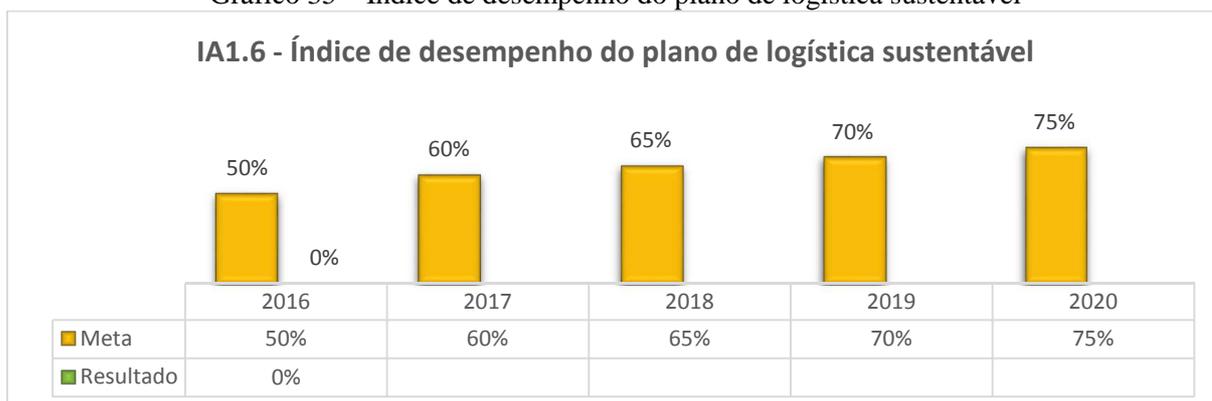




## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O resultado do índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo superou a meta para o exercício de 2016.

Gráfico 35 – Índice de desempenho do plano de logística sustentável



O índice de desempenho do plano de logística sustentável não pode ser calculado no exercício de 2016. A unidade responsável pela aferição acresceu o detalhamento que segue: “considerando que as metas do nosso PLS referentes ao ano de 2016 não foram definidas, tendo em vista o teor do Glossário do Anexo I da Resolução CNJ n. 201/2015 e o art. 25 da Resolução TSE 23.474/2016, publicada posteriormente à edição do PLS do TRESA, que definem a necessidade de duas séries históricas a serem elaboradas conforme os indicadores previstos, levando-se em consideração o ano eleitoral e o ano não eleitoral.”

Para efeitos de cálculo do indicador estratégico o valor “0” foi considerado para o exercício.

Gráfico 36 – Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRESA

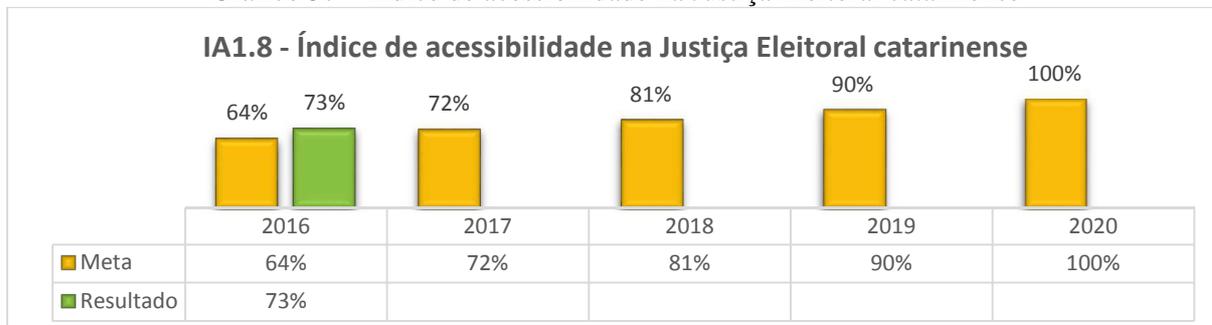


O resultado do quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRESA atingiu a meta para o exercício de 2016. O número estabelecido como meta para ano eleitoral foi de 4.500 repercussões, e o resultado atingido foi mais de 9.000 repercussões. O indicador é limitado a 100% para composição do índice de garantia dos direitos da cidadania.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 37 – Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense



O resultado do índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense superou a meta estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 38 – Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa



O resultado do indicador estratégico IE2 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa superou a meta para o exercício de 2016.

Gráfico 39 – Índice de execução do plano anual de auditoria



O resultado do índice de execução do plano anual de auditoria ficou aquém da meta estabelecida para o exercício. Das auditorias programadas para o exercício de 2016: Folha de Pagamento, Aquisições e Contratações de Serviços e Convênios, Segurança Institucional e Inscrição em Restos a Pagar, as duas últimas foram concluídas no exercício de 2016.

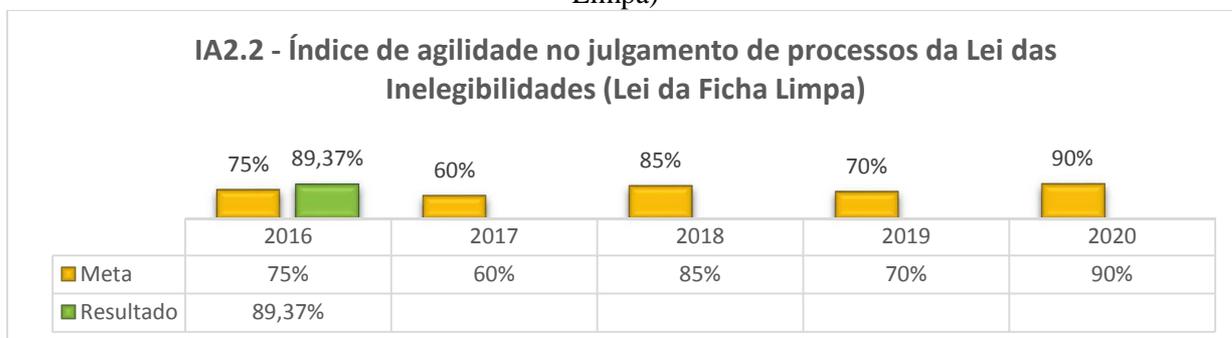
As auditorias não concluídas são de grande envergadura e os trabalhos operacionais de execução propriamente ditos foram realizados nos prazos especificados nos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

respectivos programas de auditoria. Todavia, o cumprimento dos prazos no que se refere à apresentação dos relatórios preliminares para manifestação das unidades auditadas - cuja revisão final está ao encargo da titular da Secretaria - e, por consequência, as etapas posteriores de resposta e conclusão foram profundamente impactadas quanto aos seus prazos de realização, em razão de severos problemas nos sistemas de análise de prestações de contas eleitorais disponibilizados pelo TSE, o que exigiu integral dedicação da titular da SCIA até a normalização dos trabalhos, em razão dos prazos judiciais para julgamento de tais contas.

Gráfico 40 – Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades (Lei da Ficha Limpa)



O resultado do índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades (Lei da Ficha Limpa) atendeu a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 41 – Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário

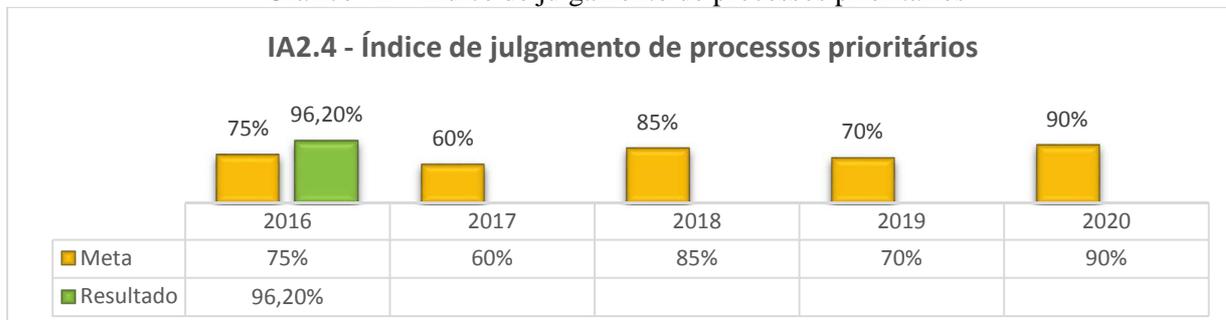


O resultado do índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário atendeu a meta definida para o exercício de 2016.



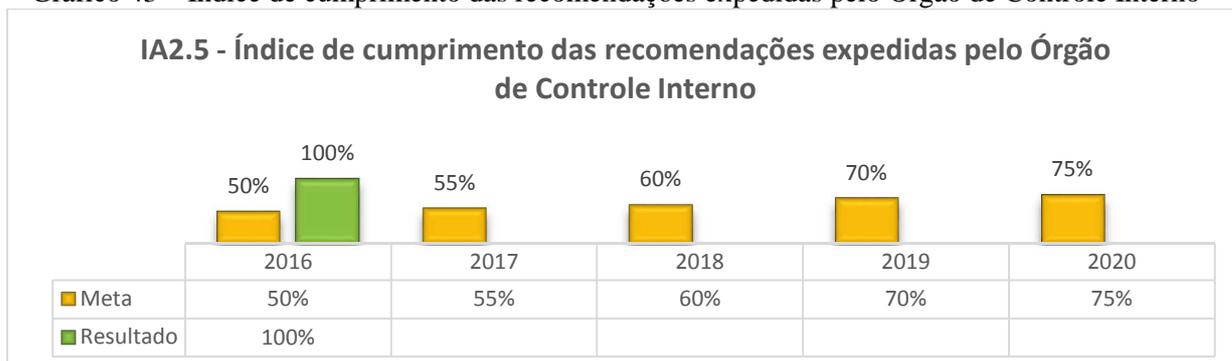
## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 42 – Índice de julgamento de processos prioritários



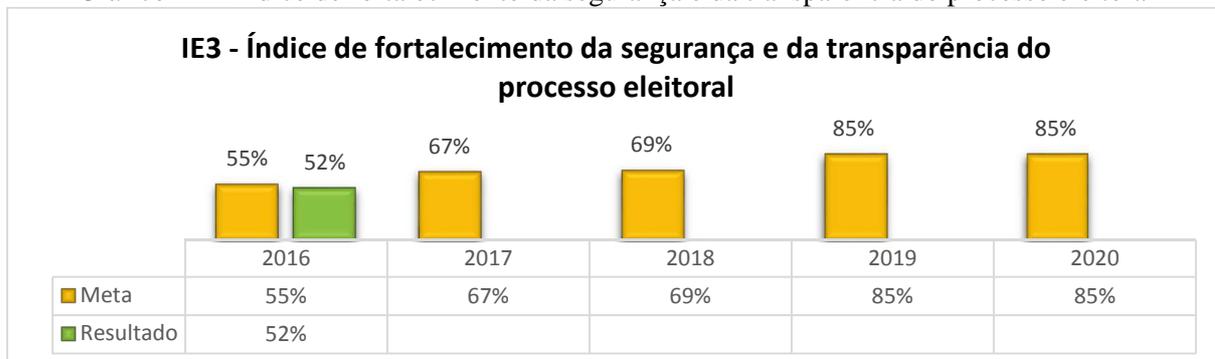
O resultado do índice de julgamento de processos prioritários superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 43 – Índice de cumprimento das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno



O resultado do índice de cumprimento das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 44 – Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral



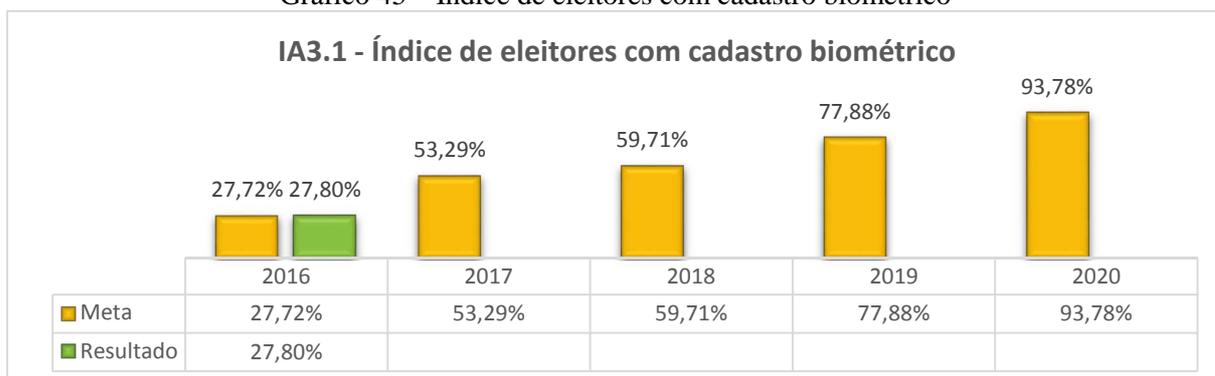
O índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral permite ao TRESA conhecer e analisar o estágio de maturidade em relação ao objetivo presente no Planejamento Estratégico com o propósito de implementar iniciativas voltadas à sua evolução.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

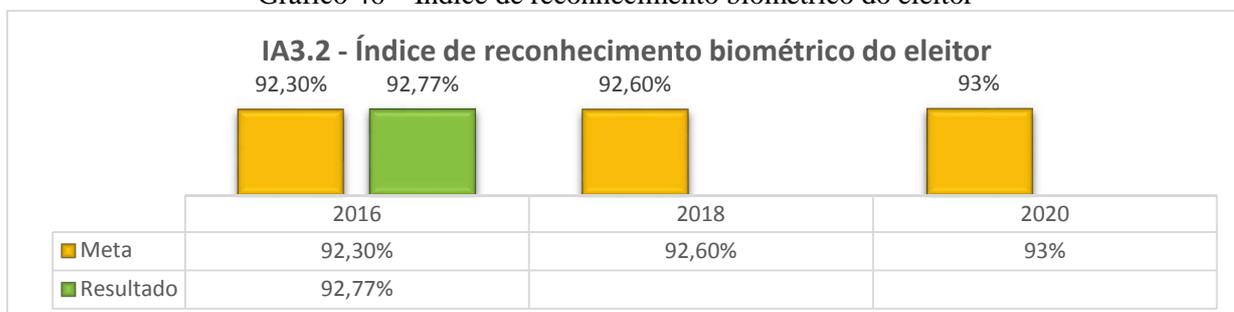
O resultado do exercício de 2016 ficou aquém da meta prevista e essa situação ocorreu devido ao não atingimento da meta no indicador de apoio IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral. O valor desse indicador contribui 15% para a medição do indicador estratégico. O motivo do não atingimento da meta desse indicador de apoio foi detalhado pela unidade responsável.

Gráfico 45 – Índice de eleitores com cadastro biométrico



O resultado do índice de eleitores com cadastro biométrico superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 46 – Índice de reconhecimento biométrico do eleitor

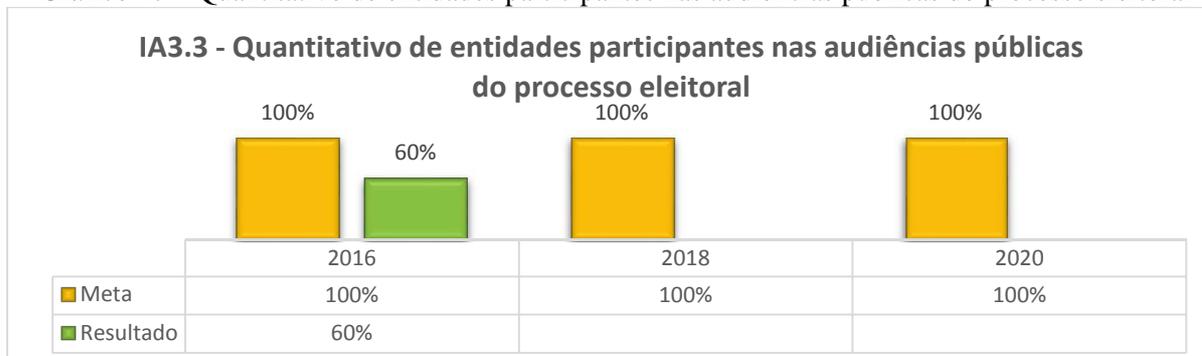


O resultado do índice de reconhecimento biométrico do eleitor superou a meta definida para o exercício de 2016. Além dos critérios utilizados para coleta dos dados biométricos dos eleitores, no projeto de revisão biométrica, o índice alcançado também se deve à cuidadosa manutenção das urnas eletrônicas previamente à eleição, garantindo que os leitores biométricos estivessem em perfeitas condições de uso.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 47 – Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral



A meta estabelecida para 2016 foi de 215 entidades e o resultado alcançado em 2016 foi de 130 entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral.

O índice medido ficou aquém da meta estabelecida, o que indica que o número de entidades que participaram das audiências públicas de geração de mídias, preparação de urnas e votação paralela não foi o esperado pelo TRESA.

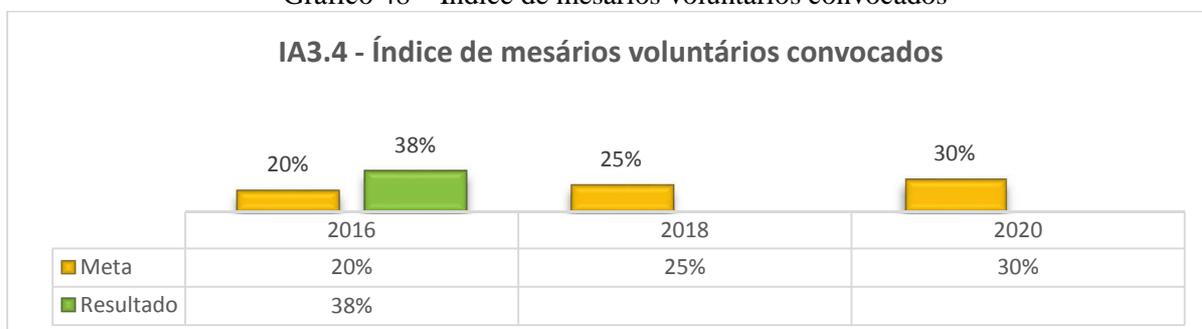
Basicamente dois fatores contribuíram para o não alcance da meta:

1) a não obrigatoriedade: embora o TRESA convoque as entidades à participarem do processo eleitoral, não há obrigação nesta participação;

2) base histórica inexistente: por se tratar de um indicador novo, não havia dados anteriores ou medições prévias para melhor estimar os valores da meta.

Além disso, cabe destacar que para os próximos anos será proposta melhoria no indicador a fim de computar todas as audiências públicas, acrescentando-se à lista inicial a diplomação dos eleitos, verificação dos lacres, etc.

Gráfico 48 – Índice de mesários voluntários convocados

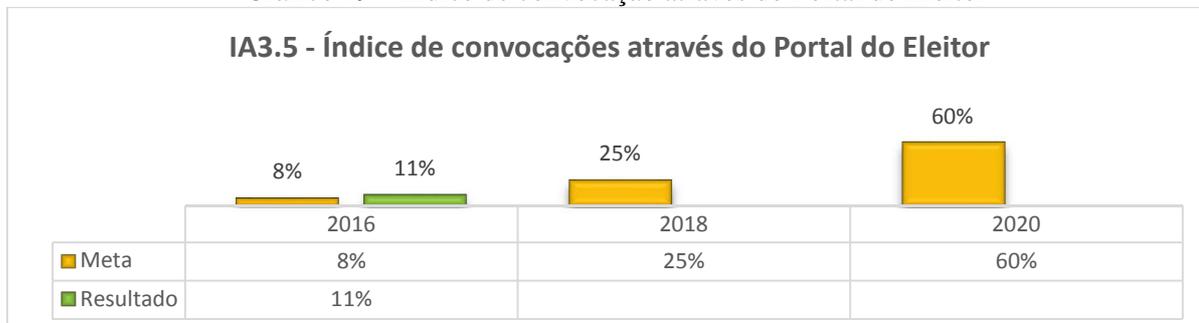


O resultado do índice de mesários voluntários convocados superou a meta estabelecida para as Eleições de 2016. Várias campanhas de estímulo à adesão ao Projeto Mesário Voluntário, bem assim a adoção do Portal do Eleitor para viabilizar as convocações por meio da internet, foram os mecanismos utilizados para a superação da meta.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 49 – Índice de convocação através do Portal do Eleitor



O resultado do índice de convocações através do Portal do Eleitor superou a meta estabelecida para as Eleições de 2016. Ações de estímulo aos cartórios para a adoção do Portal do Eleitor como principal ferramenta de convocação de mesários e colaboradores contribuíram para a superação da meta.

Gráfico 50 – Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional



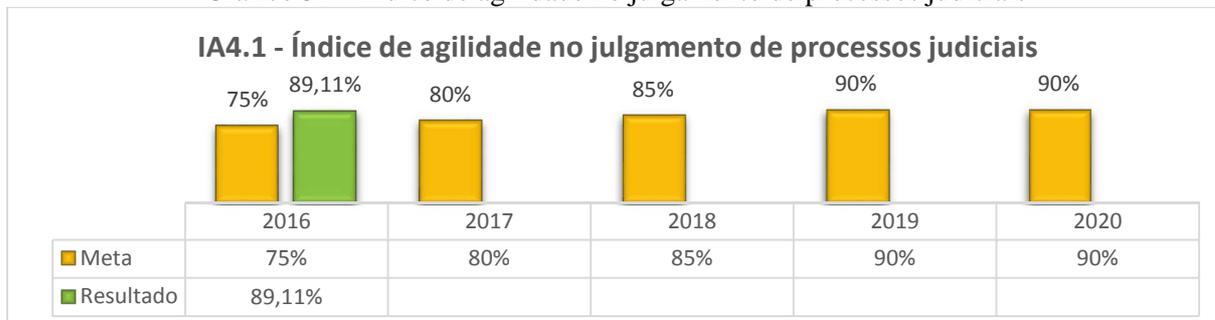
O índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional permite ao TRE-SC conhecer e analisar o estágio de maturidade em relação ao objetivo presente no Planejamento Estratégico com o propósito de implementar iniciativas voltadas à sua evolução.

O resultado do exercício de 2016 ficou aquém da meta prevista e essa situação ocorreu devido ao impacto de dois indicadores de apoio que não atingiram a meta: IA4.2 - Índice de congestionamento líquido e IA4.3 - Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário. Os valores dos referidos indicadores contribuem para a medição do indicador estratégico em 30% e 40%, respectivamente. Os motivos do não atingimento das metas neste exercício foram detalhados pela unidade responsável na análise desses indicadores.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 51 – Índice de agilidade no julgamento de processos judiciais



O resultado do índice de agilidade no julgamento de processos judiciais superou a meta para o exercício de 2016.

Gráfico 52 – Índice de congestionamento líquido



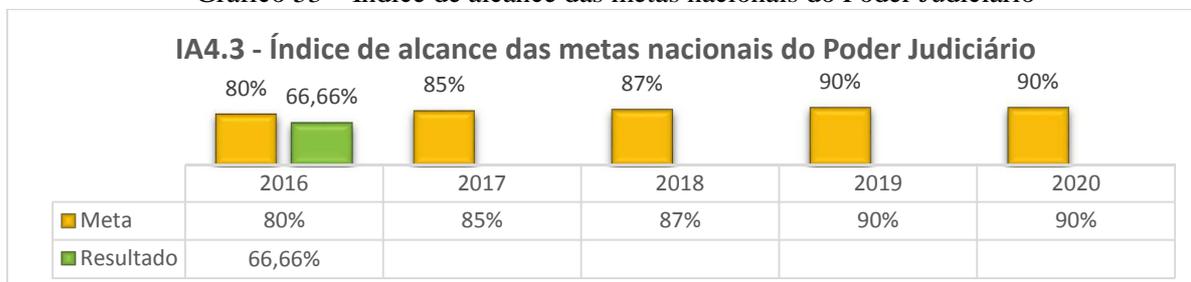
O resultado do índice de congestionamento líquido ficou aquém da meta prevista para o exercício de 2016. É importante esclarecer que o indicador possui polaridade invertida e contabiliza para o indicador estratégico o índice percentual resultante da fórmula  $(100 - \% \text{ resultado}) / (100 - \% \text{ meta})$ .

Com relação ao congestionamento líquido (IA 4.2), o índice apurado no 2º grau alcançou 6,44%, superando a meta estabelecida de até 20%. De outro lado, por tratar-se de eleição municipal, em que os processos de eleição acontecem prioritariamente nas Zonas Eleitorais, o índice apurado no 1º grau destoou a meta estabelecida, registrando 34,51%. Um dos principais fatores, determinante para a medição, foi a redução do período eleitoral, impactando consideravelmente o trabalho nas Zonas Eleitorais e fazendo reduzir a capacidade de atender as demandas judiciais menos urgentes. Contudo, o índice total apurado aproximou-se da meta, ficando em 20,47%, demonstrando o esforço para julgamento dos processos mais importantes para garantir a lisura da eleição, tanto no 1º quanto no 2º grau de jurisdição.



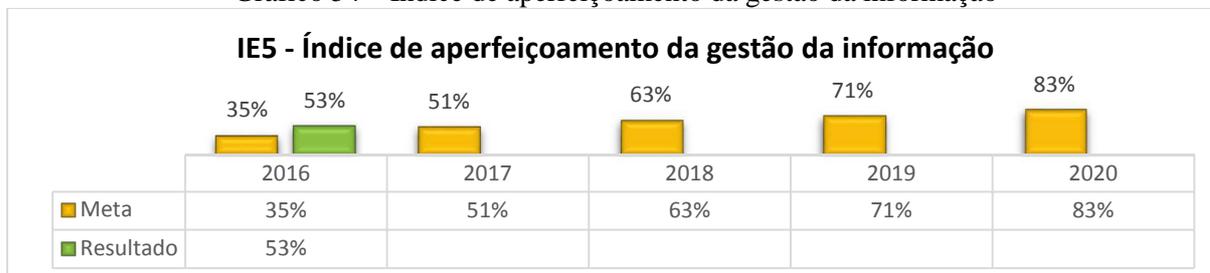
## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 53 – Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário



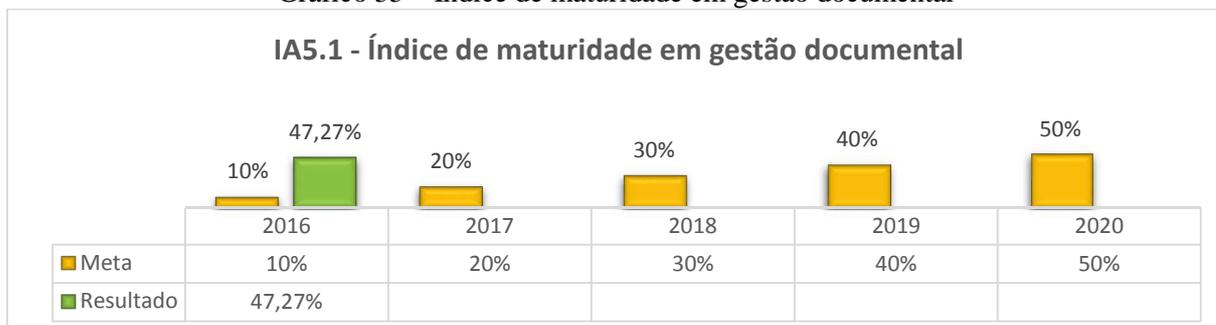
O Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário calcula o percentual das metas nacionais do Poder Judiciário definidas pelo Conselho Nacional de Justiça alcançadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e tem por finalidade melhorar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Em 2016, o TRESA apurou o percentual de 66,66% de alcance de metas do Poder Judiciário, ficando abaixo da meta anual – firmada em 80%. Ressalte-se, novamente, que as metas do CNJ ainda não contemplam aspectos importantes da Justiça Eleitoral, como a diferença de demanda que há entre anos eleitorais e não eleitorais, motivo pelo qual torna-se inviável atingir algumas metas estabelecidas igualmente para todos os ramos do Poder Judiciário.

Gráfico 54 – Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação



O resultado do indicador estratégico IE5 – Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação superou a meta estratégica estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 55 – Índice de maturidade em gestão documental



O resultado do índice de maturidade em gestão documental superou a meta estabelecida para o exercício de 2016.



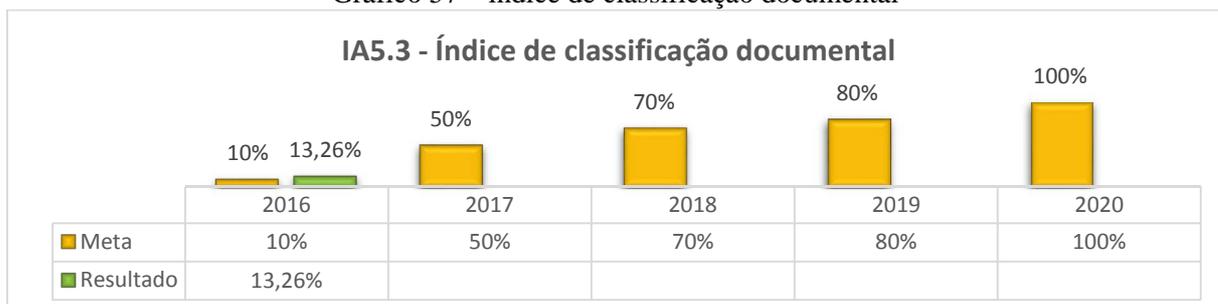
## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 56 – Índice de maturidade em segurança da informação



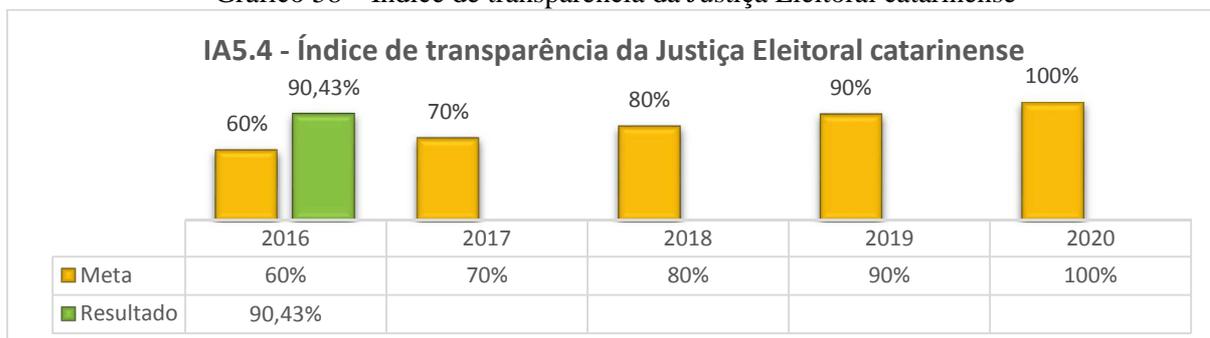
O resultado do índice de maturidade em segurança da informação superou a meta para o exercício de 2016.

Gráfico 57 – índice de classificação documental



O resultado do índice de classificação documental superou a meta estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 58 – Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense

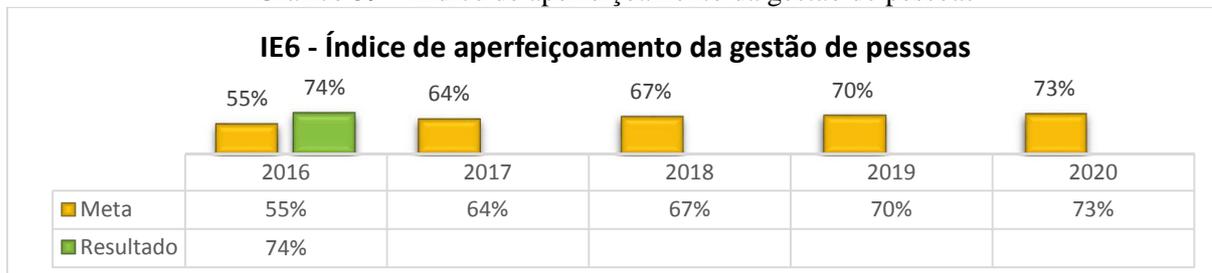


O resultado do índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense superou a meta estabelecida para o exercício de 2016.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 59 – Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas



O resultado do indicador estratégico IE6 – Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas superou a meta estratégica estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 60 – Índice de maturidade em governança e gestão de pessoas



O resultado do índice de maturidade em governança e gestão de pessoas atingiu a meta estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 61 – Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento



O resultado do índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento superou a meta definida para o exercício de 2016.



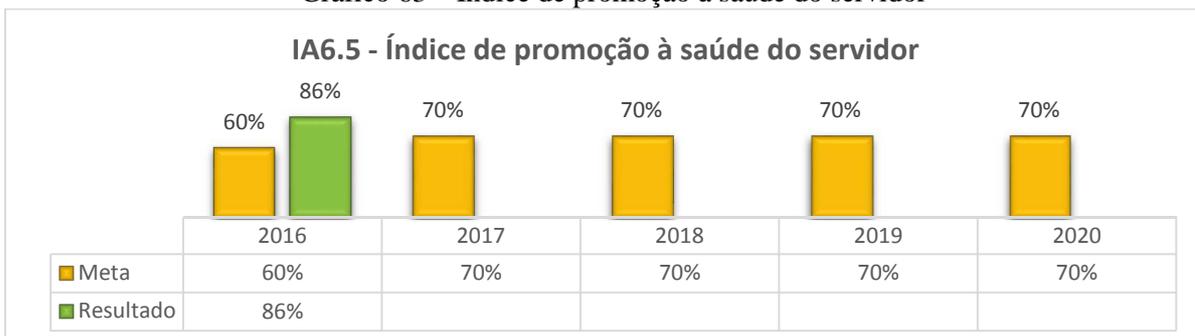
## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 62 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento



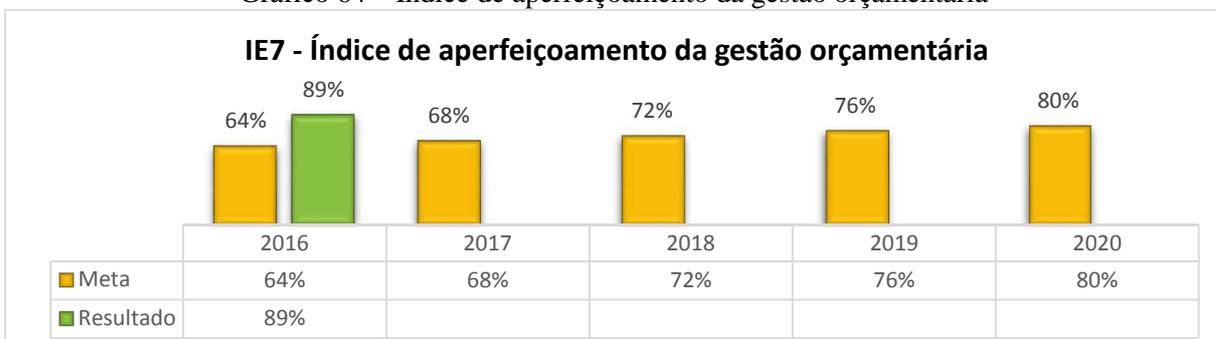
O resultado do índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 63 – Índice de promoção à saúde do servidor



O resultado do índice de promoção à saúde do servidor superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 64 – Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária

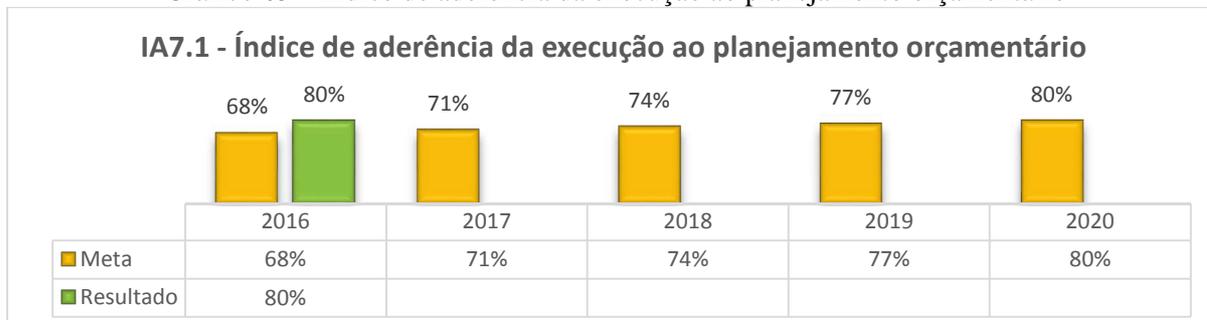


O resultado do indicador estratégico IE7 – Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária superou a meta estratégica estabelecida para o exercício de 2016.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 65 – Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário



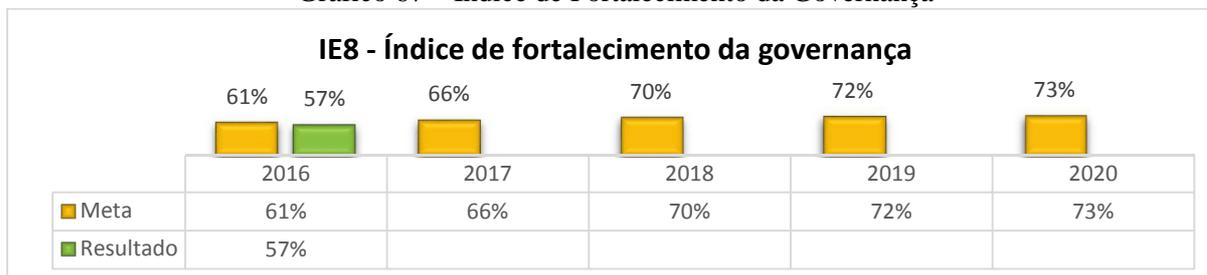
O resultado do índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 66 – Índice de execução do orçamento estratégico



O resultado do índice de execução do orçamento estratégico superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 67 – Índice de Fortalecimento da Governança



O índice de fortalecimento da governança permite ao TRESA conhecer e analisar o estágio de maturidade em relação ao objetivo presente no Planejamento Estratégico com o propósito de implementar iniciativas voltadas à sua evolução.

O resultado do exercício de 2016 ficou aquém da meta prevista e essa situação ocorreu devido a dois fatores:

a) O não atingimento da meta no indicador de apoio IA8.3 - índice de gestão estratégica participativa, cujo valor contribui 10% para medição do indicador estratégico; e



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) o não atingimento da meta do indicador de apoio IA8.5 - índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações, cujo valor contribui 20% para a medição do indicador estratégico.

Os motivos do não atingimento das metas neste exercício foram detalhados pelas unidades responsáveis na análise dos respectivos indicadores de apoio.

Gráfico 68 – Índice de maturidade em governança pública



O resultado do índice de maturidade em governança pública atingiu a meta estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 69 – Índice de iniciativas estratégicas implementadas



O resultado do índice de iniciativas estratégicas implementadas superou a meta estabelecida para o exercício de 2016.

Gráfico 70 – Índice de gestão estratégica participativa





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O resultado do índice de gestão estratégica participativa não atingiu a meta no exercício de 2016. O indicador leva em consideração o número de reuniões do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração realizadas para a análise da estratégia, conforme previsão do art. 3º da Res. TRESA n. 7.935/2015.

Está em estudo uma proposta de reformulação do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração para simplificar sua estrutura e, dessa forma, permitir a ampliação da frequência das reuniões de análise da estratégia. No exercício de 2016, na ausência das reuniões do CGEI, a Comissão Permanente de Gestão Operacional (CPGO) supriu as demandas na medida de suas competências previstas na Res. TRESA n. 7.876/2013.

Gráfico 71 – Índice de adequação ao planejamento de contratações



O resultado do índice de adequação ao planejamento de contratações atingiu a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 72 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações



O resultado do índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações não atingiu a meta definida para o exercício de 2016.

Com relação ao não atingimento da meta prevista para o índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações, o resultado obtido foi aquém do esperado, tendo em vista a excessiva quantidade de atividades envolvendo concomitantemente tanto o planejamento e execução das eleições de 2016, como o planejamento e execução da implantação do projeto biometria. Registra-se que, para além de um planejamento geral e prévio, há diversos planejamentos menores envolvendo cada etapa do



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

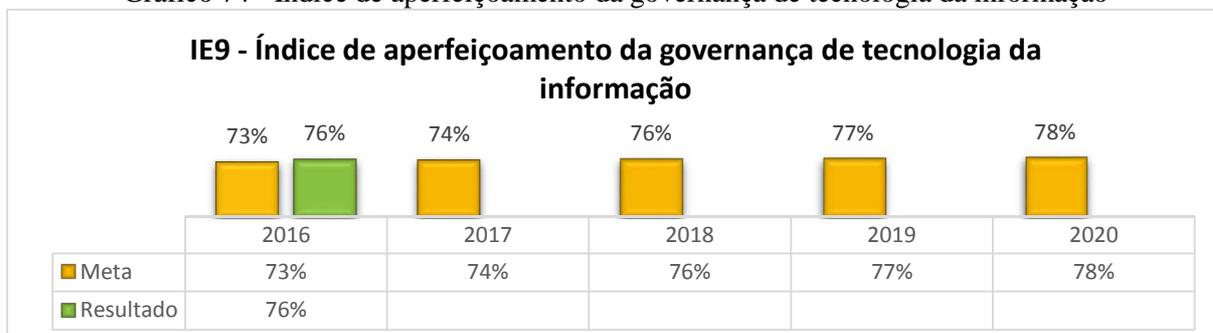
processo. Isso sem sombra de dúvidas sobrecarregou consideravelmente as unidades responsáveis pela elaboração dos termos de referência, fazendo com que muitas solicitações tivessem que ser adiadas e sobrestadas até que as referidas unidades pudessem retomar tais demandas. No caso em tela, verifica-se uma priorização de procedimentos essenciais, em detrimento de solicitações cuja elaboração ou andamento poderiam ser postergados sem prejuízo ao serviço público.

Gráfico 73 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações



O resultado do índice de agilidade nas modalidades de contratações superou a meta definida para o exercício de 2016.

Gráfico 74 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação



O resultado do indicador estratégico IE9 – Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação superou a meta estratégica estabelecida para o exercício de 2016.



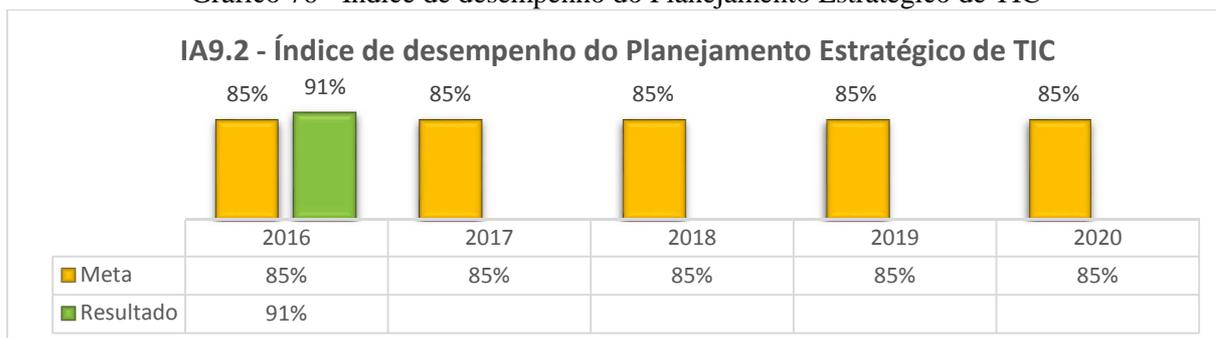
## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gráfico 75 - Índice de maturidade em governança e gestão de TIC



O resultado foi positivo e a meta foi atingida com sucesso, principalmente levando em consideração as diversas atividades concorrentes que fizeram parte do projeto Eleições 2016.

Gráfico 76 - Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC



O resultado do índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC superou a meta definida para o exercício de 2016.

Em relação à Gestão de Pessoas, o primeiro indicador refere-se à compilação de dados pertinentes ao percentual de ausências de servidores ao trabalho por motivo de doença, conforme tabela abaixo:

Tabela 77 – Primeiro indicador específico do desempenho da SGP

<b>Dados gerais do indicador</b>	
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de absenteísmo motivado por doença dos servidores.
<b>Objetivo do Indicador</b>	Mensurar o tempo de trabalho perdido em decorrência das ausências dos servidores por motivo de doença, fornecendo subsídios para o planejamento, gestão e avaliação do quadro de pessoal, bem como comparar taxas de absenteísmo em determinado período.
<b>Área responsável</b>	Seção de Saúde/CP.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Dados gerais do indicador</b>					
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>		<p>As ausências englobam as licenças por motivo de doença em pessoa da família (LPF), para tratamento da própria saúde (LTS) e por motivo de acidente em serviço (AS) ou doença profissional (DP).</p> <p>O cálculo de absenteísmo-doença é realizado aplicando a seguinte fórmula:</p> $[(\sum LTS + \sum LPF + \sum AS + \sum DP) \times 100] / (N. servidores do Quadro e Removidos \times N. dias do ano)$			
<b>Fonte dos dados</b>		SGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos, desenvolvido pelo TSE.			
<b>Evolução dos resultados do indicador*</b>					
Meta para o exercício de 2016			Resultado no exercício de 2015		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>		<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	
3,5%	3,30%		3,5%	3,27%	
<b>Análise Crítica do Resultado do indicador em 2016</b>					
<p>Dos dados apresentados, verifica-se que o percentual de afastamentos por motivo de saúde se apresentou equivalente nos últimos três anos, sem variações significativas.</p> <p>Tem-se como meta estabelecida por esta Unidade manter abaixo de 3,5% o índice de absenteísmo motivado por doença dos servidores ao final de cada exercício, tendo como evolução ideal a redução desse percentual.</p> <p>Em contraponto, valores superiores a esses carecem de análise mais detalhada dos motivos que deram origem aos afastamentos, objetivando a aplicação de estratégia de prevenção em saúde, por meio de ações de intervenção preventiva ou precoce no processo de adoecimento.</p>					
<b>Exercício</b>	<b>Total de servidores</b>	<b>Total de dias de LTS</b>	<b>Total de dias de LPF</b>	<b>Total de dias de AS e DP</b>	<b>Resultado %</b>
2014	489	5.723	441	0	3,45%
2015	490	5.042	819	10	3,27%
2016	492	5.266	667	0	3,30%

O segundo indicador refere-se à compilação de dados pertinentes aos quantitativos de servidores que participaram dos Exames Periódicos de Saúde, conforme tabela abaixo:

Tabela 78 – Segundo indicador específico do desempenho da SGP

<b>Dados gerais do indicador</b>	
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de participação dos servidores nos Exames Periódicos de Saúde.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Dados gerais do indicador</b>		
<b>Objetivo do Indicador</b>	Destina-se à coleta contínua de dados visando o acompanhamento da evolução do quadro de saúde dos servidores do TRESA de modo a subsidiar estratégias de promoção de saúde individuais e coletivas (âmbito ocupacional).	
<b>Área responsável</b>	Seção de Saúde/CP.	
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	<p>Estabelecimento do percentual de participação nos exames periódicos de 2016 em relação ao total de servidores do quadro de pessoal do TRESA (Ativos, em Exercício Provisório e Removidos).</p> <p>O cálculo do índice de participação dos exames periódicos é realizado aplicando a seguinte fórmula:</p> $\text{N. de participantes} / \text{público alvo} \times 100$	
<b>Fonte dos dados</b>	SGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos (desenvolvido pelo TSE) e Sistema Breve (desenvolvido pelo TRESA).	
<b>Evolução dos resultados do indicador*</b>		
Exame Periódico Médico		
Meta para o exercício de 2016		Resultado (ano)
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2015</b>
60%	64,56%	61,42%
<b>Análise Crítica do Resultado do indicador em 2016</b>		
<p>Os Exames Periódicos são regulamentados neste Tribunal por meio da Portaria P n. 23/2012, que estabelece critérios alternados para a execução dos procedimentos, de acordo com a faixa etária do servidor, observada a seguinte periodicidade:</p> <p>a) Anual: para os servidores acima de 40 anos, para os servidores expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional e para os portadores de doenças crônicas, independentemente da idade; e</p> <p>b) Bianual, para os demais servidores, ressalvados os casos de indicação clínica da necessidade de avaliação, acima apontados.</p> <p>A fim de otimizar a participação dos servidores na realização dos exames, tem-se como regra que a realização dos exames gerais (para todo o corpo funcional) recaia em anos não eleitorais. Assim, efetivou-se a realização dos exames periódicos gerais em 2012 e 2015, e parciais nos anos de 2013, 2014 e 2016.</p> <p>Tendo-se como parâmetro os dados apresentados nos três últimos anos, observa-se o incremento gradual na participação dos servidores nos referidos exames, inclusive com cumprimento da meta prevista para os exercícios de 2015 e 2016 (ambos em 60%).</p>		
<b>Exame Periódico Médico</b>		



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Dados gerais do indicador</b>			
<b>Exercício</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Total de servidores que participaram dos Exames Periódicos</b>	<b>Resultado %</b>
2014	238	130	54,62%
2015	534	328	61,42%
2016	285	184	64,56%

O terceiro indicador de desempenho refere-se ao prazo de processamento do serviço extraordinário/horas além da jornada de trabalho prestado pelos servidores do Tribunal, tanto em pecúnia quanto por meio da conversão em horas em haver e a compensar, evitando a retribuição fora do prazo, principalmente na hipótese de pagamento em pecúnia que, em caso de atraso, há incidência de juros moratórios.

Este indicador tem por objetivo verificar se o prazo de processamento previsto na Portaria P n. 286/2011, que representa em torno de 30 (trinta) dias, mantém-se cumprido, a fim de agilizar a retribuição dos servidores, possibilitar o usufruto das horas adquiridas e evitar a incidência de juros moratórios pela retribuição fora do prazo, na hipótese de pagamento em pecúnia.

Tabela 79 – Terceiro indicador específico do desempenho da SGP

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Processamento - Serviço Extraordinário/Horas além da jornada de trabalho.			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Subsidiar ações para a manutenção do cumprimento do prazo de processamento do serviço extraordinário e evitar a incidência de juros moratórios, na hipótese de atraso na retribuição em pecúnia.			
<b>Área responsável</b>	Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar e Seção de Registros Funcionais/CP.			
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Fórmulas legais de aferição e método anual comparativo.			
<b>Fonte dos dados</b>	Sistema Breve, desenvolvido pelo TRESA.			
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>				
Meta para o exercício de 2016		Resultado no exercício anterior		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
35 (no máximo)	15	16,38	15,06	17,97
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2016</b>				
Verifica-se que nos últimos anos obteve-se uma melhora no índice, propiciando a rápida retribuição ao servidor e evitando a incidência de juros moratórios, na hipótese de atraso na retribuição em pecúnia.				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O quarto indicador desempenho é pertinente ao controle de designação de juízes eleitorais de primeiro grau.

Este indicador tem o escopo de manter de forma ininterrupta um juiz eleitoral responsável pela jurisdição no âmbito dos Cartórios Eleitorais, a fim de garantir à sociedade a correta prestação dos serviços da Justiça Eleitoral.

Tabela 80 – Quarto indicador específico do desempenho da SGP

<b>Dados gerais do indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Designações para a jurisdição eleitoral nas 105 Zonas Eleitorais do Estado		
<b>Objetivo do Indicador</b>	Efetividade no cumprimento dos requisitos legais para a designação de juízes eleitorais, nos termos da Resolução TSE n. 21.009/2002 e da Resolução TRESA n. 7.457/2005, a fim de garantir à sociedade a correta prestação dos serviços da Justiça Eleitoral.		
<b>Área responsável</b>	Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar/CP .		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Método anual comparativo		
<b>Fonte dos dados</b>	Incorp - Sistema de Informações Corporativas, desenvolvido pelo TRESA		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
105	105	105	105
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2016</b>			
Os dados demonstram que, no período compreendido, houve manutenção no quantitativo de Zonas Eleitorais com 100% (cem por cento) de seus titulares/substitutos definidos ao longo de todo o exercício de 2016, na forma dos anos anteriores. A título complementar, informa-se que, no decorrer do exercício de 2016 houve 130 (cento e trinta) processos de indicações/substituições de Juízes Eleitorais, dos quais 29 (vinte e nove) foram de substituições coletivas, o que representou uma movimentação de 278 (duzentos e setenta e oito) magistrados durante o referido exercício. Os dados demonstram que apesar da substancial alteração nas titularidades dos Juízes Eleitorais, seja pelo fim da designação bianual ou licenças de apenas um dia do respectivo titular, atingiu-se o objetivo de se garantir que em qualquer dia do ano há um juiz respondendo pelo serviço eleitoral em todas as 105 (cento e cinco) Zonas do Estado.			

Em relação à Tecnologia da Informação, apresentamos os indicadores específicos na tabela abaixo:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 81 – Indicadores específicos da Tecnologia da Informação

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Percentual de urnas submetidas a reparo técnico durante as Eleições 2016	Eleições 2014: 1º turno: 1,55% 2º Turno: 1,05%	< 3%	Eleições 2016 1º Turno: 1,48% 2º Turno: 1,35%	Bianual	100 X (Número de urnas substituídas submetidas a reparo técnico no dia das eleições / Número total de seções eleitorais).
<p><b>Análise Crítica:</b> A meta para 2016 foi atingida dados os critérios utilizados para distribuição e manutenção das urnas, bem como a gestão junto ao TSE para obter substituição de parte dos equipamentos por modelos mais novos.</p>					
Número de eventos realizados nas Eleições da Comunidade em 2016	2 eventos (ocorreram 6 pedidos, 4 foram indeferidos e 2 deferidos)	06	02	Relativa (semanal, mensal, trimestral...) depende da demanda	Somatório do número de eventos realizados anualmente
<p><b>Análise Crítica:</b> O número de eventos depende de solicitação, logo independe de atuação do TRESA. O número de eventos ficou abaixo das solicitações em função das atividades decorrentes do projeto de revisão biométrica do eleitorado.</p>					



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

#### Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança e de apoio à governança do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é composta por:

Tabela 82 – Estrutura de Governança do TRESA

<b>Estrutura de Governança do TRESA</b>	<b>Base Normativa</b>	<b>Atribuições</b>
Tribunal Pleno	CF/88 (art. 120, § 1º, incisos I, II e III) Resolução TRESA n. 7.847/2011 (Regimento Interno do TRESA)	As atribuições do Tribunal estão previstas no art. 20 (incisos I a IV) e 21 (incisos I a XXVI) do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, destacando-se a disciplina dos atos referentes aos direitos políticos e ao processo eleitoral em todas as suas fases.
Presidência	Resolução TRESA n. 7.847/2011 (Regimento Interno do TRESA)	As atribuições do Presidente estão elencadas no art. 22, incisos I a XLII do Regimento Interno do TRESA, dentre estas, destacam-se: presidir as sessões, propondo e encaminhando as questões, e registrar os votos, proclamando o resultado dos julgamentos; despachar o expediente do Tribunal e editar atos, portarias e ordens de serviço; responsabilizar-se pelos atos de gestão fiscal.
Vice-Presidência	Resolução TRESA n. 7.847/2011 (Regimento Interno do TRESA)	A principal atribuição do Vice-Presidente é substituir o Presidente nos seus impedimentos, suspeições, eventuais ausências ou afastamentos. (art. 23, incisos I a V).
Corregedoria Regional Eleitoral	Resolução TRESA n. 7.857/2012 (Regimento Interno da CRESA)	Órgão orientador, supervisor e fiscalizador dos Cartórios Eleitorais do Estado e respectivos serviços, as atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral estão elencadas no art. 5º de seu Regimento Interno.
Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI)	Resolução TRESA n. 7.876/2013 alterada pela (Resolução TRESA n. 7.925/2015)	Possui como atribuições planejar, coordenar, promover, orientar e avaliar as estratégias e linhas de ações institucionais, com poderes para estabelecer diretrizes e ações destinadas ao gerenciamento estratégico da Administração; à aprovação e implementação de projetos para ampliar a modernização da Justiça Eleitoral Catarinense; e à efetiva integração das zonas eleitorais com a Administração Central. A estrutura orgânica do CGEI é composta pela Comissão Permanente de Gestão Operacional (CPGO) e pela Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI).
Controle Interno e Auditoria	Resolução TRESA n. 7.930/2015	A Secretaria de Controle Interno e Auditoria tem como principais atribuições exercer o controle



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	(Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA)	interno do Tribunal, zelando pelo cumprimento das normas legais que regem a administração contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, fiscalizando o cumprimento das normas do Tribunal Superior Eleitoral e das decisões do Tribunal de Contas da União (art. 20, incisos I a XVIII).
--	--	--

Tabela 83 – Estrutura de apoio à Governança do TRESA

Estrutura de apoio à Governança do TRESA	Base Normativa	Atribuições
Secretaria do Tribunal	Resolução TRESA n. 7.930/2015 e (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA)	À Secretaria do Tribunal compete planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas de apoio ao Tribunal, desenvolvidas pelas suas unidades orgânicas e zonas eleitorais, observadas as deliberações da Corte e as orientações da Presidência, e propor, no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense, diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades de planejamento e logística das eleições (art. 35).
Ouvidoria	Resolução TRESA n. 7.793/2010	Possui como atribuições servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral catarinense, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.
Grupo de Trabalho para apoio às atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação dos Projetos das Eleições (GAPE)	Portarias da Direção-Geral n. 48/2016 e 135/2016	Grupo de trabalho que possui como atribuição apoiar atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos das eleições.
Comitê de aquisições	Portaria da Presidência n. 49/2016	Incumbe ao comitê a responsabilidade de auxiliar a Administração nas decisões relativas às aquisições realizadas pelo Tribunal.
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)	Portaria da Presidência n. 87/2016	Possui como principais atribuições: definir os princípios e diretrizes que orientam a forma de utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação no TRE/SC; estabelecer objetivos de TIC, bem como deliberar e priorizar planos deles decorrentes; definir as prioridades de investimentos em TIC; e aprovar a alocação dos recursos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		orçamentários destinados à TIC.
Comissão de Ética	Portaria da Presidência n. 37/2016	Incumbe zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, estabelecido por meio da Portaria da Presidência n. 35/2016.
Comissão de Segurança da Informação	Portarias da Presidência n. 18/2015 e 91/2016	A comissão possui como principais atribuições manter e atualizar a Política de Segurança da Informação (Resolução TRESC n. 7.894/2013) e promover ações educativas para os usuários do TRESC sobre o tema Segurança da Informação.
Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável	Portaria da Presidência n. 119/2015	A comissão possui como principais atribuições a elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) deste Tribunal.
Comissão Permanente de Acessibilidade	Portaria da Direção-Geral n. 254/2016	A comissão possui como atribuições promover acessibilidade para as pessoas com deficiência em acordo com a Resolução CNJ n. 230/2016.
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	Portarias da Presidência n. 22/2014 e 199/2014	A comissão possui como atribuições orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no órgão, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor, em acordo com a Política de Gestão Documental na Justiça Eleitoral de Santa Catarina (Res. TRESC n. 7.902/2014).
Comissão Permanente de Gestão de Sinistros	Portaria da Presidência n. 165/2014	A comissão possui como principais atribuições zelar, de forma preventiva, pela segurança dos servidores e das instalações das unidades administrativas da Justiça Eleitoral catarinense, bem como pela continuidade dos seus serviços nos casos de sinistros.
Núcleo Socioambiental	Res. CNJ n. 201/2015 e Portaria da Presidência n. 118/2015	Possui como principais atribuições estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental, fomentar ações que estimulem o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público; o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos; a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados; a promoção das



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		contratações sustentáveis; a gestão sustentável de documentos, em conjunto com a unidade responsável; a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas; e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a unidade responsável, conforme disposto na Resolução CNJ n. 201/2015.
Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	Resolução CNJ n. 49/2007 e Portaria da Presidência n. 51/2015	O Núcleo tem como atribuição principal auxiliar o Tribunal na racionalização do processo de modernização institucional.

Além das estruturas descritas acima, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina realiza as providências necessárias para o cumprimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle externo: Tribunal de Contas da União (TCU) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### Informações sobre os dirigentes e colegiados

#### Tribunal Pleno:

O Tribunal Pleno é o órgão Colegiado de 2ª instância. Conforme definido na Constituição Federal (art. 120, § 1º, incisos I, II e III) e também no Regimento Interno (art. 2º, incisos I, II e III da Resolução TRES n. 7.847/2011), o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina compõe-se:

I – mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

b) de dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

II - de um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Os substitutos dos Juízes do Tribunal Regional Eleitoral serão escolhidos pelo mesmo processo que os efetivos, em número igual ao de cada categoria.

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina possibilitou ao público interessado, por meio do Sistema de Acompanhamento de Sessões Plenárias, consultar no *site* corporativo da internet o cronograma, pauta, decisões, atas e respectivas composições das sessões administrativas e judiciais realizadas ao longo do exercício de 2016.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Conselho de Gestão Estratégica e de Integração:**

Conforme definido na Res. TRESA n. 7.876/2013, alterada pela Res. TRESA n. 7.925/2015, o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração – CGEI é composto pelos seguintes membros:

- I - Presidente do Tribunal, que o presidirá;
- II - Corregedor Regional Eleitoral;
- III - Magistrado escolhido pelo TRESA;
- IV - Magistrado escolhido pelo TRESA a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;
- V - Magistrado eleito por votação direta entre os juízes do primeiro grau a partir de lista de inscrição;
- VI - Diretor-Geral;
- VII - Secretário Judiciário (SJ);
- VIII - Secretário de Administração e Orçamento (SAO);
- IX - Secretário de Gestão de Pessoas (SGP);
- X - Secretário de Tecnologia da Informação (STI);
- XI - Assessor-Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE);
- XII - Assessor de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial (AICSC);
- XIII - Servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;
- XIV - Servidor eleito por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição.

O processo de inscrição e escolha dos magistrados e servidores, referidos nos itens IV, V, XIII e XIV, será definido por meio de Portaria da Presidência e amplamente divulgado.

Será escolhido para vaga referida no item XIII, o servidor da Comissão de Comunicação e Integração (CPCI) mais votado na eleição dos cinco representantes das zonas eleitorais eleitos pelos próprios servidores, de acordo com a respectiva região geográfica.

O servidor mais votado dentre os inscritos na sede do Tribunal ocupará a vaga prevista no item XIV.

O Ato Regimental n. 1/2013 regulamentou o funcionamento do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração estabelecendo periodicidade das reuniões, quórum mínimo para deliberação e critério para desempate, regras para organização da pauta, ordem dos trabalhos e registro e publicidade das atas das reuniões.

A Portaria da Presidência n. 104/2016 prorrogou o exercício dos servidores escolhidos ou eleitos para compor o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI), bem como dos integrantes da Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), nos termos dos artigos 3º e 10 da Resolução TRESA n. 7.876, de 06.03.2013, alterada pela Resolução TRESA n. 7.925, de 06.04.2015.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 84 - Composição do CGEI – Exercício 2016

Conselheiro	Cargo
Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu	Presidente
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha	Corregedor Regional Eleitoral
Fernando Vieira Luiz	Magistrado escolhido pelo TRES
Eliza Maria Strapazzon	Juíza da 92ª Zona Eleitoral – Criciúma (Magistrada escolhida pelo TRES a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados)
Osmar Mohr	Juiz da 103ª Zona Eleitoral – Balneário Camboriú (Magistrado eleito por votação direta entre os juízes do primeiro grau a partir de lista de inscrição)
Sérgio Manoel Martins	Diretor-Geral
Daniel Schaeffer Sell	Secretário Judiciário
Eduardo Cardoso	Secretário de Administração e Orçamento
Luciane Soldateli Hoffmann	Secretária de Gestão de Pessoas
Álvaro Sampaio Corrêa Neto	Secretário de Tecnologia da Informação
Renata Beatriz de Fávère	Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral
Ana Patrícia Tancredo Gonçalves Petrelli	Assessora de Comunicação Social
Marcus Cléo Garcia	Assessor III da Assessoria dos Juízes, servidor indicado pelo Presidente do Tribunal
Gonsalo André Agostini Ribeiro	Servidor da EJESC (Servidor eleito por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição)
Sidinei Maciel de Souza	Servidor da 59ª Zona Eleitoral – Urubici (Servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados)

### Comissão Permanente de Gestão Operacional (CPGO):

A Comissão Permanente de Gestão Operacional criada pela Res. TRES n. 7876/2013 e vinculada ao CGEI é composta pelos seguintes integrantes:

- I - Diretor-Geral, que a presidirá;
- II - Secretário Judiciário (SJ);
- III - Secretário de Administração e Orçamento (SAO);
- IV - Secretário de Gestão de Pessoas (SGP);
- V - Secretário de Tecnologia da Informação (STI);
- VI - Assessor-Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE);
- VII - Assessor de Planejamento Estratégico e Gestão (APEG).

O Ato Regimental n. 2/2013 regulamentou o funcionamento da Comissão Permanente de Gestão Operacional estabelecendo periodicidade das reuniões, quórum mínimo para deliberação e critério de desempate, atribuições dos integrantes, forma das comunicações e seus encaminhamentos, bem como o registro e publicidade das atas das reuniões.

Quadro 85 - Composição da CPGO – Exercício 2016

Servidor	Cargo
Sérgio Manoel Martins	Diretor-Geral, que a presidirá
Renata Beatriz de Fávère Simone dos Santos Di Bernardi (Suplente)	Representante da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Daniel Schaeffer Sell Maximiliano Simões Sobral (Suplente)	Representante da Secretaria Judiciária
Eduardo Cardoso Salésio Bauer (Suplente)	Representante da Secretaria de Administração e Orçamento



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Servidor	Cargo
Luciane Soldateli Hoffmann Rodrigo Mendes dos Santos (Suplente)	Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas
Álvaro Sampaio Corrêa Neto Carlos José Schmidt Cardoso (suplente)	Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação
Augusto César Campos	Representante da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições

### Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI):

A Comissão Permanente de Comunicação e Integração criada pela Res. TRESA n. 7.876/2013 e vinculada ao CGEI será composta por cinco representantes das zonas eleitorais eleitos pelos próprios servidores, de acordo com a respectiva região geográfica, cuja atuação se dará de forma recíproca na comunicação e interação entre as zonas eleitorais e o Tribunal.

O Ato Regimental n. 3/2013 regulamentou o funcionamento da Comissão Permanente de Comunicação e Integração estabelecendo critérios para escolha de seu coordenador, a forma e periodicidade das reuniões, o quórum mínimo para deliberação e critério de desempate, as atribuições dos integrantes, forma das comunicações e seus encaminhamentos, bem assim o registro e publicidade das atas das reuniões.

Quadro 86 - Composição da CPCI – Exercício 2016

Servidor	Cargo
Leonardo Marcelino de Godoy	Representante da 1ª Região
Griselda Cláudia Curi Mafra	Representante da 2ª Região
Sidinei Maciel de Souza	Representante da 3ª Região
Gerusa Raquel Paeze Vieceli	Representante da 4ª Região
Aldo Luiz Guella Junior	Representante da 5ª Região

### Atuação da unidade de auditoria interna

#### 1. Acerca das normas que regulam a atuação da auditoria interna

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRESA, como Unidade Técnica de Controle, subordina-se às prescrições consignadas na Constituição Federal por seu art. 70 e seguintes.

No tocante às normas que regulam a atuação da auditoria interna, a Resolução TRESA n. 7.930/2015 estabelece, no artigo 20 e seguintes, a estrutura e competência da Secretaria de Controle Interno e Auditoria, cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico deste Tribunal: <http://www.tre-sc.jus.br/site/legislacao/resolucoes/tresc/2015/res-tresc-7930-2015-regulamento-interno/index.html><sup>2</sup>.

<sup>2</sup><http://www.tre-sc.jus.br/site/legislacao/resolucoes/tresc/2015/res-tresc-7930-2015-regulamento-interno/index.html>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ainda no âmbito deste Regional, a Resolução n. 7.265/2001 estabelece normas de auditoria interna e auditoria governamental aplicáveis a este Tribunal<sup>3</sup>. Outrossim, a Portaria P n. 120/2014<sup>4</sup>, também desta Corte Eleitoral, fixa os processos de trabalho da Secretaria de Controle Interno e Auditoria, relacionados à:

- I – elaboração, aprovação e divulgação do Plano Plurianual de Auditoria;
- II – elaboração, aprovação e divulgação do Plano Anual de Auditoria;
- III – atividade de auditoria;
- IV – atividade de inspeção administrativa; e
- V – atividade de fiscalização.

Por fim, quanto às normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, este Tribunal adota as prescrições da Resolução CNJ n. 171/2013, cujo teor pode ser obtido no sítio do referido Conselho<sup>5</sup>.

### **2. Elementos de independência e objetividade**

A INTOSAI GOV 9140 define, de forma geral, a independência como a ausência de influência ou controle por parte de outra pessoa, organização ou Estado e que “a independência permite aos auditores internos manifestarem-se com imparcialidade necessária para o bom desenvolvimento de suas tarefas”. Por sua vez, a objetividade seria uma atitude mental imparcial que conduza o trabalho com seriedade e honestidade, sem possibilidade de comprometer sua essência.

Elementos que fornecem indicativos para apurar e avaliar a objetividade e a independência do auditor são referenciados no documento acima mencionado.

No que tange à objetividade, a verificação pode se basear nas seguintes premissas: a função de auditoria interna é estabelecida em normas; presta contas à alta administração; informa os resultados aos administradores; não está organizacionalmente ligada à área auditada; está suficientemente afastada de pressões que possam influenciar os resultados expostos; não se permite ao pessoal de auditoria auditar operações sobre as quais foi anteriormente responsável; e, tem acesso à alta administração.

Quanto à independência, a verificação pode incluir itens como responsabilidades claras e formalmente definidas em documento específico; segregação de funções entre auditoria e gestão; liberdade para estabelecimento de planos de auditoria; remuneração compatível; participação da autoridade de auditoria na alocação de pessoal na unidade, por meio de definição do perfil, entrevista e avaliação de currículo.

A estruturação e a definição precisas de atribuições, responsabilidades e

<sup>3</sup><http://www.tre-sc.jus.br/site/legislacao/normas-administrativas/resolucoes-administrativas/index.html>

<sup>4</sup> [http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc491876/portaria\\_pres\\_2014\\_120.pdf](http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc491876/portaria_pres_2014_120.pdf)

<sup>5</sup> [http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_171\\_01032013\\_05032013174707.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_171_01032013_05032013174707.pdf)



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

vinculações permitem afirmar que a unidade de controle interno conta com independência e objetividade para execução de suas atividades.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a Resolução TRESA n. 7.265/2001, cujo anexo contém as normas de auditoria interna e governamental aplicáveis a esta Corte, define auditoria interna como função independente de avaliação, com a finalidade de examinar e avaliar suas atividades administrativas, como um serviço prestado a essa mesma organização, concedendo-lhe alternativas, como ferramenta de trabalho, de controle, assessoria e administração, de forma a auxiliar os administradores a desincumbirem-se eficazmente de suas responsabilidades. Para tanto, a auditoria interna deve fornecer a mais alta Administração análises, avaliações, recomendações e informações relativas às atividades examinadas.

Há a fixação, no documento referenciado, de normas claras acerca da independência, competência profissional, âmbito de trabalho e sua execução.

Indicação precisa encontra-se no item 3.1 da normativa sobredita, que descreve a independência em auditoria como o exercício das funções de forma livre e objetiva, que permite aos auditores internos exercerem julgamento imparcial sobre os fatos auditados, desdobrando-se em aspectos de soberania, imparcialidade e objetividade.

A estrutura do Tribunal favorece a atuação da unidade de controle interno, visto que a última reestruturação, ocorrida em 15 de dezembro de 2015, elevou o *status* da unidade à Secretaria, conquanto a implementação integral da estrutura não tenha se concretizado ainda, conforme o exposto no item 4 deste relatório, mantendo sua vinculação e subordinação diretamente à autoridade máxima, consistente na Presidência da Corte.

Dessa forma, os reportes necessários são realizados à Presidência, que os encaminha aos demais setores interessados. Frise-se que a objetividade é elemento observado cotidianamente no desenvolvimento das atividades desta unidade técnica de controle e que pode ser aferido, ainda, por meio da expressão de seu juízo efetuada com suporte nas situações fáticas apuradas e respaldado na legislação de regência.

As competências relativas às funções de auditoria interna da Secretaria de Controle Interno e Auditoria estão formalmente definidas na Resolução 7.930/2015, que aprova o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Em referência ao planejamento, anualmente é proposto o plano anual de auditoria, consoante os termos da Resolução CNJ n. 171/2013, e submetido diretamente à apreciação da Presidência, que após aprovação, é posto em execução nos prazos previstos. Este procedimento igualmente é adotado por ocasião da elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo, planejamento quadrienal das atividades de auditoria.

Outrossim, os aspectos mais relevantes assinalados pela INTOSAI GOV 9140 são observados por este Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a destacar, o contato periódico e sistemático com a Alta Administração para a apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria, assim como para o acompanhamento das recomendações, o que se



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

verifica mensalmente por meio de reuniões com a Direção-Geral deste órgão. Feitura e cumprimento integrais tanto do plano de longo prazo de auditoria, assim como do Plano Anual de Atividades de Auditoria.

Isso posto, compreende-se que os elementos de independência e objetividade são cumpridos por esta Instituição.

### **3. Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver**

Por força do art. 11 da Lei n. 8.868/1994, este Tribunal Regional Eleitoral encontra-se subordinado às diretrizes centrais do Tribunal Superior Eleitoral nos seguintes termos, *in litteris*:

“Art. 11. As atividades a serem desenvolvidas nas áreas de planejamento de eleições, informática, recursos humanos, orçamento, administração financeira, controle interno de material e patrimônio serão organizadas **sob a forma de sistemas, cujos órgãos centrais serão as respectivas unidades do Tribunal Superior Eleitoral.**

§ 1º As disposições constantes do *caput* deste artigo aplicam-se a outras atividades auxiliares comuns que necessitem de coordenação central na Justiça Eleitoral.

§ 2º **Os serviços incumbidos das atividades de que trata este artigo são considerados integrados ao respectivo sistema e ficam, conseqüentemente, sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação hierárquica aos dirigentes dos órgãos em cuja estrutura administrativa estiverem integrados”.** [Sem grifos no original]

Não há subunidades descentralizadas de controle interno no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRESA.

### **4. Estruturação da Unidade de Auditoria**

Em face da reestruturação ocorrida nesta Corte Eleitoral, efetivada por meio da Resolução TRESA n. 7.930/2015 – que aprovou o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina –, a Unidade de Controle Interno do TRESA passou a ser dotada de nova configuração – de coordenadoria foi alçada ao patamar de secretaria.

Dessa forma, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRESA (SCIA) é composta por cinco seções, a saber: 1) Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área de Pessoal; 2) Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área Administrativa; 3) Seção de Análise Contábil; 4) Seção de Exame de Contas Partidárias; e; 5) Seção de Contas Eleitorais e Suporte. As três primeiras seções executam atividades típicas



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de controle interno e auditoria e as duas últimas atividades voltadas ao suporte à prestação jurisdicional do Tribunal.

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria integra a estrutura da Presidência, estando vinculada diretamente ao Presidente da Corte, segundo os termos do art. 3º da já citada Resolução TRESC n. 7.930/2015.

O cargo de Secretário refere-se ao cargo comissionado nível CJ-3, de livre nomeação da Presidência do Tribunal. Todavia, há exigência de que o titular de tal unidade possua escolaridade de nível superior com formação complementar ou experiência específica na área – art. 158, § 4º, da Resolução TRESC n. 7.930/2015.

Quanto às seções que compõem a SCIA, a Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área de Pessoal conta atualmente com três servidores, sendo um Analista Judiciário – Área Administrativa e dois Analistas Judiciários – Área Judiciária.

Já a Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área Administrativa estão lotados três Analistas Judiciários – Área Judiciária.

A Seção de Análise Contábil conta com dois Técnicos Judiciários.

Por sua vez, estão lotados na Seção de Exame de Contas Partidárias um Analista Judiciário – Área Administrativa e dois Técnicos Judiciários.

A Seção de Contas Eleitorais e Suporte é formada por três servidores, um Analista Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Contador, um Analista Judiciário – Área Judiciária e um Técnico Judiciário.

Em que pese a reestruturação ocorrida, que já representou avanço em relação à estrutura então existente e demonstra o esforço da Alta Administração em prover a sua unidade de controle de estrutura adequada, cumpre consignar que esta atenderá em plenitude ao disposto no Parecer n. 2/2013-SCI/Presi/CNJ, no seu inciso V, alínea 'a', quando a Secretaria for dotada de estrutura compatível com o nível da unidade, que então será idêntico, funcional e hierarquicamente, à estrutura das unidades auditadas, como recomenda aquele Parecer, observando-se a necessidade de desdobramento da Secretaria em níveis hierárquicos inferiores compatíveis, ou seja, coordenadorias – hoje inexistentes – às quais estejam vinculadas as seções respectivas, haja vista que a atuação do órgão de controle interno envolve vários campos temáticos a exigir estrutura funcional capaz de lidar com as questões encaminhadas e resolvê-las. Por tratar-se de unidade de controle da Justiça Eleitoral, é bastante precisa e evidente a distinção entre duas áreas muito específicas de atuação: uma voltada ao controle de gestão e à auditoria e outra voltada ao suporte técnico à prestação jurisdicional na tarefa de auditar contas eleitorais e partidárias, pronunciando-se tecnicamente sobre sua regularidade.

Sendo assim, a Unidade Técnica de Controle Interno mantém permanentes esforços junto à Alta Administração no sentido da completa reestruturação da unidade e ao atendimento das prescrições acima expressas do CNJ, por seu Parecer n. 2/2013, uma vez que



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a implementação de tais medidas trará benefícios à estrutura deste Tribunal, porquanto fortalecerá a governança deste ente em seus principais fundamentos.

Outrossim, com o implemento completo de sua estrutura, o efetivo cumprimento das atribuições constitucionais da Unidade de Controle Interno estará assegurado, uma vez que, com a devida estrutura, os aspectos essenciais da gestão poderão ser examinados em uma mais qualificada completude.

### **5. Informação sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações**

De plano, importa salientar que o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria segue o planejamento previsto no plano anual de auditoria, que é submetido à aprovação da Presidência da Corte. O mencionado planejamento anual tem por referência o plano plurianual de auditoria que igualmente é levado à aprovação da Presidência deste Tribunal, a cada quadriênio.

No que se refere às recomendações, uma vez concluídos os trabalhos de auditoria, o respectivo relatório é apresentado para a Presidência desta Corte. Esta, tomando ciência de seu teor, determina à Unidade Técnica de Controle, por meio de despacho específico, que proceda à cientificação da Direção-Geral do TRESA, bem como da Unidade Auditada correspondente.

Esse proceder é concretizado da seguinte forma: primeiro, cópia do relatório de auditoria é encaminhado à Direção-Geral e à Unidade Auditada. Esse encaminhamento é registrado nos autos do procedimento da auditoria. Em seguimento, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria realiza reunião de apresentação do relatório de auditoria em data que é acordada com a Direção-Geral e a Unidade Auditada.

Nessa ocasião, são prestados todos os esclarecimentos pertinentes aos trabalhos e as conclusões da auditoria, notadamente quando os relatórios compreendem a expedição de recomendações. Quando tal situação se verifica, são prestados esclarecimentos e informações à Alta Administração e à Unidade Auditada acerca dos fatos que deram origem ao achado de auditoria e da fundamentação legal e jurisprudencial utilizada como parâmetro de orientação. Outrossim, são demonstradas as razões técnicas que levaram a expedição da recomendação, bem como sobre os riscos que envolvem a sua não implementação.

Os registros documentais das recomendações constam também, além dos próprios autos de auditoria, em planilhas com a descrição de cada um, com o respectivo histórico de andamento das ações que lhe digam respeito e, sendo o caso, com o prazo para atendimento. Tal atividade é realizada por cada seção desta Secretaria, no âmbito de sua atuação. Ademais, a Secretaria faz uso também de agendamento, por meio de Agenda Corporativa (Zimbra) com envio de mensagens às partes envolvidas, dos prazos para cumprimento das prescrições das recomendações.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

É importante ressaltar que, além das ações acima relatadas, mensalmente é realizada reunião específica com a Direção-Geral para monitoramento das providências e recomendações expedidas em auditoria. Esses procedimentos estão descritos na Portaria P n. 120/2014, que aprovou, para o âmbito desta Corte, os processos de trabalho referentes a esta Secretaria de Controle Interno e Auditoria. A referida Portaria teve por base as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n. 171/2013, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça.

### **6. Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência**

Consoante reportado no tópico anterior, os relatórios finais de auditoria são encaminhados para ciência da Alta Administração, aos quais fica ciente acerca de recomendações e demais conclusões da auditoria, conforme as prescrições formalmente estabelecidas na Portaria P n. 120/2014.

O relatório final de auditoria é encaminhado à Presidência, que determina a ciência da unidade auditada, bem como da Direção-Geral.

Dessa forma, o resultado dos trabalhos desta Secretaria é efetivamente comunicado aos interessados, oportunidade em que estes são cientificados dos riscos decorrentes da não implementação das recomendações expedidas.

### **7. Estruturação da Unidade de Auditoria**

A fim de se garantir maior grau de independência em relação às demais unidades internas e mais efetividade de seus trabalhos, e seguindo orientação do Conselho Nacional de Justiça, expressa na Resolução n. 86/2009, que dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno nos Tribunais, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração, bem como do Tribunal de Contas da União, expedida no Acórdão n. 1.074/2009-Plenário, desde o ano de 2010 esta Unidade Técnica de Controle foi integrada como unidade orgânica da Presidência desta Corte.

Tal redimensionamento foi efetivado por meio da edição da Resolução TRESA n. 7.802, de 28.7.2010, nos seguintes termos *in litteris*:

Art. 3º A Presidência é composta pelas seguintes unidades orgânicas:

[...]

V – Coordenadoria de Controle Interno:

- a) Seção de Auditoria – Área Administrativa;
- b) Seção de Auditoria – Área de Recursos Humanos;
- c) Seção de Exames de Contas Eleitorais e Partidárias;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) Seção de Análise Contábil. (Incluído pela Resolução TRESA n. 7.827/2011).

Dessa forma, foi possível atender ao comando da Resolução CNJ n. 86/2009, que em seu art. 2º determina que o órgão de controle interno deve ficar diretamente vinculado à presidência do respectivo Tribunal.

Os ganhos operacionais decorrentes verificaram-se, em suma, numa maior autonomia para o planejamento e efetivação das ações de controle prévio, concomitante e posterior. As auditorias, como um todo, ganharam em qualidade na medida em que puderam contar com um maior respaldo técnico e administrativo.

Ademais, a vinculação direta da Secretaria de Controle Interno e Auditoria à instância superior de governança assegura a sua atuação independente, agregando valor ao Tribunal.

Cumprir repisar, por fim, que esta Unidade Técnica passou por processo de reestruturação no ano de 2015: por meio da Resolução TRESA n. 7.930/2015, publicada em 15 de dezembro de 2015, foi instituído o novo Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

O novo Regulamento Interno do TRESA ampliou a estrutura de sua unidade de controle interno, alterando o *status* de coordenadoria para Secretaria. O quadro abaixo evidencia as alterações sofridas na estrutura organizacional da unidade de auditoria deste Tribunal, por força do novo Regulamento Interno:

Quadro 87 - Alterações na estrutura organizacional da unidade de auditoria do TRESA

<b>Antiga estrutura organizacional da unidade de auditoria – Resolução TRESA n. 7.827/2011</b>	<b>Nova estrutura organizacional da unidade de auditoria – Resolução TRESA n. 7.930/2015</b>
Denominação	
Coordenadoria de Controle Interno	Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Unidades Orgânicas Integrantes	
Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área de Pessoal	Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria - Área de Pessoal
Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área Administrativa	Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria - Área Administrativa
Seção de Análise Contábil	Seção de Análise Contábil
Seção de Exames de Contas Eleitorais e Partidárias	Seção de Exame de Contas Eleitorais e Suporte
	Seção de Exame de Contas Partidárias

O processo de reestruturação da unidade de controle interno do TRESA, nos termos consignados, buscou atender ao disposto no item V, “a.1”, do Parecer n. 02/2013 da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovado pelo referido Conselho nos autos do Acompanhamento do Cumprimento de Decisão n. 0201047-40.2009.2.00.0000, que estabeleceu:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

“V - presidentes [...] dos tribunais eleitorais do [...] SC:

a) Determinem às áreas de avaliação de estrutura funcional do respectivo tribunal:

a.1) realizar estudos e, no prazo de 150 dias, apresentar os respectivos resultados à aprovação do Plenário do tribunal para que a unidade de controle interno tenha, no mínimo, a mesma estrutura funcional e hierárquica das unidades auditadas, observada a especialização derivada da competência de cada órgão do Poder Judiciário (v.g., as atividades referentes à prestação de contas partidárias e de campanhas eleitorais, serventias judiciais e extrajudiciais autônomas ou privadas); e [...]”.

A respeito da reestruturação da unidade, vide o disposto no item 4 deste relatório.

Em síntese, pode-se afirmar que a atuação da unidade de auditoria do TRESA, consoante demonstrado no presente item do Relatório de Gestão, foi estabelecida e tem se aperfeiçoado de molde a garantir sua atuação com independência e objetividade, com vinculação e subordinação direta à autoridade máxima, priorizando-se o contato periódico e sistemático com a Alta Administração para a apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria, assim como para o acompanhamento das recomendações eventualmente expedidas, sempre pautada por normas de conduta e processos de trabalho devidamente estabelecidos.

### **Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos**

Registra-se que não houve, no exercício de 2016, apuração de ilícitos administrativos.

Em 2016, foram realizadas correições *in loco* em 3 Zonas Eleitorais, sendo 1 extraordinária, na 2ª ZE - Biguaçu, e 2 ordinárias, na 20ª ZE - Laguna e na 29ª ZE - São José.

Além disso, a fim de atender ao disposto na Resolução TSE n. 21.372/2003, foi determinada a realização de correição ordinária pelos juízos das 105 zonas eleitorais do Estado, a partir do dia 1º de abril, com termo final no dia 19 de dezembro de 2016.

Foram também realizadas visitas técnicas, voltadas à identificação de dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos e ao encaminhamento de ações para o aperfeiçoamento das práticas nos cartórios eleitorais de Barra Velha, Biguaçu, São João Batista e Taió.

Das 105 zonas eleitorais correcionadas, 33 apresentaram algum tipo de inconformidade nos procedimentos cartorários adotados. Considerando o total de 275 itens do relatório de correição e as inconformidades detectadas, observamos um percentual médio de inconformidades nas zonas eleitorais de 0,95%.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

As zonas eleitorais que apresentaram alguma inconformidade nos relatórios de correição foram devidamente orientadas em relação aos procedimentos adequados a serem adotados, concedendo-se prazo para a devida regularização.

### **Gestão de riscos e controles internos**

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, através do Grupo de Trabalho para apoio às atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação dos Projetos das Eleições (GAPE), grupo multidisciplinar formado por representantes das unidades da Secretaria do Tribunal e Zonas Eleitorais, elaborou o plano de gestão de riscos para o Projeto Eleições 2016, projeto estratégico de maior impacto para a Instituição no exercício.

Nesse projeto, foram mapeadas aproximadamente 1.200 atividades para a sede do Tribunal e aproximadamente 300 atividades para cada uma das 105 Zonas Eleitorais do Estado. Essas atividades mapeadas foram agrupadas por pacotes de trabalho, e o GAPE consolidou os riscos internos e externos (legais, operacionais, administrativos) conforme esses pacotes que fizeram parte do primeiro nível da estrutura analítica do projeto (EAP), identificados pelas unidades técnicas.

Os riscos foram categorizados conforme sua severidade. A fórmula utilizada foi calculada mediante a probabilidade de ocorrência: (1) Baixa; (2) Média; (3) Alta; (4) Muito Alta; multiplicada pelo impacto no resultado: (1) Baixo; (2) Médio; (3) Alto; (4) Muito Alto. A severidade do risco foi categorizada em: de 1 a 3 – baixo risco; de 4 a 5 – médio risco; de 6 a 9 – alto risco; e de 10 a 16 – altíssimo risco.

O plano previa resposta obrigatória da unidade orgânica especializada no assunto, por meio de ações preventivas ou corretivas para os riscos com severidade igual ou superior a 6; para os riscos classificados como baixo e médio, o GAPE considerou que não apresentavam ameaça ao projeto, adotando o procedimento técnico de aceitação desses riscos. O GAPE fez o adequado monitoramento e acompanhamento através de relatórios e reuniões periódicas, ajustando o projeto sempre que necessário.

Nos demais projetos e iniciativas de nível estratégico, as questões suscitadas que podiam comprometer os objetivos institucionais foram levadas e tratadas pontualmente no âmbito da Comissão Permanente de Gestão Operacional.

Em razão de seu estágio de maturidade atual, ainda resta pendente ao Tribunal a adoção de um modelo de gerenciamento de riscos uniforme, materializado em uma Política de Gestão de Riscos institucional, iniciativa que está prevista no ciclo de vida deste Planejamento Estratégico vigente.

A gestão de riscos na área de aquisições é praticada mediante o mapeamento antecipado de todas as contratações, com estabelecimento de cronograma que contemple margem de segurança para possíveis contingências ocorridas no decorrer dos procedimentos. Tal cronograma é diuturnamente monitorado pela Administração, de modo a identificar eventuais desvios e adotar medidas corretivas de forma célere, garantindo o pleno



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

funcionamento do Órgão, com observância total à legislação.

Com vistas ao aperfeiçoamento dessa atividade, foi constituído, por meio da Portaria DG n. 44/2016, Grupo de Trabalho para a elaboração de estudos e encaminhamento de propostas para que o TRESA possa avaliar o desempenho organizacional da área de aquisições e contratações, definir diretrizes para o gerenciamento e a gestão de riscos nas aquisições e contratações e instituir processos formais de trabalho para planejamento de aquisições e para a gestão dos contratos.

O referido Grupo de Trabalho já concluiu as etapas de estabelecimento de objetivos e indicadores, definição da política de aquisições do órgão e mapeamento do processo de aquisições, sendo que a próxima etapa é a apresentação de proposta do primeiro plano de gestão de riscos nas aquisições do TRESA, prevista para o mês de abril de 2017.

Em relação à Tecnologia da Informação, decorrente de uma ação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), foi definido e formalmente instituído o processo de gestão de riscos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) com base nas práticas preconizadas pelo Cobit e NBR ISO 27005. Para identificar e acompanhar os riscos de TIC, foi instituído ainda o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (GESTIC), composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Soluções Corporativas, da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, e da Seção de Governança e Planejamento de TI.

No âmbito da tecnologia da informação e comunicação, a gestão de riscos está presente na gestão dos projetos de TIC, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e no funcionamento do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC).

Nesses casos, os riscos são identificados e seu impacto, probabilidade, fator de exposição e ações de tratamento são determinados e documentados. Os riscos definidos no PDTIC são aqueles que podem impactar no alcance dos objetivos estratégicos de TI.

Outro importante instrumento de mitigação de riscos de TI, em uso desde 2014, é o plano de avaliação de desempenho e conformidade de TI. Este plano verifica e acompanha, ao longo do exercício, o desempenho e a conformidade das ações de TI avaliando, respectivamente, se os objetivos estratégicos de TI estão sendo alcançados e a observância às normas e regulamentos internos e externos.

A observância e o acompanhamento do cumprimento do acordo de níveis de serviços de TI também se mostraram importantes ferramentas de controle para apoiar as unidades a realizarem suas atividades institucionais. Pode-se destacar, ainda, o processo de planejamento de contratações de TIC responsável por padronizar e direcionar os investimentos de TIC no alcance dos objetivos estratégicos tornando-os mais eficientes.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

#### Gestão de pessoas

#### Estrutura de pessoal da unidade

Encaminham-se tabelas com (i) o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas deste Tribunal, considerando as funções de Assistente I, criadas pela Lei n. 13.150/2015, e a de natureza pró-labore existente na 105ª ZE – Joinville/SC, cuja Unidade foi criada sem a correspondente função comissionada — registra-se, na oportunidade, que o aumento significativo da rotatividade das funções deve-se, em parte, à realização de reestruturação administrativa do Tribunal ocorrida no início do exercício de 2016 —; e (ii) com a força de trabalho:

Tabela 88 – Estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	35	35	21	21
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	não há	não há	não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	35	35	5	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	34	34	20	20
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	não há	não há	não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	não há	não há	não há	não há
1.2.5. Aposentados	não há	não há	não há	não há
<b>2. Funções Gratificadas</b>	361	358	266	248
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	361	358	266	248
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	não há	não há	não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	não há	não há	não há
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	396	393	287	269

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 89 – Força de trabalho na UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	690	674	57	47
1.1. Membros de poder e agentes políticos	7	7	5	4
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	676	667	52	43
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	493	484	13	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	15	15	2	0



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	168	168	37	28
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	690	674	57	47

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A força de trabalho no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, que conta com 493 cargos efetivos, é insuficiente para atender toda a demanda, tanto na sede como nas zonas eleitorais.

Nos cartórios eleitorais, considerando os efetivos e os removidos para o Tribunal, há 222 servidores distribuídos entre 105 Zonas Eleitorais, o que dá, em média, dois servidores por zona eleitoral, número insuficiente para dar conta do volume de trabalho.

Além disso, alguns cartórios apresentam claros de lotação devido ao deslocamento de servidores que, por motivo de saúde ou para acompanhamento de cônjuge, deixam de laborar em suas unidades de lotação.

Considerando os afastamentos e licenças, principalmente durante os períodos eleitorais, torna-se necessário o envio de servidores da sede para auxiliarem os cartórios que passam por dificuldades.

A requisição de servidores tem sido a forma utilizada para minimizar a falta de recursos humanos. Contudo, devido à crise existente em grande parte dos municípios do Estado, está cada vez mais difícil a liberação de servidores por parte das prefeituras para prestarem serviço nos cartórios.

O orçamento para a contratação de estagiários também é limitado, não sendo suficiente para atender todos os cartórios e a sede do Tribunal, que também necessita ampliar a força de trabalho a fim de dar andamento nos trabalhos.

Para auxiliar os cartórios durante o período eleitoral, foi necessária a realização de convênio com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que colocou 50 (cinquenta) estagiários à disposição do Tribunal no exercício de 2016.

Tabela 90 - Egresso de servidores no exercício de 2016

<b>EGRESSO DE SERVIDORES</b>		
Tipo de Desligamento	Lotação	Número de Servidores
Aposentadoria	Cartório	2
Aposentadoria	Sede	6
Aposentadoria	TREDF	1
Exoneração a pedido	Cartório	1
Posse em outro cargo inacumulável	Cartório	4



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Posse em outro cargo inacumulável	Sede	1
<b>INGRESSO DE SERVIDORES</b>		
Tipo de Ingresso	Lotação	Número de Servidores
Posse	Sede	1
Posse	Cartório	18

Fonte: Seção de Lotação

No exercício de 2016, foram desligados 15 (quinze) servidores efetivos, sendo 9 (nove) por aposentadoria, 5 (cinco) por posse em outro cargo inacumulável e 1 (um) por exoneração a pedido, e empossados 19 (dezenove) novos servidores.

Entre os servidores desligados, 7 (sete) laboravam na sede, 7 (sete) em cartórios eleitorais e 1 (um) estava removido para o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Após a realização de concurso de remoção, foi provido 1 (um) cargo na sede e 19 (dezenove) nos cartórios eleitorais.

Na sede, o desligamento de servidores tem ocorrido, na grande maioria, devido a aposentadorias, mas a reposição dessas vagas, até o momento, não tem causado maiores problemas, uma vez que há servidores experientes para assumir as funções.

Nos cartórios, considerando que a grande maioria dos cargos foi criada pelas Leis n. 10.842/2004 e n. 11.2002/2005, os desligamentos têm ocorrido geralmente devido a posse em outro cargo inacumulável.

Apesar de, no ano de 2016, o número de aposentadorias ter sido superior a outras formas de desligamento (posse em outro cargo inacumulável e exoneração), essa não tem sido a regra nos anos anteriores. Muitos servidores, principalmente os graduados em Direito, têm buscado em outras carreiras suas satisfações profissionais. Isso ocorre principalmente em relação aos Técnicos Judiciários que almejam ocupar cargo de Analista e de Analistas que buscam na magistratura e no Ministério Público suas satisfações profissionais.

Tabela 91 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	220	447
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	220	447
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	215	269
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	5	10
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	168
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Não há	Não há



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	Não há
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	220	447

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Percebe-se no quadro acima que o maior número de servidores está lotado na área fim do Tribunal. Contudo, há déficit na quantidade de servidores em ambas as áreas, principalmente nas unidades de primeiro grau que contam, em média, com dois servidores efetivos por cartório eleitoral.

### **Demonstrativo das despesas com pessoal**

Apresenta-se o quadro a seguir:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 92 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2016	0,00	0,00	12.535.917,21	0,00	184.484,57	0,00	0,00	6.345,90		12.726.747,68
	2015	0,00	0,00	12.246.890,76	0,00	181.582,85	0,00	0,00	3.482,09		12.431.955,70
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	61.253.634,03	9.553.839,55	6.575.292,94	9.626.442,73	6.700.179,03	3.005.739,51	686.329,17	90.951,01	0,00	97.492.407,97
	2015	57.783.505,18	6.923.834,73	5.591.764,85	4.723.553,63	6.479.478,67	2.688.173,67	636.250,15	173.720,64	0,00	84.550.281,52
<b>*Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	0,00	877.169,82	88.351,18	1.344.914,19	292.155,60	4.566,68	225.718,50	12.969,49	0,00	2.845.845,46
	2015	0,00	336.071,18	33.923,58	14.557,65	242.593,53	170,00	130.763,99	46.824,78	0,00	804.904,71
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Demonstrativo de Pagamento do Sistema Folha SGRH do TRE-SC (ano 2016)

\* Quanto ao título "Servidores de carreira Sem Vínculo com o Órgão da Unidade", informa-se que os valores constantes apresentam variação expressiva de valor em decorrência de novas remoções no exercício de 2016, bem como se tratar de período eleitoral, havendo, dessa forma, pagamento de verba de serviço extraordinário.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Tabela 93 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal

<p>1. Carência de pessoal para a realização do cadastramento biométrico - revisão do eleitorado</p>	<p>Medidas Preventivas: contratação de estagiários para suprir a demanda; convênio com as prefeituras para ceder servidores e/ou estagiários; convênio com a Assembleia Legislativa de SC para ceder estagiários para as ZEs .</p> <p>Medidas para mitigação: deslocar estagiário e servidores da sede deste Tribunal, quando necessário, para as Zonas Eleitorais, a fim de atender a demanda no processo de cadastramento biométrico</p>
<p>2. Falta de recurso financeiro para atender a demanda de capacitação dos servidores</p>	<p>Medidas Preventivas: manter rígido controle na liberação de participação dos servidores em eventos de capacitação; aumentar ainda mais o índice de aderência ao Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento.</p> <p>Medidas para mitigação: Contratar instrutor para treinamento <i>in company</i>, de forma a otimizar os custos com a capacitação dos servidores e incentivar a instrutória interna.</p>
<p>3. Contratação de cursos que não atendam a expectativa do público alvo; cursos aquém da qualidade esperada</p>	<p>Medida Preventiva: levantar junto ao público interessado os aspectos importantes a serem abordados no referencial teórico dos cursos; promover análise pedagógica antecipada do programa dos cursos.</p> <p>Medidas para mitigação: indeferir solicitação de curso que tiverem avaliação abaixo do esperado.</p>
<p>4. Falhas no Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral</p>	<p>Medidas preventivas: reportar imediatamente as falhas para correção do sistema por parte do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de minimizar os erros operacionais.</p>
<p>5. Falta de recursos orçamentários para o Programa de Assistência à Saúde (PAS).</p>	<p>Medidas preventivas: reduzir as hipóteses de ressarcimento das despesas particulares em saúde e equilibrar a cota de participação dos beneficiários, a fim de que o orçamento seja suficiente para quitar integralmente a cota-parte sob a responsabilidade do Tribunal.</p>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Tabela 94 – Contratação de pessoal de apoio

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA						
UG/Gestão: 070020 / 00001			CNPJ: 05.858.851/0001-93			
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviços de jornalismo	00.482.840/0001-38	10/10/2011	09/10/2016	Superior	E
2011	Suporte em informática	93.124.642/0001-83	10/10/2011	31/10/2016	Médio e Superior	E
2012	Manutenção de bens móveis e imóveis	03.314.516/0001-07	08/03/2012	30/11/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo para os profissionais da construção civil, do mobiliário e supervisor. Para os técnicos em telecomunicações e eletrotécnica foi exigido nível Médio	E
2013	Serviços de limpeza e conservação	09.284.904/0001-60	20/08/2013	31/07/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2013	Serviços de reprografia	03.814.774/0001-44	10/09/2013	31/08/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2013	Serviços de limpeza e conservação	09.284.904/0001-60	25/10/2013	31/07/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2013	Serviços de vigilância presencial	11.650.232/0001-01	06/12/2013	31/08/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2014	Serviços de operacionalização de concessão de estágios	04.310.564/0001-81	30/05/2014	31/10/2017	Médio e Superior	P



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Unidade Contratante						
<b>Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA</b>						
<b>UG/Gestão: 070020 / 00001</b>			<b>CNPJ: 05.858.851/0001-93</b>			
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviços de recepcionista	05.600.954/0001-59	08/10/2014	30/04/2016	Médio	E
2014	Serviços de condução de veículos	02.531.343/0001-08	17/10/2014	31/08/2017	Fundamental	P
2014	Serviços técnicos em edificações e eletrotécnica	00.482.840/0001-38	28/11/2014	31/08/2017	Médio	P
2015	Serviços de vigilância presencial	10.364.152/0001-27	14/05/2015	31/05/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2015	Serviços de vigilância presencial	11.650.232/0001-01	15/05/2015	08/04/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2015	Serviços de telefonista	05.600.954/0001-59	11/06/2015	31/08/2017	Médio	P
2015	Serviços de recepcionista	79.283.065/0001-41	03/06/2015	30/05/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2015	Serviços de recepcionista	09.284.904/0001-60	03/06/2015	08/05/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2015	Serviços de limpeza e conservação	18.923.549/0001-13	24/06/2015	31/07/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2015	Serviços de limpeza e conservação	07.809.721/0001-96	25/06/2015	31/07/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2015	Serviços de limpeza e conservação e copeiragem	09.284.904/0001-60	24/06/2015	31/07/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Unidade Contratante						
<b>Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA</b>						
<b>UG/Gestão: 070020 / 00001</b>			<b>CNPJ: 05.858.851/0001-93</b>			
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviços de limpeza e conservação	18.923.549/0001-13	25/06/2015	31/07/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2015	Serviços de limpeza e conservação e copeiragem	09.284.904/0001-60	24/06/2015	31/07/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2015	Serviços de limpeza e conservação	05.443.410/0001-20	17/08/2015	04/05/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2015	Serviços de limpeza e conservação	07.809.721/0001-96	04/08/2015	04/05/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2015	Serviços de conservação de urnas eletrônicas	79.283.065/0001-41	14/09/2015	14/09/2017	Médio	A
2015	Serviços de design gráfico e tratamento de áudio e vídeo	07.593.524/0001-82	22/10/2015	31/08/2017	Médio e Superior	P
2015	Serviços de jardinagem	09.284.904/0001-60	26/10/2015	31/08/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	P
2015	Serviços de vigilância presencial	82.949.652/0001-31	18/12/2015	12/05/2016	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	E
2015	Serviços de jardinagem	18.923.549/0001-13	21/12/2015	31/10/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	A



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Unidade Contratante						
<b>Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA</b>						
<b>UG/Gestão: 070020 / 00001</b>			<b>CNPJ: 05.858.851/0001-93</b>			
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviços de jardinagem	09.284.904/0001-60	21/12/2015	31/10/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	A
2016	Serviços técnicos de informática	01.645.738/0001-79	23/07/2016	31/01/2017	Médio	E
2016	Serviços de auxiliar de almoxarife	09.284.904/0001-60	25/07/2016	31/08/2017	Fundamental	A
2016	Serviços de jornalismo	00.482.840/0001-38	23/09/2016	31/08/2017	Superior	A
2016	Manutenção e movimentação de bens móveis	07.593.524/0001-82	12/09/2016	31/08/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	A
2016	Suporte em informática	86.703.337/0001-80	21/10/2016	31/10/2019	Médio e Superior	A
2016	Manutenção de bens móveis e imóveis	00.482.840/0001-38	21/11/2016	31/08/2017	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo para os profissionais da construção civil. Para os técnicos em eletrotécnica foi exigido nível médio técnico em eletrotécnica e para o supervisor nível médio técnico em edificações	A
2016	Serviços de vigilância presencial armada	11.650.232/0001-01	07/12/2016	31/08/2018	Não foi exigido no Projeto Básico nível de escolaridade mínimo	A



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A contratação de estagiários está regulamentada por meio da Resolução TRESA n. 7.883/2013. O estágio é destinado a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio e/ou superior legalmente reconhecidos, cujas áreas de conhecimento estejam diretamente relacionadas com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo Tribunal.

A partir do exercício de 2013, com a implantação do Projeto Biometria em cidades da Grande Florianópolis e em grandes cidades como Joinville e Blumenau, foi dada prioridade à contratação de estagiários na formação da força de trabalho com vistas à formação política de estudantes e ao fiel cumprimento do dever em prol do processo eleitoral e do fortalecimento da democracia.

O processo de seleção é realizado mediante entrevista e exame do histórico escolar e do currículo dos candidatos, sendo a seleção efetuada por servidor que assumirá a supervisão do estágio na unidade que solicitou a contratação.

Para receber estagiários, as áreas que reúnam condições de proporcionar experiência prática aos estudantes, mediante efetiva participação em serviços, programas, atividades e projetos, cuja estrutura programática guarde estreita correlação com as respectivas áreas de formação profissional, devem dispor de servidor com formação acadêmica ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente, bem como ambiente que proporcione ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

O número de estagiários na sede e nos cartórios eleitorais não poderá exceder a vinte por cento do total de servidores ativos do quadro de pessoal do Tribunal, ficando fora dessa limitação os estagiários de nível superior e de nível médio profissional.

Os valores relativos ao pagamento das bolsas de estágio e auxílio-transporte estão fixados nas Portarias DG n. 571/2008 e n. 77/2016, respectivamente.

O seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários é de responsabilidade do Centro de Integração Empresa-Escola, agente de integração contratado para providenciar o recrutamento dos estudantes.

O número de estagiários, bem como as despesas para a contratação no exercício de 2016, estão detalhados na tabela a seguir:

Tabela 95 - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>1. Nível superior</b>	-	-	-	-
1.1 Área Fim	342	124	55	50



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2 Área Meio	42	39	40	141
<b>2. Nível Médio</b>	-	-	-	-
2.1 Área Fim	1	1	1	2
2.2 Área Meio	1	2	1	0
<b>3. Total (1+2)</b>	386	166	97	193
<b>4. Despesas no trimestre</b>	R\$ 1.015.307,57	R\$ 436.634,90	R\$ 255.142,10	R\$ 507.753,80
<b>5. Despesas no exercício</b>	R\$ 2.214.738,27			

Fonte: Sistema de Controle de Estagiários - ALLIEVO, desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A partir do exercício de 2013, com a implantação do Projeto Biometria em cidades da Grande Florianópolis, foi necessário ampliar a força de trabalho nos cartórios eleitorais. Tendo em vista que o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina optou por utilizar a força de trabalhos dos estudantes nos atendimentos aos eleitores, foram contratados estagiários para realizar essa atividade.

Considerando a realização de eleições nacionais no exercício de 2014, foi dada prioridade à contratação de estagiários para auxiliar nos cartórios eleitorais com *déficit* na força de trabalho em atividades relacionadas aos pleitos.

No exercício de 2015, com a inclusão dos Municípios de Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Joinville e Blumenau, tornou-se necessária a ampliação do número de estagiários nesses municípios.

A evolução do número de estagiários e o orçamento dispendido nos últimos anos estão detalhados nas tabelas a seguir:

Tabela 96 - Composição do Quadro de Estagiários no exercício de 2013

Meses	Verba Ordinária/2013	Verba Biometria/2013	Total
	N. Estagiários	N. Estagiários	
Janeiro	101	0	101
Fevereiro	97	0	97
Março	107	0	107
Abril	108	0	108
Maio	109	0	109
Junho	107	0	107
Julho	105	0	105
Agosto	101	0	101
Setembro	111	15	126
Outubro	109	15	124
Novembro	110	20	130
Dezembro	107	20	127
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.136.644,03</b>	<b>R\$ 61.308,68</b>	<b>R\$ 1.197.952,71</b>

Fonte: Sistema de Controle de Estagiários - ALLIEVO, e Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 97 - Composição do Quadro de Estagiários no exercício de 2014

Meses	Verba Ordinária/2014	Verba Eleições/2014	Verba Biometria/2014	Total
	N. Estagiários	N. Estagiários	N. Estagiários	
Janeiro	111	0	15	126
Fevereiro	103	2	14	119
Março	105	26	16	147
Abril	103	51	0	154
Maiο	98	55	0	153
Junho	100	55	0	155
Julho	96	60	0	156
Agosto	90	62	0	152
Setembro	96	64	0	160
Outubro	91	61	0	152
Novembro	84	53	0	137
Dezembro	78	45	0	123
<b>Total</b>	<b>R\$ 980.359,77</b>	<b>R\$ 477.150,63</b>	<b>R\$ 39.711,97</b>	<b>R\$ 1.497.222,37</b>

Fonte: Sistema de Controle de Estagiários - ALLIEVO, e Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Tabela 98 - Composição do Quadro de Estagiários no exercício de 2015

Meses	Verba Ordinária/2015	Verba Biometria/2015	Total
	N. Estagiários	N. Estagiários	
Janeiro	126	0	126
Fevereiro	140	0	140
Março	160	42	202
Abril	170	39	209
Maiο	180	124	304
Junho	190	135	325
Julho	195	134	329
Agosto	200	125	325
Setembro	190	437	627
Outubro	180	432	612
Novembro	160	345	505
Dezembro	160	250	410
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.843.542,45</b>	<b>R\$ 1.649.313,14</b>	<b>R\$ 3.492.855,59</b>

Fonte: Sistema de Controle de Estagiários - ALLIEVO, e Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais**

Informa-se que não foi efetivada nenhuma contratação nesse sentido no exercício de 2016.

### **Gestão do patrimônio e da infraestrutura**

#### **Gestão da frota de veículos**

A constituição da frota de veículos relativa ao exercício de 2016 está consignada na Portaria P n. 015/2017, a qual divulga a Lista de Veículos de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, para atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução CNJ n. 83, de 10 de junho de 2009.

No tocante à forma de utilização da frota de veículos do TRESA, a Portaria P n. 401/2009, que dispõe sobre aquisição, locação, utilização, identificação, guarda e responsabilização pelo uso dos veículos oficiais no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense, disciplina a matéria.

Constata-se a importância da frota de veículos sobre as atividades da Justiça Eleitoral catarinense diante das demandas por deslocamentos de servidores e colaboradores terceirizados em todas as unidades da Justiça Eleitoral do Estado, para a realização de atividades diversas – apoio cartorário, manutenção predial, manutenção nos equipamentos de informática, etc. Destaca-se o aumento significativo na frequência de deslocamentos em anos eleitorais e em trabalhos com biometria.

Em ano eleitoral, o impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRESA aumenta sobremaneira, tanto que este Regional opta por locar em média 20 veículos pelo período aproximado de 30 dias, para atender aos eventos mais críticos.

A seguir, informa-se a quantidade de veículos em uso ou sob a responsabilidade deste Tribunal discriminados por grupos, segundo a classificação, bem como sua totalização por grupo e geral:

Veículos de Representação	2
Veículo de transporte institucional	1
Veículos de serviço	23
Total geral	26

Abaixo, consta a relação da média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo sua classificação, bem como a idade média da frota:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Veículos de Representação	20.000 km/veículo
Veículo de transporte institucional	3.530 km/veículo
Veículos de serviço	12.340 km/veículo

Veículos de Representação	4 anos
Veículo de transporte institucional	12 anos
Veículos de serviço	8 anos

O custo anual com despesas associadas à manutenção da frota foi de R\$ 165.476,31.

O plano de substituição da frota deste Tribunal leva em consideração o ano do veículo, sua quilometragem e as despesas com manutenção e, por tais motivos, os veículos de serviço são trocados com mais frequência que os de representação e os de transporte institucional.

A aquisição em detrimento da locação de veículos deve-se à importância deles para as atividades da Justiça Eleitoral catarinense, mencionadas anteriormente, destacando-se os deslocamentos frequentes para as 105 (cento e cinco) zonas eleitorais de Santa Catarina, o que tornaria mais onerosa a opção por locar diariamente 24 (vinte e quatro) veículos pelo período de doze meses, por exemplo. Contudo, como já esclarecido, no período eleitoral, a demanda por viagens no território catarinense aumenta consideravelmente, decidindo-se, nessas circunstâncias, pela locação de veículos para atender às necessidades do TRESA por aproximadamente 30 (trinta) dias.

Com a finalidade de assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o TRESA celebrou o Contrato n. 121/2015, com a Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S/A., cujo objeto consiste na implantação e operacionalização de sistema informatizado, visando ao fornecimento, por empresas credenciadas, de combustíveis e lubrificantes e à prestação de serviços de manutenção de peças, pneus e demais materiais aos veículos do TRESA, inclusive aos eventualmente locados e requisitados.

Além disso, o sistema ora implantado permite uma eficaz gestão da frota de veículos, fornecendo diversos relatórios por veículos, tipos de despesas, mensais, anuais, etc.

### **Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

No que se refere à política de destinação, o desfazimento desses bens é regulamentado no âmbito deste Tribunal pela Resolução TRESA n. 7.801/2010, a qual estabelece a sua destinação, conforme a classificação que lhe for dada, qual seja:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. ocioso ou recuperável, para outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional ou para outro órgão integrante de qualquer dos demais Poderes da União;
2. antieconômico, para os Estados e Municípios mais carentes, Distrito Federal, empresas públicas, sociedades de economia mista e instituições filantrópicas reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal;
3. irrecuperável, para instituições filantrópicas reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal.

Registra-se, por fim, que não houve ocorrência no exercício.

### Gestão do patrimônio imobiliário da União

Tabela 99 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF1 – SANTA CATARINA	30	32
	Anchieta	0	1
	Araranguá	1	1
	Bom Retiro	1	1
	Brusque	1	1
	Canoinhas	1	1
	Concórdia	1	1
	Curitibanos	1	1
	Cunha Porã	1	1
	Florianópolis	3	3
	Gaspar	1	1
	Imaruí	1	1
	Indaial	1	1
	Itajaí	1	1
	Ituporanga	1	1
	Joaçaba	1	1
	Joinville	1	1
	Lages	1	1
	Laguna	0	1
	Palhoça	1	1
	Pinhalzinho	1	1
	Quilombo	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Santo Amaro da Imperatriz	1	1
	São Carlos	1	1
	São Domingos	1	1
São José	1	1	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tangará	1	1
Timbó	1	1
Urubici	1	1
Videira	1	1

Fonte: Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 100 – Estado de conservação

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com manutenção
070020	8027 00073.500-6	13	5	99.480,00	19/06/2015	160.285,37	343.962,72	
070020	8049 00001.500-4	13	3	150.000,00	19/06/2015	239.745,70		
070020	8055 00002.500-4	13	2	300.000,00	19/06/2015	738483,82		
070020	8073 00030.500-5	13	2	200.000,00	19/06/2015	285.010,13		
070020	8083 00022.500-9	13	2	385.000,00	19/06/2015	622.630,97		
070020	8091 00002.500-0	13	5	150.000,00	19/06/2015	239.166,25		
070020	8105 00190.500-8	13	2	5.796.068,17	19/06/2015	<b>15.809.216,01</b>		623.168,00
070020	8105 00238.500-8	13	2	829.880,10	19/06/2015	<b>2.425.633,07</b>		
070020	8105 00434.500-3	13	2	2.399.777,66	19/06/2015	<b>3.881.052,11</b>		311.583,78
070020	8117 00001.500-2	13	2	99.480,00	19/06/2015	160.285,37		
070020	8141 00005.500-7	13	5	82.000,00	19/06/2015	131.423,22		
070020	8147 00003.500-5	13	2	128.000,00	19/06/2015	202.770,05		
070020	8161 00100.500-8	13	5	400.000,00	19/06/2015	536.791,81	551.897,93	
070020	8167 00006.500-6	13	3	145.000,00	19/06/2015	217.360,38		
070020	8177 00027.500-8	13	2	210.000,00	19/06/2015	338.358,44		
070020	8179 00076.500-1	13	3	535.700,00	19/06/2015	1.892.279,92		
070020	8183 00048.500-7	13	3	247.000,00	19/06/2015	408.480,22		
070020	8233 00013.500-6	13	2	300.000,00	19/06/2015	466.045,26		
070020	8279 00001.500-9	13	5	82.000,00	19/06/2015	131.557,97		
070020	8291 00021.500-7	13	3	514.845,00	19/06/2015	851.445,56		



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

070020	8309 00001.500-4	13	5	175.000,00	19/06/2015	281.271,17			
070020	8315 00001.500-9	13	5	92.000,00	19/06/2015	138.626,51			
070020	8317 00001.500-5	13	2	81.800,00	19/06/2015	134.510,34			
070020	8327 00058.500-3	13	2	1.616.240,00	19/06/2015	4.166.097,71			
070020	8353 00001.500-1	13	2	75.000,00	19/06/2015	120.789,79			
070020	8357 00002.500-0	13	5	130.000,00	19/06/2015	206.298,20	65.631,46		
070020	8371 00052.500-8	13	5	82.900,00	19/06/2015	133.530,30			
070020	8379 00006.500-2	13	2	150.000,00	19/06/2015	239.742,02			
070020	8253.00005.500-7	13	1	92.688,05	19/06/2015	110.673,22			
070020	Curitibanos*	5	1						
070020	Criciúma*	11	2						
Total							1.034.279,33	644.910,00	

\* *Em fase de regularização*

**Regime:**

1 – Aquicultura

2 – Arrendamento

3 – Cessão – Adm. Federal Indireta

4 – Cessão – Outros

5 – Cessão – Prefeitura e Estados

6 – Cessão Onerosa

12 – Em regularização – Outros

13 – Entrega – Adm. Federal Direta

14 – Esbulhado (Invadido)

15 – Imóvel Funcional

16 – Irregular – Cessão

17 – Irregular – Entrega



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- |                                 |                             |
|---------------------------------|-----------------------------|
| 7 – Comodato                    | 18 – Irregular – Outros     |
| 8 – Disponível para Alienação   | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação    | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão  | 22 – Usufruto Indígena      |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso          |

### **Estado de Conservação:**

- |               |                                 |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo      | 5 – Reparos Importantes         |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim                        |
| 3 – Bom       | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular   | 8 – Sem Valor                   |

### **Análise crítica**

O controle do patrimônio imobiliário da União, sob a responsabilidade deste Tribunal, é realizado pela Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços da Secretaria de Administração e Orçamento, por meio de planilhas, uma vez que o Sistema de Gerenciamento de Imóveis - GERIM, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, foi descontinuado. Encontra-se em estudo a possibilidade de adoção de sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul para essa finalidade.

Acerca dos registros no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, afirma-se que estão fidedignos, inclusive no que se refere às informações contábeis, que são objeto de reavaliação periódica.

Há, ainda, 2 (dois) imóveis sob a responsabilidade desta UJ que estão pendentes de registro no SPIUNet, em face dos trâmites para sua regularização pela SPU/MP ainda estarem pendentes.

Acerca dos riscos relacionados à gestão dos imóveis, são considerados aqueles relativos à solidez das edificações, à possibilidade de ocorrência de eventos naturais e à segurança patrimonial.

Quanto ao primeiro aspecto, as obras de construção e reforma de imóveis contratadas por este Tribunal são fiscalizadas diariamente, de modo a garantir o emprego da técnica e materiais adequados e previstos em projeto. Além disso, é realizada a manutenção preventiva das edificações, com vistas à sua conservação, intervindo-se também de forma corretiva, sempre que necessário.

Em relação à ocorrência de eventos naturais, pelas características climáticas do Estado de Santa Catarina, são mapeadas as unidades localizadas em áreas suscetíveis a inundações, mantendo-se o constante monitoramento das mesmas, inclusive considerando os informativos disponibilizados pelos órgãos de defesa civil estadual e municipais, de maneira a viabilizar a adoção de medidas preventivas minimizadoras de eventuais prejuízos ao patrimônio e ao serviço.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Por fim, no que tange à segurança, considera-se a relação entre o custo e o benefício dos controles em face do volume do patrimônio em risco. Dessa forma, são contratados vigilância presencial e seguro predial para o Edifício-sede e respectivos anexos, considerados imóveis de grande porte para a realidade deste Órgão. Para as demais unidades, por se tratarem de edificações de pequeno porte, optou-se pela contratação de vigilância eletrônica monitorada.

### Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Tabela 101 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00434.500-3
	Endereço	Rua Esteves Júnior, n. 80. Centro. Florianópolis/SC.
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade representativa dos advogados
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão gratuita de espaço físico (Termo de Cessão n. 001/2013)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Utilização por advogados
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Sala do 5º andar do Edifício Anexo 1, com 17,27 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-	

### Informações sobre os imóveis locados de terceiros

No exercício de 2016, este Tribunal manteve 64 contratos de locação, dos quais 54 sediam 62 cartórios eleitorais, 3 abrigam os depósitos de urnas eletrônicas, móveis e almoxarifado deste Tribunal e 7 foram locados provisoriamente para funcionar como depósitos para armazenar urnas eletrônicas nos Municípios de Abelardo Luz, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Blumenau, Lages, Mafra e São Francisco do Sul, no período eleitoral, uma vez que o acondicionamento permanente é centralizado na Grande Florianópolis. A relação detalhada dos referidos contratos está anexa ao presente relatório.

No que se refere aos cartórios eleitorais, cabe esclarecer que, há pouco mais de uma década, praticamente todas as unidades de primeiro grau da Justiça Eleitoral deste Estado encontravam-se instaladas nos fóruns da Justiça Estadual. Contudo, aquele Poder passou a requisitar tais espaços para uso próprio, obrigando este Tribunal a buscar novas alternativas.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Como já explicitado neste relatório, há 30 imóveis de propriedade da União ocupados pela Justiça Eleitoral em Santa Catarina, abrigando 38 cartórios eleitorais. Da experiência dessa última década, pode-se observar que o investimento em estrutura imobiliária própria apresenta boa relação custo-benefício nos municípios que sediam mais de uma zona eleitoral, onde é possível organizar centrais de atendimento ao eleitor, instalando-se mais de um cartório em um só imóvel. Quanto aos demais, constatou-se que, dado o pequeno porte dos imóveis necessários, os custos de locação são baixos, se comparados ao investimento de uma construção. Em média, apurou-se que, para esses municípios, o custo de uma obra equivaleria a mais de 40 anos de locação de um imóvel.

Quanto aos depósitos locados em caráter permanente, devido à sua característica, se houvesse disponibilidade de terrenos e recursos orçamentários, a construção poderia se revelar vantajosa em relação à locação. Contudo, considerando a necessidade de localização na Região Metropolitana de Florianópolis, há dificuldade em se obter terrenos próprios da União para edificar os imóveis, assim como a compra é dificultada pelo alto valor no mercado imobiliário local.

Em relação aos valores despendidos, registra-se que, em 2016, foram executados R\$ 2.475.294,33 nas locações dos cartórios eleitorais; R\$ 898.500,76 com depósito de móveis, urnas (SAU) e almoxarifado; com depósitos de urnas para os cartórios eleitorais foram gastos R\$ 94.682,98, totalizando o valor de R\$ 3.468.478,07.

Finalmente, acerca do tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções dos imóveis locados, a política adotada é o custeio direto pelos locadores, nas hipóteses em que os serviços importem aumento ou preservação do valor patrimonial, ficando a cargo deste Tribunal apenas as despesas decorrentes de danos ou defeitos acarretados pelo uso.

### Gestão da tecnologia da informação

Em observância ao processo de planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicação e a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), o **Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação** foi aprovado em 22 de março de 2016 pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC) e instituído pela Portaria P n. 89/2016, de 30.03.2016, com vigência até 2020, com os seguintes objetivos:

Quadro 102 - Objetivos do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Perspectiva	Objetivo	Alinhamento Plano Institucional
Resultados	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantia dos direitos de cidadania;</li><li>• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li><li>• Aperfeiçoamento da gestão da informação</li><li>• Fortalecimento da governança</li></ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>
	(RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral</li> <li>• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>• Aperfeiçoamento da gestão da informação</li> <li>• Fortalecimento da governança</li> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>
	(RE3) – Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>• Aperfeiçoamento da gestão da informação</li> <li>• Fortalecimento da governança</li> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>
Processos Internos	(PI1) Aprimoramento da segurança da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combate à corrupção e à improbidade administrativa</li> <li>• Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral</li> <li>• Aperfeiçoamento da gestão da informação</li> <li>• Fortalecimento da governança</li> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>
	(PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>• Aperfeiçoamento da gestão da informação</li> <li>• Fortalecimento da governança</li> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>
	(PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combate à corrupção e à improbidade administrativa</li> <li>• Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral</li> <li>• Aperfeiçoamento da gestão da informação</li> <li>• Aperfeiçoamento da gestão orçamentária</li> <li>• Fortalecimento da governança</li> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pessoas e Recursos	(PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>• Aperfeiçoamento da gestão de pessoas</li> <li>• Fortalecimento da governança</li> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>
	(PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aperfeiçoamento da gestão orçamentária</li> <li>• Fortalecimento da governança</li> <li>• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação</li> </ul>

O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação** foi aprovado pelo GOVTIC em 15 de abril e instituído pela Portaria DG n. 127, de 26.04.2016, com vigência até 2017. Dentre as ações planejadas para alcance dos objetivos estratégicos, temos para 2016:

Quadro 103 - Ações planejadas para alcance dos objetivos estratégicos

CATEGORIA	Ação / Iniciativa
SISTEMAS	IN01 - Integração entre o SADP e o sistema Único da PRE
	IN02 - SAC Eleitoral 2016
	IN03 - ECM - Implantação no TRES
	IN04 - Convoc 2016 - Convocação eletrônica e reestruturação
	IN05 - Auge 2016 - Manutenção evolutiva
	IN06 - Sigma 2016 - Manutenção evolutiva
	IN07 - Mural Eletrônico 2016 - Manutenção evolutiva
	IN11 - Diplomas Digitais
	IN16 – Implantar assinatura digital para Juízes Eleitorais de 1º Grau
	IN17 – Implantar Processo Judicial Eletrônico (PJE)
	IN18 – Implantar sistema QRUEL
INFRAESTRUTURA	IN21 - Migração do sistema operacional e centralização da autenticação dos usuários dos cartórios eleitorais
	IN22 - Implantação de CPD backup
	IN23 - Infraestrutura para utilização de smartphones sobre VPN
	IN24 - Substituição de nobreaks na sede do Tribunal
	IN25 – Instalação e Configuração do Storage
	IN26 – Implantar VoIP
	IN27 - Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico
	AE03 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	AE04 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais
	AE06 - Manter parque tecnológico atualizado
GOVERNANÇA E GESTÃO	AE10 - Implantar ações de nivelamento de TIC do CNJ (Resolução n. 211/2015)
	AE13 - Otimizar a metodologia de gestão de projetos de TIC
	AE23 - Instituir comitê gestor de tecnologia da informação e comunicação
	AE26 - Otimizar a gestão da execução orçamentária de TIC
	AE28 - Otimizar o processo de planejamento de contratações de TIC
PESSOAS	AE05 - Difundir conhecimento em TIC
	AE25 - Definir e acompanhar o plano anual de capacitação de TIC

O **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (GESTIC)** foi instituído pela Portaria P n. 88/2016, em 30 de março de 2016, e tem como principais atividades:

- Propor ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC) princípios e diretrizes quanto à forma de utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no TRESA;
- Formular, deliberar e coordenar planos necessários ao alcance dos objetivos de TIC;
- Apresentar periodicamente ao GOVTIC o andamento das ações e iniciativas de TIC;
- Promover a excelência operacional da TIC, o desenvolvimento gerencial e a adoção de instrumentos de acompanhamento de resultados;
- Promover a gestão efetiva dos recursos orçamentários destinados à aquisição e à contratação de equipamentos, softwares e serviços de apoio necessários ao provimento das soluções de TIC;
- Decidir sobre aspectos relacionados à arquitetura e à infraestrutura de TIC;
- Apresentar propostas de investimentos em TIC para o GOVTIC;
- Propor a alocação de recursos orçamentários destinados à TIC, planejando e acompanhando, em articulação com as unidades competentes, o uso desses recursos para contratação de soluções de TI.

O GESTIC é composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Soluções Corporativas, da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica e da Seção de Governança e Planejamento de TI. No exercício de 2016, foram realizadas cinco reuniões do referido comitê e as principais atividades realizadas:

- Acompanhamento do plano anual de contratações de TIC;
- Acompanhamento das ações de PDTIC;
- Revisão da política de backup;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Acompanhamento do plano anual de capacitação;
- Acompanhamento da gestão e execução orçamentária de TIC;
- Novas demandas:
  - Revisão dos destaques do portal intranet;
  - Definição dos cenários de apuração das eleições 2016 (pontos de transmissão);
  - Automação das auditorias de configuração de urnas;
  - Revisão do rol de serviços essenciais de TIC;
  - Priorização dos treinamentos em Mapeamento de processos com BPMN, PostGre SQL e VoIP;
  - Revisão da periodicidade dos boletins de segurança da informação;
  - Viabilidade e gerenciamento de forma alternativa de totalização no segundo turno das eleições 2016;
  - O Convênio com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina para a identificação do domicílio eleitoral na proposição de projeto de lei.

O **Plano de Capacitação do Pessoal de Tecnologia da Informação** foi aprovado como parte integrante do PDTIC em 26 de abril de 2016, por meio da Portaria DG n. 127/2016, e tem como ações de treinamento:

Quadro 104 – Ações de treinamento do Plano de Capacitação do Pessoal de Tecnologia da Informação

Treinamento	Realizado
Mapeamento de processos com BPMN (EAD)	X
Gestão estratégica da informação e conhecimento	
Administração sob plataforma ECM	X
Plano de continuidade de negócios	
Gerenciamento de riscos	
Governança de TI	X
Administração de Windows	
Jboss Administration	
PostGre SQL	X
Gestão de Serviços baseado no framework ITIL	
Programação Ruby e .Net	
VoIP	

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI:

Quadro 105 – Quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Servidores / empregados efetivos da carreira de TI	28
Servidores / empregados efetivos de outras carreiras	08
Servidores / empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos	02
Servidores / empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos	00
Terceirizados	30
Estagiários	00



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O quadro abaixo apresenta os Projetos de Tecnologia da Informação realizados em 2016:

Quadro 106 - Projetos de Tecnologia da Informação realizados em 2016

NATUREZA	Projeto	Resultados Esperados	Alinhamento PETIC e PDTIC	Prazo Conclusão
SISTEMAS	SAC Eleitoral <i>Implantar solução tecnológica para gestão das solicitações recebidas pelo SAC Eleitoral</i>	Disponibilizar um serviço na intranet e internet para agilizar a prestação de suporte relativo às questões técnico eleitorais.	Iniciativa 02 do PDTIC	jun/2016
	Implantação do ECM <i>Implantar solução de ECM definida por estudo preliminar</i>	Instituir um repositório centralizado para armazenamento dos documentos corporativas para operacionalizar o plano de gestão documental.	Iniciativa 03 do PDTIC	dez/2016
	Convoc 2016 <i>Implementar melhorias solicitadas para o sistema Convoc para as eleições 2016 incluindo Portal do Mesário</i>	Aprimorar o processo de convocação de auxiliares eleitorais disponibilizando novos serviços solicitados previamente pelos usuários.	Iniciativa 04 do PDTIC	jul/2016
	Assinatura Digital para 1º Grau <i>Possibilitar que os juízes eleitorais possam assinar documentos digitalmente a partir dos sistemas Breve e PAE nas dependências do Tribunal de Justiça</i>	Agilizar o trâmite processual nos juízos eleitorais de 1º grau, permitindo a intercâmbio de documentos oficiais em meio eletrônico.	Iniciativa 16 do PDTIC	out/2016
	Diplomas Digitais <i>Implementar solução para automatizar a emissão e assinatura dos diplomas dos eleitos em meio digital e disponibilizado na Internet</i>	Automatizar o processo de elaboração dos diplomas eleitorais e disponibilizar os documentos assinados digitalmente pelos juízes na internet.	Iniciativa 11 do PDTIC	nov/2016
	Mural Eletrônico 2016 <i>Implementar melhorias solicitadas para o sistema Mural Eletrônico para as eleições 2016</i>	Disponibilizar decisões monocráticas, intimações e notificações às partes, advogados e Ministério Público exclusivamente na Internet em substituição ao fac-símile.	Iniciativa 07 do PDTIC	ago/2016
	Integração SADP e PRE	Permitir a integração entre os sistemas	Iniciativa 01 do PDTIC	jun/2016



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<i>Permitir o intercâmbio de informações processuais entre os sistemas de processos do TRESA e Ministério Público Federal</i>	processuais utilizados na Justiça e Procuradoria Eleitoral, com intuito de otimizar o processo de trabalho destas Instituições.		
	<i>Sigma 2016 Implementar melhorias solicitadas para o sistema Sigma para as eleições 2016</i>	Aprimorar o processo de logística e envio de materiais eleitorais e controle dos locais de votação.	Iniciativa 06 do PDTIC	maio/2016
	<i>Auge 2016 Implementar melhorias solicitadas para o sistema Auge para as eleições 2016</i>	Disponibilizar solução centralizada para gerenciamento do envio das propagandas eleitorais que serão veiculadas pelos meios de comunicação.	Iniciativa 05 do PDTIC	abr/2016
	<i>Implantação QrUEL Aprimorar o processo de auditoria da carga de urnas a partir do uso de aplicativos e smartphones</i>	Aprimorar o processo de auditoria da carga das urnas eleitorais a partir do uso de smartphones.	Iniciativa 18 do PDTIC	set/2016
INFRAESTRUTURA	<i>Implantação CPD Backup Implantação de ambiente de datacenter redundante para manutenção dos sistemas essenciais ao funcionamento do TRESA</i>	Melhora na disponibilidade de serviços essenciais, devido a criação de um ambiente redundante para a infraestrutura de TI.	Iniciativa 22 do PDTIC	jul/2016
	<i>Implantação VoIP Migrar a plataforma de telefonia (voz) atualmente utilizada</i>	Modernização da tecnologia que provê a comunicação entre os usuários do TRESA e redução de custos.	Iniciativa 26 do PDTIC	dez/2016
	<i>Instalação e Configuração Storage Aumentar a capacidade de armazenamento de dados corporativos, de forma a manter a disponibilidade aos usuários, com a celeridade necessária, garantindo-se a segurança das informações trafegadas</i>	Aumentar a capacidade de oferta dos serviços de TI, o que permitirá o acréscimo de disponibilidade, prevendo-se futuros aumentos de demanda.	Iniciativa 25 do PDTIC	jun/2016
	<i>Migração S.O. e Autenticação Centralizada Aprimorar o ambiente de TI dos cartórios eleitorais, provendo redundância, atualizando sistemas e melhorando a segurança, bem como entregando novos serviços, de forma a diminuir as paradas naqueles ambientes</i>	Diminuição na indisponibilidade de equipamentos dos usuários, através da oferta de ambientes mais robustos e atualizados.	Iniciativa 21 do PDTIC	jun/2016



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Substituição dos Nobreaks <i>Prover aos usuários da Sede do TRESA a utilização de dispositivo que permita o uso dos microcomputadores por tempo suficiente para finalizar suas aplicações, salvar documentos, quando da ocorrência de falta de energia elétrica</i>	Diminuição na interrupção dos serviços de TI, devido à falta de energia elétrica.	Iniciativa 24 do PDTIC	jun/2016
--	--	---	------------------------	----------

O TRESA adotou as seguintes medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas de TIC:

- Inclusão da atividade de sustentação da contratação na fase de estudos técnicos preliminares do processo de planejamento de contratações;
- Inclusão de orientação e seção específica no *template* do documento de estudos técnicos preliminares chamada “Estratégia de Independência Tecnológica”;
- Inclusão da análise de riscos das contratações no processo de planejamento.

Os processos de gerenciamento de serviços de TI abaixo relacionados foram implementados no TRESA, tendo como referência a biblioteca ITIL e formalmente instituídos em 2016:

- **Gerenciamento da central de serviços de TI, incidentes e requisições de serviço** – formalmente instituída em 2011, a central de serviços de TI é o ponto único de atendimento dos usuários de serviços de TI do TRESA. O atendimento é prestado preferencialmente através da ferramenta de *servicedesk*, *Automatos Service Manager*, disponível na intranet ou ainda por telefone ou *e-mail* específicos. Todo o ciclo de vida das ocorrências (incidentes e requisições) é registrado e mantido na ferramenta. As atividades decorrentes dos processos estão disponíveis na intranet e mantidas em *workflows* específicos da ferramenta;

- **Gerenciamento do catálogo de serviços** – o catálogo de serviços foi instituído em 2011 em conjunto com a Central de Serviços de TI. O catálogo de serviços de TI é mantido na ferramenta de *servicedesk*. Sua atualização é constantemente realizada no contexto do fluxo de atividades dos processos de gerenciamento de mudanças e liberação;

- **Gerenciamento de mudanças e liberações** – todas as mudanças e liberações têm seu ciclo de vida gerenciado pela ferramenta de *servicedesk* incluindo todas as atividades decorrente do processo definido. As mudanças e liberações são integradas às requisições de serviço, incidentes, problemas e catálogo de serviços de TI. São mantidos, ainda na ferramenta, diversos fluxos específicos para determinados tipos de liberação, além do fluxo padrão;

- **Gerenciamento de configuração e ativos** – na ferramenta de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

*servicedesk*, é mantido o Banco de Dados do Gerenciamento da Configuração – BDGC, sendo alimentado por meio de importações periódicas de outras bases de dados corporativas (recursos humanos e bens patrimoniais) e também pelo registro manual de *softwares* licenciados, certificados digitais, biblioteca de mídias, entre outros. O BDGC serve como apoio para os demais processos, provendo informações precisas sobre os Itens de Configuração do ambiente de TI do TRES;C;

- **Gerenciamento de problemas** – teve seu processo desenhado em 2011 e é gerenciado na ferramenta de *servicedesk* por meio de um *workflow* que garante que cada registro de problema percorra todo o ciclo de vida preestabelecido do processo, incluindo fase de análise de causa raiz e solução de contorno, além do estudo e aplicação da solução definitiva; e

- **Gerenciamento de níveis de serviços de TI** – o acordo dos níveis de serviços de TI foi formalmente instituído em 2012, tendo como níveis o tempo de resposta e solução dos incidentes e requisições com base nas prioridades e impacto dos serviços do catálogo. O monitoramento do cumprimento dos níveis de serviço é realizado com base na ferramenta de *servicedesk* e *datamart* relacionado.

### Principais sistemas de informações

Quadro 107 – Principais sistemas de informações

Sistema	Principais funcionalidades	Responsável técnico	Responsável pela área de negócio	Criticidade para unidade
ELO – Eleitor Online	1. Gerenciamento de todo cadastro nacional de eleitores; 2. Cadastramento biométrico de eleitores; 3. Emissão de certidões eleitorais; 4. Controle das seções eleitorais; 5. Controle dos locais de votação.	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Eleições	Alta
Convoc - Convocação de Auxiliares Eleitorais	1. Convocação de auxiliares para trabalhos eleitorais; 2. Controle de entregas de convocações; 3. Controle das reuniões de treinamento e entrega de materiais.	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Eleições	Alta no Período eleitoral
Portal do Eleitor	1. Entrega das convocações a partir da Internet; 2. Emissão de certidões de trabalhos eleitorais executados em eleições.	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Eleições	Alta no Período eleitoral



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sigma - Apoio à execução das eleições	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Controle de remessas de materiais eleitorais;</li> <li>2. Controle de posto intermediário de transmissão de resultados das eleições;</li> <li>3. Registro de vistoria dos locais de votação;</li> <li>4. Controle de locais estratégicos durante período eleitoral.</li> </ol>	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Eleições	Alta no Período eleitoral
Rotas - Controle de Distribuição de Urnas e Mídias Eleitorais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Registro das rotas para entrega e recolhimento de urnas e mídias de resultado;</li> <li>2. Controle de entrega e recebimento de urnas e mídias de resultado.</li> </ol>	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Eleições	Alta no Período eleitoral
SADP - Acompanhamento de Documentos e Processos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acompanhamento para processos e documentos físicos;</li> <li>2. Registro de atos processuais;</li> <li>3. Consulta processual;</li> <li>4. Controle das pautas de julgamento.</li> </ol>	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Registro e Informações Processuais	Alta
PAE - Processo Administrativo Eletrônico	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gerenciador dos processos administrativos eletrônicos;</li> <li>2. Automação de processos de negócio;</li> <li>3. Assinatura digital em documentos;</li> <li>4. Gestão eletrônica de documentos.</li> </ol>	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Soluções Corporativas	Alta
Breve - Controle e Tramitação de Formulários Eletrônicos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gerenciamento da criação e tramitação de formulários eletrônicos;</li> <li>2. Execução de procedimentos automatizados customizados durante o trâmite dos formulários.</li> </ol>	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Soluções Corporativas	Alta
SGRH - Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gerenciamento do cadastro pessoal de servidores e requisitados;</li> <li>2. Controle de afastamentos;</li> <li>3. Controle de lotação e funções comissionadas;</li> <li>4. Cálculo da folha de pagamento;</li> <li>5. Controle da progressão funcional dos servidores.</li> </ol>	Seção de Administração de Sistemas	Secretaria de Gestão de Pessoas	Alta



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Orçamento - Gestão da Proposta Orçamentária	1. Registro da proposta orçamentária pelas unidades demandantes; 2. Gerenciamento do processo de elaboração, adequação e versão definitiva da proposta orçamentária.	Seção de Administração de Sistemas	Secretaria de Administração e Orçamento	Média
EDocs - Repositório de Documentos Institucionais	1. Armazenamento de documentos institucionais; 2. Pesquisa textual no inteiro teor dos documentos; 3. Disponibilização de documentos na internet.	Seção de Administração de Sistemas	Coordenadoria de Gestão da Informação	Média

### Processo Judicial Eletrônico (PJe)

A implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no âmbito da Justiça Eleitoral está sendo coordenada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Assim, conforme o cronograma estabelecido, a implantação do sistema no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina está prevista para o primeiro semestre de 2017. Desta forma, o projeto de implantação já foi iniciado e as atividades estão sendo executadas pelas Secretarias Judiciária e de Tecnologia da Informação sob a coordenação local pela Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições.

### Gestão ambiental e sustentabilidade

Este Tribunal, apesar de não participar da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), editou a Resolução TRES n. 7.892, de 23.9.2013, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, orientando as ações administrativas deste Órgão à reflexão e à mudança de padrões de consumo, bem como ao fomento de ações que incentivem o aperfeiçoamento do gasto público, ao uso sustentável dos recursos e à correta gestão de resíduos.

A Portaria P n. 141, de 8.9.2015, em conformidade com a Resolução CNJ n. 201, de 03.03.2015, instituiu o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (PLS-PJ), para o período de 2015-2020, publicado no sítio eletrônico deste Órgão na internet, na área “Institucional”, onde também estão disponibilizados os resultados medidos pelos indicadores e as metas para o exercício de 2016.

A referida normativa atribuiu à Comissão Gestora do PLS-PJ, designada pela Portaria P n. 119, de 22.7.2015, a responsabilidade pelo monitoramento e avaliação do referido Plano, e ao Núcleo Socioambiental, nomeado pela Portaria P n. 118, de 22.7.2015, o monitoramento das metas e avaliação dos respectivos indicadores.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Cabe registrar que o PLS-PJ prevê, entre várias outras ações, a correta destinação de resíduos recicláveis descartados, cujos procedimentos, no âmbito deste Órgão, observam integralmente o Decreto n. 5.940/2006, conforme determina a Portaria P n. 213, de 3.6.2013.

As informações acima permitem concluir que o tema gestão ambiental e sustentabilidade é preocupação permanente da Administração deste Tribunal, constatando-se crescente evolução ao longo dos anos, tanto em relação a iniciativas quanto a resultados.

### **Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

Os quadros a seguir demonstram o crescente esforço da Administração com vistas à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, presentes em 47,52% das contratações no exercício de 2016.

Tabela 108 – Relação de pregões

Pregão	Objeto	Critério
140	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços técnicos em eletrônica e de refrigeração, para a sede do TRESA, Anexos I e II do Tribunal.	Não estabelecido
139	Contratação de empresa gráfica para, sob demanda, executar os serviços de impressão em <i>offset</i> de materiais.	Não estabelecido
138	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de monitoramento de imagens instalado nos Edifícios Sede e Anexo I do TRESA.	Não estabelecido
137	Registro de Preços para eventual aquisição de pontos de acesso ( <i>access point</i> ) <i>wireless</i> .	14.1.3.3. os equipamentos deverão vir acondicionados em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenagem.
136	Contratação dos serviços especializados e continuados de transporte rodoviário de cargas, destinado a todas as unidades da Justiça Eleitoral catarinense.	Não estabelecido
135	Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de sistema de monitoramento ambiental para Datacenter.	Não estabelecido
134	Registro de Preços para eventual aquisição de microcomputadores e monitores de vídeo.	14.1.3.1. os equipamentos deverão vir acondicionados em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenagem.
133	Contratação de empresa especializada para a construção de muro de contenção no terreno de propriedade do TRESA no município de Santo Amaro da Imperatriz/SC.	12.1.22. os locais para bota-fora devem ser autorizados pela Prefeitura Municipal ou por órgãos ambientais. As empresas de transporte de terra ou entulho devem ser credenciadas pela



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
		municipalidade. Cópias destes documentos devem ser disponibilizadas ao TRESA.
132	Contratação de empresa especializada para executar os serviços de adequação do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral de Cunha Porã.	12.1.29. os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei; 12.1.30. os resíduos da construção civil, após triagem, deverão ser destinados na forma estabelecida pelo art. 10 da Resolução Conama n. 307, de 5 de julho de 2002.
131	Aquisição de ventiladores.	Não estabelecido
130	Aquisição de assentos odontológicos.	Não estabelecido
129	Prestação de serviços técnicos em telecomunicações, com enfoque em telefonia, para os Edifícios Sede e Anexos I e II deste Tribunal, bem como para as demais unidades da Justiça Eleitoral catarinense.	Não estabelecido
128	Prestação de serviços continuados de vigilância armada para o imóvel onde ficarão alocadas todas as urnas do Estado de Santa Catarina.	Não estabelecido
127	Contratação de serviços de suporte e assistência técnica para manutenção de equipamento servidor de rede <i>Dell PowerEdge R710</i> , pelo período de 12 (doze) meses.	Não estabelecido
126	Aquisição de licenças do <i>software HP Data Protector</i> , versão <i>Linux</i> .	Não estabelecido
125	Aquisição de materiais elétricos.	Não estabelecido
124	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de calhas de alumínio para o Prédio Sede do TRESA.	12.1.11. transportar e dar a devida destinação aos entulhos e detritos provenientes dos trabalhos, bem como proceder à limpeza do local após o término dos serviços contratados;
123	Aquisição de materiais de expediente.	Não estabelecido
122	Aquisição de desumidificadores de ar.	Não estabelecido
121	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais para infraestrutura de TI.	Não estabelecido
120	Fornecimento e instalação de condicionadores de ar.	12.1.9. remover, transportar e dar a devida destinação aos resíduos decorrentes da execução da instalação dos equipamentos. Especificação: com eficiência energética superior a 3,23 W/W.
119	Registro de Preços para eventual aquisição de fitas <i>backup</i> padrão LTO-5.	Não estabelecido
118	Contratação de serviços de suporte técnico e atualização de versão, por 12 (doze) meses, para o <i>software Red Hat JBoss Enterprise Application Platform</i> .	Não estabelecido
117	Contratação de empresa especializada para realizar a lavagem das toalhas de mesa e de rosto, coletes, capas de encosto de cadeira, bem como lavagem a seco de togas pertencentes ao TRESA.	Não estabelecido
116	Aquisição de lenços de papel.	Não estabelecido
115	Veiculação de publicações legais.	Não estabelecido



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
114	Fornecimento de <i>kits</i> profissionais para verificação de cabeamento de rede de dados.	Não estabelecido
113	Aquisição de eletrodomésticos.	Não estabelecido
112	Contratação de empresa especializada para remover o revestimento existente e executar novo revestimento em argamassa da fachada norte do Edifício Anexo I do TRESA.	10.1.7. apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESA, antes de iniciado o serviço de demolição, licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos de demolição, bem como autorização, emitida pela municipalidade, do local para a disposição dos resíduos; Especificação: Orientações para o descarte final das embalagens: as embalagens vazias devem ser encaminhadas para reciclagem. As sobras de tinta não podem ser lançadas na rede de esgoto.
111	Prestação de serviços técnicos em telecomunicações, com enfoque em telefonia, para os Edifícios Sede e Anexos I e II deste Tribunal, bem como para as demais unidades da Justiça Eleitoral catarinense.	Não estabelecido
110	Registro de Preços para eventual aquisição de estações de trabalho de alto desempenho ( <i>workstations</i> ).	2.9. Impacto Ambiental Será solicitada a aderência do produto ofertado a padrões de eficiência energética e a processos de fabricação sustentáveis, alinhados a critérios de desempenho e avaliação ambiental com relação ao tempo de vida útil (TI “verde”). 14.1.3.1. os equipamentos deverão vir acondicionados em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenagem;
109	Prestação de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva em instalações hidrossanitárias, de alvenaria, elétrica e serviços gerais dos imóveis da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, com operação de sistema de recebimento de requisições de serviços.	5.5. Os Técnicos em Eletrotécnica, Profissionais da Construção Civil e o Supervisor deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.
108	Registro de Preços para eventual aquisição de mini racks de informática.	Não estabelecido
107	Contratação de empresa especializada para realizar a lavagem das toalhas de mesa e de rosto, coletes, capas para encosto de cadeira, bem como lavagem a seco das togas pertencentes ao TRESA.	Não estabelecido
106	Registro de Preços para eventual aquisição de impressoras térmicas.	Não estabelecido
105	Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos eletrônicos denominados "relógios eletrônicos de ponto", com leitor biométrico.	Não estabelecido



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
104	Manutenção preventiva e corretiva em condicionadores de ar, tipo "VRF".	12.1.19. remover, transportar e dar a devida destinação aos resíduos decorrentes da execução dos serviços;
103	Aquisição e instalação de condicionadores de ar para Cartórios Eleitorais e para a Sede do TRESA.	12.1.9. remover, transportar e dar a devida destinação aos resíduos decorrentes da execução da instalação dos equipamentos. Especificação: com eficiência energética superior a 3,23 W/W.
102	Aquisição de capas de processo para as Zonas Eleitorais.	Não estabelecido
101	Aquisição de material elétrico.	Não estabelecido
100	Contratação de serviços de suporte técnico e atualização de versão, por 12 (doze) meses, para o <i>software Red Hat JBoss Enterprise Application Platform</i> .	Não estabelecido
99	Fornecimento e instalação de divisórias navais para o Cartório Eleitoral de Taió/SC.	12.1.5. executar o objeto mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
98	Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos prédios Sede, Anexo I e Almoxarifado do TRESA, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e São José.	Não estabelecido
97	Fornecimento e instalação de comunicação visual nos Cartórios Eleitorais de Chapecó, São Miguel do Oeste, Indaial, Mafra, Balneário Piçarras e Brusque.	12.1.7. executar o objeto mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
96	Registro de Preços para eventual aquisição de pen drives.	2.10. Impacto Ambiental Será solicitada a aderência do produto ofertado a padrões de fabricação sustentáveis, alinhados a critérios de proteção ambiental que restringem a utilização, nos produtos, de substâncias que possam ser nocivas ao meio ambiente, após o descarte.
95	Aquisição de 1 (um) veículo novo (zero quilômetro), tipo caminhão, para integrar a frota do TRESA.	Não estabelecido
94	Aquisição de mesas de computador.	5.4. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de registro do fabricante/importador do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, em atenção ao disposto na Lei n. 6.938/1981 e nas Instruções Normativas do Ibama n. 31/2009 e 6/2013, sob pena de aplicação das penalidades previstas na subcláusula 10.3 deste Contrato.
	Contratação de serviços especializados e continuados de suporte a usuários de TI, sendo composto, em linhas gerais, pelo serviço de suporte	2.13. Impacto Ambiental (alínea k) Os colaboradores da empresa deverão seguir as regras do TRESA acerca da política de gestão de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
	técnico aos usuários ( <i>service desk</i> ), pela manutenção de equipamentos e infraestrutura e pelo auxílio no controle de ativos de TI, assim como pela supervisão do atendimento.	resíduos prevista no plano de logística sustentável, não havendo nenhum impacto ambiental adicional além dos já previstos no referido plano.
92	Contratação de empresa para prestação dos serviços especializados de locação de dois grupos geradores, bem como sua instalação, operação e manutenção, os quais serão utilizados nos finais de semana em que serão realizadas as Eleições de 2016.	Não estabelecido
91	Prestação de serviços técnicos em telecomunicações, com enfoque em telefonia, para os Edifícios Sede e Anexos I e II deste Tribunal, bem como para as demais unidades da Justiça Eleitoral.	Não estabelecido
90	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de comunicação visual nos Prédios Sede, Anexo I e Anexo II do TRESA.	12.1.6. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
89	Contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de faixas e <i>banners</i> , bem como fornecimento e instalação de adesivo em vinil.	12.1.6. todos os materiais devem ser acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis ou reciclado, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
88	Registro de Preços para eventual aquisição de <i>pen drives</i> .	2.10. Impacto Ambiental Será solicitada a aderência do produto ofertado a padrões de fabricação sustentáveis, alinhados a critérios de proteção ambiental que restringem a utilização, nos produtos, de substâncias que possam ser nocivas ao meio ambiente, após o descarte.
87	Prestação de serviços especializados e continuados em comunicação (jornalismo).	Não estabelecido
86	Prestação de serviços de movimentação de móveis e equipamentos e de pequenas manutenções em mobiliário, para os Edifícios Sede, Anexos I e II deste Tribunal, o Depósito de Urnas e de Móveis, o Almoarifado e os Cartórios Eleitorais.	5.2. Os Profissionais do Mobiliário deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.
85	Prestação dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva em instalações hidrossanitárias, de alvenaria, elétrica e serviços gerais dos imóveis da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, com operação de sistema de recebimento de requisições de serviços.	5.5. Os Técnicos em Eletrotécnica, Profissionais da Construção Civil e o Supervisor deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
		preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.
84	Registro de Preços para eventual aquisição de até 200 (duzentos) certificados digitais e-CPF Cert-JUS Institucional A3 e tokens criptográficos.	Não estabelecido
83	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos.	13.1.5. observar o estabelecido na Lei n. 12.305/2010, especialmente no que diz respeito a implementação de sistema de logística reversa; Lâmpada fluorescente tubular T8 Lâmpada fluorescente tubular T8 a fluorescente tubular T8, com 18 W de potência, fluxo luminoso de 1.350 lm, medindo 590 mm de comprimento e 26 mm de diâmetro, temperatura da cor 4.000 K, IRC de no mínimo 80, <u>vida mediana mínima de 50.000 horas</u> . Lâmpada de Led PAR 20, 6 W de potência, tensão de Lâmpada de Led PAR 20 220 V, base E27, IRC de no mínimo 80, temperatura da cor de 3.000 K, fluxo luminoso de 470 lm, temperatura de cor quente, <u>vida mediana mínima de 20.000 horas</u> . <b>OBS: lâmpada com baixo consumo de energia.</b>
82	Contratação de serviços especializados e continuados de operador de máquina reprográfica colorida e preto e branco, digitalizadora, duplicadora, plastificadora, perfuradora, grampeadeira, guilhotina e demais equipamentos.	A opção pela contratação do serviço por resultado tem por escopo lograr vantagens para a Administração, mediante obtenção de serviços qualitativamente assegurados e que supram a demanda em tempo hábil, com capacidade para atender, simultaneamente, duas solicitações que envolvam equipamentos, de diferentes operacionalização e finalidade. Soma-se a esses fatores a economia de recursos materiais resultante da sua correta utilização por profissionais qualificados, que vem a contribuir com a política de preservação ambiental adotada pelo Poder Judiciário.
81	Contratação de serviços especializados e continuados de locação de sistema de alarme e de vigilância eletrônica nos Cartórios Eleitorais do TRESC localizados nos municípios da denominada 6ª Região.	Não estabelecido
80	Aquisição de 1 (um) veículo novo (zero quilômetro), para integrar a frota do TRESC.	Não estabelecido
79	Contratação de serviços especializados de locação de equipamentos audiovisuais para 1º e 2º turno, se houver, das Eleições de 2016.	Não estabelecido
78	Contratação de serviços especializados de locação de veículos de transporte de passageiros e carga.	Não estabelecido
77	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de elementos de serralheria para o Almoxarifado e para os Cartórios Eleitorais de Tijucas e São José.	12.1.7. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
76	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de rufos e calhas para a cobertura metálica do Cartórios Eleitoral de Pinhalzinho.	12.1.7. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
75	Contratação de empresa especializada para fornecimento de cartão-alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de crédito.	Não estabelecido
74	Contratação de serviços especializados e continuados de locação de sistema de alarme e de vigilância eletrônica.	Não estabelecido
73	Contratação dos serviços de recebimento, transporte, entrega e recolhimento de urnas eletrônicas, cabinas, envelopes de segurança e pastas com o material das seções eleitorais nas Eleições/2016.	Não estabelecido
72	Prestação dos serviços especializados de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela das Eleições de 2016, além dos respectivos sorteios.	Não estabelecido
71	Prestação dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva em instalações hidrossanitárias, de alvenaria, elétrica e serviços gerais dos imóveis da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, com operação de sistema de recebimento de requisições de serviços.	5.5. Os Técnicos em Eletrotécnica, Profissionais da Construção Civil e o Supervisor deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.
70	Contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de faixas e banners, bem como fornecimento e instalação de adesivo em vinil.	12.1.6. todos os materiais devem ser acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis ou reciclado, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
69	Aquisição de cafeteiras elétricas.	Não estabelecido
68	Fornecimento de cartão-refeição, na modalidade cartão magnético, no valor correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de crédito.	Não estabelecido
67	Prestação de serviços continuados de auxiliar de almoxarife, visando prestar apoio na movimentação e organização dos materiais em estoque no Almoxarifado do TRESC.	Não estabelecido
66	Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que integram o sistema de climatização dos imóveis do prédio Sede e Anexo II do TRESC, bem como dos futuros	12.1.30. prover a disposição de resíduos conforme exige a legislação ambiental em vigor no país;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
	equipamentos a serem instalados nos respectivos imóveis.	
65	Impressão gráfica de cartilhas de instrução para mesários das Eleições 2016.	Não estabelecido
64	Prestação de serviços de movimentação de móveis e equipamentos e de pequenas manutenções em mobiliário, para os Edifícios Sede, Anexos I e II deste Tribunal, o Depósito de Urnas e de Móveis, o Almoarifado e os Cartórios Eleitorais.	5.2. Os Profissionais do Mobiliário deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.
63	Registro de Preços para eventual aquisição de fragmentadoras de papel.	Não estabelecido
62	Aquisição de adaptadores de tomada para as Eleições de 2016.	Não estabelecido
61	Contratação de serviços de recebimento, transporte, entrega e recolhimento de urnas eletrônicas, cabinas, envelopes de segurança e pastas com o material das seções eleitorais nas Eleições/2016.	Não estabelecido
60	Prestação de serviços de apoio à realização das Eleições Municipais de 2016, mediante alocação e gestão de postos de trabalho especializados (Técnicos de Urna) com atuação nos Cartórios Eleitorais de Santa Catarina.	Não estabelecido
59	Aquisição de materiais de expediente.	Grampo para grampeador em metal, tratamento superficial niquelado e <u>antiferrugem</u> , tamanho 23/10, com capacidade para fixar até 70 folhas de 75 g/m <sup>2</sup> . Embalado em caixa com 5.000 unidades.
58	Contratação de serviço de lavação de fachadas do Edifício Sede do TRESA.	12.1.9. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, à execução dos serviços, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;
57	Contratação de seguro predial.	Não estabelecido
56	Contratação de empresa especializada para remover o revestimento existente e executar novo revestimento em argamassa da fachada norte do Edifício Anexo I do TRESA.	12.1.11. apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESA, antes de iniciado o serviço de demolição, licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos de demolição, bem como autorização, emitida pela municipalidade, do local para a disposição dos resíduos; Especificação: Orientações para o descarte final das embalagens: as embalagens vazias devem ser encaminhadas para reciclagem. As sobras de tinta não podem ser lançadas na rede de esgoto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
55	Registro de Preços para eventual aquisição de móveis.	14.5. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de registro do fabricante/importador do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, em atenção ao disposto na Lei n. 6.938/1981 e nas Instruções Normativas do Ibama n. 31/2009 e 6/2013, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 11.3 deste Edital.
54	Aquisição de materiais elétricos.	Foi exigido, para a aquisição de todos os cabos elétricos, necessidade de certificação do produto pelo Inmetro.
53	Contratação de empresa especializada em fornecimento de cartão-alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 30.0000,00 (trinta mil reais), para aquisição de Gêneros Alimentícios ( <i>coffee break</i> ), que atenda às demandas de alimentação nos intervalos de cursos, palestras, seminários e congressos realizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas ou Escola Judiciária Eleitoral.	Não estabelecido
52	Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de divisórias navais e conjunto de portas para as edificações de propriedade do TRESA na Grande Florianópolis.	13.1.6. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
51	Aquisição de papel A3.	Papel A3, medindo 297 mm x 420 mm, corte perfeito, papel alcalino, branco, gramatura 75 g/m <sup>2</sup> , com ótimo desempenho para impressoras laser, jato de tintas e fotocopiadoras, embalagem resistente à umidade, pacote com 500 folhas, <u>proveniente de florestas 100% plantadas e renováveis.</u>
50	Aquisição de copos descartáveis e de vidro transparente.	Copo para água em vidro transparente, de primeira Copo para água em vidro transparente linha, com capacidade de 320 mililitros, medindo 67,5 mm de diâmetro e 140 mm de altura, personalizado com o logotipo conforme projeto, em jateado. <b>(copos comprados com o objetivo de diminuir o consumo de copos descartáveis no TRESA).</b>
49	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos.	Compra de diversas lâmpadas econômicas. 13.1.5. observar o estabelecido na Lei n. 12.305/2010, especialmente no que diz respeito a implementação de sistema de logística reversa;
48	Aquisição de almofadas coletoras de impressão digital.	Almofada coletora de impressão digital, cor preta, formato redondo, superfície rígida, material microporoso, tinta especial <u>atóxica à base de água</u> de fácil remoção dos dedos, isenta de substâncias nocivas que provoquem irritações na pele, medindo, aproximadamente, 45 mm de diâmetro.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
		Capacidade de coleta de, no mínimo, 3.500 impressões.
47	Fornecimento e instalação de comunicação visual nos Cartórios Eleitorais de Chapecó, Seara, São Miguel do Oeste, Pinhalzinho, Indaial, Mafra, Balneário Piçarras e Brusque.	12.1.7. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
46	Contratação de empresa especializada para prestar os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do elevador do prédio Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.	A verificação mensal e a execução dos serviços necessários à segurança dos usuários, à prevenção de defeitos e ao <u>funcionamento eficiente</u> deverá ser realizada nos equipamentos da casa de máquinas, da caixa, do poço e dos pavimentos, bem como nos relês, chaves, contadores, conjuntos eletrônicos e demais componentes dos armários de comando seletor, fita pick-up, cavaletes, interruptores e indutores; nos limites, guias, cabos de aço, cabos elétricos, dispositivos de segurança, contrapeso, pára-choque, polias diversas, rampas mecânicas e eletromagnéticos; na cabina, operadores elétricos, fechadores, trincos, fixadores, tensores, correções, botoeiras, sinalizadores e demais equipamentos, incluindo, quando necessário, testes, ajustes, regulagens, lubrificação e limpeza.
45	Aquisição de amarradores de cabos.	Não estabelecido
44	Aquisição de materiais de expediente e de embalagem.	<b>Item 2:</b> Bloco de papel recado autoadesivo, <u>reciclável</u> , Bloco de papel recado removível, cores sortidas, medindo 34,9 mm x 47,6 mm, com validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no Almoxarifado, embalagem com 4 blocos de 100 folhas cada. <u>Papel utilizado proveniente de florestas cujas árvores são replantadas.</u> <b>Item 9:</b> Refil de saco plástico para embalar guarda- Refil de saco plástico para embalar guarda-chuva medindo 13 cm de largura por 74 cm de altura, fabricado em polietileno de alta densidade, <u>plástico biodegradável</u> e gofrado, com fita autocolante que evita o desperdício de material.
43	Aquisição de fones de ouvido para as Eleições de 2016.	Não estabelecido
42	Limpeza e revisão geral, com recuperação, se necessário, de bebedouros pertencentes ao TRESA.	Não estabelecido
41	Registro de Preços para eventual aquisição de móveis.	14.5. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de registro do fabricante/importador do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, em atenção ao disposto na Lei n. 6.938/1981 e nas Instruções Normativas do Ibama n. 31/2009 e 6/2013, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 11.3 deste Edital.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
40	Aquisição de materiais impressos a serem utilizados nas Eleições de 2016.	Não estabelecido
39	Aquisição de caixas de arquivo morto.	Não estabelecido
38	Registro de Preços para eventual aquisição de móveis.	14.5. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de registro do fabricante/importador do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, em atenção ao disposto na Lei n. 6.938/1981 e nas Instruções Normativas do Ibama n. 31/2009 e 6/2013, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 11.3 deste Edital.
37	Registro de Preços para eventual aquisição de eletrodomésticos.	Foi solicitado para os Micro-ondas e Refrigeradores: índice de classificação energética mínima "A", segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem do Procel / Inmetro.
36	Registro de Preços para eventual aquisição de fragmentadoras de papel.	Não estabelecido
35	Registro de Preços para eventual aquisição de apoios para pés.	Produto em conformidade com a Norma Regulamentadora n. 17, do Ministério do Trabalho e Emprego.
34	Manutenção preventiva e corretiva dos extintores e mangueiras de extinção de incêndio dos Edifícios Sede, Anexo I, Anexo II, Almojarifado, Depósito de Móveis, Depósito de Urnas, bem como dos Cartórios Eleitorais de Estado de Santa Catarina.	12.1.3. executar o objeto deste certame em conformidade com as normas e as especificações técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial, quanto às disposições das normas NBR11716, NBR12693, NBR12779, NBR12962, NBR13485, NBR 14349, NBR 11861, Instruções do Corpo de Bombeiros.
33	Contratação de seguro total para os veículos integrantes da frota do TRESA.	Não estabelecido
32	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização.	Toalha de papel em bobina, na cor branca, folha em bobina simples, macia, gofrada, com medindo 20 cm (vinte centímetros) de largura por 200 m (duzentos metros) de comprimento. A gramatura deve ser igual ou superior a 34g/m <sup>2</sup> (trinta e quatro gramas por metro quadrado), fabricado com 100% (cem por cento) fibra celulósica virgem, resistente e de rápida absorção de líquido. <u>Produto biodegradável. Papel proveniente de florestas 100% plantadas e renováveis.</u>
31	Aquisição de papel higiênico.	Papel higiênico com folha dupla, na cor branca, sem perfume, macio, <u>biodegradável</u> , em fibras virgens 100% (cem por cento) naturais, hidrossolúvel, gramatura da folha dupla de, no mínimo, 30 g/m <sup>2</sup> (trinta gramas por metro quadrado), ou seja, (gramatura mínima, por folha, de 15 g/m <sup>2</sup> (quinze gramas por metro quadrado), com as medidas mínimas de: 10 cm (dez centímetros) de largura por 250 m (duzentos e cinquenta metros) de comprimento. A medida máxima da largura da bobina de papel deverá ser



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
		de 10,5 cm (dez vírgula cinco centímetros), sendo que o diâmetro da bobina não deverá ser superior a 25 cm (vinte e cinco centímetros). <u>Papel proveniente de florestas 100% plantadas e renováveis.</u>
30	Registro de Preços para eventual aquisição de capachos em vinil.	Não estabelecido
29	Contratação de seguro para as urnas eletrônicas pertencentes ao TRESC.	Não estabelecido
28	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e higienização e proteção e segurança.	<p><b>Item 1:</b> Álcool gel higienizador para mãos. O produto deverá estar regularizado junto à Anvisa/MS, de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976.</p> <p><b>Item 2:</b> Lenço umedecido em sachê, regularizado junto à Anvisa/MS de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976.</p> <p><b>Itens 3, 4 e 5:</b> Luvas de vinil para procedimento não cirúrgico. O produto deve ser registrado junto à Anvisa Médio /MS.</p> <p><b>Item 6:</b> Refil álcool em gel. Produto Biodegradável. O produto deverá estar regularizado junto à Anvisa/MS, de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976.</p> <p><b>Item 7:</b> Refil sabonete líquido. Produto Biodegradável. O produto deverá estar regularizado junto à Anvisa/MS, de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976.</p>
27	Prestação de serviços especializados de jardinagem, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos e ferramentas, para os imóveis que sediam os Cartórios das 26ª e 102ª e 64ª Zonas Eleitorais (Rio do Sul e Gaspar).	12.1.18. fornecer produtos que atendam à legislação vigente, devidamente identificados, devendo conter em sua embalagem todas as informações necessárias à sua aplicação segura;
26	Registro de Preços para eventual aquisição de cadeiras, longarinas e poltronas especiais.	<p>Itens 1 a 6: moldado anatomicamente, com espuma injetada de poliuretano flexível <u>isenta de CFC</u> OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima de 4 cm (quatro centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente.</p> <p>Itens 1, 2, 5, 6 e 7: Couro natural/ecológico preto.</p>
25	Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de persianas verticais.	JUSTIFICATIVA: As persianas solicitadas terão a função de proteger e resguardar do sol o patrimônio público, tais como equipamentos de informática, mesas, cadeiras e outros móveis que compõem os bens da Justiça Eleitoral Catarinense.
24	Contratação de livraria ou distribuidor especializado para o fornecimento e entrega de publicações nacionais na área jurídica e outras áreas específicas de interesse deste Tribunal, durante o ano de 2016.	Não estabelecido
23	Registro de Preços para eventual aquisição de estantes de aço.	Não estabelecido



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
22	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados.	14.1.4. observar o estabelecido na Lei n. 12.305/2010, especialmente no que diz respeito a implementação de sistema de logística reversa.
21	Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de divisórias navais e conjunto de portas para as edificações de propriedade do TRESC na Grande Florianópolis.	13.1.6. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
20	Registro de Preços para eventual aquisição e aplicação de vacina contra o vírus da Gripe (Influenza) - cepas 2016.	Não estabelecido
19	Aquisição de materiais de embalagem.	Não estabelecido
18	Aquisição de paletes em polietileno.	Palete novo em polietileno de alta densidade; com capacidade de armazenar carga estática e dinâmica de, no mínimo, 800 Kg; produto monobloco; superfície vazada; empilhável; cor preta ou cinza; medindo 1.000 mm de largura por 1.200 mm de comprimento, com altura de 150 mm a 170 mm (formato PBR); deve possuir 4 entradas, sem aba, para utilização com paleteiras e empilhadeiras; <u>material 100% reciclável</u> quando de seu descarte; resistente à umidade, insetos e fungos.
17	Contratação de empresa especializada em fornecimento de cartão-alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para aquisição de Gêneros Alimentícios ( <i>coffee break</i> ), que atenda às demandas de alimentação nos intervalos de cursos, palestras, seminários e congressos realizados pela Escola Judiciária Federal.	Não estabelecido
16	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC.	12.1.10. executar os serviços em conformidade com a RDC n. 52/MS/ANVS, de 22 de outubro de 2009 e a Portaria n. 0021/SES, de 04 de janeiro de 1996.
15	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de um grupo-gerador novo (primeiro uso), bem como a instalação, operação e manutenção do referido equipamento, por período de 60 (sessenta) meses.	b) proteção acústica contra ruído excessivo para todo o sistema, incluindo silenciador para o escapamento (carenado e silenciado, 75 dB(A) a 1,5 m carenado e silenciado, 75 dB(A) a 1,5 m), modelo SSL do, 75 dB(A) a 1,5 m (Super Silenciado Leve),
14	Aquisição de papel higiênico.	Papel higiênico com folha dupla, na cor branca, sem perfume, macio, <u>biodegradável</u> , em fibras virgens 100% (cem por cento) naturais, hidrossolúvel, gramatura da folha dupla de, no mínimo, 30 g/m <sup>2</sup> (trinta gramas por metro quadrado), ou seja, gramatura mínima, por folha, de 15 g/m <sup>2</sup> (quinze gramas por metro quadrado), com as medidas mínimas de: 10 cm (dez centímetros) de largura por 250 m (duzentos e cinquenta metros) de comprimento, e com as medidas máximas de: 10,5 cm (dez vírgula cinco



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
		centímetros) de largura por 21,5 cm (vinte e um vírgula cinco centímetros) de diâmetro. <u>Papel proveniente de florestas 100% plantadas e renováveis.</u>
13	Aquisição de lenços umedecidos em sachê.	Lenço umedecido em sachê, álcool Swab, em falso tecido embebido com 70% de álcool isopropílico, medindo, aproximadamente, 6,5 cm por 3 cm, <u>regularizado junto à Anvisa/MS, de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976.</u>
12	Aquisição de computadores KVM.	Não estabelecido
11	Registro de Preços para eventual aquisição de apoios para pés.	Produto em conformidade com a Norma Regulamentadora n. 17, do Ministério do Trabalho e Emprego.
10	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de elementos de serralheria na edificação que abrigará o Cartório Eleitoral de Timbó/SC.	12.1.9. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
9	Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos telefônicos.	Não estabelecido
8	Prestação de serviços especializados de jardinagem, com fornecimento de sacos de lixo, adubos, inseticidas e fungicidas e disponibilização de equipamentos e ferramentas, para os imóveis que sediam os Cartórios da 26ª e 102ª ZEs em Rio do Sul e da 64ª ZE em Gaspar.	12.1.18. fornecer produtos que atendam à legislação vigente, devidamente identificados, devendo conter em sua embalagem todas as informações necessárias à sua aplicação segura.
7	Aquisição de duplicadora de CD/DVD.	Será exigida a compatibilidade da unidades gravadoras (propriamente os "leitores" de CD/DVD) com a diretiva RoHS (RoHS - <i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i> ou Restrição de Certas Substâncias Perigosas), a qual limita a um percentual máximo o uso de substâncias perigosas nos processos de fabricação dos produtos, entre elas: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (CrVI), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb), de modo a contribuir para a redução do impacto ambiental gerado no descarte do bem.
6	Aquisição de paletes em polietileno.	Paleta novo em polietileno de alta densidade; com capacidade de armazenar carga estática e dinâmica de, no mínimo, 800 Kg; produto monobloco; superfície vazada; empilhável; cor preta; medindo 1.000 x 1.200 x 170 mm (formato PBR); deve possuir 4 entradas, sem aba, para utilização com paleteiras e empilhadeiras; <u>material 100% reciclável</u> quando de seu descarte; resistente à umidade, insetos e fungos.
5	Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e continuados de telefonia móvel pessoal, no Estado de Santa Catarina, com fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato.	Não estabelecido



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pregão	Objeto	Critério
4	Contratação de empresa especializada em fornecimento de cartão-alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para aquisição de Gêneros Alimentícios ( <i>coffee break</i> ), que atenda às demandas de alimentação nos intervalos de cursos, palestras, seminários e congressos realizados pela Escola Judiciária Eleitoral.	Não estabelecido
3	Aquisição de discos rígidos (HDs) externos portáteis de 2 TB.	2.6. Impacto Ambiental Será exigida a compatibilidade do produto com a diretiva RoHS (RoHS - <i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i> ou Restrição de Certas Substâncias Perigosas), a qual limita a um percentual máximo o uso de substâncias perigosas nos processos de fabricação dos produtos, entre elas: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (CrVI), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb), de modo a contribuir para a redução do impacto ambiental.
2	Fornecimento de água mineral.	Não estabelecido
1	Fornecimento, sob demanda, de carimbos, almofada para carimbo autoentintado e troca de resina.	Não estabelecido

Tabela 109 – Relação de Tomadas de Preços

TP	Objeto	Critério
1	Contratação de empresa especializada para executar os serviços de adequação do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral de Cunha Porã/SC.	11.1.12. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.

### Gestão de fundos e de programas

#### Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não há outros fundos na gestão da unidade, além do Fundo Partidário.

#### Informações sobre o Fundo Partidário



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Diretórios de Partidos Políticos registrados no TRESC

Tabela 110 - Diretórios de Partidos Políticos registrados no TRESC

Sigla	Partido	Vigência		Presidente	Exercício	
DEM	DEMOCRATAS	12/07/2011	24/11/2017	PAULO GILBERTO GOUVEA DA COSTA	12/07/2011	24/11/2017
PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	02/02/2016	03/12/2017	ANGELA ALBINO	03/12/2015	03/12/2017
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21/09/2015	21/09/2018	CAROLINE BELLAGUARDA DE AZEVEDO	21/09/2015	21/09/2018
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	19/11/2016	19/05/2017	LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS	19/11/2016	19/05/2017
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	15/06/2016	09/11/2017	AILSON BARROSO OLIVEIRA	12/11/2015	09/11/2017
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	18/10/2015	18/10/2017	MAURO MARIANI	18/10/2015	18/10/2017
PP	PARTIDO PROGRESSISTA	22/08/2015	22/08/2017	ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO	22/08/2015	22/08/2017
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	18/11/2016	31/03/2017	FABIANO DEITOS	18/11/2016	31/03/2017
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	16/03/2015	15/09/2017	CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO	16/03/2015	15/09/2017
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	16/04/2013	Indeterminada	JORGINHO DOS SANTOS MELLO	30/10/2012	Indeterminada
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	27/01/2015	Indeterminada	SERGIO MOTTA RIBERIO	27/01/2015	Indeterminada
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	13/12/2016	30/06/2017	JOÃO BATISTA VEIGA RECHINI	13/12/2016	30/06/2017
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	15/09/2015	Indeterminada	PAULO ROBERTO BARRETO BORNHAUSEN	25/09/2013	Indeterminada
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	02/02/2017	Indeterminada	NARCIZO LUIZ PARISOTTO	20/11/2009	Indeterminada
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	02/01/2017	01/06/2018	GELSON LUIZ MERISIO	01/06/2015	01/06/2018
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	18/06/2015	31/05/2018	MARCOS LUIZ VIEIRA	18/06/2015	31/05/2018
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	20/07/2016	20/07/2017	JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA	20/07/2016	20/07/2017
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	01/01/2016	01/01/2018	RAFAEL RODRIGO DE MELO	01/01/2016	01/01/2018
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	29/11/2015	28/11/2017	GILMAR SALGADO DOS SANTOS	29/11/2015	28/11/2017



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	08/12/2015	31/12/2017	CLAUDIO ANTONIO VIGNATTI	01/01/2014	31/12/2017
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	15/10/2016	13/04/2017	FRANCISCO CARDOSO DE CAMARGO FILHO	15/10/2016	13/04/2017
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	13/08/2015	30/08/2017	SÉRGIO JOSÉ GODINHO	13/08/2015	30/08/2017
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	08/09/2015	Indeterminada	EDUARDO BRANDL DA SILVA	08/09/2015	Indeterminada
PV	PARTIDO VERDE	07/07/2016	01/07/2017	GUARACI EDSON FAGUNDES	07/07/2016	01/07/2017
REDE	REDE SUSTENTABILIDADE	07/11/2015	Indeterminada	JOÃO DE DEUS MEDEIROS	07/11/2015	Indeterminada
SD	SOLIDARIEDADE	23/04/2015	Indeterminada	OSVALDO OLAVIO MAFRA	23/04/2015	Indeterminada



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais dos Partidos

Tabela 111 - Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais dos Partidos

Valores em \$1,00

Sigla do Partido	Exercícios		
	2016 <sup>6</sup>	2015	2014
DEM		-	96.000,00
PMDB		2.831.461,59	1.014.295,79
PP		731.000,00	577.000,00
SD		121.803,00	34.916,00
PPS		50.000,00	20.000,00
PR		208.861,10	96.076,38
PRB		20.000,00	11.200,00
PSC		20.000,00	-
PSD		750.000,00	540.000,00
PSDB		-	2.010,33 <sup>7</sup>
PSOL		35.737,81	7.754,99
PT		828.481,41	188.204,97
PTB		178.000,00	46.000,00
<b>TOTAIS</b>		<b>5.775.344,91</b>	<b>2.633.458,46</b>

Fonte: TSE

### Prestação de contas dos diretórios estaduais

O quadro seguinte refere-se às prestações de contas dos órgãos estaduais (diretórios e comissões provisórias) dos partidos políticos sob a jurisdição do TRESA relativamente ao exercício de 2015<sup>8</sup>, portanto, exercício anterior ao de referência do Relatório de Gestão. Nesse Quadro estão discriminados a data e o número do processo de contas de cada órgão partidário, assim como a situação em que tais contas se encontravam em 31/12/2016, conforme a seguinte classificação:

- AN – Em análise;
- AP – Aprovada;
- AR – Aprovada com ressalva;
- DP – Desaprovada;
- RE – Em recurso;
- NP – Não Prestadas<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> As informações relativas aos recursos do Fundo Partidário recebidos no exercício financeiro de 2016 pelos diretórios partidários do estado de Santa Catarina só estarão disponíveis após a entrega das prestações de contas referentes a este exercício financeiro, cujo prazo de entrega é 30/04/2017.

<sup>7</sup> Recursos do Fundo Partidário estimáveis em dinheiro.

<sup>8</sup> Apresentadas em 2016.

<sup>9</sup> Sigla acrescentada pela CRIP para contemplar situação diversa das siglas disponíveis.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 112 - Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência do relatório de gestão

Sigla do Partido	Dados da Prestação de Contas de 2015		
	Data <sup>10</sup>	Processo	Situação em 2016
DEM	15/06/16	112-35.2016.6.24.0000	AN
PCB	20/06/16	109-80.2016.6.24.0000	NP <sup>11</sup>
PCdoB	02/05/16	64-76.2016.6.24.0000	AN
PDT	02/05/16	66-46.2016.6.24.0000	AN
PEN	29/06/16	108-95.2016.6.24.0000	AN
PMDB	27/04/16	51-77.2016.6.24.0000	AN
PP	02/05/16	73-38.2016.6.24.0000	AN
PPL	02/05/16	72-53.2016.6.24.0000	NP <sup>12</sup>
PPS	29/04/16	55-17.2016.6.24.0000	AN
PR	29/04/16	58-69.2016.6.24.0000	AN
PRB	29/04/16	62-09.2016.6.24.0000	AN
PROS	06/06/16	103-73.2016.6.24.0000	AN
PRTB	02/05/16	63-91.2016.6.24.0000	AN
PSB	02/05/16	65-61.2016.6.24.0000	AN
PSC	02/05/16	71-68.2016.6.24.0000	AN
PSD	28/04/16	54-32.2016.6.24.0000	AN
PSDB	29/04/16	57-84.2016.6.24.0000	AN
PSDC	29/04/16	60-39.2016.6.24.0000	AN
PSL	29/04/16	56-02.2016.6.24.0000	AN
PSOL	12/05/16	94-14.2016.6.24.0000	AN
PSTU	02/05/16	70-83.2016.6.24.0000	AN
PT	02/05/16	69-98.2016.6.24.0000	AN
PTB	02/05/16	68-16.2016.6.24.0000	AN
PTC	02/05/16	67-31.2016.6.24.0000	AN
PV	08/06/16	104-58.2016.6.24.0000	AN
REDE	10/05/16	92-44.2016.6.24.0000	AN
SD	29/04/16	61-24.2016.6.24.0000	AN

FONTE: Coordenadoria de Registro e Informações Processuais/SJ/TRESC

### Não prestação de contas pelos diretórios estaduais

No quadro a seguir estão relacionados os órgãos estaduais (diretórios e comissões provisórias) que, até o final de 2016, ainda não haviam apresentado a prestação de contas do exercício de 2015, assim como as medidas adotadas pelo TRESC em razão da inadimplência do órgão partidário.

<sup>10</sup> Data do protocolo.

<sup>11</sup> PCB apresentou as contas sem elementos mínimos necessários para a análise, sendo determinada, em 06/10/2016, a suspensão de cotas do Fundo Partidário.

<sup>12</sup> PPL apresentou as contas sem elementos mínimos necessários para a análise, sendo julgadas não prestadas.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 113 - Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2015

<b>Sigla do partido</b>	<b>Medidas adotadas pelo TRES</b>
PHS	Medidas preliminares: autuada a PC n. 106-28.2016.6.24.0000. Suspensão automática das cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência, com anotação no Sistema de Contas Partidárias (SICO) do TSE e comunicação ao órgão nacional do partido.
	Julgamento de mérito: contas julgadas não prestadas, com suspensão de cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência.
PMN	Medidas preliminares: autuada a PC n. 110-65.2016.6.24.0000. Suspensão automática das cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência, com anotação no Sistema de Contas Partidárias (SICO) do TSE e comunicação ao órgão nacional do partido.
	Julgamento de mérito: contas julgadas não prestadas, com suspensão de cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência.
PRP	Medidas preliminares: autuada a PC n. 105-43.2016.6.24.0000. Suspensão automática das cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência, com anotação no Sistema de Contas Partidárias (SICO) do TSE e comunicação ao órgão nacional do partido.
	Julgamento de mérito: contas julgadas não prestadas, com suspensão de cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência.
PTdoB	Medidas preliminares: autuada a PC n. 111-50.2016.6.24.0000. Suspensão automática das cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência, com anotação no Sistema de Contas Partidárias (SICO) do TSE e comunicação ao órgão nacional do partido.
	Julgamento de mérito: contas julgadas não prestadas, com suspensão de cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência.
PTN	Medidas preliminares: autuada a PC n. 107-13.2016.6.24.0000. Suspensão automática das cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência, com anotação no Sistema de Contas Partidárias (SICO) do TSE e comunicação ao órgão nacional do partido.
	Julgamento de mérito: contas julgadas não prestadas, com suspensão de cotas do Fundo Partidário até que cesse a inadimplência.

FONTE: Coordenadoria de Registro e Informações Processuais/SJ/TRES

### Situação das contas prestadas pelos diretórios estaduais

Finalmente, no quadro a seguir, a situação em que se encontram as contas dos exercícios de 2011 a 2015 prestadas pelos órgãos (diretórios e comissões provisórias) estaduais dos partidos, considerando a seguinte classificação:

- AN – Em Análise;
- AP – Aprovada;
- AR – Aprovada com Ressalva;
- DP – Desaprovada;
- RE – Em Recurso;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- NP – Não Prestadas<sup>13</sup>;
- RV – Em revisão<sup>14</sup>.

Tabela 114 - Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos

Sigla do Partido	Situação das Contas dos Diretórios				
	2015	2014	2013	2012	2011
DEM	AN	RE	AR	DP	DP
PCB	NP <sup>15</sup>	DP	NP	NP	NP
PCdoB	AN	AR	AR	AR	AP
PDT	AN	AP	RE	DP	DP
PEN	AN	RE	NP <sup>16</sup>	DP	<sup>17</sup>
PHS	NP	NP	NP	NP	NP
PMDB	AN	AP	AR	AP	DP
PMN	NP	AN	NP	NP	DP
PP	AN	AR	DP	AR	RE
PPL	NP	RE	NP	DP	DP
PPS	AN	AN	RE	DP	DP
PR	AN	RE	AR	DP	AR
PRB	AN	AR	AR	DP	DP
PROS	AN	DP	NP <sup>18</sup>	<sup>19</sup>	
PRP	NP	NP	NP	NP	NP
PRTB	AN	AN	RE	DP	DP
PSB	AN	AN	DP	<sup>20</sup>	DP
PSC	AN	RE	AR	DP	AR
PSD	AN	AR	AR	RE	AP
PSDB	AN	AN	RE	DP	DP
PSDC	AN	AN	NP	NP	NP
PSL	AN	AN	DP	DP	NP
PSOL	AN	AR	AR	DP	DP
PSTU	AN	DP	AR	DP	NP
PT	AN	AN	AN	DP	AP
PTB	AN	RE	AR	DP	DP
PTC	AN	DP	RE	DP	AP

<sup>13</sup> Sigla acrescentada pela CRIP para contemplar situação diversa das siglas disponíveis.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> PCB apresentou as contas sem elementos mínimos necessários para a análise, sendo determinada, em 06/10/2016, a suspensão de cotas do Fundo Partidário.

<sup>16</sup> Restabelecido o direito ao recebimento de cotas do Fundo Partidário, em 09/05/2016, por meio da PC n. 173-27.2015.6.24.0000 (procedimento de regularização do ART. 61, II, da Res. TSE n. 23.432/2014 ).

<sup>17</sup> PEN foi criado em 2012.

<sup>18</sup> Restabelecido o direito ao recebimento de cotas do Fundo Partidário, em 10/08/2016, por meio da PC n. 110-02.2015.6.24.0000 (procedimento de regularização do ART. 61, II, da Res. TSE n. 23.432/2014 ).

<sup>19</sup> PROS foi criado em 2013.

<sup>20</sup> Contas julgadas não prestadas e posteriormente apresentadas (sem novo julgamento de mérito) apenas para regularização do direito ao recebimento de cotas do Fundo Partidário (despacho de 30/04/2014).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PTdoB	NP	NP	NP	NP	NP
PTN	NP	RE	RE	NP	DP
PV	AN	RE	DP	DP	AP
REDE	AN	21			
SD	AN	RE	DP	22	
<b>TOTAIS</b>	32 partidos	31 partidos	31 partidos	29 partidos	28 partidos

FONTE: Coordenadoria de Registro e Informações Processuais/SJ/TRESC

---

<sup>21</sup> REDE foi criado em 2015.

<sup>22</sup> SD foi criado em 2013.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

#### Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, instituída pela Resolução TRESA n. 7.793/2010, tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral catarinense, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal. Formas de contato: pelo *site* e por carta resposta disponível nos cartórios eleitorais. Sua eficiência como elo entre o cidadão e a Instituição é medida por 2 indicadores estratégicos; no terceiro quadrimestre, encerrado em 31.12.2016, o índice de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria era de 100% e o tempo médio dessas respostas era de 1 dia, conforme dados disponibilizados no sítio eletrônico do TRESA (<http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/ouvidoria/relatorios-de-atividades/index.html>).

Há, ainda, que se mencionar como canais de acesso ao cidadão: a sede do TRESA; os cartórios eleitorais ([www.tre-sc.jus.br/serv/cartorios](http://www.tre-sc.jus.br/serv/cartorios)); o portal na internet ([www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br)); a Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral; aliado à participação do TRESA nas redes sociais como *facebook* ([www.facebook.com/trescjusbr](http://www.facebook.com/trescjusbr)), *twitter* ([www.twitter.com/trescjusbr](http://www.twitter.com/trescjusbr)) e *youtube* ([www.youtube.com/canaltrsc](http://www.youtube.com/canaltrsc)).

#### Carta de Serviços ao Cidadão

O TRESA elaborou e, desde 2011, mantém à disposição do público duas cartas de serviços ao cidadão, sendo a primeira delas referente aos serviços ordinariamente prestados nas zonas eleitorais e a outra referente aos serviços da sede do Tribunal. O sítio eletrônico do TRESA onde se encontra disponível a carta de serviços é: <http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/catalogo-de-publicacoes/carta-de-servicos/index.html>

#### Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Planejamento Estratégico, em vigor no ano de 2016, estabelece que a satisfação do usuário externo é medida por pesquisa que afere o Grau de Satisfação dos Clientes, que tem como meta atingir, no mínimo, 80% de usuários que indicam conceito "Bom" ou "Ótimo" para os serviços recebidos. O Público alvo são os eleitores atendidos nos cartórios eleitorais e Centrais de Atendimento ao Eleitor, e o instrumento utilizado foi o preenchimento de formulário impresso.

O TRESA atingiu o conceito "Excelente" entre 71% dos seus usuários e "Bom" entre 19% dos seus usuários, atingindo-se o total de 90% dos usuários que forneceram os conceitos "Bom" e "Excelente" ao TRESA, consoante dados disponibilizados no sítio eletrônico do TRESA ([http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/ouvidoria/Pesquisa\\_Satisfacao.pdf](http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/ouvidoria/Pesquisa_Satisfacao.pdf)).

Há que se mencionar, ainda, a existência de pesquisa de satisfação mantida pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SCRE) e pela Secretaria de Tecnologia da



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Informação (STI). A SCRE apurou, no último trimestre de 2016, o percentual de 96% dos cidadãos eleitores atendidos, os quais estavam satisfeitos com o serviço prestado aos usuários. Em 2015, o percentual atingido foi de 91,07% e, em 2014, 98,88%.

### **Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

As informações referentes à transparência do TRESA estão disponíveis pelo *link* Transparência, disponível tanto no menu principal quanto no rodapé da capa do *site* do Tribunal, bem como pela URL <http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/index.html>.

As informações relevantes sobre a atuação da unidade também podem ser encontradas nos relatórios de gestão constantes do sítio eletrônico do TRESA (<http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/relatorios-de-gestao/index.html>).

### **Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

Com relação às medidas adotadas para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei n. 10.098/2000, o Decreto n. 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA informa que nos projetos de construção, ampliação ou reforma dos imóveis deste TRESA são previstos (nos dois últimos, sempre que possível):

- Vaga exclusiva para pessoa portadora de necessidades especiais em local próximo à entrada principal ou ao elevador, com dimensões e área de manobra em conformidade com a NBR 9050/2005 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Instalação de piso tátil de alerta e direcional nas calçadas e execução de rebaixamento em rampa para travessia;
- Trecho em rampa sempre que há diferenças de nível superiores a 1,5 cm, - conforme disposto na NBR 9050 - ou, em pelo menos uma das entradas da edificação, quando o térreo estiver acentuadamente acima do nível da calçada;
- Instalação de plataforma elevatória para vencer grandes desníveis ou quando inviável a construção de rampa;
- Botões de chamada e comando dos elevadores de passageiros com opção de leitura braile e posicionados a, no máximo, 135 cm do piso. Cabinas com corrimãos e dimensões internas mínimas de 110 cm por 140 cm;
- Instalação de corrimãos duplos nas escadas e rampas, a 92 cm e 70 cm de altura em relação ao piso;
- Acessos ao interior da edificação e demais dependências livres de barreiras, com corredores, sempre que possível, de largura mínima igual a 120 cm, e previsão de áreas para rotação de cadeira de rodas de diâmetro mínimo de 150 cm;
- Rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis;
- Vão de luz das portas com largura mínima igual a 80 cm;
- Construção de sanitários acessíveis, com o detalhamento em projeto de portas de acesso, lavatório, vaso sanitário e barras de apoio, conforme especificado pela norma;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Utilização de pisos antiderrapantes, principalmente nas áreas de maior circulação de público, e, necessariamente, quando se tratar de rampas ou áreas molhadas e externas;
- Sala de Sessões e de treinamento com espaço reservado para pessoas em cadeiras de rodas e pessoas obesas, com assento para acompanhante;
- Sinalização visual e, mais recentemente também tátil, para orientação dos usuários da edificação, conforme parâmetros definidos pela NBR 9050;
- Balcões e áreas de trabalho e atendimento com altura igual a 73 cm; e
- Previsão de atendimento prioritário para idosos, gestantes e pessoa portadora de necessidades especiais.

Em relação à Tecnologia da Informação:

- Implantação da responsividade do *website* para adaptar-se aos dispositivos móveis e vários formatos de tela;
- Contínua manutenção visando melhorias na arquitetura da informação;
- Capacitação de novos contendedistas para colaborar com o *website*; e
- Manutenção evolutiva da infraestrutura de colaboração do *website*.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

#### **Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Anteriormente à edição das normas, o imobilizado da Contabilidade Pública ficava registrado pelo seu valor de aquisição, não sofrendo nenhuma alteração no decorrer de sua vida útil.

E, ainda, os bens registrados no balanço patrimonial da Contabilidade Pública consignavam valores insignificantes, como por exemplo R\$ 0,01 (centavo de real). Esse fato foi recorrente nas oportunidades em que houve conversão de moeda, como aconteceu em 1994, com a implantação do Plano Real no Brasil, oportunidade em que os bens antigos que já apresentavam valores baixos ficaram registrados por esse valor mínimo. Por isso, a Contabilidade Pública apresentava as mais diversas distorções. Aplicando-se a depreciação, esse fato não mais acontecerá.

Com a aplicação da depreciação, é possível mostrar que as demonstrações contábeis do Órgão apresentarão valores reais do Ativo Imobilizado, que poderão auxiliar os dirigentes das instituições na tomada de decisão.

Estimar a vida útil de um bem às vezes é difícil, mas são importantes que sejam o mais aproximado possível, esses períodos contábeis, nos quais serão alocadas as despesas apuradas da depreciação.

O problema crítico na determinação das quotas de depreciação é o estabelecimento da vida útil, devido à infinidade de fatores que influenciam a durabilidade do bem, especialmente no caso de máquinas e equipamentos.

Ante o exposto, pode-se dizer que, na escolha do melhor método, cada órgão deve avaliar aquele que mais vantagem lhe ofereça, pois tudo depende do tipo de bem que o mesmo possui.

Existem vários métodos para calcular a depreciação, sendo os mais tradicionais: método das quotas constantes ou em linha reta; método da soma dos dígitos dos anos; método de unidades produzidas; método de horas de trabalho e método da taxa dobrada.

A depreciação é um instrumento importante no processo de acompanhamento do imobilizado, pois só assim se conseguirão os reais valores descritos nas demonstrações contábeis.

No momento em que o imobilizado estiver totalmente depreciado e alguns desses ainda apresentarem condições de uso, eles deverão ser novamente reavaliados, registrados pelo valor de reavaliação para então iniciar-se novamente a depreciação, conforme estimativa de sua nova vida útil.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Método de depreciação utilizado**

O método utilizado pelo Tribunal é o das quotas constantes ou em linha reta, conforme instruções recebidas do Setor Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 01/2010.

“O método das quotas constantes é o mais utilizado, pois seus cálculos são os mais simples possíveis, e pode ser aplicado ao total de bens de uma mesma espécie. Esse método consiste em dividir o valor do bem pelo número de anos de sua provável duração e considerar cada uma dessas parcelas como depreciação de um ano (FRANCO, 1981, p. 178).

Segundo consta do Boletim IOB (2002, p. 3):

‘O método de linha reta assume que a utilização do bem é igual durante todos os exercícios. Ele parte do princípio de que a depreciação em linha reta é ajustada pelo maior custo de manutenção, que é quase nula no início da utilização do bem e crescente a partir da metade da sua vida útil. Justifica-se a utilização desse método quando: o ativo será utilizado uniformemente durante toda a sua vida útil; não haverá declínio de desempenho; não ocorrerá obsolescência, isto é, não haverá obsolescência tecnológica nessa área; e o custo periódico de reparos e manutenção não aumentará. A maioria das empresas utiliza este método de depreciação pela simplicidade de sua aplicação, pois o valor residual é considerado zero. Também é de fácil aplicação: toma-se o valor da aquisição e divide-se pela vida útil estimada. É um método pelo qual se debita uma fração igual do custo em cada período. O valor da depreciação a ser lançado no período é determinado pela subtração do valor residual estimado do seu custo de aquisição, dividindo-se o saldo remanescente, o qual representa o total do ativo imobilizado depreciável, pelo número de anos estimados da sua vida útil produtiva. Neste método consideramos como custos de aquisição todos os gastos relacionados com a aquisição desse ativo mais o necessário para colocarmos em seu local de funcionamento e que o mesmo esteja em condições de uso’” (IOB2002, p. 3)

Analisando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2016 sem a aplicação da depreciação, ter-se-ia um Superávit de R\$ 38.490.463,94. Em contrapartida, ao lançar o valor da depreciação no valor acumulado de R\$ 31.392.825,31 nas Variações Patrimoniais Diminutivas, o resultado converte-se em um Superávit no montante de R\$ 7.097.638,63, diminuindo conseqüentemente o resultado patrimonial, o que representa uma queda de 81,56%.

Atendendo às determinações contidas na Orientação SOF/TSE n. 01/2010, os bens móveis deste TRESA foram reavaliados pela metodologia de avaliação de mercado, ou seja, foram avaliados itens com características e tempo de uso semelhante para estabelecimento do valor atual.

Como a avaliação comparativa com o mercado ficou semelhante e/ou muito próxima dos valores residuais obtidos com a aplicação da tabela de vida útil da instrução



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

supramencionada, os bens foram valorados com base na mesma, seguindo as opções apresentadas pelo referido documento.

Após o procedimento acima, foram feitos estudos e avaliações de recuperabilidade, atribuindo-se novo tempo de vida útil para os bens reavaliados, conforme sua capacidade de utilização. A partir da reavaliação dos bens e da definição do tempo de vida útil restante aos mesmos, iniciou-se novo período de aplicação de depreciação dos bens.

Cabe destacar que, referente ao item veículo automotor (subitem 52), a reavaliação deu-se com base nos índices/valores pesquisados por meio da tabela FIPE ([www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br)), conforme sugestão contida na orientação SOF/TSE. No tocante à reavaliação das urnas eletrônicas, o procedimento foi efetuado de forma unificada pelo TSE, com padrões idênticos de valores e de definição de vida útil para todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Por fim, cabe salientar que todos os procedimentos supramencionados obedeceram ao disposto na orientação SOF/TSE n. 01/2010, bem como nas Resoluções CFC n. 1.136/2008 e n. 1.137/2008.

### **Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

A sistemática de apuração dos custos na Justiça Eleitoral está em desenvolvimento desde o ano de 2015 e faz parte do planejamento estratégico do Tribunal Superior Eleitoral. Inclui desde a definição de critérios até a elaboração de sistema informatizado para captação e levantamento desses custos.

Em 19 de dezembro de 2016 foi aprovada pelo Pleno do Tribunal Superior Eleitoral a Resolução n. 23.504, que dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Dadas as características próprias desta Justiça Especializada, estabeleceu-se como centro de custo o imóvel ocupado, partindo-se daí para a definição dos custos a serem apurados e suas metodologias.

Para o exercício financeiro de 2016, foram escolhidos 30 itens para a apuração parcial de custos. São eles: energia elétrica, serviços de água e esgoto, limpeza, vigilância ostensiva, vigilância eletrônica, locação de imóvel, telefonia, teleprocessamento, manutenção predial, material de consumo, repasse ao cedente, terceirização, serviços eventuais, estagiários, pessoal e encargos sociais, pessoal requisitado, depreciação do imóvel, alimentação de mesários, auxílios e benefícios de pessoal efetivo, auxílios e benefícios de pessoal requisitado, capacitação e treinamento, combustíveis, concurso, transporte de urnas, diárias, locação de mobiliário e equipamentos, menor aprendiz, oficiais de justiça, passagens e transporte de pessoas e condomínio. Essas despesas foram escolhidas levando-se em conta sua relevância, sua facilidade de mensuração e sua divisibilidade por imóvel.

De acordo com a mencionada Resolução, compete à Secretaria de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, que atua como órgão setorial, a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, baseados nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais. Atualmente, o levantamento dos custos na Justiça Eleitoral encontra-se em fase de apuração.

### **Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320/64 e notas explicativas**

Os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, assim como os Demonstrativos das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa encontram-se anexos.

### **1. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

#### **1.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

A Portaria n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

No exercício financeiro de 2016, o PCASP já estava integralmente implantado no âmbito da Justiça Eleitoral.

#### **1.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com a Lei n. 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo com o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis.

#### **I - Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O Resultado Orçamentário no exercício de 2016 é demonstrado pela igualdade entre o total de Receitas Realizadas de R\$193.178.763,59 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 193.178.763,59, apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit.

### **II - Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2016 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 198.741.394,60) com os extraorçamentários (R\$ 4.432.292,14), que foi de R\$ 203.173.686,74, e dos dispêndios orçamentários (R\$ 193.178.763,59) e extraorçamentários (R\$ 7.762.034,40), que foi de R\$ 200.940.797,99, apresentando um resultado positivo de R\$ 2.232.888,75, o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie transferido para o exercício seguinte (R\$ 2.971.437,91) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 738.549,16).

### **III - Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial e financeira do órgão público em uma determinada data. No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da entidade. Estão assim distribuídos os grupos de contas do Balanço Patrimonial:

#### **a) Ativo Circulante**

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos adiantamentos de férias concedidos), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado).

#### **b) Ativo Não-Circulante**

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis, deduzidos pela Depreciação.

#### **c) Passivo Circulante**

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher) e Demais Obrigações a Curto Prazo.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **d) Passivo Não-Circulante**

O Passivo Não-Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2015.

### **e) Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos do Órgão depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2016 demonstra o total do Ativo de R\$ 68.993.178,85 e o total do Passivo de R\$ 1.602.254,61, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 67.390.924,24, o qual está constituído pelo superávit do Exercício de R\$ 7.097.638,63 e pelo Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores de R\$ 60.293.285,61.

## **IV- Demonstração das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2016 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 213.646.921,90 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 206.549.283,27, gerando como resultado patrimonial do período um superávit de R\$ 7.097.638,63.

Analisando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2016 e comparando com o resultado de 2015, o qual foi um superávit de R\$ 7.944.816,97, pode ser observado que houve uma redução no resultado da ordem de 10,66%.

Déficit é o resultado apurado ao final do exercício que aponta saldo negativo (no caso de positivo, superávit) no confronto entre a soma de todas as receitas e de todas as despesas empenhadas, indicando que as receitas orçamentárias foram menores do que as despesas orçamentárias. Difere do déficit financeiro, pois não significa necessariamente que o Poder Público gastou, de fato, mais dinheiro do que dispunha, mas sim que autorizou, no ano, mais gastos do que os recursos que se encontravam disponíveis no exercício. Quando se refere apenas ao confronto entre receitas correntes e despesas correntes, é chamado de déficit ou superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 3º, Lei n. 4.320/1964).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **V- Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2016 foi positiva, no montante de R\$ 2.971.437,91.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

#### Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O efetivo acompanhamento das deliberações do TCU e das recomendações do Órgão de Controle Interno do TRESA é realizado pela Assistência de Gestão, vinculada à Direção-Geral do Órgão (Res. TRESA n. 7.930/2015, art. 47).

O quadro a seguir trata da recomendação presente no item 1.7.1 do Acórdão TCU n. 9.859/2016 – 2ª Câmara:

Quadro 115 - Determinação/Recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-026.111/2015-2	9.859/2016	1.7.1	31.8.2016	13.9.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - Presidência				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) que apresente nos próximos relatórios de gestão: 1.7.1. Os resultados alcançados em cada indicador integrante do Planejamento Estratégico da Unidade;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A recomendação refere-se ao julgamento do relatório do exercício de 2014 e foi totalmente atendida já no relatório de gestão encaminhado no exercício de 2015, mesmo antes da existência do acórdão em questão. Permanece atendida no corrente relatório.				

Acerca do mesmo Acórdão, no item 1.7.2, recomendou-se a este Tribunal que apresentasse, no presente relatório, informações detalhadas sobre os imóveis locados por esse Tribunal, inclusive quanto aos valores envolvidos, bem como sobre as contratações diretas realizadas, indicando as quantidades e os valores dos contratos, esclarecendo os motivos de eventuais representações significativas dessas contratações em relação aos valores das contratações realizadas por meio de licitações, as quais constam nos capítulos referentes ao Desempenho orçamentário e à Gestão do patrimônio e da infraestrutura.

Por meio do Acórdão TCU n. 2.349/2016 – Plenário, foram expedidas, no item 9.1, 13 recomendações ao TRESA, das quais foram atendidas: o estabelecimento de objetivos organizacionais para a área de aquisições do Órgão, bem como as respectivas ações, indicadores, metas e mecanismos de controle (item 9.1.1), pela Portaria P n. 120, de 3.5.2016; a criação do comitê de aquisições (item 9.1.2), pela Portaria P n. 49, de 11.2.2016; o estabelecimento de diretrizes para o gerenciamento de riscos da área de aquisições (item 9.1.3), pela Portaria P n. 93, de 29.3.2017; a inclusão, no Plano Anual de Capacitação 2017, da previsão de treinamento *in company* na temática de gestão e fiscalização de contratos, com uso de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

plataforma de ensino a distância, de modo a atingir os servidores lotados nos cartórios eleitorais, inclusive (item 9.1.5); a definição, aprovação e publicação de processo formal de trabalho para planejamento de cada uma das aquisições (item 9.1.6), pela Portaria P n. 94, de 29.3.2017; a Portaria DG n. 45, de 11.2.2016, aprovou as listas de verificação para atuação da consultoria jurídica na emissão de pareceres de que trata o art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 (item 9.1.8) e para uso do pregoeiro ou da comissão de licitação (item 9.1.9).

Ainda, em atendimento às determinações do item 9.2 do referido Acórdão, foi firmado o Contrato TRES n. 115/2016, com a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção predial, observando-se todos os requisitos elencados nos subitens 9.2.1 a 9.2.3, providência já comunicada à Corte de Contas por meio dos Ofícios P/SAO n. 1.228, de 31.10.2016, e DG/SAO n. 1.392, de 21.12.2016.

O mesmo Acórdão determinou, em seu item 9.3, que fosse apresentado plano de ação para cada recomendação cuja implementação fosse considerada conveniente, o que foi levado a efeito também por meio do Ofício DG/SAO n. 1.392, de 21.12.2016, contemplando as 13 recomendações.

Os quadros a seguir referem-se às recomendações e determinações pendentes de atendimento na presente data:

Tabela 116 – Recomendação/determinação pendente de atendimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.182/2015-7	2.349/2016 – Plenário	9.1.4	Ofício 0854/2016-TCU/SECEX-SC	30/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.4. realize gestão de riscos das aquisições				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG n. 44, de 11.2.2016, apresentará, até o mês de abril de 2017, proposta de plano de gestão de riscos das aquisições para o exercício.				

Quadro 117 - Recomendação/determinação pendente de atendimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.182/2015-7	2.349/2016 – Plenário	9.1.7	Ofício 0854/2016-TCU/SECEX-SC	30/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Descrição da determinação/recomendação
<p>9.1.7. defina, aprove e publique um processo formal de trabalho para gestão do contrato de cada uma das aquisições, estabelecendo, no mínimo, as seguintes fases:</p> <p>a) iniciação do contrato, contendo reunião de iniciação com todos os atores que possuem papéis relevantes na contratação;</p> <p>b) fiscalização do contrato contendo previsão para utilização e inclusão no processo de contratação das listas de verificação para os aceites provisório e definitivo definidas na etapa de planejamento da contratação, de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de gestão do contrato;</p> <p>c) fase de ajustes contratuais, contendo os cuidados que devem ser observados nas alterações contratuais, como exemplos, imutabilidade da essência do objeto e limite de aumento do valor do contrato restrito a 25% do valor, admitida excepcionalidade acima desse valor;</p> <p>d) encerramento ou transição contratual, contendo procedimentos que assegurem a continuidade da prestação dos serviços;</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG n. 44, de 11.2.2016, apresentará, até o mês de abril de 2017, proposta de manual de gestão e fiscalização de contratos, contemplando o processo formal de trabalho para gestão do contrato de cada uma das aquisições, o qual será aprovado em ato normativo interno</p>

### Quadro 118 - Recomendação/determinação pendente de atendimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.182/2015-7	2.349/2016 – Plenário	9.1.10	Ofício 0854/2016-TCU/SECEX-SC	30/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1.10. no processo formal de trabalho para a contratação de bens e serviços, e a gestão dos contratos decorrente que vier a ser elaborado em atendimento às recomendações emitidas no item 3.5 do relatório que fundamenta este Acórdão (Deficiências no processo de planejamento de cada uma das aquisições), inclua os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares:</p> <p>a) definir método de cálculo para:</p> <p>a.1) quantidades e tipos de postos de trabalho necessários à contratação;</p> <p>a.2) quantidade e o tipo de serviços de manutenção preventiva e preditiva;</p> <p>b) documentar o método utilizado para a estimativa de quantidades no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte;</p> <p>c) definir método para a estimativa de preços, considerando uma cesta de preços, podendo utilizar-se das diretrizes contidas na IN SLTI 5/2014;</p> <p>d) documentar o método utilizado para a estimativa de preços no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte;</p>				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando as respostas a todas as quatro perguntas a seguir forem positivas: 1) É tecnicamente viável dividir a solução? 2) É economicamente viável dividir a solução? 3) Não há perda de escala ao dividir a solução? 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

f) em caso de parcelamento, avaliar a melhor forma de parcelá-la (parcelamento formal - licitações distintas ou licitação com adjudicação por lotes; ou parcelamento material – permissão de consórcios ou de subcontratação);

g) documentar o método utilizado para avaliar se a solução é divisível ou não no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte;

### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG n. 44, de 11.2.2016, apresentará, até o mês de abril de 2017, proposta de manual de gestão e fiscalização de contratos, contemplando o processo formal de trabalho para gestão do contrato de cada uma das aquisições, o qual será aprovado em ato normativo interno

### Quadro 119 - Recomendação/determinação pendente de atendimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.182/2015-7	2.349/2016 – Plenário	9.1.11	Ofício 0854/2016-TCU/SECEX-SC	30/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1.11. no processo formal de trabalho para a contratação de bens e serviços, e a gestão dos contratos decorrente que vier a ser elaborado em atendimento às recomendações emitidas no item 3.5 do relatório que fundamenta este Acórdão (Deficiências no processo de planejamento de cada uma das aquisições), inclua os seguintes controles internos na etapa de planejamento da contratação de prestação de serviços:</p> <p>a) incluir no modelo de gestão do contrato:</p> <p>a.1) mecanismos que permitam o rastreamento dos pagamentos efetuados, isto é, que permitam, para cada pagamento executado, identificar os serviços fornecidos pela contratada contendo o detalhamento da mão de obra empregada;</p> <p>a.2) mecanismos que permitam obter razoável segurança de que os serviços registrados foram efetivamente prestados incluindo a mão de obra empregada (e.g. verificação pelo fiscal do contrato da execução dos serviços por uma amostra, assinatura dos requisitantes na finalização dos serviços comprovando a prestação dos serviços);</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG n. 44, de 11.2.2016, incluirá, na proposta de manual de gestão e fiscalização de contratos a ser apresentada até o mês de abril de 2017, os mecanismos de controle referidos neste item;				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 120 - Recomendação/determinação pendente de atendimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.182/2015-7	2.349/2016 – Plenário	9.1.12	Ofício 0854/2016-TCU/SECEX-SC	30/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.12. no processo formal de trabalho para gestão de cada contrato, que vier a ser elaborado em atendimento às recomendações emitidas no item 3.6 do relatório que fundamenta este Acórdão (Deficiências no processo de gestão dos contratos), inclua o seguinte controle interno na etapa de fiscalização técnica do contrato: manter controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação de serviços preventivos e preditivos empregados nos contratos, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG n. 44, de 11.2.2016, incluirá, na proposta de manual de gestão e fiscalização de contratos a ser apresentada até o mês de abril de 2017, o controle interno referido neste item;				

Quadro 121 - Recomendação/determinação pendente de atendimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.182/2015-7	2.349/2016 – Plenário	9.1.13	Ofício 0854/2016-TCU/SECEX-SC	30/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.13. no processo formal de trabalho para gestão de cada contrato, que vier a ser elaborado em atendimento às recomendações emitidas no item 3.6 do relatório que fundamenta este Acórdão (Deficiências no processo de gestão dos contratos), inclua os seguintes controles internos na etapa de gestão contratual: a) registrar todas as ocorrências relativas à execução contratual em registro próprio e apartado dos respectivos processos de contratação; b) documentar a sistemática de fiscalização utilizada em cada período;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG n. 44, de 11.2.2016, incluirá, na proposta de manual de gestão e fiscalização de contratos a ser apresentada até o mês de abril de 2017, os controles internos referidos neste item.				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela 122 - Recomendação/determinação pendente de atendimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.182/2015-7	2.349/2016 – Plenário	9.4	Ofício 0854/2016-TCU/SECEX-SC	30/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao TRE/SC que faça constar, no processo de execução de contrato, termo firmado pelo gestor e/ou fiscal de contrato, em que fique registrado o seu conhecimento dos termos do contrato que será por ele fiscalizado.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG n. 44, de 11.2.2016, incluirá, na proposta de processo formal de trabalho para gestão do contrato de cada uma das aquisições a ser apresentada até o mês de abril de 2017, o termo mencionado neste item.				

Quadro 123 – Determinação/Recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 011.706/2014-7	2.780/2016	9.1 e 9.2	Ofício 11844/2016-TCU/Sefip	08.12.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1 com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar às unidades jurisdicionais em que tenham sido identificadas os 19.520 indícios de pagamento indevido de pensão a filha solteira maior de 21 anos, em desacordo com o art. 5º, parágrafo único, da Lei n. 3.373/1958 e a Jurisprudência do tribunal de Contas da União, a adoção das seguintes providências:</p> <p>9.1.1 tendo por base os fundamentos trazidos no voto, a prova produzida nestes autos e outras que venham a ser agregadas com o pagamento pelo órgão responsável, promover o contraditório e a ampla defesa das beneficiárias contempladas com o pagamento da pensão especial para, querendo, afastar os indícios de irregularidade a elas imputados, aos quais poderão conduzir à supressão do pagamento do benefício previdenciários, caso as irregularidades não sejam por elas elididas:</p> <p>[...]</p> <p>9.1.2 fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da respectiva notificação pela unidade jurisdicionada, para que cada interessada apresente sua defesa, franqueando-lhe o acesso às provas contra elas produzidas e fazendo constar no respectivo ato convocatório, de forma expressa, a seguinte informação: “da decisão administrativa que suspender ou cancelar o benefício, caberá recurso nos termos dos arts. 56 e 65 da Lei</p>				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.784/1999, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da ciência da decisão pela parte interessada, perante o próprio órgão ou entidade responsável pelo cancelamento da pensão;

9.1.3 na análise da defesa a ser apresentada pelas interessadas, considerar não prevalentes as orientações extraídas dos fundamentos do Acórdão 892/2012-TCU-Plenário, desconsiderando a subjetividade da aferição da dependência econômica das beneficiárias em relação à pensão especial instituída com base na Lei 3.373/1958 e da aferição da capacidade da renda adicional oferecer subsistência condigna, em vista da possibilidade de supressão do benefício previdenciário considerado indevido;

9.1.4 não elididas as irregularidades motivadoras das oitivas individuais descritas nos subitens 9.1.1.1 a 9.1.1.5 deste acórdão, promover, em relação às respectivas interessadas, o cancelamento da pensão decorrente do art. 5º, parágrafo único, da lei 3.373/58;

9.2 com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar o prazo de 60 dias, a contar da ciência, para que as unidades jurisdicionais apresentem ao Tribunal de Contas da União plano de ação com prazo para cumprimento e ciência a esta Corte de contas das medidas determinadas nos subitens 9.1 a 9.14 deste Acórdão, a serem implementadas em até 180 dias da ciência da presente deliberação.

[..]

### Providências tomadas e justificativa do não cumprimento

Em cumprimento ao Ofício 11844/2016-TCU/Sefip foi autuado o Procedimento Administrativo n. 5.387/2017, para tratar das providências solicitadas nos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão n. 2.780/2016-TCU-Plenário.

Conforme determinado no item 9.1.2 do referido Acórdão, as pensionistas filhas solteiras, deste Tribunal, apontadas pelo Tribunal de Contas da União, com indícios de pagamento indevido, foram devidamente notificadas para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da respectiva notificação, apresentar defesa. As interessadas apresentaram defesa dentro do prazo concedido pela Presidência deste Tribunal.

No tocante ao item 9.2, no qual o Tribunal de Contas da União determinou o prazo de 60 dias, a contar da ciência, para que este Tribunal apresentasse plano de ação, com prazo para cumprimento e ciência à Corte de Contas das medidas determinadas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 de referido Acórdão, devendo ser implementadas em até 180 dias da ciência da presente deliberação, informa-se que, por meio do Ofício P/ASPRES n. 152/2017, datado de 6 de fevereiro de 2017, foi encaminhado, ao Tribunal de Contas da União, o Plano de Ação com o respectivo cronograma para atendimento do mencionado item.

Importante informar que, atualmente, após informações prestadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Controle Interno e Auditoria e manifestação da Direção-Geral, o citado Procedimento Administrativo se encontra na Presidência para proferir a decisão nesses autos.

Consoante cronograma encaminhado ao Tribunal de Contas da União, o prazo para compilação das informações acerca das providências adotadas no âmbito deste Regional, para remessa ao Tribunal de Contas de União, encerrar-se-á em 6 de junho de 2017.

## Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 124 – Recomendação do OCI à Direção-Geral-AEPE

Recomendação do OCI				
Ordem	Identificação do Relatório	Item	Comunicação expedida	Data
01	Escritório de Projetos Corporativo	1	CI SCIA n. 11/2016	25.2.2016
			CI AEPE n. 03/2016	29.2.2016



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

			CI AEPE n. 04/2016	3.3.2016
Unidade destinatária recomendação				
Direção Geral - Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições (AEPE)				
Descrição da recomendação				
Acompanhamento de recomendações – Escritório de Projetos Corporativo				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em 29.2.2016 a Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições informa à Direção-Geral:</p> <p>“Em atenção ao despacho de Vossa Senhoria na CI SCIA n. 11, de 25.2.2016 cumpre informar que a atividade questionada pela unidade de Controle Interno e Auditoria – incluir na estrutura do TRESA unidades adequadas a sediar o Escritório de Projetos Corporativo (...) – foi concluída em 1.2.2015, com o início da vigência da atual estrutura do TRESA após a reestruturação aprovada em 2015, que consolidou essas atribuições na AEPE e suas assistências, em especial a Assistência de Acompanhamento de Eleições e Projetos Estratégicos.</p> <p>A priorização de servidores com formação específica em Gerenciamento de Projetos foi observada tanto quanto possível – a AEPE tem 4 servidores, sendo 2 deles com esse requisito. O titular da Assistência de Acompanhamento de Eleições e Projetos Estratégicos tem experiência prática no tema, e foi estimulado a buscar oportunidades de capacitação dentro das possibilidades oferecidas pelo TRESA.</p> <p>Por oportuno, em decorrência da premência e complexidade das atividades de adequação do Projeto Eleições após inédito corte orçamentário recentemente comunicado, observa-se a inviabilidade do início imediato da próxima atividade do Plano de Ação de implantação do Escritório de Projetos Corporativo, e sugere-se seu adiamento. “</p> <p>Em 3.3.2016, em complemento à informação fornecida na CI n. 3/2016, de 29.2.2016, a Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições encaminha o Plano de Ação para implantação do Escritório de Projetos com o cronograma atualizado.</p>				

Quadro 125 - Recomendação do OCI à Direção-Geral-AEPE

Recomendação do OCI				
Ordem	Identificação do Relatório	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
02	Plano de Continuidade de Negócio	2	CI SCIA n. 34/2016	7.6.2016
			CI AEPE n. 10/2016	10.6.2016
Unidade destinatária recomendação				
Direção Geral - Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições (AEPE)				
Descrição da recomendação				
Acompanhamento de recomendações – Implantação do Plano de Continuidade de Negócio				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em 10.6.2016 a Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições informa à Direção-Geral:</p> <p>“Em atenção ao despacho de Vossa Senhoria na CI SCIA n. 34, de 7 de junho de 2016, cumpre a esta Assessoria informar que trata-se de consulta de monitoramento referente ao Plano de Ação de implantação do Plano de</p>				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Continuidade de Negócio (PCN) neste Tribunal, com foco específico na sua atividade inicial: realizar capacitação que tornará os servidores aptos ao desenvolvimento do PCN, prevista originalmente para 31/5/2016.

Consultada a EJESC para o necessário detalhamento, apurou-se que no PACD 2016, aprovado em dezembro de 2015, estava prevista a realização do curso mencionado. Atendendo determinação do Conselho Deliberativo e Técnico-Científico da EJESC, em função de cortes orçamentários, houve em 8 de março de 2016 reunião com os relatores dos eixos (titulares e representantes de unidades) para revisão do PACD 2016. A indicação era que fossem priorizados os treinamentos relativos às Eleições. Após análises e discussões alcançou-se o consenso de remover uma lista de subeixos e temas dos Plano de Capacitação, objetivando a adequação à nova realidade orçamentária e a garantia efetiva dos treinamentos eleitorais.

O tema Continuidade de Negócio foi um dos itens prejudicados pela restrição orçamentária imposta a este Tribunal, já com a indicação, na ocasião, de que voltará a ser submetido pela AEPE para o PACD de 2017, em razão da relevância do tema e da sua inclusão em Plano de Ação monitorado pela unidade de auditoria.

Como se trata de atividade viabilizadora das demais, o impacto sobre o andamento do Plano de Ação mencionado é evidente e – considerando a vigência anual dos orçamentos – sugere-se que o cronograma do referido plano seja considerado adiado em um ano.”

Quadro 126 - Recomendação do OCI à Direção-Geral-AEPE

Recomendação do OCI				
Ordem	Identificação do Relatório	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
03	Acompanhamento – Auditoria de Controles Internos em Nível Entidade – Exercício 2014	3	CI SCIA n. 36/2016	5.8.2016
			CI AEPE n. 12/2016	8.8.2016
Unidade destinatária recomendação				
Direção Geral - Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições (AEPE)				
Descrição da recomendação				
Acompanhamento – Auditoria de Controles Internos em Nível Entidade – Exercício 2014				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em 8.8.2016 a Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições informa à Direção-Geral:</p> <p>“Em atenção à determinação recebida em 5.8.2016, encaminho a Vossa Senhoria as propostas desta Unidade quanto às respostas a questões encaminhadas pela SCIA em sua CI n. 36/2016. Para maior clareza informo que foi mantida a numeração da coluna “Item de Inspeção”, do documento original.</p> <p>5.1 (b) – considerando o período compreendido, informo que a Res. 7.920/2014 ampliou o período de execução do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE) instituído pela Res. TSE 23.371/2011 para o exercício de 2015. Posteriormente, a Res. TRESA n.º 7.935/2015 instituiu o planejamento estratégico do TRESA para o período 2016-2020, estando disponível em <a href="http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/planejamento-estrategico/index.html">http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/planejamento-estrategico/index.html</a></p> <p>5.1 (d) – Considerando a elevada priorização, pela Administração, da ampliação do cadastramento biométrico no exercício de 2015, não houve andamento quanto à elaboração de Plano de Comunicação da Estratégia, e a proposição desta Assessoria é de que o mesmo seja apresentando num prazo de 180 dias contados a partir do final do atual período eleitoral, considerando inclusive as dependências representadas pelo parágrafo 2º do artigo 3º da Res. TRESA 7.935/2015 e, especialmente, pela revisão descrita no próximo item.</p>				



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.2 (d e d.1) – Segue, em anexo a este expediente, relatório com os resultados das medições realizadas pelas unidades do TRESA no exercício de 2015, extraídos de documento previamente encaminhados a órgão de controle externo. Os indicadores atuais do Planejamento Estratégico do TRESA 2016-2020 constam do anexo da Res. 7.935/2015 (URL acima); em adição, a Comissão Permanente de Gestão Operacional (CPGO) aprovou o andamento de uma proposta revisional dos indicadores, atualmente em prazo de avaliação pelas respectivas unidades gestoras (incluindo SCIA, que já se manifestou) e, tão logo consolidada, será encaminhada à CPGO.”

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria expediu, em 15.7.2016, 10 recomendações decorrentes de auditoria realizada na área de segurança institucional, as quais foram atendidas pela Administração, seja pela própria adoção de providências, seja por meio de plano de ação de melhoria, que se encontra em execução.

Em relação à Gestão de Pessoas, não há pendência no tratamento de recomendações da Unidade de Controle Interno, ao passo que, no decorrer do exercício de 2016, foram concluídas/encerradas as providências administrativas decorrentes das Auditorias “Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2014” e “Procedimentos de Requisição de Servidores 2010”.

Em relação à Tecnologia da Informação, no exercício de 2016, foi feita apenas uma recomendação do órgão de controle interno, no caso a Secretaria de Controle Interno e Auditoria, no tocante à tecnologia da informação. A recomendação decorreu do procedimento administrativo SCIA n. 38.671/2016 conforme quadro abaixo:

Quadro 127 – Recomendação referente à segurança da informação

<b>Auditoria de Referência</b>	Segurança da Informação
<b>Item de Inspeção</b>	Implementação do Plano de Recuperação de Desastres – PRD
<b>Providências adotadas</b>	Implementação do Plano de Recuperação de Desastres - PRD
<b>Situação da recomendação</b>	Atendida e encerrada

### **Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

Este Tribunal realiza apuração simplificada, mediante termo circunstanciado administrativo, de danos ao erário de pequeno valor, assim considerados aqueles cujo preço de mercado para aquisição ou reparação do bem seja igual ou inferior ao limite estabelecido no art. 24, II, da Lei n. 8.666, de 21.06.1993, conforme estabelecido na Portaria P n. 137/2014.

Essa apuração consiste basicamente no registro dos fatos, pelo superior imediato do servidor responsável pelo bem, com parecer conclusivo quanto ao fato gerador e sobre a eventual existência de conduta culposa ou dolosa e proposta de encaminhamento. Ao servidor responsável é oportunizada a manifestação em relação ao referido parecer, sendo os autos encaminhados à Presidência do Tribunal, para decisão.

No exercício de 2016, houve apuração de 7 ocorrências dessa natureza, conforme demonstra o quadro a seguir:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 128 – Apuração de danos ao erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Valor	Decisão
<p><b>PAE n. 536/2016</b> – Informação, no depósito de urnas do TRESA, do desaparecimento de 1 (uma) câmera fotográfica, no valor de R\$ 1.062,50 (Marca Canon, Modelo SX520 HS) de tombamento 60100730 e de 1 (um) Scanner para leitura de digitais, no valor de R\$ 850,00 (marca Integrated Biometrics, modelo Watson Mini), tombamento n. 60083730</p>	R\$ 1.912,50	<p>Responsabilização da empresa SERVIG SEGURANÇA PRIVADA LTDA. Valor restituído ao erário.</p>
<p><b>PAE n. 36.648/2016</b> – Informação, no Cartório da 31ª ZE de Tijucas, do furto de 1 (uma) câmera de vídeo tipo webcam, no valor de R\$ 87,40 (Marca Genius), patrimônio n. 21435; 1 (uma) câmera fotográfica digital, no valor de R\$ 520,10, patrimônio n. 22540; e, 1 (um) microfone condensador para PC, no valor de R\$ 377,99, patrimônio n. 39553</p>	R\$ 985,49	<p>Conclusão pela ausência de responsabilidade de servidor ou empresa contratada. Houve a baixa patrimonial, sem ressarcimento ao erário. Arquivamento.</p>
<p><b>PAE n. 8.248/2016</b> – Informação, dos Cartório Eleitorais de Joinville, do desaparecimento dos seguintes bens: Kit bio scanner digital Integrated Biometrics (patrimônio n. 60073.341), no valor de R\$ 1.062,50, Kit bio câmera fotográfica Canon (patrimônio n. 60086.076), no valor de R\$ 1.062,50; Kit bio câmera fotográfica Canon (patrimônio n. 60086.120), no valor de R\$ 1.062,50; Kit bio câmera fotográfica Canon (patrimônio n. 60090.341), no valor de R\$ 1.062,50; e, Kit bio câmera fotográfica Canon (patrimônio n. 60090.357), no valor de R\$ 1.062,50.</p>	R\$ 5.312,50	<p>Responsabilização da empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA. Valor inscrito encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição no CADIN e em Dívida Ativa da União.</p>
<p><b>PAE n. 38.712/2016</b> – Informação, do Cartório da 103ª ZE de Balneário Camboriú, do furto de 1 (um) estabilizador tipo nobreak (marca NHS), de patrimônio n. 34614 e no valor de R\$1.195,00</p>	R\$ 1.195,00	<p>Conclusão pela ausência de responsabilidade de servidor ou empresa contratada. Houve a baixa patrimonial, sem ressarcimento ao erário. Arquivamento.</p>
<p><b>PAE n. 42.128/2016</b> – Informação, do Cartório da 75ª ZE de São Domingos, do desaparecimento de 1 (uma) webcam (marca Genius), de patrimônio n. 21383 e no valor de R\$ 87,40.</p>	R\$ 87,40	<p>Conclusão pela ausência de responsabilidade de servidor ou empresa contratada. Houve a baixa patrimonial, sem ressarcimento ao erário. Arquivamento.</p>
<p><b>PAE n. 45.645/2016</b> – Informação, do Cartório Eleitoral da 24ª ZE de Palhoça, do furto de 3 (três) Kit bio câmeras fotográficas (Marca Akiyama), cada um no valor de R\$ 1.399,00</p>	R\$ 1.399,00	<p>Conclusão pela ausência de responsabilidade de servidor ou empresa contratada. Houve a baixa patrimonial, sem ressarcimento ao erário. Arquivamento.</p>
<p><b>PAE n. 42.129/2016</b> – Informação, do Cartório da 75ª ZE de São Domingos, do furto de 1 (um) livro “Curso de Direito Administrativo” de Celso Antônio Bandeira de Mello, patrimônio n. 506607 e no valor de R\$ 98,00</p>	R\$ 98,00	<p>Responsabilização do servidor Cristian de Oliveira Dias. Valor restituído ao erário.</p>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Cabe registrar que não houve, no exercício, danos ao erário que tenham acarretado a instauração de tomadas de contas especiais.

Acerca das medidas adotadas pela Administração para minimizar os riscos de tais ocorrências, registra-se que é realizado o controle de entrada e saída de bens das dependências do Órgão, sendo os imóveis de grande porte (sede do Tribunal, anexos, Depósito de Urnas, Arquivo e Cartórios Eleitorais da Capital, São José e Palhoça) providos de serviços de vigilância presencial. A sede do Tribunal dispõe ainda de sistema de monitoramento de imagens. Os demais imóveis que abrigam cartórios eleitorais em todo o Estado de Santa Catarina dispõem de vigilância monitorada. O critério para escolha da modalidade de vigilância está relacionado ao volume do patrimônio a ser guardado, em contrapartida ao valor da contratação.

Ainda, os imóveis de grande porte, assim como os bens de maior valor (veículos e urnas eletrônicas) possuem seguro total, em face da relevância do potencial prejuízo que eventuais sinistros com esses bens poderiam acarretar ao erário.

### **Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei n. 8.666/1993**

Este Tribunal observa inteiramente as disposições do art. 5º da Lei n. 8.666/1993. Para tanto, é realizada, até o dia 25 de cada mês, a programação financeira de todas as despesas do mês subsequente, com vistas à disponibilização dos recursos pelo Tribunal Superior Eleitoral já no primeiro dia útil do mês de competência.

Esse procedimento assegura a disponibilidade total dos recursos financeiros necessários para o custeio das obrigações contraídas junto a fornecedores e prestadores de serviço, em determinado mês, de forma antecipada ao respectivo pagamento.

No que se refere ao pagamento propriamente dito, é realizado o controle das datas das exigibilidades dos créditos, de modo que, estando presentes todos os requisitos legais e formais, as despesas sejam quitadas respeitando a respectiva ordem cronológica.

### **Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

O único contrato celebrado por este Órgão que se enquadra nas regras delineadas na Lei n. 12.546/2011 e no Decreto n. 7.828/2012 é o Contrato n. 80/2011, firmado com a empresa CDS Informática Ltda., CNPJ n. 93.124.642/0001-83, cujo objeto é a prestação de serviços especializados e continuados de suporte, manutenção e auxílio no controle de equipamentos de informática disponibilizados no Catálogo de Serviços de TI do TRESA, cuja vigência expirou em 31/10/2016.

Em 2014, procedeu-se à revisão do ajuste, obtendo-se o seguinte resultado:

- Valor mensal anterior: R\$ 71.500,02;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Valor mensal após a desoneração: R\$ 64.394,94;
- Valor restituído ao erário: R\$ 113.543,98.

Não houve revisões contratuais posteriores.

### **Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

Este Tribunal empenhou e pagou, no exercício de 2016, na Ação Orçamentária 02.122.0570.2549.0042 - Comunicação e Divulgação Institucional, o valor de R\$ 248.158,00.

Esses valores foram aplicados por meio das seguintes contratações:

#### **Contrato TRESA n. 077/2011**

- Prestação de serviços especializados e continuados de jornalismo;
- Valor executado: R\$ 118.220,67.

#### **Contrato TRESA n. 088/2016**

- Prestação de serviços especializados e continuados de jornalismo;
- Valor executado: R\$ 26.318,94.

- Total dos contratos de Jornalismo: R\$ 144.539,61.

#### **Contrato TRESA n. 094/2013**

- Prestação de serviços de gravação e transmissão de áudio e vídeo em *streaming*;
- Valor executado: R\$ 103.618,39.

Por meio dessas contratações foram transmitidas 124 sessões plenárias pela internet, veiculadas 501 matérias no sítio eletrônico deste Tribunal na internet, além de diversas postagens nas mídias sociais, que alcançaram 1.472.455 visualizações, com o objetivo de informar a sociedade quanto à atuação deste Tribunal, em especial quanto ao processo eleitoral de 2016.

Ainda, na Ação Orçamentária 09.272.0570.0042.20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, o valor de R\$ 99.555,80. Esses valores foram aplicados por meio das seguintes contratações:

#### **Contrato TRESA n. 022/2015**

Prestação de serviços de veiculação de publicações legais;  
Valor executado: R\$ 15.141,10.

#### **Contrato TRESA n. 116/2016**

Prestação de serviços de veiculação de publicações legais;  
Valor executado: R\$ 2.112,00.

Total dos contratos de veiculação de publicações legais: R\$ 17.253,10.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**2016NE0383**

Publicações legais na Imprensa Oficial;

Valor executado: R\$ 82.302,70.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### ANEXOS E APÊNDICES

**Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993)**



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

----- ART. 24 - I e II -----

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0273/2016	SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAR O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICOS EM PALHOÇA, DE 20 A 29.2.2016.	20/01/2016	3.132,00 À vista	EDUARDO SCHUTZ DE SOUZA	15.454.643/0001-82	10982016	24 - II
Responsável: Rafael Alexandre Machado		CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0291/2016	AQUISIÇÃO DE 300 BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS E POSTO DE BIOMETRIA DE JOINVILLE.	25/01/2016	2.625,00 À vista	GILMAR GALVAN - ME	12.262.024/0001-06	17122016	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	0286/2016	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE UM AMPLIFICADOR.	25/01/2016	1.428,00 À vista	CLOVIS CAVALHEIRO	17.701.069/0001-45	9112016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0008/2016	FORNECIMENTO DE CRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO	01/02/2016	1.520,00 Estimado total	LIAN CARD INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	03.592.583/0001-85	897222015	24 - II
Responsável: Rafael Alexandre Machado		CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0318/2016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA A SALA DE SESSÕES DO EDIFÍCIO SEDE DO TREC	01/02/2016	4.206,00 À vista	FORMAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.	05.165.390/0001-73	887882015	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	0319/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ.	02/02/2016	2.150,00 À vista	CASTOR COMÉRCIO DE ÁGUA LTDA. ME	09.484.129/0001-97	27752016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0009/2016	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E ASSINATURA DE TV A CABO	02/02/2016	464,30 Mensal	CLARO S/A - NET	40.432.544/0679-93	897252015	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0332/2016	CONTRATAÇÃO DE GUINCHO PARA RECOLHIMENTO DO VEÍCULO MASTER, PERTENCENTE À FROTA DO TREC, QUE APRESENTOU DEFEITO NA CIDADE DE HERVAL DO OESTE.	04/02/2016	900,00 À vista	UNIRESGATES GUINCHOS LTDA - ME	16.883.557/0001-58	48712016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0470/2016	ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BRUSQUE.	15/02/2016	623,04 À vista	D&D Distribuidora de Alimentos Ltda	05.152.768/0001-02	45972016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0567/2016	ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CRICIÚMA.	22/02/2016	1.224,00 À vista	DISTRIBUIDORA DE ÁGUA BEATRIZ LTDA	11.165.959/0001-01	68532016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0014/2016	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE TRANSFORMADORES	23/02/2016	4.200,00 À vista	BELMAN TRANSFORMADORES E EQUIPAMENTOS ELETRICOS	09.005.622/0001-87	17042016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0591/2016	SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAR O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO EM FLORIANÓPOLIS.	26/02/2016	1.590,40 À vista	LUIZ FERNANDES DOS SANTOS ME	22.358.019/0001-47	79402016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016****----- ART. 24 - I e II -----**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	0592/2016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DEFLETOR EM ACRÍLICO CRISTAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE GASPAR.	26/02/2016	590,00 À vista	ACRYLLATO FABRICACAO DE PRODUTOS ACRILICOS LTDA	05.700.712/0001-37	53102016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0594/2016	ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE FRAIBURGO.	29/02/2016	720,00 À vista	SUPERMERCADO JOTA LTDA. EPP	03.114.310/0001-25	87512016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0601/2016	ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JARAGUÁ DO SUL.	01/03/2016	745,00 À vista	GOTA D'ÁGUA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL LTDA.	73.781.361/0001-96	88252016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0609/2016	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO DA BIOMETRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.	04/03/2016	1.007,16 À vista	LUIZ FERNANDES DOS SANTOS ME	22.358.019/0001-47	97202016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0621/2016	LAVAÇÃO DE CARPETES	09/03/2016	3.087,90 À vista	ROBERTO SILVA DA PORCIUNCULA ME	11.548.909/0001-03	62112016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0625/2016	ENCADERNAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015.	09/03/2016	239,20 À vista	COPICENTER FOTOCOPIADORA LDTA - ME	82.890.328/0001-95	76232016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0622/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA	09/03/2016	285,00 À vista	ANTONIO VALDERY FRANCISCO NUNES 65558782900	24.116.932/0001-62	108162016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0629/2016	ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ.	10/03/2016	267,00 À vista	SUPERMERCADO E AÇOUGUE VERBESE LTDA ME	00.172.944/0001-46	108472016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0628/2016	ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE INDAIAL.	10/03/2016	480,00 À vista	SUPERMERCADO SCHWEDER LTDA EPP	84.228.402/0001-38	108812016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0646/2016	AQUISIÇÃO DE DOIS CARRINHOS DE COMPRAS, EM ESTRUTURA METÁLICA, PARA O ALMOXARIFADO.	11/03/2016	957,60 À vista	INARCAN INDUSTRIA E COMERCIO DE ARAMADOS LTDA	080703348000167	86562016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0679/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - 72ª ZE.	17/03/2016	200,00 À vista	DISTRIBUIDORA DE GÁS MENIN LTDA	01.628.090/0001-22	142572016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0680/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CANOINHAS - 8ª ZE.	17/03/2016	228,00 À vista	CANOINHAS COMERCIO DE GAS LTDA - ME	08.015.744/0001-91	136272016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0684/2016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UM DE DEFLETOR DE AR PARA O SPLIT DA SEÇÃO DE SAÚDE.	18/03/2016	280,00 À vista	ACRYLLATO FABRICACAO DE PRODUTOS ACRILICOS LTDA	05.700.712/0001-37	116362016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Administração e Orçamento  
Coordenadoria de Contratações e Materiais

PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

----- ART. 24 - I e II -----

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0683/2016	PILHAS RECARREGÁVEIS E BATERIA PARA MÁQUINA FOTOGRÁFICA DA MARCA CANON PARA A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.	18/03/2016	631,00 À vista	DANDHI EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	67.838.565/0001-13	52502016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0795/2016	ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO DE URUSSANGA.	08/04/2016	192,00 À vista	URUSSANGA COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.	09.480.895/0001-83	232382016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0801/2016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA O PRÉDIO SEDE DO TRES.	11/04/2016	0,00 À vista	METALURGICA GR LTDA	00.200.500/0001-77	137882016	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	0806/2016	PAINEL DE SENHA PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DESTE TRIBUNAL.	11/04/2016	4.400,00 À vista	LAMIX PAINÉIS ELETRÔNICOS LTDA.	01.913.851/0001-98	151142016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0807/2016	AQUISIÇÃO DE DISPENSADOR DE SENHA MANUAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DESTE TRIBUNAL.	11/04/2016	900,00 À vista	LAMIX PAINÉIS ELETRÔNICOS LTDA.	01.913.851/0001-98	151142016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0802/2016	AQUISIÇÃO DE 4 (QUATRO) CONTAINERS AZUIS PARA SEREM UTILIZADOS NO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS.	11/04/2016	1.900,00 À vista	M L DE MELLO - ME	01.741.872/0001-73	154232016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0825/2016	MANUTENÇÃO EM 5 (CINCO) APARELHOS FAC-SIMILE.	13/04/2016	1.152,00 À vista	DIGITEX COMÉRCIO E INFORMÁTICA EIRELI - EPP	21.138.088/0001-82	219632016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0843/2016	AQUISIÇÃO DE 48 BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL PARA TIJUCAS (31ªZE).	18/04/2016	312,00 À vista	ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA.	03.489.027/0001-88	266642016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0859/2016	AQUISIÇÃO DE 13 BANDEIRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E 15 BANDEIRAS DO BRASIL.	20/04/2016	1.260,00 À vista	VIDEBAND INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES	03.574.465/0001-44	159332016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0861/2016	AQUISIÇÃO DE 11 BANDEIRAS DO MERCOSUL.	20/04/2016	748,00 À vista	BANDEIRA HUM CONFECÇÕES EIRELI - EPP	02.963.780/0001-09	159332016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0867/2016	AQUISIÇÃO DE UMA LÂMPADA PARA PROJETOR MULTIMÍDIA.	22/04/2016	798,00 À vista	RETROPAR COMERCIO REPRESENTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	85.329.126/0001-67	261932016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0870/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM/SC.	25/04/2016	280,00 À vista	RUA NOVA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	10.157.034/0001-48	274382016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016****----- ART. 24 - I e II -----**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	0893/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIO/SC.	28/04/2016	225,00	TISCOSKI & FREITAS LTDA.	01.420.619/0001-18	273202016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0911/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE GASPAR/SC.	02/05/2016	123,06	SUPER SUPERMERCADOS EIRELI	01.662.221/0001-98	168482016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0902/2016	ELABORAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CARTÓRIO ELEITORAL DE ARARANGUÁ/SC.	02/05/2016	4.590,00	PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA.	06.303.138/0001-46	193302016	24 - I
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0913/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE JOAÇABA/SC.	03/05/2016	1.152,00	PRANDO & CARON LTDA	02.135.865/0001-90	295782016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0927/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM/SC.	05/05/2016	480,00	EVAIR JOAO BAZZI	05.404.404/0001-64	225652016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0943/2016	CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS PARA AVALIAR ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	06/05/2016	300,00	CELSO HIROSHI IOCOHAMA		322022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0942/2016	CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS PARA AVALIAR ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	06/05/2016	600,00	SÉRGIO RICARDO FERNANDES DE AQUINO		322022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0941/2016	CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS PARA AVALIAR ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	06/05/2016	600,00	BRUNO SMOLAREK DIAS		322022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0940/2016	CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS PARA AVALIAR ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	06/05/2016	600,00	RAFAEL PADILHA DOS SANTOS		322022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0938/2016	CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS PARA AVALIAR ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	06/05/2016	600,00	DENISE SCHMITT SIQUEIRA GARCIA		322022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	0937/2016	CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS PARA AVALIAR ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	06/05/2016	600,00	JOSÉ ANTÔNIO SAVARIS		322022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016****----- ART. 24 - I e II -----**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	0936/2016	CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS PARA AVALIAR ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	06/05/2016	300,00 À vista	MÁRCIO RICARDO STAFFEN		322022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0948/	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC.	09/05/2016	715,00 À vista	JOSUÉ ALVES RODRIGUES - ME	01.375.230/0001-06	338412016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0964/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A REVISÃO ORTOGRÁFICA E DE ABNT DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS APROVADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL (VOLUME N. 20, NÚMERO 1) - CI EJESC N. 9/2016.	12/05/2016	1.120,00 À vista	CLARISSA IZABELA ALVES MONTALVÃO FIALHO		338272016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0967/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CAÇADOR/SC.	13/05/2016	700,00 À vista	IVONICE TERESINHA PIERDONA - ME	10.795.057/0001-88	342042016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1013/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO DE ITAPEMA/SC.	23/05/2016	384,00 À vista	EDENIR PEDROSO - ME	08.690.590/0001-33	367502016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1017/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE MARAVILHA/SC.	23/05/2016	356,04 À vista	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE	83.731.927/0053-50	372102016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1018/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O CONCERTO EM 6 (SEIS) FRAGMENTADORAS DE PAPEL.	23/05/2016	1.410,00 À vista	JZRS OFICINA LTDA. ME	01.632.701/0001-06	343252016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1021/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC.	24/05/2016	1.580,00 À vista	JONATHAN JOAO DREHMER DALMAS	20.249.761/0001-99	361862016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1024/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A TRADUZIR OS TÍTULOS, RESUMOS E PALAVRAS-CHAVE/DESCRITORES DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS APROVADOS PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO DA RESENHA ELEITORAL.	24/05/2016	430,00 À vista	MORGANA PADOIN		374242016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1033/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA/SC.	25/05/2016	501,60 À vista	SUPERMERCADO PUEL LTDA	05.211.679/0001-81	374442016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1055/2016	AQUISIÇÃO DE 09 JARRAS PARA CAFETEIRA, MARCA BRITÂNIA, MODELO CP 45.	03/06/2016	405,00 À vista	ELETRO TERRES COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. - ME	04.724.125/0001-15	324392016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016****----- ART. 24 - I e II -----**

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1056/2016	AQUISIÇÃO DE 03 JARRAS PARA CAFETEIRA, MARCA CADENSE, MODELO CAF 130.	03/06/2016	71,90	LOJAS DE DEPARTAMENTOS MILIUM LTDA	83.240.333/0010-06	324392016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1064/2016	PEÇAS DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.	06/06/2016	2.280,00	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	04.989.294/0001-87	328902016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1066/2016	PEÇAS DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.	06/06/2016	270,00	DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.	14.190.675/0002-36	328902016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1067/2016	PEÇAS DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.	06/06/2016	825,00	PRHODENT COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA.	93.327.161/0001-75	328902016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1065/2016	PEÇAS DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.	06/06/2016	2.364,00	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA.	81.022.832/0001-00	328902016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1106/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TUBARÃO/SC.	10/06/2016	864,00	MÁRIO CÉSAR DA SILVA O DUCESAR - ME.	95.776.076/0001-10	401952016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0047/2016	SERVIÇOS DE TRATAMENTO DO ÓLEO SECANTE DO TRANSFORMADOR A ÓLEO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRES C	10/06/2016	3.608,64	BELMAN TRANSFORMADORES E EQUIPAMENTOS ELETRICOS	09.005.622/0001-87	380982016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1121/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DO TRES C.	13/06/2016	1.232,60	DENTAL MARIA LTDA. ME	09.222.369/0001-13	285282016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1122/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DO TRES C.	13/06/2016	3.148,15	FERNANDO PERBONI EPP	85.240.265/0001-10	285282016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1123/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DO TRES C.	13/06/2016	389,94	L MAGGI COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME	23.514.704/0001-88	285282016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1234/2016	CÂMERAS E LENTES PARA CÂMERAS, PARA O SISTEMA DE MONITORAMENTO DO TRES C.	23/06/2016	7.770,00	CENTRALARME EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	74.144.684/0001-31	371182016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				
NE - NOTA DE EMPENHO	1235/2016	CAIXAS DE PROTEÇÃO PARA CÂMERAS, PARA O SISTEMA DE MONITORAMENTO DO TRES C.	23/06/2016	210,00	CENTRALARME EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	74.144.684/0001-31	371182016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84		À vista				



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

### ----- ART. 24 - I e II -----

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0048/2016	SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DO BARRILETE DO SISTEMA HIDRÁULICO PREVENTIVO DE INCÊNDIO NAS SAÍDAS DOS RESERVATÓRIOS	23/06/2016	5.848,50 À vista	FLEX COMERCIAL EIRELLI EPP	81.583.791/0001-21	327202016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0051/2016	FORNECIMENTO DE CONTROLADORES DE ACESSO BIOMÉTRICOS	24/06/2016	6.270,00 À vista	FX NEGÓCIOS & INFORMÁTICA LTDA. ME	01.405.173/0001-52	341592015	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0055/2016	SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO DE 1 (UM) PORTÃO NO CARTÓRIO ELEITORAL DE CURITIBANOS (11ª ZE)	01/07/2016	5.050,00 À vista	SERVIG COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETROELETRÔNICOS LTDA. ME	15.078.781/0001-04	343392016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1353/2016	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONTENÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CORRELATA, DESTINADO A TERRENO DE PROPRIEDADE DO TRESCE EM SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.	11/07/2016	10.000,00 À vista	STABILE ASSES. CONSULTORIA E PROJETOS DE ESTRUTURA LTDA. EPP	79.893.426/0001-71	424242016	24 - I
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1404/2016	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) CONES DE SINALIZAÇÃO.	25/07/2016	535,00 À vista	NOVO HORIZONTE EPI	05.673.610/0001-70	318472016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1413/2016	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE, APROXIMADAMENTE, 367M² DE CARPETE, NO CENTREVENTOS CAU HANSEN, EM JOINVILLE/SC	26/07/2016	3.400,00 À vista	ESTEFANI E REGO HIGIENIZAÇÃO DE AMBIENTES LTDA	10.465.630/0001-95	520692016	24 - II
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
NE - NOTA DE EMPENHO	1435/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE IÇARA/SC - 79ª ZONA ELEITORAL.	29/07/2016	360,00 À vista	COSTAMAR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME	04.142.948/0001-32	535532016	24 - II
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
NE - NOTA DE EMPENHO	1437/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO DOMINGOS/SC.	01/08/2016	425,00 À vista	TAMANHO & CIA LTDA ME	83.116.343/0001-43	558922016	24 - II
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
NE - NOTA DE EMPENHO	1458/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE VIDEIRA/SC.	02/08/2016	1.150,08 À vista	SUPERMERCADOS ZORNITTA LTDA	02.886.225/0001-12	525612016	24 - II
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
NE - NOTA DE EMPENHO	1477/2016	ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES/SC.	03/08/2016	1.080,00 À vista	OLIVIO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR 73669385991	22.970.816/0001-80	594652016	24 - II
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
NE - NOTA DE EMPENHO	1461/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A SUBSTITUIÇÃO DE POSTE DO CARTÓRIO ELEITORAL DE GUARAMIRIM.	03/08/2016	1.600,00 À vista	ALCIDES PEREIRA		493652016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

### ----- ART. 24 - I e II -----

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1505/2016	AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CARRINHO DE COPRAS PARA AUXILIAR NO ATENDIMENTO DAS REQUISIÇÕES DE MATERIAL NO ALMOXARIFADO DO TRESA.	12/08/2016	449,00 À vista	COMPETENCE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME	15.713.475/0001-00	597992016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1504/2016	AQUISIÇÃO DE 5 (CINCO) CALCULADORAS DE MESA COM BOBINA.	12/08/2016	1.050,00 À vista	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA. ME	07.055.987/0001-90	522212016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1514/2016	ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CONCÓRDIA.	15/08/2016	1.051,20 À vista	CARLOS LAZZARIN EPP	02.041.344/0001-74	732822016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0082/2016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 1 MOLA HIDRÁULICA DE PISO, 1 DOBRADIÇA INFERIOR E 1 DOBRADIÇA SUPERIOR NO EDIFÍCIO SEDE DO TRESA	16/08/2016	1.005,00 À vista	ATLANTIC VIDROS LTDA. ME	06.993.280/0001-62	606732016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1524/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CUNHA PORÃ.	17/08/2016	360,00 À vista	GILSON OLI KOLLN EIRELI	21.012.598/0001-09	821432016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1538/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE PINHALZINHO/SC.	19/08/2016	439,60 À vista	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	83.220.723/0005-57	824232016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1569/2016	CONFECÇÃO DE CAMISETAS COM A LOGOMARCA DA CAMPANHA "ELEIÇÕES 2016 - A VITÓRIA DA DEMOCRACIA", PARA DIVULGAÇÃO DA AÇÃO DE CIDADANIA A SER MULTIPLICADA EM TODO O ESTADO.	24/08/2016	4.435,00 À vista	COMERCIAL MALLETT LTDA.	00.087.537/0001-30	689362016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1567/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ/SC.	24/08/2016	192,00 À vista	THIAGO GONZATTI - ME	10.588.782/0001-85	927492016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0086/2016	LOCAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA JOINVILLE	26/08/2016	8.000,00 À vista	RECOMPER PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. ME	82.107.814/0001-94	527562016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1602/2016	MANUTENÇÃO DE UM REFLETOR ODONTOLÓGICO DA SEÇÃO DE SAÚDE.	02/09/2016	2.030,00 À vista	SEATEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS ODONTOMÉDICOS LTDA. - ME	04.584.085/0001-53	606722016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1340/2016	SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), EM TERRENO DE PROPRIEDADE DO TRESA NA CIDADE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.	07/09/2016	1.924,37 À vista	SOLOGEO SONDAÇÃO E TOPOGRAFIA LTDA. - ME	23.360.298/0001-46	407102016	24 - I
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

### ----- ART. 24 - I e II -----

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1620/2016	AQUISIÇÃO DE CAPAS E PELÍCULAS DE VIDRO PARA OS CELULARES SAMSUNG GALAXY S6	08/09/2016	3.480,00 À vista	ITAGUAÇU TELEFONIA E COMUNICAÇÃO LTDA. ME	13.715.135/0001-85	907422016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1619/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO DO SUL/SC.	08/09/2016	799,00 À vista	SUPERMERCADO SEZINHO LTDA	01.941.216/0001-14	1063452016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1664/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA/SC.	19/09/2016	719,52 À vista	DICLEIA TOLACHINSKI - EPP	02.407.579/0001-37	1088322016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1666/2016	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TRANSPORTE DE FISCAIS, MESÁRIOS E COLABORADORES DA JUSTIÇA ELEITORAL, POR MEIO DE TRANSPORTE MARÍTIMO, ENTRE O CONTINENTE E A ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL, PARA AS ELEIÇÕES 2016.	19/09/2016	850,00 À vista	IRMÃOS GAMPER - INDÚSTRIA DE EMBARCAÇÕES LTDA.	09.322.431/0001-49	1032432016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1667/2016	LADRILHOS HIDRÁULICOS PARA AS CALÇADAS DA SEDE E ANEXOS I E II DO TRES.	19/09/2016	1.050,00 À vista	ARTEFATOS DE CIMENTO AIMORÉ LTDA. ME	83.285.791/0001-70	527112016	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	1668/2016	LADRILHOS HIDRÁULICOS PARA AS CALÇADAS DA SEDE E ANEXOS I E II DO TRES.	19/09/2016	4.165,00 À vista	LAMOUNIER COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA. ME	17.182.936/0001-83	527112016	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	1716/2016	AQUISIÇÃO DE 2000 (DUAS MIL) DE ETIQUETAS ANTIDESGASTE TRANSPARENTE.	22/09/2016	500,00 À vista	ARTEPASTA IND E COMÉRCIO LTDA. - ME	00.019.628/0001-39	981232016	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	1732/2016	ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMBITUBA/SC.	28/09/2016	192,00 À vista	MERCADO DA ZEZA LTDA.	24.736.434/0001-12	1166522016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0101/2016	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM 8 PORTAS DE ENROLAR DE AÇO, TIPO ESTEIRA, INSTALADAS NA CONAB, EM SÃO JOSÉ/SC	03/10/2016	7.980,00 À vista	JAIR ANTUNES PORTAS ME	06.880.109/0001-47	1118742016	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	1762/2016	AQUISIÇÃO DE BALANÇA DIGITAL PARA A SEÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS DE TI.	04/10/2016	1.350,00 À vista	BALSYSTEM COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE BALANÇAS LTDA. - EPP	00.360.269/0001-89	1104652016	24 - II
Responsável:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	1765/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI/SC.	05/10/2016	315,00 À vista	ANITA GARIBALDI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	03.395.170/0001-00	1258162016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

### ----- ART. 24 - I e II -----

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1781/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A MOVIMENTAÇÃO DE, APROXIMADAMENTE, 460 (QUATROCENTOS E SESENTA) PALLETS CONTENDO URNAS ELETRÔNICAS.	07/10/2016	1.500,00 À vista	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME	09.284.904/0001-60	1258362016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1856/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC.	20/10/2016	179,80 À vista	DOMINGOS MARCON E CIA LTDA.	80.749.732/0002-07	1370802016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1876/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE TROMBUDO CENTRAL/SC.	26/10/2016	336,00 À vista	ARNO ODORIZZI & CIA LTDA. - ME	18.520.321/0001-82	1394262016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1878/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE FRAIBURGO/SC.	26/10/2016	580,00 À vista	SUPERMERCADO JOTA LTDA. EPP	03.114.310/0001-25	1406332016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1890/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA/SC.	31/10/2016	432,00 À vista	MARLON VALIM GERBER - ME	14.492.463/0001-22	1466372016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1891/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITUPORANGA/SC.	31/10/2016	269,40 À vista	SEBOLD COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	82.776.477/0001-28	1462892016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1903/2016	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE SONORIZAÇÃO, ÁUDIO E SUPORTE TÉCNICO NO EVENTO DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS.	03/11/2016	560,00 À vista	VISIONAIR LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP	05.212.603/0001-70	1418462016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1904/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO/SC.	03/11/2016	331,20 À vista	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA SUL CATARINENSE - COOPERSULCA	86.512.647/0014-32	1513772016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1977/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE GASPARG/SC.	09/11/2016	118,86 À vista	SUPER SUPERMERCADOS EIRELI	01.662.221/0001-98	1654392016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1984/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPOS NOVOS/SC.	10/11/2016	297,00 À vista	FO - BRAN DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	03.681.183/0001-46	1653902016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1983/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.	10/11/2016	350,00 À vista	MARCIA CASTRO SPENASSATTO - ME	08.044.656/0001-18	1661982016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2066/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE MAFRA/SC.	22/11/2016	135,00 À vista	GOOD E GARCIA LTDA.	01.461.076/0001-87	1714662016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

----- ART. 24 - I e II -----

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	2140/2016	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE GASPAR/SC.	01/12/2016	118,86 À vista	SUPER SUPERMERCADOS EIRELI - FILIAL	01.662.221/0005-11	1654392016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2212/2016	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SONORIZAÇÃO, COM QUALIDADE DE ÁUDIO E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS AO EVENTO DE DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS NO PLEITO 2016, NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO.	06/12/2016	600,00 À vista	ERE SOM LUZ E IMAGEM LTDA. ME	15.089.515/0001-87	1774482016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2213/2016	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SONORIZAÇÃO, ÁUDIO E SUPORTE TÉCNICO NO EVENTO DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS NA ELEIÇÃO 2016.	07/12/2016	500,00 À vista	DECÂNDIDO SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI - ME	04.303.357/0001-08	1761022016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2246/2016	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SONORIZAÇÃO, ÁUDIO E SUPORTE TÉCNICO NO EVENTO DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS NA ELEIÇÃO 2016 EM DIONÍSIO CERQUEIRA.	12/12/2016	500,00 À vista	JANINE PRESTES GONÇALVES	11.749.582/0001-20	1817292016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2250/2016	AQUISIÇÃO DE 10 BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DA 47ª ZONA ELEITORAL - TANGARÁ.	13/12/2016	129,90 À vista	SUPERMERCADO MARTELLI LTDA. - EPP	81.539.132/0001-98	1832642016	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993)**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016****----- ART. 24 - X -----**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0010/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	15/02/2016	15.000,00 Mensal	ROSADA & ROSADA LTDA.	73.274.383/0001-60	11132016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0011/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	15/02/2016	2.200,00 Mensal	VALDIR ROQUE SANGALLI E RITA DAMO SANGALLI		897232015	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0023/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81ª ZE)	01/04/2016	1.820,00 Mensal	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	28312016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0029/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DE BARRA VELHA (80ª ZE)	03/05/2016	3.100,00 Mensal	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA		264782016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0030/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74ª ZE)	05/05/2016	1.570,00 Mensal	LAURO JORGE PSCHIEDT		247642016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0044/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TAIÓ (46ª ZE)	16/06/2016	2.000,00 Mensal	JAKSON GEHRKE E LILIAN PANDINI GEHRKE		361942016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0056/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOCAR AS URNAS ELETRÔNICAS RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2016, QUE SERÃO UTILIZADAS PELO CARTÓRIO DE BALNEÁRIO DE PIÇARRAS	11/07/2016	3.500,00 Mensal	CONSTRUTORA E INCORPORADORA LEONEL LTDA.	81.573.214/0001-59	433422016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0057/2016	LOCAÇÃO DE 8 SALAS COMERCIAIS, QUE SERÃO UTILIZADAS PELAS 3ª, 88ª E 89ª ZONAS ELEITORAIS DE BLUMENAU/SC	12/07/2016	10.500,00 Mensal	MELATI PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.855.237/0001-17	368002016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0058/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM (48ª ZE)	12/07/2016	2.500,00 Mensal	AGENOR RAYMUNDO CERATTO		337892016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0062/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (52ª ZE)	15/07/2016	1.881,55 Mensal	EUZÉBIO CRUZ DUARTE		377542016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0072/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA O ARMAZENAMENTO DAS UEs DA 21ª, 93ª E 104ª ZONAS ELEITORAIS DE LAGES	03/08/2016	3.500,00 Mensal	MENFIS AGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA. EPP	83.162.057/0001-14	476122016	24 - X
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0076/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL, O QUAL SERÁ UTILIZADO PELO CARTÓRIO DA 71ª ZONA ELEITORAL EM ABELARDO LUZ/SC	03/08/2016	1.200,00 Mensal	LEOCIR LUIZ LAMBERT		455862016	24 - X
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016****----- ART. 24 - X -----**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0074/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL QUE SERÁ UTILIZADO PELO CARTÓRIO ELEITORAL DE MAFRA (22ª ZE) PARA ALOCAÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS	03/08/2016	800,00 Mensal	REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ		451962016	24 - X
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0077/2016	LOCAÇÃO DE DUAS SALAS COMERCIAIS QUE SERÃO UTILIZADAS PELAS 56ª E 103ª ZONAS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	05/08/2016	12.000,00 Mensal	LEANDRO F MANES E CIA LTDA	86.880.887/0001-75	456982016	24 - X
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0075/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA UTILIZAÇÃO PELO CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL (27ª ZE) PARA ABRIGAR AS UEs	15/08/2016	1.000,00 Mensal	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	455162016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0100/2016	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63ª ZE)	07/10/2016	1.760,00 Mensal	JOÃO ALVENI MARAFON		653512016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0104/2016	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS (38ª ZE)	18/10/2016	1.924,18 Mensal	MOACIR JOSÉ FRANÇA		906322016	24 - X
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0120/2016	LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES (21ª, 93ª E 104ª ZEs)	14/12/2016	15.900,00 Mensal	LA ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA. ME	72.185.549/0001-09	1733802016	24 - X
Responsável: Rafael Alexandre Machado		CPF: 001.244.909-13						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0122/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMBITUBA (73ª ZE)	19/12/2016	5.995,88 Mensal	REGINA ESTÁCIO GONÇALVES		1775922016	24 - X
Responsável: Salésio Bauer		CPF: 444.073.789-72						



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Procedimentos de dispensa de licitação – 2016 (exceto art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993)**



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

\*exceto art. 24, I e II

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo	Art. 24 V
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0011/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.	15/02/2016	2.200,00 Mensal	VALDIR ROQUE SANGALLI E RITA DAMO SANGALLI		897232015	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0010/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.	15/02/2016	15.000,00 Mensal	ROSADA & ROSADA LTDA.	73.274.383/0001-60	11132016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0023/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ABRIGAR A 81ª ZE - PAPANDUVA.	01/04/2016	1.820,00 Mensal	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	28312016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0029/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BARRA VELHA/SC.	03/05/2016	3.100,00 Mensal	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA		264782016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0030/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ABRIGAR A 74ª ZE - RIO NEGRINHO.	05/05/2016	1.570,00 Mensal	LAURO JORGE PSCHIEDT		247642016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0044/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TAIÓ, 46ª ZE.	16/06/2016	2.000,00 Mensal	JAKSON GEHRKE E LILIAN PANDINI GEHRKE		361942016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
NE - NOTA DE EMPENHO	1392/2016	MATERIAL ELÉTRICO - CABOS PP FLEXÍVEIS.	21/07/2016	16.798,96 À vista	SANTA RITA - COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	86.365.350/0001-77	498022016	24 - IV	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0057/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM BLUMENAU PARA ALOCAR AS URNAS ELETRÔNICAS DAS ELEIÇÕES 2016. PERÍODO DE LOCAÇÃO: 01.09.2016 A 30.11.2016	12/07/2016	10.500,00 Mensal	MELATI PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.855.237/0001-17	368002016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
NE - NOTA DE EMPENHO	1393/2016	MATERIAL ELÉTRICO - CABOS PP FLEXÍVEIS.	21/07/2016	8.450,00 À vista	MULTI-AÇÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.	04.384.015/000-51	498022016	24 - IV	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0058/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM.	12/07/2016	2.500,00 Mensal	AGENOR RAYMUNDO CERATTO		337892016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0062/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 52ª ZE - ANITA GARIBALDI	15/07/2016	1.881,55 Mensal	EUZÉBIO CRUZ DUARTE		377542016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

\*exceto art. 24, I e II

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo	Art. 24 V
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0056/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ALOCAR AS URNAS ELETRÔNICAS RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2016, DA 68ª ZONA ELEITORAL - BALNEÁRIO PIÇARRAS. PERÍODO DE LOCAÇÃO: 15.08.2016 A 15.10.2016	11/07/2016	3.500,00 Mensal	CONSTRUTORA E INCORPORADORA LEONEL LTDA.	81.573.214/0001-59	433422016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
NE - NOTA DE EMPENHO	1432/2016	MATERIAL ELÉTRICO - CABOS PP FLEXÍVEIS.	29/07/2016	16.798,96 À vista	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	86.365.350/0008-43	498022016	24 - IV	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0074/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOCAR URNAS ELETRÔNICAS - MAFRA	03/08/2016	800,00 Mensal	REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ		451962016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0072/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ALOCAR AS URNAS ELETRÔNICAS DAS ZONAS ELEITORAIS DE LAGES - 21ª, 93ª E 104ª.	03/08/2016	3.500,00 Mensal	MENFIS AGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA. EPP	83.162.057/0001-14	476122016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0077/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOCAR URNAS ELETRÔNICAS - BALNEÁRIO CAMBORIÚ	05/08/2016	12.000,00 Mensal	LEANDRO F MANES E CIA LTDA	86.880.887/0001-75	456982016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0078/2016	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, PARA IMÓVEL DE BLUMENAU, PARA ACOMODAR AS URNAS ELETRÔNICAS DAS ELEIÇÕES DE 2016.	08/08/2016	340,49 Mensal	LUPA SEGURANÇA LTDA.	14.546.164/0001-23	368052016		<input checked="" type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0076/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOCAR URNAS ELETRÔNICAS - ABELARDO LUZ.	03/08/2016	1.200,00 Mensal	LEOCIR LUIZ LAMBERT		455862016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72							
NE - NOTA DE EMPENHO	1587/2016	AQUISIÇÃO, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, DE ADAPTADORES PARA TOMADAS PARA UTILIZAÇÃO NAS ELEIÇÕES 2016.	30/08/2016	5.400,00 À vista	ELETRO NACIONAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	78.324.316/0001-26	938692016	24 - IV	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0075/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ALOCAR AS URNAS ELETRÔNICAS DA 27ª ZONA ELEITORAL - SÃO FRANCISCO DO SUL.	15/08/2016	1.000,00 Mensal	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	455162016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							
NE - NOTA DE EMPENHO	1746/2016	DESENTUPIMENTO E LIMPEZA DE REDE HIDROSSANITÁRIA DO PRÉDIO SEDE DO TRES.C.	30/09/2016	19.247,00 À vista	IMEDIATA SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESENTUPIMENTO LTDA.	14.238.508/0001-37	1264342016	24 - IV	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84							



## PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2016

*\*exceto art. 24, I e II*

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo	Art. 24 V
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0100/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA - 63ª ZE.	07/10/2016	1.760,00	JOÃO ALVENI MARAFON		653512016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84		Mensal					
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0104/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS - 38ª ZE.	18/10/2016	1.924,18	MOACIR JOSÉ FRANÇA		906322016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84		Mensal					
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0122/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMBITUBA - 73ª ZONA ELEITORAL.	19/12/2016	5.995,88	REGINA ESTÁCIO GONÇALVES		1775922016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72		Mensal					
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0120/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES E CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR.	14/12/2016	15.900,00	LA ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA. ME	72.185.549/0001-09	1733802016	24 - X	<input type="checkbox"/>
Resp.:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13		Mensal					



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Procedimentos de inexigibilidade de licitação – 2016**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	0299/2016	INSCRIÇÃO DE 1 SERVIDOR NO EVENTO "PMO SUMMIT 2016 - GERENCIAMENTO DE RISCOS EM PROJETOS COMPLEXOS E DE ALTO IMPACTO".	28/01/2016	3.953,00 À vista	LNG ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME	12.255.611/0001-60	13982016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0370/2016	FORNECIMENTO DE ENERGIA	11/02/2016	3.800,00 À vista	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA	86.531.175/0001-40	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0371/2016	PAGAMENTO FORNECIMENTO DE ENERGIA - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	11/02/2016	800,00 À vista	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA	86.531.175/0001-40	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0369/2016	CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	11/02/2016	70.000,00 À vista	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0368/2016	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	11/02/2016	1.000.000,0 À vista	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0361/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	300,00 À vista	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE - TIMBO	05.278.562/0001-15	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0360/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	500,00 À vista	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO DE LAGES - As	05.532.421/0001-87	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0359/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	1.500,00 À vista	COMPANHIA AGUAS DE JOINVILLE	07.226.794/0001-55	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0358/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	1.200,00 À vista	SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SIMAE - JOAÇABA	84.591.890/0001-43	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0357/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	900,00 À vista	SERVICO MUNICIPAL DE AGUA, SANEAMENTO BASICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA - ITAJAI	05.472.936/0001-39	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						



## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0355/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	500,00 À vista	MUNICIPIO DE GUARAMIRIM	83.102.475/0001-16	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0354/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	350,00 À vista	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE- GASPAR	82.636.028/0001-84	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0353/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	90.000,00 À vista	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN	82.508.433/0001-17	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0352/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	700,00 À vista	SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO- SIMAE - CAPINZAL	82.782.079/0001-14	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0351/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	1.100,00 À vista	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO-SAMAE - CAMPOS NOVOS	05.278.562/0001-15	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0350/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	600,00 À vista	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AQUA E ESGOTO-SAMAE - BRUSQUE	82.985.003/0001-96	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0349/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	500,00 À vista	ODEBRECHT AMBIENTAL - BLUMENAU S.A.	11.609.081/0001-48	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0347/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	300,00 À vista	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AQUA E ESGOTO-SAMAE - ARARANGUA	82.568.221/0001-25	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0356/2016	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO	11/02/2016	300,00 À vista	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E EESGOTO - IÇARA	07.581.720/0001-37	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	0383/2016	PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL CATARINENSE, EFETUADA PELA IMPRENSA NACIONAL.	11/02/2016	90.000,00 À vista	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	01.196.645/0001-00	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
CONVÊNIO	0004/2016	ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGISTRADAS NO SINAPI - SIPCI	17/02/2016	4.000,00 Anual	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	897262015	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0673/2016	RENOVAÇÃO DE DUAS ASSINATURAS DO "JORNAL DE SANTA CATARINA" PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO	16/03/2016	1.631,80 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A	92.821.701/0046-01	36442016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0678/2016	RENOVAÇÃO DE UMA ASSINATURA DO "JORNAL A NOTÍCIA" PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO	17/03/2016	791,90 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	92.821.701/0057-64	36302016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0020/2016	DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇO 0800 QUE FUNCIONARÁ NO FECHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL DE SC E DURANTE AS ELEIÇÕES 2016	22/03/2016	16.502,03 Estimado total	OI S/A	76.535.764/0001-43	137062016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0838/2016	RENOVAÇÃO DE 01 ASSINATURA DO JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO".	15/04/2016	1.241,46 À vista	S/A O ESTADO DE SÃO PAULO	61.533.949/0001-41	36292016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0842/2016	RENOVAÇÃO DAS ASSINATURAS DA REVISTA SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DA REVISTA DE DIREITO PÚBLICO - IOB.	18/04/2016	3.663,00 À vista	IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS	43.217.850/0001-59	174262016	25 - I
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0869/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE PROMOVER A REALIZAÇÃO DO EVENTO "DIREITO ELEITORAL PRÁTICO" NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD).	25/04/2016	4.284,00 À vista	IDDE - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA - EPP	08.957.721/0001-04	270292016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						



## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0882/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DE 2 SERVIDORES NO EVENTO "CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO.	26/04/2016	1.220,00 À vista	FORUM NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA	05.569.714/0001-39	249382016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	0883/2016	PARTICIPAÇÃO DE 02 SERVIDORES NO EVENTO "REDES-EGOV - UM CHAMADO PARA O SOCIAL MEDIA DO SETOR PÚBLICO.	27/04/2016	2.600,00 À vista	WE GOV - TREINAMENTO PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA.	21.922.841/0001-26	270422016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0036/2016	REALIZAÇÃO DO CURSO "GOVERNANÇA CORPORATIVA"	28/04/2016	6.320,00 À vista	EADPRO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA - ME	12.991.627/0001-30	272262016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0906/2016	AQUISIÇÃO DE UMA ASSINATURA DA REVISTA ÉPOCA NAS MODALIDADES IMPRESSA E DIGITAL, PELO PERÍODO DE 2 ANOS.	02/05/2016	722,40 À vista	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191/0001-60	272932016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0904/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE PROMOVER O EVENTO "THE DEVELOPER'S CONFERENCE".	02/05/2016	3.610,00 À vista	V. OFFICE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. EPP	05.533.015/0001-39	289592016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0917/2016	AQUISIÇÃO DE UMA ASSINATURA DA REVISTA VEJA E DE UMA ASSINATURA DA REVISTA EXAME, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, PELO PERÍODO DE 2 ANOS.	03/05/2016	2.631,96 À vista	ABRIL COMUNICAÇÕES S.A.	44.597.052/0001-62	272882016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0925/2016	CONTRATAÇÃO DO EVENTO "PROGRAMA MEDIA TRAINING", NA MODALIDADE IN COMPANY.	05/05/2016	12.700,00 À vista	SERGIO STOCK COMUNICAÇÃO SOCIEDADE SIMPLES - EPP	68.811.686/0001-34	308762016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0031/2016	FORNECIMENTO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO, DO SOFTWARE LACUNA WEB PKI	06/05/2016	4.198,00 À vista	LACUNA SOFTWARE LTDA. EPP	20.658.903/0001-71	116752016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0984/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE PROMOVER O EVENTO, PALESTRA "SUA APOSENTADORIA VAI CHEGAR. VOCÊ ESTÁ PREPARADO PARA ENFRENTAR?"	17/05/2016	5.900,00 À vista	NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO DE FINANÇAS PESSOAIS ERASMO VIEIRA	04.090.757/0001-74	346302016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0991/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE PROMOVER A REALIZAÇÃO DO EVENTO: "ALFRESCO CONTENT PLATAFORM OPEN SOURCE", A SER MINISTRADO EM FLORIANÓPOLIS.	18/05/2016	19.361,92 À vista	GISELE CEMBERGE - ME	16.822.706/0001-79	351152016	25 - II, c/c art. 13, I
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1008/2016	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ASSINATURA DA REVISTA "ISTO É", NAS MODALIDADES IMPRESSA E DIGITAL, PELO PERÍODO DE 18 (DEZOITO) MESES.	20/05/2016	699,00 À vista	ART & EDITORA JM LTDA.	17.052.668/0001-85	272912016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0996/2016	AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) ASSINATURA E DE 2 (DUAS) RENOVAÇÕES DE ASSINATURAS DO JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO".	20/05/2016	3.743,70 À vista	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A	60.579.703/0001-48	356012016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1038/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO "CURSO DE ELABORAÇÃO DE PLANILHAS DE ORÇAMENTO EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INCLUINDO O SINAPI".	31/05/2016	2.200,00 À vista	ELIANA LÚCIA FERREIRA - ME	23.808.788/0001-62	370632016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0043/2016	DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À CENTRAL DE TOTALIZAÇÃO E SUPORTE DURANTE AS ELEIÇÕES 2016.	15/06/2016	12.656,76 Estimado total	OI S/A	76.535.764/0001-43	371462016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	0992/2016	CONTRATAÇÃO DO EVENTO IN COMPANY "GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS", NO PERÍODO DE 07/06/2016 A 08/06/2016.	18/06/2016	21.900,00 À vista	ESCOLA DE NEGÓCIOS CONEXXÕES	07.774.090/0001-17	355682016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0046/2016	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO AO SOFTWARE ORACLE PRIMAVERA, ABRANGENDO A ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS E O SUPORTE AOS USUÁRIOS	20/06/2016	1.285,29 Mensal	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	59.456.277/0001-76	106072016	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0052/2016	LOCAÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS PARA AS ELEIÇÕES 2016.	28/06/2016	71.328,11 Estimado total	OI S/A	76.535.764/0001-43	417742016	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1246/2016	RENOVAÇÃO DE 3 (TRÊS) ASSINATURAS DO JORNAL "DIÁRIO CATARINENSE", PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO.	28/06/2016	2.890,50 À vista	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	92.821.701/0003-71	400652016	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0032/2016	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, COM ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO, PARA UMA LICENÇA DE USO PERPÉTUO DO SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS ORACLE	30/06/2016	1.689,81 Mensal	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	59.456.277/0001-76	115822016	25 - caput
Resp: Rafael Alexandre Machado		CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	1319/2016	INSCRIÇÃO DE 1 SERVIDOR NO "XIII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS", A SER MINISTRADO EM SÃO PAULO/SP - CENTRESAF/SP, NO PERÍODO DE 22/08/2016 A 26/08/2016, PROMOVIDO PELA EMPRESA ESAF.	05/07/2016	400,00 À vista	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	02.317.176/0001-05	440642016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1408/2016	RENOVAÇÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL A NOTÍCIA, NA MODALIDADE IMPRESSA, PELO PERÍODO DE UM ANO	25/07/2016	791,90 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	92.821.701/0057-64	452012016	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1409/2016	RENOVAÇÃO DAS ASSINATURAS DAS REVISTAS "CONSTRUÇÃO E MERCADO", "ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO" E "TÉCHNE".	26/07/2016	2.774,00 À vista	EDITORA PINI LTDA.	60.859.519/0001-51	452052016	25 - I
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1419/2016	RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2016 (ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA, COLETA DE LIXO E PUBLICAÇÕES OFICIAIS).	27/07/2016	500,00 À vista	MUNICÍPIO DE PALHOÇA	82.892.316/0001-08	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	1422/2016	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESCOLA DE NEGÓCIOS CONEXXÕES EDUCAÇÃO CORPORATIVA LTDA. - EVENTO "FORMAÇÃO DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES".	28/07/2016	21.900,00 À vista	ESCOLA DE NEGÓCIOS CONEXXÕES	07.774.090/0001-17	524952016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72						
NE - NOTA DE EMPENHO	1484/2016	RENOVAÇÃO DE 1 (UMA) ASSINATURA ANUAL DO "ORIENTADOR CONTÁBIL FISCAL ON LINE".	05/08/2016	2.047,00 À vista	IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS	43.217.850/0001-59	513642016	25 - I
Resp:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72						
NE - NOTA DE EMPENHO	1486/2016	RENOVAÇÃO DE 2 (DUAS) ASSINATURAS DO JORNAL NOTÍCIAS DO DIA.	05/08/2016	1.100,00 À vista	EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA	00.481.841/0001-68	545162016	25 - caput
Resp:	Salésio Bauer	CPF: 444.073.789-72						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0080/2016	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SOFTWARE ALEPH 500, ABRANGENDO SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES	10/08/2016	620,00 Mensal	EXLBR TECNOLOGIA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	07.475.870/0001-66	106022016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1501/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES NO EVENTO "EDOC SUL 2016", DIAS 11 E 12.08.2016.	10/08/2016	4.750,00 À vista	EDOC CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EIRELI - EPP	12.549.970/0001-20	646672016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1506/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO "CURSO DE PROTEÇÃO A AUTORIDADES", EM PORTO ALEGRE, DE 22 A 16.08.2016.	12/08/2016	1.400,00 À vista	CTTE TREINAMENTO LTDA. ME	05.858.851/0001-93	655612016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1515/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE PROMOVER A REALIZAÇÃO DO EVENTO "POSTGRE SQL ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS" A SER MINISTRADO EM FLORIANÓPOLIS.	16/08/2016	14.000,00 À vista	DEXTRA TREINAMENTOS EM INFORMÁTICA LTDA.	08.828.248/0001-57	655082016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1589/2016	ASSINATURA DO PRODUTO "BANCO DE PREÇOS" (www.bancodeprecos.com.br), PELO PERÍODO DE 12 MESES.	30/08/2016	7.990,00 À vista	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA	07.797.967/0001-95	974112016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0094/2016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LICENÇAS DE USO PARA ENVIO DE MENSAGENS NO FORMATO SMS NA CENTRAL TELEFÔNICA DA MARCA DÍGITRO, MODELO BXS/20, INSTALADA NO EDIFÍCIO SEDE DO TRES	20/09/2016	9.545,75 Estimado total	DIGITRO TECNOLOGIA LTDA.	83.472.803/0001-76	1034062016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1682/2016	INSCRIÇÃO DE 1 SERVIDORA NO CURSO "TEORIA E PRÁTICA DO DESIGN INSTRUCIONAL", A SER MINISTRADO EM FLORIANOPOLIS, NO PERÍODO DE 26/09/2016 A 11/11/2016.	20/09/2016	360,00 À vista	LIVRE DOCENCIA TECNOLOGIA EDUCACIONAL.	08.718.602/0001-90	1120262016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	1683/2016	INSCRIÇÃO DE 1 SERVIDORA NO EVENTO "VII CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA", DE 17 A 21/10/2016, EM FORTALEZA.	20/09/2016	750,00 À vista	ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DO CEARÁ	23.834.152/0001-95	1094212016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1679/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAPEMA/SC - 91ª ZONA ELEITORAL.	20/09/2016	500,00 À vista	COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA	06.220.197/0001-50	13002016	25 - caput
Resp:	Rafael Alexandre Machado	CPF: 001.244.909-13						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	1706/2016	CONTRATAÇÃO DO CURSO IN COMPANY "GESTÃO POR COMPETÊNCIA", A SER MINISTRADO EM FLORIANÓPOLIS, NO PERÍODO DE 17.11/2016 A 07/12/2016.	21/09/2016	8.000,00 À vista	GRAZIELA DIAS ALPERSTEDT	579.800.129-68	1097522016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1710/2016	INSCRIÇÃO DE 1 SERVIDORA NO CURSO EM EAD "PRODUÇÃO DE ROTEIROS E VIDEOAULAS PARA EAD", NO PERÍODO DE 03/10/2016 A 25/12/2016.	21/09/2016	1.000,00 À vista	IBDIN - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENHO INSTRUCIONAL	12.902.757/0001-50	1101422016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1707/2016	CONTRATAÇÃO DO CURSO IN COMPANY "GESTÃO POR COMPETÊNCIA", A SER MINISTRADO EM FLORIANÓPOLIS, NO PERÍODO DE 17.11/2016 A 07/12/2016.	21/09/2016	8.000,00 À vista	SIMONE GHISI FEUERSCHUTTE		1097522016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1722/2016	INSCRIÇÃO DE 1 SERVIDOR NO CURSO "RECICLAGEM PARA AGENTES DE SEGURANÇA", A SER REALIZADO NOS DIAS 07 A 11/11/2016, EM VITORIA/ES.	26/09/2016	1.300,00 À vista	CTTE TREINAMENTO LTDA. ME	05.858.851/0001-93	1168022016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1763/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES NO CURSO "GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES", DE 25 A 26.10.2016, EM CURITIBA.	04/10/2016	9.800,00 À vista	I9 TREINAMENTO E ARTE LTDA. ME	23.180.289/0001-73	1189322016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1857/2016	INSCRIÇÃO DE 2 SERVIDORES NO EVENTO "GESTÃO DE RISCOS E AUDITORIA BASEADA NA AVALIAÇÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO", EM BRASÍLIA, DE 05 A 09/12/2016.	20/10/2016	7.960,00 À vista	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO, ESTUDO E PESQUISA	26.997.528/0001-70	1351372016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	1899/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO "13º CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE CONHECIMENTO", EM SÃO PAULO, DE 08 A 10/11/2016.	03/11/2016	2.300,00 À vista	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO ESFERA PÚBLICA	04.471.222/0001-43	1459722016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Protocolo</b>	<b>Dispositivo</b>
NE - NOTA DE EMPENHO	2045/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES NO EVENTO "FUNDAMENTOS DO BPM COM NOTAÇÃO BPMN", A SER MINISTRADO EM EAD.	17/11/2016	109,00 À vista	COMEXITO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA. - EPP	96.496.443/0001-94	1675022016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2086/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES NO CURSO "GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS NAS AQUISIÇÕES", EM BRASÍLIA, DIAS 5 A 7.12.2016.	24/11/2016	8.748,00 À vista	INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASL	10.498.974/0001-09	1714682016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2198/2016	INSCRIÇÃO DE 2 SERVIDORES NO EVENTO "GESTÃO DE RISCOS E AUDITORIA BASEADA NA AVALIAÇÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO", EM BRASÍLIA, DE 05 A 09/12/2016.	05/12/2016	7.960,00 À vista	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO, ESTUDO E PESQUISA	26.997.528/0001-70	1351372016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:		CPF:						
NE - NOTA DE EMPENHO	2228/2016	INSCRIÇÃO DE 1 SERVIDOR NO EVENTO "FORMAÇÃO JBOSS 7", A SER MINISTRADO EM CAMPINAS, NO PERÍODO DE 12/12/2016 A 16/12/2016.	07/12/2016	1.625,00 À vista	DEXTRA TREINAMENTOS EM INFORMÁTICA LTDA.	08.828.248/0001-57	1794842016	25 - II, c/c art. 13, VI
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2236/2016	RENOVAÇÃO DA ASSINATURA DO BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (BLC), DA EDITORA NOVA DIMENSÃO JURÍDICA (NDJ), NAS MODALIDADES IMPRESSA E ON LINE, PELO PERÍODO DE UM ANO.	08/12/2016	10.440,00 À vista	EDITORA N. D. J. LTDA	54.102.785/0001-32	1755652016	25 - caput
Resp:	Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84						



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Contratos de locação vigentes em 2016**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0165/2010	722332009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TREC	MAGNOSILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.	10.847.919/0001-79	17/12/2010	17/01/2016	4.250,00	Mensal	R\$ 4.543,02	17/12/2011
	722332009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TREC	MAGNOSILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.	10.847.919/0001-79	17/12/2010	17/01/2016	4.250,00	Mensal	R\$ 4.801,62	17/12/2012
	722332009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TREC	MAGNOSILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.	10.847.919/0001-79	17/12/2010	17/01/2016	4.250,00	Mensal	R\$ 6.322,35	17/12/2013
	722332009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TREC	MAGNOSILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.	10.847.919/0001-79	17/12/2010	17/01/2016	4.250,00	Mensal	R\$ 6.732,10	17/12/2014
0012/2011	28012011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	VALDIR ROQUE SANGALLI		15/02/2011	15/02/2016	1.400,00	Mensal	R\$ 1.495,46	15/02/2012
	28012011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	VALDIR ROQUE SANGALLI		15/02/2011	15/02/2016	1.400,00	Mensal	R\$ 1.588,81	15/02/2013
	28012011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	VALDIR ROQUE SANGALLI		15/02/2011	15/02/2016	1.400,00	Mensal	R\$ 1.678,32	15/02/2014
	28012011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	VALDIR ROQUE SANGALLI		15/02/2011	15/02/2016	1.400,00	Mensal	R\$ 1.788,09	15/02/2015
0013/2011	57522011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.	73.274.383/0001-60	16/02/2011	16/02/2016	6.000,00	Mensal	R\$ 6.408,65	16/02/2012
	57522011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.	73.274.383/0001-60	16/02/2011	16/02/2016	6.000,00	Mensal	R\$ 6.809,11	16/02/2013
	57522011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.	73.274.383/0001-60	16/02/2011	16/02/2016	6.000,00	Mensal	R\$ 10.000,00	16/02/2014
	57522011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.	73.274.383/0001-60	16/02/2011	16/02/2016	6.000,00	Mensal	R\$ 10.656,06	16/02/2015
0016/2011	106322011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35 E 94 ZEs)	CLEONIR DE LIMA & CIA LTDA.	78.328.267/0001-08	28/02/2011	28/02/2016	3.950,00	Mensal	R\$ 4.204,33	28/02/2012
	106322011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35 E 94 ZEs)	CLEONIR DE LIMA & CIA LTDA.	78.328.267/0001-08	28/02/2011	28/02/2016	3.950,00	Mensal	R\$ 4.470,18	28/02/2013
	106322011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35 E 94 ZEs)	CLEONIR DE LIMA & CIA LTDA.	78.328.267/0001-08	28/02/2011	28/02/2016	3.950,00	Mensal	R\$ 4.723,93	28/02/2014
	106322011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35 E 94 ZEs)	CLEONIR DE LIMA & CIA LTDA.	78.328.267/0001-08	28/02/2011	28/02/2016	3.950,00	Mensal	R\$ 6.000,00	01/10/2014
	106322011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35 E 94 ZEs)	CLEONIR DE LIMA & CIA LTDA.	78.328.267/0001-08	28/02/2011	28/02/2016	3.950,00	Mensal	R\$ 6.569,59	01/10/2015
0023/2011	137632011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81ª ZE)	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	07/04/2011	07/04/2016	1.090,00	Mensal	R\$ 1.158,32	07/04/2012
	137632011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81ª ZE)	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	07/04/2011	07/04/2016	1.090,00	Mensal	R\$ 1.234,42	07/04/2013
	137632011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81ª ZE)	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	07/04/2011	07/04/2016	1.090,00	Mensal	R\$ 1.310,70	07/04/2014
	137632011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81ª ZE)	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	07/04/2011	07/04/2016	1.090,00	Mensal	R\$ 1.417,36	07/04/2015
0025/2011	211022011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BARRA VELHA (80ª ZE)	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA		26/04/2011	02/05/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.162,62	26/04/2012
	211022011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BARRA VELHA (80ª ZE)	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA		26/04/2011	02/05/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.238,30	26/04/2013



## CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0025/2011	211022011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BARRA VELHA (80ª ZE)	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA		26/04/2011	02/05/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.315,81	26/04/2014
	211022011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BARRA VELHA (80ª ZE)	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA		26/04/2011	02/05/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.423,25	26/04/2015
0031/2011	271692011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74ª ZE)	LAURO JORGE PSCHIEDT		17/05/2011	17/05/2016	1.060,00	Mensal	R\$ 1.139,81	17/05/2012
	271692011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74ª ZE)	LAURO JORGE PSCHIEDT		17/05/2011	17/05/2016	1.060,00	Mensal	R\$ 1.213,89	17/05/2013
	271692011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74ª ZE)	LAURO JORGE PSCHIEDT		17/05/2011	17/05/2016	1.060,00	Mensal	R\$ 1.290,72	17/05/2014
	271692011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74ª ZE)	LAURO JORGE PSCHIEDT		17/05/2011	17/05/2016	1.060,00	Mensal	R\$ 1.398,21	17/05/2015
0048/2011	465942011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (52ª ZE)	EUZÉBIO CRUZ DUARTE		19/07/2011	19/07/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.422,24	19/07/2012
	465942011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (52ª ZE)	EUZÉBIO CRUZ DUARTE		19/07/2011	19/07/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.513,96	19/07/2013
	465942011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (52ª ZE)	EUZÉBIO CRUZ DUARTE		19/07/2011	19/07/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.612,54	19/07/2014
	465942011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (52ª ZE)	EUZÉBIO CRUZ DUARTE		19/07/2011	19/07/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.762,19	19/07/2015
0069/2011	573142011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM (48ª ZE)	AGENOR RAYMUNDO CERATTO		30/08/2011	30/08/2016	1.200,00	Mensal	R\$ 1.268,40	30/08/2012
	573142011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM (48ª ZE)	AGENOR RAYMUNDO CERATTO		30/08/2011	30/08/2016	1.200,00	Mensal	R\$ 1.345,80	30/08/2013
	573142011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM (48ª ZE)	AGENOR RAYMUNDO CERATTO		30/08/2011	30/08/2016	1.200,00	Mensal	R\$ 1.433,45	30/08/2014
	573142011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM (48ª ZE)	AGENOR RAYMUNDO CERATTO		30/08/2011	30/08/2016	1.200,00	Mensal	R\$ 1.570,03	30/08/2015
0073/2011	595952011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS (38ª ZE)	EDILBERTO RIBOVSKI		01/09/2011	01/11/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.426,67	01/09/2012
	595952011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS (38ª ZE)	EDILBERTO RIBOVSKI		01/09/2011	01/11/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.513,56	01/09/2013
	595952011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS (38ª ZE)	EDILBERTO RIBOVSKI		01/09/2011	01/11/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.612,14	01/09/2014
	595952011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS (38ª ZE)	EDILBERTO RIBOVSKI		01/09/2011	01/11/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.765,71	01/09/2015
	595952011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS (38ª ZE)	EDILBERTO RIBOVSKI		01/09/2011	01/11/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.924,18	01/09/2016
0072/2011	371432011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63ª ZE)	JOÃO ALVENI MARAFON		05/10/2011	05/11/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.177,49	05/10/2012
	371432011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63ª ZE)	JOÃO ALVENI MARAFON		05/10/2011	05/11/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.246,45	05/10/2013
	371432011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63ª ZE)	JOÃO ALVENI MARAFON		05/10/2011	05/11/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.330,29	05/10/2014
	371432011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63ª ZE)	JOÃO ALVENI MARAFON		05/10/2011	05/11/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.457,33	05/10/2015



## CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0112/2011	1108092011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANCHIETA/SC (82ª ZE)	VALTER SAMPAIO		07/12/2011	07/06/2017	700,00	Mensal	R\$ 742,30	07/12/2012
	1108092011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANCHIETA/SC (82ª ZE)	VALTER SAMPAIO		07/12/2011	07/06/2017	700,00	Mensal	R\$ 785,37	07/12/2013
	1108092011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANCHIETA/SC (82ª ZE)	VALTER SAMPAIO		07/12/2011	07/06/2017	700,00	Mensal	R\$ 836,64	07/12/2014
	1108092011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANCHIETA/SC (82ª ZE)	VALTER SAMPAIO		07/12/2011	07/06/2017	700,00	Mensal	R\$ 924,62	07/12/2015
	1108092011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANCHIETA/SC (82ª ZE)	VALTER SAMPAIO		07/12/2011	07/06/2017	700,00	Mensal	R\$ 987,98	07/12/2016
0105/2011	761082011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (28ª ZE)	GERALDO MARIOT		08/12/2011	08/06/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.389,93	08/12/2012
	761082011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (28ª ZE)	GERALDO MARIOT		08/12/2011	08/06/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.471,07	08/12/2013
	761082011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (28ª ZE)	GERALDO MARIOT		08/12/2011	08/06/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.567,03	08/12/2014
	761082011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (28ª ZE)	GERALDO MARIOT		08/12/2011	08/06/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.731,92	08/12/2015
	761082011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (28ª ZE)	GERALDO MARIOT		08/12/2011	08/06/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.850,21	08/12/2016
0016/2012	1168192011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA (50ª ZE)	ALCIR ALCEU SAWARIS		10/02/2012	10/03/2017	1.200,00	Mensal	R\$ 1.290,10	10/02/2013
	1168192011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA (50ª ZE)	ALCIR ALCEU SAWARIS		10/02/2012	10/03/2017	1.200,00	Mensal	R\$ 1.362,56	10/02/2014
	1168192011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA (50ª ZE)	ALCIR ALCEU SAWARIS		10/02/2012	10/03/2017	1.200,00	Mensal	R\$ 1.450,32	10/02/2015
	1168192011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA (50ª ZE)	ALCIR ALCEU SAWARIS		10/02/2012	10/03/2017	1.200,00	Mensal	R\$ 1.603,84	10/02/2016
0023/2012	48292012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IBIRAMA (14ª ZE)	ADEMIR FRANZ / LIZETE WEISE FRANZ		02/03/2012	02/04/2017	2.000,00	Mensal	R\$ 2.178,20	02/03/2013
	48292012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IBIRAMA (14ª ZE)	ADEMIR FRANZ / LIZETE WEISE FRANZ		02/03/2012	02/04/2017	2.000,00	Mensal	R\$ 2.302,25	02/03/2014
	48292012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IBIRAMA (14ª ZE)	ADEMIR FRANZ / LIZETE WEISE FRANZ		02/03/2012	02/04/2017	2.000,00	Mensal	R\$ 2.479,89	02/03/2015
	48292012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IBIRAMA (14ª ZE)	ADEMIR FRANZ / LIZETE WEISE FRANZ		02/03/2012	02/04/2017	2.000,00	Mensal	R\$ 2.735,95	02/03/2016
0024/2012	5872012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA (51ª ZE)	VANIR ROSA DE MORAES DOLBERTH		14/03/2012	14/03/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 1.615,06	14/03/2013
	5872012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA (51ª ZE)	VANIR ROSA DE MORAES DOLBERTH		14/03/2012	14/03/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 1.710,02	14/03/2014
	5872012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA (51ª ZE)	VANIR ROSA DE MORAES DOLBERTH		14/03/2012	14/03/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 1.844,83	14/03/2015
	5872012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA (51ª ZE)	VANIR ROSA DE MORAES DOLBERTH		14/03/2012	14/03/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 2.028,42	14/03/2016



## CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0039/2012	274262012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUSSANGA (34º ZE)	IDALINO BONOTTO		24/05/2012	24/05/2017	1.515,00	Mensal	R\$ 1.614,62	24/05/2013
	274262012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUSSANGA (34º ZE)	IDALINO BONOTTO		24/05/2012	24/05/2017	1.515,00	Mensal	R\$ 1.717,16	24/05/2014
	274262012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUSSANGA (34º ZE)	IDALINO BONOTTO		24/05/2012	24/05/2017	1.515,00	Mensal	R\$ 1.861,34	24/05/2015
	274262012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUSSANGA (34º ZE)	IDALINO BONOTTO		24/05/2012	24/05/2017	1.515,00	Mensal	R\$ 2.034,66	24/05/2016
0041/2012	168752012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO BENTO DO SUL (30º ZE)	ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.	05.336.394/0001-77	12/06/2012	12/06/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 1.616,09	12/06/2013
	168752012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO BENTO DO SUL (30º ZE)	ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.	05.336.394/0001-77	12/06/2012	12/06/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 1.720,00	12/06/2014
	168752012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO BENTO DO SUL (30º ZE)	ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.	05.336.394/0001-77	12/06/2012	12/06/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 1.900,00	12/09/2014
	168752012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO BENTO DO SUL (30º ZE)	ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.	05.336.394/0001-77	12/06/2012	12/06/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 2.080,78	12/09/2015
	168752012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO BENTO DO SUL (30º ZE)	ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.	05.336.394/0001-77	12/06/2012	12/06/2017	1.500,00	Mensal	R\$ 2.263,73	12/09/2016
0062/2012	503842012	LOCAÇÃO DE GARAGEM COBERTA PARA O VEÍCULO UTILIZADO PELOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES (21º, 93º E 104º ZEs)	L. A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA.	72.185.549/0001-09	11/07/2012	11/07/2017	230,00	Mensal	R\$ 245,46	11/07/2013
	503842012	LOCAÇÃO DE GARAGEM COBERTA PARA O VEÍCULO UTILIZADO PELOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES (21º, 93º E 104º ZEs)	L. A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA.	72.185.549/0001-09	11/07/2012	11/07/2017	230,00	Mensal	R\$ 261,45	11/07/2014
	503842012	LOCAÇÃO DE GARAGEM COBERTA PARA O VEÍCULO UTILIZADO PELOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES (21º, 93º E 104º ZEs)	L. A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA.	72.185.549/0001-09	11/07/2012	11/07/2017	230,00	Mensal	R\$ 285,27	11/07/2015
	503842012	LOCAÇÃO DE GARAGEM COBERTA PARA O VEÍCULO UTILIZADO PELOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES (21º, 93º E 104º ZEs)	L. A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA.	72.185.549/0001-09	11/07/2012	11/07/2017	230,00	Mensal	R\$ 310,40	11/07/2016
0071/2012	498982012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS (68º ZE)	DANILO COLLATO		24/07/2012	24/07/2017	1.350,00	Mensal	R\$ 1.440,75	24/07/2013
	498982012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS (68º ZE)	DANILO COLLATO		24/07/2012	24/07/2017	1.350,00	Mensal	R\$ 1.534,51	24/07/2014
	498982012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS (68º ZE)	DANILO COLLATO		24/07/2012	24/07/2017	1.350,00	Mensal	R\$ 1.678,56	24/07/2015
	498982012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS (68º ZE)	DANILO COLLATO		24/07/2012	24/07/2017	1.350,00	Mensal	R\$ 1.825,68	24/07/2016
0072/2012	773782012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ (43º ZE)	JOSÉ JOÃO DALLA SANTA		01/08/2012	01/08/2017	2.360,00	Mensal	R\$ 2.520,72	01/08/2013
	773782012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ (43º ZE)	JOSÉ JOÃO DALLA SANTA		01/08/2012	01/08/2017	2.360,00	Mensal	R\$ 2.684,62	01/08/2014
	773782012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ (43º ZE)	JOSÉ JOÃO DALLA SANTA		01/08/2012	01/08/2017	2.360,00	Mensal	R\$ 2.941,24	01/08/2015
	773782012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ (43º ZE)	JOSÉ JOÃO DALLA SANTA		01/08/2012	01/08/2017	2.360,00	Mensal	R\$ 3.198,19	01/08/2016
0074/2012	425122012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BRAÇO DO NORTE (44º ZE)	SCHIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA. ME	05.251.553/0001-30	06/08/2012	06/08/2017	1.840,00	Mensal	R\$ 1.965,70	06/08/2013



## CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0074/2012	425122012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BRAÇO DO NORTE (44ª ZE)	SCHIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA. ME	05.251.553/0001-30	06/08/2012	06/08/2017	1.840,00	Mensal	R\$ 2.093,55	06/08/2014
	425122012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BRAÇO DO NORTE (44ª ZE)	SCHIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA. ME	05.251.553/0001-30	06/08/2012	06/08/2017	1.840,00	Mensal	R\$ 2.293,56	06/08/2015
	425122012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BRAÇO DO NORTE (44ª ZE)	SCHIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA. ME	05.251.553/0001-30	06/08/2012	06/08/2017	1.840,00	Mensal	R\$ 2.494,81	06/08/2016
0110/2012	1361842012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS (12ª, 13ª, 100ª E 101ª ZEs)	CALIFÓRNIA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.	00.845.427/0001-90	30/10/2012	30/10/2017	27.500,00	Mensal	R\$ 28.939,83	30/10/2013
	1361842012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS (12ª, 13ª, 100ª E 101ª ZEs)	CALIFÓRNIA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.	00.845.427/0001-90	30/10/2012	30/10/2017	27.500,00	Mensal	R\$ 29.792,39	30/10/2014
	1361842012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS (12ª, 13ª, 100ª E 101ª ZEs)	CALIFÓRNIA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.	00.845.427/0001-90	30/10/2012	30/10/2017	27.500,00	Mensal	R\$ 32.764,70	30/10/2015
	1361842012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS (12ª, 13ª, 100ª E 101ª ZEs)	CALIFÓRNIA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.	00.845.427/0001-90	30/10/2012	30/10/2017	27.500,00	Mensal	R\$ 35.687,30	30/10/2016
0112/2012	1437832012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTO UNIÃO (25ª ZE)	FAVERSON ALBERTO SLOGO		31/10/2012	31/10/2017	2.624,25	Mensal	R\$ 3.300,00	01/11/2013
	1437832012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTO UNIÃO (25ª ZE)	FAVERSON ALBERTO SLOGO		31/10/2012	31/10/2017	2.624,25	Mensal	R\$ 3.517,38	01/11/2014
	1437832012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTO UNIÃO (25ª ZE)	FAVERSON ALBERTO SLOGO		31/10/2012	31/10/2017	2.624,25	Mensal	R\$ 3.866,63	01/11/2015
	1437832012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTO UNIÃO (25ª ZE)	FAVERSON ALBERTO SLOGO		31/10/2012	31/10/2017	2.624,25	Mensal	R\$ 5.150,00	01/06/2016
0111/2012	1052812012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ARARANGUÁ (1ª ZE)	COSEVAL - CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA.	76.362.524/0001-94	07/11/2012	11/12/2016	1.800,00	Mensal	R\$ 1.941,28	07/11/2013
	1052812012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ARARANGUÁ (1ª ZE)	COSEVAL - CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA.	76.362.524/0001-94	07/11/2012	11/12/2016	1.800,00	Mensal	R\$ 2.001,23	07/11/2014
	1052812012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ARARANGUÁ (1ª ZE)	COSEVAL - CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA.	76.362.524/0001-94	07/11/2012	11/12/2016	1.800,00	Mensal	R\$ 2.205,73	07/11/2015
0115/2012	1421762012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE (49ª ZE)	ERNESTO JOÃO RECK		07/11/2012	07/11/2017	1.100,00	Mensal	R\$ 1.170,13	07/11/2013
	1421762012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE (49ª ZE)	ERNESTO JOÃO RECK		07/11/2012	07/11/2017	1.100,00	Mensal	R\$ 1.247,14	07/11/2014
	1421762012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE (49ª ZE)	ERNESTO JOÃO RECK		07/11/2012	07/11/2017	1.100,00	Mensal	R\$ 1.372,35	07/11/2015
	1421762012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE (49ª ZE)	ERNESTO JOÃO RECK		07/11/2012	07/11/2017	1.100,00	Mensal	R\$ 1.477,98	07/11/2016
0119/2012	1338252012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO (42ª ZE)	AFONSO RIBEIRO CASTELLER		26/11/2012	26/11/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.371,96	26/11/2013
	1338252012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO (42ª ZE)	AFONSO RIBEIRO CASTELLER		26/11/2012	26/11/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.420,48	26/11/2014
	1338252012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO (42ª ZE)	AFONSO RIBEIRO CASTELLER		26/11/2012	26/11/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.570,93	26/11/2015
	1338252012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO (42ª ZE)	AFONSO RIBEIRO CASTELLER		26/11/2012	26/11/2017	1.300,00	Mensal	R\$ 1.687,40	26/11/2016

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0015/2013	136492013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (67ª ZE)	GENARO LUIS MULLER		11/04/2013	11/04/2018	2.000,00	Mensal	R\$ 2.142,38	11/04/2014
	136492013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (67ª ZE)	GENARO LUIS MULLER		11/04/2013	11/04/2018	2.000,00	Mensal	R\$ 2.316,86	11/04/2015
	136492013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (67ª ZE)	GENARO LUIS MULLER		11/04/2013	11/04/2018	2.000,00	Mensal	R\$ 2.533,53	11/04/2016
0030/2013	311812013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ORLEANS (23ª ZE)	IZOLETE BRATTI LOLI		13/05/2013	13/05/2018	2.000,00	Mensal	R\$ 2.139,53	13/05/2014
	311812013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ORLEANS (23ª ZE)	IZOLETE BRATTI LOLI		13/05/2013	13/05/2018	2.000,00	Mensal	R\$ 2.316,88	13/05/2015
	311812013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ORLEANS (23ª ZE)	IZOLETE BRATTI LOLI		13/05/2013	13/05/2018	2.000,00	Mensal	R\$ 2.532,27	13/05/2016
0039/2013	327352013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMITOS (41ª ZE)	CHRISTIANE HOFER E GILBERTO HOFER	020.596.929-11 / 939.142.459-72	10/06/2013	10/06/2018	1.400,00	Mensal	R\$ 1.503,69	10/06/2014
	327352013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMITOS (41ª ZE)	CHRISTIANE HOFER E GILBERTO HOFER	020.596.929-11 / 939.142.459-72	10/06/2013	10/06/2018	1.400,00	Mensal	R\$ 1.633,01	10/06/2015
	327352013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMITOS (41ª ZE)	CHRISTIANE HOFER E GILBERTO HOFER	020.596.929-11 / 939.142.459-72	10/06/2013	10/06/2018	1.400,00	Mensal	R\$ 1.782,91	10/06/2016
0058/2013	355082013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUBICI (59ª ZE)	PAPUÁ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. ME	24.820.162/0001-34	08/07/2013	08/07/2018	1.500,00	Mensal	R\$ 1.640,06	08/07/2014
	355082013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUBICI (59ª ZE)	PAPUÁ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. ME	24.820.162/0001-34	08/07/2013	08/07/2018	1.500,00	Mensal	R\$ 1.788,39	08/07/2015
	355082013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUBICI (59ª ZE)	PAPUÁ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. ME	24.820.162/0001-34	08/07/2013	08/07/2018	1.500,00	Mensal	R\$ 1.946,14	08/07/2016
0064/2013	614182013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL (27ª ZE)	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	16/08/2013	16/08/2018	2.500,00	Mensal	R\$ 2.631,71	16/08/2014
	614182013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL (27ª ZE)	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	16/08/2013	16/08/2018	2.500,00	Mensal	R\$ 2.822,49	16/08/2015
	614182013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL (27ª ZE)	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	16/08/2013	16/08/2018	2.500,00	Mensal	R\$ 3.149,36	16/08/2016
0102/2013	820752013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ARMAZENAMENTO E MANUTENÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS, DEPÓSITO DE MÓVEIS E BACKUP DO CPD DO TRÊSC	AJN PARTICIPAÇÕES LTDA.	14.103.393/0001-73	29/11/2013	15/02/2017	40.000,00	Mensal	R\$ 43.309,78	29/11/2014
	820752013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ARMAZENAMENTO E MANUTENÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS, DEPÓSITO DE MÓVEIS E BACKUP DO CPD DO TRÊSC	AJN PARTICIPAÇÕES LTDA.	14.103.393/0001-73	29/11/2013	15/02/2017	40.000,00	Mensal	R\$ 47.831,35	29/11/2015
	820752013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ARMAZENAMENTO E MANUTENÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS, DEPÓSITO DE MÓVEIS E BACKUP DO CPD DO TRÊSC	AJN PARTICIPAÇÕES LTDA.	14.103.393/0001-73	29/11/2013	15/02/2017	40.000,00	Mensal	R\$ 51.192,33	29/11/2016
0105/2013	928272013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE LAGUNA (20ª ZE)	SÔNIA BERNADETE DE SOUZA AMANTE		06/12/2013	06/06/2017	3.000,00	Mensal	R\$ 3.229,40	06/12/2014
	928272013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE LAGUNA (20ª ZE)	SÔNIA BERNADETE DE SOUZA AMANTE		06/12/2013	06/06/2017	3.000,00	Mensal	R\$ 3.585,22	06/12/2015
	928272013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE LAGUNA (20ª ZE)	SÔNIA BERNADETE DE SOUZA AMANTE		06/12/2013	06/06/2017	3.000,00	Mensal	R\$ 3.845,46	06/12/2016
0108/2013	897472013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71ª ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT		06/12/2013	06/12/2018	1.750,00	Mensal	R\$ 1.879,96	06/12/2014

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

**CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016**

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0108/2013	897472013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71ª ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT		06/12/2013	06/12/2018	1.750,00	Mensal	R\$ 2.077,53	06/12/2015
	897472013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71ª ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT		06/12/2013	06/12/2018	1.750,00	Mensal	R\$ 2.220,36	06/12/2016
0115/2013	897522013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TUBARÃO (33ª E 99ª ZEs)	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	16/12/2013	16/12/2018	3.960,00	Mensal	R\$ 4.285,16	16/12/2014
	897522013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TUBARÃO (33ª E 99ª ZEs)	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	16/12/2013	16/12/2018	3.960,00	Mensal	R\$ 4.738,26	16/12/2015
	897522013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TUBARÃO (33ª E 99ª ZEs)	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	16/12/2013	16/12/2018	3.960,00	Mensal	R\$ 5.053,35	16/12/2016
0024/2014	171062014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE MAFRA (22ª ZE)	REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ		09/04/2014	09/04/2019	1.400,00	Mensal	R\$ 1.518,02	09/04/2015
	171062014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE MAFRA (22ª ZE)	REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ		09/04/2014	09/04/2019	1.400,00	Mensal	R\$ 1.660,09	09/04/2016
0042/2014	305582014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TAIÓ (46ª ZE)	VILMAR DA LUZ		11/06/2014	11/08/2016	1.820,00	Mensal	R\$ 1.897,28	11/06/2015
	305582014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TAIÓ (46ª ZE)	VILMAR DA LUZ		11/06/2014	11/08/2016	1.820,00	Mensal	R\$ 2.114,93	11/06/2016
0045/2014	386132014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE MARAVILHA (58ª ZE)	ADILAR PITON		14/07/2014	14/07/2019	2.300,00	Mensal	R\$ 2.527,49	14/07/2015
	386132014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE MARAVILHA (58ª ZE)	ADILAR PITON		14/07/2014	14/07/2019	2.300,00	Mensal	R\$ 2.749,91	14/07/2016
0076/2014	539482014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE FRAIBURGO (77ª ZE)	SUPERMERCADO JOTA LTDA. EPP	03.114.310/0001-25	02/09/2014	02/09/2019	1.520,00	Mensal	R\$ 1.675,43	02/09/2015
	539482014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE FRAIBURGO (77ª ZE)	SUPERMERCADO JOTA LTDA. EPP	03.114.310/0001-25	02/09/2014	02/09/2019	1.520,00	Mensal	R\$ 1.825,52	02/09/2016
0113/2014	811422014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IÇARA (79ª ZE)	DINALDO MÁRCIO VIANA		10/11/2014	10/11/2019	3.000,00	Mensal	R\$ 3.315,03	10/11/2015
	811422014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IÇARA (79ª ZE)	DINALDO MÁRCIO VIANA		10/11/2014	10/11/2019	3.000,00	Mensal	R\$ 3.565,07	10/11/2016
0122/2014	920822014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR POSTO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DO NORTE DA ILHA DE FLORIANÓPOLIS	POLITÉCNICA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	76.382.001/0001-00	27/11/2014	31/01/2016	5.250,00	Mensal	R\$ 5.822,60	27/11/2015
0125/2014	967692014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPO ERÊ (69ª ZE)	JOELCIO LUIZ VIEGA		05/12/2014	05/12/2019	1.759,32	Mensal	R\$ 1.952,32	05/12/2015
	967692014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPO ERÊ (69ª ZE)	JOELCIO LUIZ VIEGA		05/12/2014	05/12/2019	1.759,32	Mensal	R\$ 2.086,99	05/12/2016
0017/2015	1049002014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JARAGUÁ DO SUL (17ª E 87ª ZEs)	EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA.	82.902.586/0001-44	06/03/2015	06/03/2017	5.000,00	Mensal	R\$ 5.540,04	27/11/2015
	1049002014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JARAGUÁ DO SUL (17ª E 87ª ZEs)	EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA.	82.902.586/0001-44	06/03/2015	06/03/2017	5.000,00	Mensal	R\$ 5.933,71	27/11/2016
0025/2015	156182015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE (45ª ZE)	HABITETO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	00.704.877/0001-63	27/04/2015	27/04/2020	2.600,00	Mensal	R\$ 2.856,30	17/03/2016
0028/2015	200282015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR POSTOS DE ATENDIMENTO BIOMÉTRICO EM BLUMENAU	MELATI PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.855.237/0001-17	04/05/2015	31/05/2016	10.500,00	Mensal	R\$ 11.488,93	31/03/2016
0026/2015	195322015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TROMBUDO CENTRAL (5ª ZE)	COMUNIDADE EVANGÉLICA DE TROMBUDO CENTRAL	01.580.374/0001-96	06/05/2015	06/05/2020	1.500,00	Mensal	R\$ 1.680,85	03/03/2016



## CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Términ		Valor	A partir de	
0033/2015	133362015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TIJUCAS (31ª ZE)	JOAIA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI EPP	00.191.334/0001-90	06/05/2015	06/05/2020	2.800,00	Mensal	R\$ 3.090,21	26/02/2016
0035/2015	167132015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIO (54ª ZE)	PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA		08/05/2015	08/05/2020	3.350,00	Mensal	R\$ 3.687,55	10/03/2016
0036/2015	213542015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA (53ª ZE)	DON RAFAEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	02.539.489/0001-08	08/05/2015	08/05/2020	2.500,00	Mensal	R\$ 2.741,74	23/03/2016
0031/2015	231632015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR POSTOS DE ATENDIMENTO BIOMÉTRICO EM PALHOÇA	TANCREDO ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA. ME	13.634.570/0001-85	13/05/2015	31/05/2016	9.000,00	Mensal	R\$ 9.836,40	27/04/2016
0034/2015	247162015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR POSTOS DE ATENDIMENTO BIOMÉTRICO NA CIDADE DE JOINVILLE/SC	BELMMEN REALTY JOINVILLE ENGENHARIA LTDA.	20.696.667/0001-88	13/05/2015	13/05/2016	21.000,00	Mensal		
0049/2015	289792015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMBITUBA (73ª ZE)	REGINA ESTÁCIO GONÇALVES		09/06/2015	18/12/2016	5.000,00	Mensal	R\$ 5.464,23	05/05/2016
0068/2015	300142015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPOS NOVOS (7ª ZE)	VILMAIR PIRES		23/07/2015	23/07/2020	2.500,00	Mensal	R\$ 2.732,15	29/04/2016
0066/2015	296522015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE CAÇADOR (6ª ZE)	CELSE ZEFERINO MARINI E MARIA BERNADETE MARINI		24/07/2015	24/07/2020	3.500,00	Mensal	R\$ 3.825,04	19/05/2016
0065/2015	298022015	LOCAÇÃO DE 1 (UM) GALPÃO PARA ABRIGAR O DEPÓSITO DE BENS MÓVEIS	JUNCKES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	81.033.300/0001-79	27/07/2015	27/07/2020	7.200,00	Mensal	R\$ 7.872,55	14/04/2016
0064/2015	327612015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SEARA (61ª ZE)	BEMESTAR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	11.712.687/0001-04	29/07/2015	29/07/2020	2.500,00	Mensal	R\$ 2.739,39	26/03/2016
0079/2015	391282015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35ª E 94ª ZEs)	IMOBILIÁRIA BALZAN BRUM MAFFESSONI LTDA. ME	16.927.275/0001-05	19/08/2015	19/08/2020	9.900,00	Mensal	R\$ 10.800,46	10/06/2016
0088/2015	508822015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR POSTO DE ATENDIMENTO BIOMÉTRICO NA CIDADE DE JOINVILLE/SC	IRINEU IMÓVEIS LTDA.	02.147.925/0001-95	26/08/2015	26/02/2016	5.260,00	Mensal		
0087/2015	457342015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BIGUAÇU (2ª ZE)	IRNA SILVA DOS PASSOS		31/08/2015	31/08/2020	3.200,00	Mensal	R\$ 3.480,13	27/07/2016
0093/2015	530792015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BRUSQUE (5ª E 86ª ZEs)	SLK ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.	04.868.483/0001-00	18/09/2015	18/09/2020	7.000,00	Mensal	R\$ 7.624,71	26/06/2016
0119/2015	754022015	LOCAÇÃO DE 1 (UM) GALPÃO PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TRESCE	ANDREA CARDOSO COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA.	02.287.000/0001-40	19/11/2015	19/11/2020	17.000,00	Mensal	R\$ 18.401,43	13/10/2016
0124/2015	766652015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAPEMA (91ª ZE)	SIFRAMAR CORRETORA DE SEGUROS E IMÓVEIS LTDA.	02.312.054/0001-18	27/11/2015	27/11/2020	3.800,00	Mensal	R\$ 4.113,26	13/10/2016
0125/2015	601472015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JARAGUÁ DO SUL (17ª E 87ª ZEs)	IMOVEIS PLANETA LTDA.	06.889.807/0001-03	07/12/2015	06/03/2017	5.500,00	Mensal	R\$ 5.990,84	26/06/2016
0138/2015	815802015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE CAPINZAL (37ª ZE)	SÉRGIO LUIZ RIQUETTI		18/12/2015	18/12/2020	2.800,00	Mensal	R\$ 3.012,21	11/11/2016
0011/2016	897232015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	VALDIR ROQUE SANGALLI E RITA DAMO SANGALLI		16/02/2016	16/02/2021	2.200,00	Mensal	R\$ 2.334,73	16/12/2016
0010/2016	11132016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.	73.274.383/0001-60	17/02/2016	17/02/2021	15.000,00	Mensal	R\$ 16.017,76	10/12/2016
0023/2016	28312016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81ª ZE)	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	08/04/2016	08/04/2021	1.820,00	Mensal	R\$ 1.930,62	08/01/2017
0029/2016	264782016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DE BARRA VELHA (80ª ZE)	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA		03/05/2016	03/05/2018	3.100,00	Mensal		
0030/2016	247642016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74ª ZE)	LAURO JORGE PSCHIEDT		11/05/2016	11/05/2021	1.570,00	Mensal		



## CONTRATOS DE LOCAÇÃO VIGENTES EM 2016

sexta-feira, 17 de março de 2017

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação	
					Início	Términ		Valor	A partir de
0044/2016	361942016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TAIÓ (46ª ZE)	JAKSON GEHRKE E LILIAN PANDINI GEHRKE		17/06/2016	17/06/2021	2.000,00	Mensal	
0062/2016	377542016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (52ª ZE)	EUZÉBIO CRUZ DUARTE		19/07/2016	19/07/2021	1.881,55	Mensal	R\$ 0,00
0058/2016	337892016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM (48ª ZE)	AGENOR RAYMUNDO CERATTO		21/07/2016	21/07/2021	2.500,00	Mensal	R\$ 0,00 17/05/2017
0056/2016	433422016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOCAR AS URNAS ELETRÔNICAS RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2016, QUE SERÃO UTILIZADAS PELO CARTÓRIO DE BALNEÁRIO DE PIÇARRAS	CONSTRUTORA E INCORPORADORA LEONEL LTDA.	81.573.214/0001-59	15/08/2016	15/10/2016	3.500,00	Mensal	
0072/2016	476122016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA O ARMAZENAMENTO DAS UEs DA 21ª, 93ª E 104ª ZONAS ELEITORAIS DE LAGES	MENFIS AGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA. EPP	83.162.057/0001-14	15/08/2016	15/10/2016	3.500,00	Mensal	
0074/2016	451962016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL QUE SERÁ UTILIZADO PELO CARTÓRIO ELEITORAL DE MAFRA (22ª ZE) PARA ALOCAÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS	REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ		15/08/2016	15/10/2016	800,00	Mensal	
0075/2016	455162016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA UTILIZAÇÃO PELO CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL (27ª ZE) PARA ABRIGAR AS UEs	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	15/08/2016	15/10/2016	1.000,00	Mensal	
0076/2016	455862016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL, O QUAL SERÁ UTILIZADO PELO CARTÓRIO DA 71ª ZONA ELEITORAL EM ABELARDO LUZ/SC	LEOCIR LUIZ LAMBERT		15/08/2016	15/10/2016	1.200,00	Mensal	
0077/2016	456982016	LOCAÇÃO DE DUAS SALAS COMERCIAIS QUE SERÃO UTILIZADAS PELAS 56ª E 103ª ZONAS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	LEANDRO F MANES E CIA LTDA	86.880.887/0001-75	15/08/2016	15/10/2016	12.000,00	Mensal	
0057/2016	368002016	LOCAÇÃO DE 8 SALAS COMERCIAIS, QUE SERÃO UTILIZADAS PELAS 3ª, 88ª E 89ª ZONAS ELEITORAIS DE BLUMENAU/SC	MELATI PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.855.237/0001-17	01/09/2016	31/12/2016	10.500,00	Mensal	
0100/2016	653512016	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63ª ZE)	JOÃO ALVENI MARAFON		11/10/2016	11/10/2021	1.760,00	Mensal	R\$ 0,00
0104/2016	906322016	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAIÓPOLIS (38ª ZE)	MOACIR JOSÉ FRANÇA		21/10/2016	21/10/2021	1.924,18	Mensal	
0122/2016	1775922016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMBITUBA (73ª ZE)	REGINA ESTÁCIO GONÇALVES		19/12/2016	19/12/2021	5.995,88	Mensal	
0120/2016	1733802016	LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES (21ª, 93ª E 104ª ZEs)	LA ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA. ME	72.185.549/0001-09	21/12/2016	21/12/2021	15.900,00	Mensal	R\$ 0,00 30/08/2017



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Balço Patrimonial**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>68.993.178,85</b>	<b>61.893.618,76</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>68.993.178,85</b>	<b>61.893.618,76</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.971.437,91</b>	<b>738.549,16</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.048.972,15</b>	<b>6.409.763,86</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>66.021.740,94</b>	<b>61.155.069,60</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>66.944.206,70</b>	<b>55.483.854,90</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>20.479.428,69</b>	<b>19.704.380,78</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	20.479.428,69	19.704.380,78
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	20.479.428,69	19.704.380,78
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	<b>20.479.428,69</b>	<b>19.704.380,78</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>922.505,37</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-39,61</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-39,61
<b>TOTAL</b>	<b>922.465,76</b>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Balço Orçamentário**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	193.178.763,59	193.178.763,59
<b>TOTAL</b>	-	-	193.178.763,59	193.178.763,59
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	159.642.911,00	173.219.333,00	191.922.858,47	191.644.270,79	190.060.197,88	-18.703.525,47
Pessoal e Encargos Sociais	130.258.316,00	141.419.028,00	146.895.129,78	146.815.313,95	146.815.313,95	-5.476.101,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	29.384.595,00	31.800.305,00	45.027.728,69	44.828.956,84	43.244.883,93	-13.227.423,69
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.258.259,00	1.258.259,00	1.255.905,12	1.119.675,26	1.117.590,96	2.353,88
Investimentos	1.258.259,00	1.258.259,00	1.255.905,12	1.119.675,26	1.117.590,96	2.353,88
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	160.901.170,00	174.477.592,00	193.178.763,59	192.763.946,05	191.177.788,84	-18.701.171,59
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>160.901.170,00</b>	<b>174.477.592,00</b>	<b>193.178.763,59</b>	<b>192.763.946,05</b>	<b>191.177.788,84</b>	<b>-18.701.171,59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>160.901.170,00</b>	<b>174.477.592,00</b>	<b>193.178.763,59</b>	<b>192.763.946,05</b>	<b>191.177.788,84</b>	<b>-18.701.171,59</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>820.166,27</b>	<b>2.012.218,34</b>	<b>1.839.943,42</b>	<b>1.839.943,42</b>	<b>960.541,19</b>	<b>31.900,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	425.661,24	109.904,94	109.904,94	315.756,30	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	820.166,27	1.586.557,10	1.730.038,48	1.730.038,48	644.784,89	31.900,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>337.519,26</b>	<b>1.639.526,84</b>	<b>1.902.247,93</b>	<b>1.902.247,93</b>	<b>74.798,17</b>	<b>-</b>
Investimentos	337.519,26	1.639.526,84	1.902.247,93	1.902.247,93	74.798,17	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.157.685,53</b>	<b>3.651.745,18</b>	<b>3.742.191,35</b>	<b>3.742.191,35</b>	<b>1.035.339,36</b>	<b>31.900,00</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>1.594.844,02</b>	<b>1.568.590,23</b>	<b>26.253,79</b>	<b>-</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.594.844,02	1.568.590,23	26.253,79	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>740,00</b>	<b>740,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	740,00	740,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>1.595.584,02</b>	<b>1.569.330,23</b>	<b>26.253,79</b>	<b>-</b>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Balço Financeiro**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>193.178.763,59</b>	<b>168.778.414,86</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>164.160.431,81</b>	<b>141.855.203,86</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>29.018.331,78</b>	<b>26.923.211,00</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	25.935.590,00	23.855.000,00
			Operação de Crédito	537.882,78	2.625.911,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.544.859,00	442.300,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>198.741.394,60</b>	<b>165.454.017,91</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>2.232.046,08</b>	<b>2.753.157,24</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	194.029.148,33	164.383.708,31	Resultantes da Execução Orçamentária	-	4.084,60
Sub-repasse Recebido	194.029.148,33	164.383.708,31	Sub-repasse Devolvido	-	4.084,60
Independentes da Execução Orçamentária	4.712.246,27	1.070.309,60	Independentes da Execução Orçamentária	2.232.046,08	2.749.072,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.709.904,94	1.013.148,25	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	30.101,50	11.215,12
Demais Transferências Recebidas	193,17	28.573,63	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.201.944,58	2.737.857,52
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.148,16	28.587,72	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>4.432.292,14</b>	<b>8.032.065,77</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>5.529.988,32</b>	<b>5.810.199,12</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.586.157,21	1.525.367,99	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.569.330,23	847.774,77
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	414.817,54	3.651.745,18	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.742.191,35	4.860.569,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	231.714,14	99.004,93	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	218.466,74	101.854,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.199.603,25	2.755.947,67	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	2.199.603,25	2.753.097,67			
Demais Recebimentos	-	2.850,00			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>738.549,16</b>	<b>4.594.236,70</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.971.437,91</b>	<b>738.549,16</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	738.549,16	4.594.236,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.971.437,91	738.549,16
<b>TOTAL</b>	<b>203.912.235,90</b>	<b>178.080.320,38</b>	<b>TOTAL</b>	<b>203.912.235,90</b>	<b>178.080.320,38</b>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Demonstrações das Variações Patrimoniais**



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>213.646.921,90</b>	<b>182.334.098,06</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>25.158,07</b>	<b>5.327,58</b>
Impostos	-	-
Taxas	25.158,07	5.327,58
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>710,00</b>	<b>73.045,85</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	710,00	73.045,85
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>4.504,21</b>	<b>3.683,31</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.504,21	3.683,31
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>199.008.805,84</b>	<b>166.946.108,79</b>
Transferências Intragovernamentais	198.741.394,60	165.454.017,91
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	267.411,24	1.492.090,88
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>12.438.470,32</b>	<b>12.634.877,51</b>
Reavaliação de Ativos	-	6.417.307,98
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	12.410.317,40	4.965.907,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos	28.152,92	1.251.662,05
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.169.273,46</b>	<b>2.671.055,02</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.169.273,46	2.671.055,02
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>206.549.283,27</b>	<b>174.389.281,09</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>129.962.380,12</b>	<b>111.284.682,58</b>
Remuneração a Pessoal	102.825.144,10	88.501.030,99
Encargos Patronais	15.251.469,92	14.507.070,70
Benefícios a Pessoal	9.825.119,69	8.276.580,89
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.060.646,41	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>28.982.580,71</b>	<b>26.221.010,35</b>
Aposentadorias e Reformas	21.038.025,58	18.881.546,17
Pensões	7.910.063,92	7.241.220,50
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34.491,21	98.243,68
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>40.440.133,18</b>	<b>33.582.065,07</b>
Uso de Material de Consumo	3.237.168,49	2.061.537,97
Serviços	31.392.825,31	26.061.272,08
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.810.139,38	5.459.255,02
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>42,49</b>	<b>14,09</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	42,49	14,09
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>6.265.708,82</b>	<b>2.754.993,07</b>
Transferências Intragovernamentais	2.232.046,08	2.753.157,24
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.033.662,74	1.835,83
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>41.821,21</b>	<b>400.316,33</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	3.287,19	129.892,18
Incorporação de Passivos	-	258.322,46
Desincorporação de Ativos	38.534,02	12.101,69



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	<b>5.438,82</b>	<b>5.422,76</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	5.438,82	5.422,76
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>851.177,92</b>	<b>140.776,84</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	851.177,92	140.776,84
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>7.097.638,63</b>	<b>7.944.816,97</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>5.253.467,64</b>	<b>-1.863.579,65</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>201.172.711,99</b>	<b>168.308.970,51</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>201.172.711,99</b>	<b>168.308.970,51</b>
Ingressos Extraorçamentários	231.714,14	99.004,93
Transferências Financeiras Recebidas	198.741.394,60	165.454.017,91
Arrecadação de Outra Unidade	2.199.603,25	2.753.097,67
Demais Recebimentos	-	2.850,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-195.919.244,35</b>	<b>-170.172.550,16</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-178.126.065,79</b>	<b>-152.722.717,51</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-149.748.027,87	-126.627.142,28
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-28.378.037,92	-26.095.575,23
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 16/03/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-15.342.665,74</b>	<b>-14.594.820,48</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-15.342.665,74	-14.594.820,48
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-2.450.512,82</b>	<b>-2.855.012,17</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-218.466,74	-101.854,93
Transferências Financeiras Concedidas	-2.232.046,08	-2.753.157,24
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-3.020.578,89</b>	<b>-1.992.107,89</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-3.020.578,89</b>	<b>-1.992.107,89</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.998.147,93	-1.331.057,06
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-22.430,96	-661.050,83
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.232.888,75</b>	<b>-3.855.687,54</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>738.549,16</b>	<b>4.594.236,70</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>2.971.437,91</b>	<b>738.549,16</b>